

DARCI TEREZINHA DE LUCA SCAVONE



**MARCAS DA HISTÓRIA DA CRECHE NA CIDADE DE SÃO PAULO:
AS LUTAS NO COTIDIANO (1976-1984)**

ITATIBA

2011

DARCI TEREZINHA DE LUCA SCAVONE - R.A. 002200900424



**MARCAS DA HISTÓRIA DA CRECHE NA CIDADE DE SÃO PAULO:
AS LUTAS NO COTIDIANO (1976-1984)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
Scripto Sensu em Educação da Universidade São Francisco,
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre
em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Júnior

ITATIBA

2011

373.22 Scavone, Darci Terezinha De Luca.
S315m Marcas da história da creche na cidade de São Paulo: as
lutas no cotidiano (1976-1984). / Darci Terezinha De
Luca Scavone. -- Itatiba, 2011.
167 p.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-
Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade
São Francisco.

Orientação de: Moysés Kuhlmann Junior.

1. Creche. 2. Educação infantil. 3. História.
4. Movimentos sociais. 5. São Paulo (município).
I. Junior Kuhlmann, Moysés. II. Título.

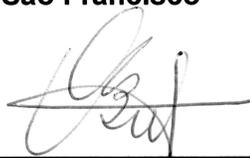
Ficha catalográfica elaborada pelas bibliotecárias do Setor de
Processamento Técnico da Universidade São Francisco.

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM EDUCAÇÃO

Darci Terezinha de Luca Scavone defendeu a dissertação “**Marcas da história da creche na cidade de São Paulo: as lutas no cotidiano (1976 – 1984)**”, aprovada pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em 07 de fevereiro de 2011 pela Banca Examinadora constituída por:



Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Júnior - Orientador e Presidente
Universidade São Francisco



Profa. Dra. Olga Brites
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Prof. Dr. Cleber Santos Vieira
Universidade Federal de São Paulo

A todas as mulheres e mães, anônimas, que saíram às ruas de São Paulo e lutaram por creche. Às crianças que esperam, um dia, ter seu direito garantido de poder acessar a uma vaga na creche: pública, gratuita e de qualidade.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas: obrigada! Dizer das dificuldades e de agradecimentos não é fácil. Realizar este estudo foi como atravessar um rio que nem sempre tem uma ponte de passagem para o outro lado da margem. Uma experiência permeada de muitos sentimentos: angústia, ansiedade, prazer, satisfação, que se realizou com a colaboração de muita gente. O trabalho apresentado contou com apoio de muitas pessoas a quem quero manifestar os meus agradecimentos.

Ao professor Moysés, orientador, pelo incentivo e disponibilidade que demonstrou durante todo o tempo e pelo modo como ensinou o significado do “mastigar” na construção do processo do conhecimento.

Ao professor Cleber, pelo incentivo, sugestões e diálogos matutinos nas caronas para a faculdade.

Ao senhor Valderi pelas explicações e esclarecimentos sobre como os trabalhadores se organizavam em um período em que tudo era proibido

Ao apoio do Brás e do Anderson que acreditaram que iria dar certo.

À Regina e Karine pelos questionamentos e sugestões nas conversas do cafezinho.

Às amigas Marta e Jane pelos pitacos e debates e a Pérsida pela “copidescagem” na qualificação.

Às profissionais dos arquivos e bibliotecas, pela ajuda na recolha de dados e na localização de documentos, mais especialmente à Claudete (SEADS), Emiko (SMADS), Luiza (CPV) Sidoni e Patrícia (SME) e Elizabete (CMSP). Ao Jamir pela dedicação na revisão do texto corrigindo cada vírgula.

Ao Artur (nossa) pelo apoio na revisão, na informática e imensa e eterna paciência.

A todas as pessoas não citadas que, de um modo ou outro, contribuíram para que esta experiência se realizasse.

*“O direito importa, e é por isso que nos
incomodamos com essa história toda.”*

Thompson, E.P. (1987, p. 359)

RESUMO

Este trabalho busca aprofundar o conhecimento sobre o processo de expansão das creches na cidade de São Paulo, privilegiando compreender que papel desempenharam os trabalhadores, os movimentos populares, a Igreja e o Estado. O estudo percorre o período entre 1976 e 1984. As datas marcam o surgimento da reivindicação por creches como anseio coletivo e público, e a instalação da Comissão Especial de Inquérito sobre Creches na Câmara Municipal. O período é marcado por uma radicalização dos movimentos sociais reivindicatórios, na esteira da redemocratização do país. É uma investigação histórica sobre os grupos sociais e pessoas que protagonizaram os fatos, tomando como referência Thompson (2001), Ginzburg (1987), Williams (1992), Le Goff (2003) e Hobsbawm (1998). A pesquisa, além da revisão bibliográfica, foi desenvolvida com a leitura de documentos oficiais e normativos, periódicos da grande imprensa, imprensa alternativa, em especial das feministas, e de folhetos postos em circulação pelos movimentos sociais. O trabalho está composto em duas partes. Na primeira parte estão os protagonistas principais, as mulheres e crianças da periferia, e os trabalhadores; em seguida os secundários, as feministas e a Igreja. Na segunda parte pesquisa-se a entrada da creche como política pública na Prefeitura de São Paulo, sua apropriação pelos movimentos sociais, até se inserir na agenda política, a ponto de motivar uma Comissão Especial de Inquérito. O estudo realizado aponta que foram muitas as dificuldades na consolidação da educação infantil na cidade de São Paulo, como uma política pública decorrente do direito básico da criança.

Palavras-chave: Creche. Educação Infantil. História. Movimentos sociais. São Paulo (município)

ABSTRACT

This paper seeks to deepen knowledge about the expansion of daycare centers in São Paulo, giving priority to understand what role played workers, popular movements, the Church and the State. The study covers the period between 1976 and 1984. The dates mark the emergence of demand for daycare as a collective and public yearning, and the installation of the Special Commission of Inquiry on Daycare centers at City Council. The period is marked by a radicalization of social movements in the wake of democratization of the country. It is a historical research on the social groups and people who staged the facts, by reference to Thompson (2001), Ginzburg (1987), Williams (1992), Le Goff (2003) and Hobsbawm (1998). The research, in addition to the literature review, was developed with the reading of official documents and journals of the mainstream press, alternative press, especially feminists, leaflets put into circulation by the social movements. The work is composed of two parts. In the first part are the main protagonists, women and children on the outskirts, and the workers; then the secondary, feminists and the Church. In the second part is the entrance of child care as a public policy of the Municipality of São Paulo, its appropriation by social movements, until they enter the political agenda, enough to motivate a Special Commission of Inquiry. The study points out that there were many difficulties in the consolidation of early childhood education in Sao Paulo, as a public policy arising from the basic right of the child.

Key words: Daycare. Childhood Education. History. Social Movements. São Paulo (City)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Brasil Mulher. nº 3. 1976	19
Figura 2 - Jornal da APASSP. 1979.	43
Figura 3 - Carta Aberta à População. CPV. 1979	47
Figura 4 - Convocatória. 1984.....	56
Figura 5 – Nós Mulheres. nº 6. 1977.....	89
Figura 6 - I Encontro. 1970.....	96
Figura 7 - Movimento Creches Conveniadas.....	115
Figura 8 - O São Paulo, 05/12/1983	130
Figura 9 - CMSP/CEI. Taquigrafia s/ revisão. 1983.	135
Figura 10 - Primeiro grupo de crianças saídas da Creche Jardim Klein, 1982.....	150

LISTA DE ABREVIATURAS

- ACO - Ação Católica Operária
- ADC - Associação das Donas de Casa
- ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
- ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
- APASSP - Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo
- ASA - Associação Santo Agostinho
- ASSFABES - Associação dos Servidores da Secretaria da Família e do Bem Estar Social
- BNH - Banco Nacional da Habitação
- CASMU - Comissão de Assistência Social do Município
- CDMB - Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira
- CEAS - Centro de Estudos e Ação Social
- CEB - Comunidade Eclesial de Base
- CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
- CEDEM - Centro de Documentação e Memória da UNESP
- CEDIC - Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho”
- CEE - Conselho Estadual de Educação
- CEI - Comissão Especial de Inquérito
- CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
- CMSP - Câmara Municipal de São Paulo
- COBES - Coordenadoria do Bem Estar Social
- COGESP - Coordenadoria Geral de Planejamento
- CONCLAT - Congresso da Classe Trabalhadora
- CONCUT - Congresso da Central Única dos Trabalhadores

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPV - Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro

CTC - Conselho Técnico Consultivo

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DC - Desenvolvimento da Comunidade

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DEOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DNCR - Departamento Nacional da Criança

DSS - Divisão de Serviço Social

FABES - Secretaria da Família e do Bem-Estar Social

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FAS - Fundo de Apoio do Desenvolvimento Social

FASE - Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FASP - Federação das Associações Sindicais e Profissionais da prefeitura de São Paulo

FISI - Fundo Internacional de Socorro à Infância

FOS - Federação das Obras Sociais

FUNAM - Fundo de Assistência ao Menor

GT - Grupo de Trabalho

INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

IPREM - Instituto de Previdência Municipal

JOC - Juventude Católica Operaria

LBA - Legião Brasileira de Assistência

MCC - Movimento de Creche Conveniada

MCV - Movimento do Custo de Vida

MEC - Ministerio da Educação

MLC - Movimento de Luta por Creche

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

NTC - Núcleo Técnico Central

NUCOBES - Núcleo da Coordenadoria do Bem Estar Social

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDS - Partido Democrático Social

PLANEDI - Plano de Educação Infantil

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMSP - Prefeitura de São Paulo

PP - Partido Popular

PROS - Programas Sociais

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PUB - Plano Urbanístico Básico

PUC - Pontifícia Universidade Católica

SAB - Sociedade Amigos de Bairro

SAR - Secretaria das Administrações Regionais

SEADS - Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

SEESP - Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

SEBES - Secretaria de Bem-Estar Social

SEDIN – Sindicato da Educação Infantil

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC - Serviço Social do Comercio

SEV - Serviço de Ensino Vocacional

SCFBES - Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social.

SHS – Secretaria de Higiene e Saúde

SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento

SME - Secretaria Municipal de Educação

SURS - Supervisão Regional de Serviço Social

UDC - Unidade do Desenvolvimento Comunitário

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNSP - União Nacional dos Funcionários Públicos

USAID - Agencia Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I – MOVIDOS PELA NECESSIDADE	12
1.1 UM RETRATO DA METRÓPOLE E OS MOVIMENTOS URBANOS	13
1.2 MÃES E DONAS DE CASA: COSTURANDO NAS RUAS DA CIDADE	21
1.2.1 Quem Sabe Ensina, Quem Não Sabe Aprende	25
1.2.2 Quem Eram Essas Mulheres?.....	32
1.3 TRABALHADORES DA CRECHE: ENTRE MILAGRES E BOLOS	37
1.3.1 Direito de Representação, Pra Quê?.....	41
1.3.2 Trabalhadores da Creche: Atitude Corporativa?.....	49
1.4 FILHOS DE DEUS: UM REINO PARA OS BATIZADOS	60
1.4.1 Uma Raiz que dá Ramos Diferentes.....	62
1.4.2 Em São Paulo: Contentar-se com Pouco Não é Pecado.....	67
1.5 A CRECHE NA TRILHA DAS FEMINISTAS.....	72
1.5.1 Em São Paulo: Assinatura de Identidade.....	76
1.5.2 Creche: Um Ponto na Pauta.....	82
PARTE II – A LUTA POR CRECHE EM SÃO PAULO.....	88
2.1 FELICIDADE: CRIANÇA PEQUENA PRECISA DISSO?.....	89
2.2 NÃO TINHA BOLO, MAS TINHA COPA	97
2.3 O MOVIMENTO POR CRECHE: POSIÇÃO E NÚMEROS EM DISPUTA	101
2.3.1 Movimento de Luta por Creche: Um Assunto Puxa o Outro.....	108
2.3.2 Movimento de Creche Conveniada	114
2.4 UMA EDUCADORA PEDE PASSAGEM	120
2.5 EI, E NÓS? AS CRIANÇAS QUEREM UM LUGAR.....	130
2.5.1 A Creche Sob os Holofotes	134
IMPRESSÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta pesquisa de mestrado que estuda e pretende responder algumas indagações sobre o processo de expansão das creches ocorrido a partir do final da década de 70 na cidade de São Paulo. O período recortado vai de 1976, ano em que a creche se torna uma reivindicação coletiva e pública, até 1984, quando o movimento por creche é investigado no legislativo paulistano, em uma época marcada por fortes tensões sociais contra as políticas recessivas e os embates pela redemocratização do país. No contexto dessas lutas, segundo apontado por Sader (1988), enquanto os novos personagens entravam em cena e surgiam os movimentos por melhorias das condições de vida, por liberdades sindicais e democráticas, as mães e as mulheres da periferia de São Paulo colocaram a necessidade urgente da creche. Vários estudos sobre o tema já foram realizados, mas por sua complexidade e importância é possível que se possa lançar luz sobre questões ainda pouco esclarecidas como, por exemplo, compreender o papel dos trabalhadores na construção da luta por creches. Ao estudar a história desse movimento, que criou a condição para a expansão das creches e as atividades propostas aos profissionais da creche, pretende-se contribuir para a compreensão sobre como se instituiu a rede pública de creches na cidade de São Paulo.

“Afim, de quem são os direitos e deveres nessa história toda?” A pergunta, retirada do jornal *Nós Mulheres*, ilustra uma situação que se estende ao longo dos anos no que se refere à creche na cidade de São Paulo. A matéria intitulada “Mais uma vez: Creche!” identifica que continua “[...] o problema de sempre. Muitas crianças para poucas creches, ou melhor, poucas creches para milhares de necessitados [...]” (NÓS MULHERES, n. 6, 1977). Rosenberg (2001) ajuda a fornecer pistas sobre o lugar destinado à educação das crianças pequenas ao evidenciar uma concepção de educação infantil, instituída pelo Estado brasileiro, que perpassava as políticas públicas do município de São Paulo, baseada no Desenvolvimento da Comunidade, questão estudada por Teixeira (1985) e Ammann (1989). A autora demonstra que os programas eram pobres para camadas empobrecidas, com vistas a evitar conflitos e silenciar setores populares, que poderiam se revoltar contra o regime instituído. Em seu estudo “A LBA, o projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional”, mostra que o governo federal, diante das desigualdades sociais existentes no país, recomendava o estabelecimento de convênios com prefeituras e entidades filantrópicas para atender às crianças pequenas por

meio de programas de baixo custo. Assim foi “[...] o Projeto Casulo que permitiu uma entrada direta do governo federal, sem passar pela administração estadual, em grande número dos municípios espalhados pelo território nacional”. Prossegue afirmando que o projeto “[...] privilegiou a participação da comunidade como forma de custeio, argumento legítimo para diminuição de custos.” (ROSEMBERG, 2001, p. 153).

Diante da exclusão social, Sposati (1988, p. 20) mostra que os discursos dos progressistas e dos conservadores apresentavam os mesmos componentes e se aproximavam: “o avanço democrático e opção pelos pobres”. A “igualdade de oportunidades” organizava a exclusão ao atender questões emergenciais (SPOSATI, 1988, p. 49). Em São Paulo, as duas questões se radicalizaram: parte da Igreja fez a opção pelos pobres, de tal forma que, em certa medida, substituiu o Estado por meio do programa “Operação Periferia”, quando criou os centros comunitários, locais que ofereciam assistência às pessoas desfavorecidas. Lá era possível fazer curso, regularizar documentos, ter assistência jurídica etc. (SADER, 1988). O mesmo Estado que afirmava a necessidade de governar voltado para a periferia e com quem a Igreja estabeleceu vários pactos. Um deles em 1979, quando foram pactuadas as questões da transição democrática por cima, deixando de fora os movimentos sociais que haviam lutado pela redemocratização do país (ROMANO, 1979). Singer (1980) mostra as peculiaridades e a distinção entre os novos e velhos movimentos e, de certo modo, como esses se entrecruzavam. Com a investigação de Gohn (1985), apreende-se como os setores populares organizaram-se, as suas manifestações e a história do movimento de creche na zona sul de São Paulo. No contato com a obra de Sader (1988) se conhece o que ele identificou como os novos movimentos sociais e as suas articulações. No caso da creche, as propostas governamentais pautavam-se, frequentemente, pela caracterização da emergência. Aprofundando a trilha, Kuhlmann (2000), em seu estudo sobre a história da educação infantil brasileira, demonstra que há uma intencionalidade nos projetos dos governos; a construção das políticas públicas, destinadas aos setores populares, oferecia um mínimo de provimento de proteção social:

[...] as aspirações por uma sociedade igualitária seriam muito mais indígenas do que as idéias que sustentaram a voracidade colonizadora neste país, em que as políticas sociais têm uma história que prima pelas mínimas concessões, no limite da capacidade de se conter os conflitos por meio da repressão (KUHLMANN, 2000, p. 11).

Na distribuição do pão, os santos apareciam e desapareciam para contar ou recontar o milagre. O governo, em véspera de eleição, contava um conto. E a Igreja não ficava atrás, por

força do compromisso com seu rebanho. Já os trabalhadores lutavam por salários, não podiam esperar e haviam perdido parte das ilusões com a aura missionária. A crença nas “moças boazinhas que tinham dó dos pobres” havia sido enterrada (IGNARRA, 1985, p.71). As mulheres eram as protagonistas, mas quais mulheres? Rosemberg esclarece que, desde 1975, Ano Internacional da Mulher, a questão da creche “[...] está presente em quase todo ato público feminista, publicação ou evento”, mas considera que a “[...] participação de grupos feministas no Movimento de Luta por Creches, foi, na verdade, episódico, tendo cessado logo” (ROSEMBERG, 1984, p. 76 - 77).

A creche era necessária para as mães terem um lugar onde deixar os filhos e trabalhar fora, questão que elas percebem e declaram em carta elaborada em novembro de 1975, enviada às autoridades em junho de 1976:

[...] por causa da alta do custo de vida [...] nós mulheres precisamos trabalhar, mas não temos creches para deixar nossos filhos. Eles ficam trancados em casa, se queimando, se machucando, comendo sujeira, ou soltos na rua, sem nenhuma proteção [...]. E, olha, não é por falta de procurar [...] (BRASIL MULHER, n. 3, 1976).

Lutavam ao mesmo tempo em que buscavam alternativas próprias para organizar um lugar seguro onde as crianças pudessem ser educadas. O jornal Nós Mulheres, na edição número 6, divulga uma extensa matéria relatando a situação das creches em São Paulo e mostra a iniciativa das mulheres da periferia que agiam em duas frentes: cobravam creches gratuitas do poder público, chamadas de creches diretas, e se organizavam abrindo creches em espaços adaptados.

O poder público, no caso de São Paulo a prefeitura, tinha por responsabilidade assumir inteiramente a educação das crianças pequenas, mas as mulheres sabiam que não era possível esperar e abriam as creches comunitárias, como na experiência reportada na zona leste de São Paulo: “[...] a comunidade de Burgo Paulista, subúrbio da zona leste, se reuniu na paróquia do bairro e com trabalho comunitário deu início a uma creche que está agora comemorando dois anos” (NÓS MULHERES, n. 6, 1977). As professoras, solidárias, trabalhavam com salários baixos e nas férias, pois a creche não fechava e o trabalho voluntário prevalecia: brincavam com as crianças, trocavam, faziam a limpeza e a comida. A matéria “Mais uma vez: creche” informava que as diretas totalizavam quatro:

[...] que têm tudo fornecido pela prefeitura [...]. Nas creches diretas é possível esse tipo de atendimento, não apenas em termos de espaço e alimentação, mas também no atendimento pedagógico: a prefeitura é um padrão mais rico

e paga melhor seus funcionários, que são mais especializados (NÓS MULHERES, n. 6, 1977).

A luta por creche espalhou-se, penetrando na agenda política. Os movimentos e organizações feministas capturaram a questão da creche e a apresentaram às mulheres trabalhadoras que começavam a se organizar nos sindicatos, com o intuito de que elas assumissem a creche como bandeira de luta. O milagre econômico, que mandava esperar crescer o bolo para depois ser fatiado, também atingia os trabalhadores que se alinhavam às lutas para romper o silêncio e a repressão imposta pelo regime militar. O Boletim Informativo da Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo (APASSP) informava:

Não podemos nos esquecer do momento que vivemos hoje, onde várias categorias se levantam através de seus órgãos, sejam associações, sindicatos, etc. para manifestar suas insatisfações e reivindicar seus direitos, que vão desde melhores condições de vida até liberdades democráticas (APASSP, 1978).

Numa rara aliança juntavam-se os profissionais de nível universitário com os “de baixo” numa greve puxada pelos lixeiros (VEJA, n. 556, 02/05/1979).

A cozinheira Maria da Pureza, ao depor sobre creche na Comissão Especial de Inquérito (CEI), aberta pela Câmara Municipal de São Paulo em 1983, lança luz sobre as escolhas das políticas públicas quando afirma:

Dizem que não fornecem a farinha de trigo porque o bolo já vem pronto [...] o repolho vem em estado bruto. Desde as raízes até a folha que você vai aproveitar. Limpo, um repolho de um quilo e meio se reduz a meio, não sendo suficiente para todo mundo. E nós ficamos dentro da cozinha fazendo o milagre brasileiro. (CEI/DOSSIÊ I, p. 44, 47).

E assim havia muito protagonismo no movimento e creche de menos para as crianças. Este trabalho arrisca descobrir alguns novos ingredientes deste bolo, embalado no depoimento de um dos vereadores da Comissão que havia visitado uma creche e não se conteve perante a fala de Maria Pureza: “[...] aquele bolo pronto de chocolate é uma barra. As crianças não gostam, eu também não gosto” (CMSP/CEI, Relatório Final, 1985, p.23).

Para compreender o movimento por creche e as suas lutas no cotidiano, com o intuito de contribuir no entendimento do processo da construção da rede de creches de São Paulo, foi importante conhecer um pouco da sua história anterior. Nesse sentido, estudaram-se as contribuições de Kramer (2006), Kishimoto (1988) e Kuhlmann (1998), que possibilitaram uma visão panorâmica do tema e a compreensão de alguns pontos do período estudado.

Cardoso (1987, p.7) mostra a necessidade de se estudar a participação popular e identifica alguns aspectos relacionados de forma recorrente nas pesquisas sobre o tema: os movimentos urbanos são novos e de resistência a qualquer tipo de dominação, portanto, anti-Estado. Ao refletir sobre os pontos indicados, questiona a “leitura um pouco apressada da história” sobre os “novos atores” e “autonomia” que seria a “manifestação espontânea das camadas populares”, em oposição ao tradicional, a manipulação, a cooptação, e chama atenção para o cuidado com as classificações e hierarquizações. Indica a importância de se estudar os contextos e processos, enfatizando a necessidade de se prestar atenção aos relacionamentos e processos de negociação com o Estado:

[...] não há dúvidas que estamos diante de novos atores, que dialogam direta e asperamente com o Estado, mas, para decifrar este diálogo, é preciso também um código novo. Se, por um lado, a sociedade contemporânea redescobriu modos de participação, por outro, o Estado ampliou e diversificou seu espaço de ação (CARDOSO, R., 1987, p.7).

De Chartier emprestamos o conhecimento sobre a representação e a circulação das ideias, pois as obras carregam marcas organizadas, editadas e postas em circulação por sujeitos históricos e que a leitura é uma prática encarnada (CHARTIER, 1990, p.178). Sobre a construção das identidades sociais, explica que existem duas vias: a primeira é a relação de forças entre os que detêm o poder e os instituídos e a segunda é a capacidade de reação destes grupos de se reconhecerem e se imporem. As representações expressam poderes e posições, são frutos de escolhas e regulam a vida coletiva:

Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das histórias econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade (CHARTIER, 1990, p. 182-183).

Esclarece ainda que, entre a proposta e a realização, pelo modo como se exerce o poder, existe um espaço de crítica podendo ocorrer mudanças que transformam os indivíduos, as regras e as instituições (CHARTIER, 1990, p.188).

Este estudo realiza uma investigação histórica, e os procedimentos da pesquisa procuram refletir e trazer à tona as questões da experiência e do cotidiano dos grupos sociais e pessoas que, de algum modo, protagonizaram essa história. Para penetrar e ajudar a abrir fendas

que possam responder algumas indagações, este estudo inspira-se em autores como Ginzburg (1987), Williams (1992), Hobsbawm (1998) e Thompson (2001).

Na tentativa de não incorrer em riscos de generalizações nem de excessivas fragmentações, recorre-se aos conhecimentos de Thompson, que estudou os movimentos sociais e mostra o significado da experiência humana na mediação entre as estruturas e os processos, em meio às contradições e expectativas. As ações são realizadas por sujeitos e, segundo Thompson, há:

[...] um sem-número de contextos e situações em que homens e mulheres, ao se confrontar com as necessidades de sua existência, formulam seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos ao seu modo de vida. Nesses contextos, não se pode conceber o ser social à parte da consciência social e das normas (THOMPSON, 2001, p. 261).

Esta é uma questão que Sarti (1981) demonstra no estudo “O cotidiano da mulher na periferia urbana”, quando observou como as mulheres enfrentavam as adversidades e associavam a feminilidade e maternidade. São suas as palavras:

[...] surpreende-me a excepcional habilidade com que lidam com bebês, como quem sabe que aquilo é assunto de sua competência. Ser mãe significa não só sua maturação como mulher, como lhe confere a respeitabilidade de quem cumpriu seu destino (MULHERIO, n. 1, 1981).

Thompson ainda ajuda a entender o sentido das motivações, que reúnem as pessoas em torno de experiências coletivas e o modo como podem “[...] repercutirem nas idéias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas” (THOMPSON, 2001, p. 263). Além de modificá-las, como demonstra o depoimento da coordenadora da mesa da assembleia do Movimento do Custo de Vida, em 1976 “[...] juntando uma mãe com outra, um grupo de mães de um bairro com outro, uma região com outra, é possível fazer [...]” (BRASIL MULHER, n. 3, 1976).

Os fundamentos que possibilitaram abrir brechas e fendas pautaram-se nas contribuições de Carlo Ginzburg, que ensina a perscrutar sinais, rastros e a identificar pistas; diz que o homem “[...] aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba” (GINZBURG, 1989, p.151), e se a “[...] verdade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (Ibidem, p.177). Nos estudos do moleiro Menocchio apreende-se o significado de como as aparências podem dizer pouco e como as lacunas da história podem ser preenchidas, quando se puxam os fios da meada ao se analisar cenas do cotidiano de acontecimentos singulares (GINZBURG, 1987). Não pode ser outra a

razão de quem escreve a história, que deve assumir a responsabilidade pública no estudo de documentos, textos e depoimentos, na busca das evidências que procura registrar e desvelar o passado. Para Hobsbawm:

Os não acadêmicos que necessitam e consomem a mercadoria que os historiadores produzem, e que constituem o seu mercado mais amplo e politicamente decisivo, não se incomodam com a nítida distinção entre os “procedimentos estritamente científicos” e as “construções retóricas” que era tão fundamental para os fundadores da Revue (HOBSBAWM, 1998, p.285).

Williams ajuda a entender como ocorrem as interações entre os homens, as formações e de que modo as instituições formais e informais se articulam e se influenciam. Segundo o autor, as redes sociais, grupos e associações independentes se constituem e se dissolvem numa rapidez que “[...] podem parecer desconcertantes. Contudo isso não é razão para que se ignore o que, tomado como processo global, é um fato social tão generalizado” (WILLIAMS, 1992, p. 68). Mostra ainda o modo como os intelectuais – produtores culturais – se inserem na sociedade e que, apesar das disputas e dos distanciamentos aparentes, apresentam traços de pensamentos comuns.

Os documentos foram peças fundamentais e a base deste estudo. Para apreender o seu conteúdo, entender o significado da sua procedência, o desejo de guardar na memória as coisas que se faz ou selecionar o que se guarda no acervo, lançou-se mãos do conhecimento de Le Goff, que explica: “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabrica segundo as relações de força que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2003, p. 545). O autor ajuda a entender que a memória não guarda apenas lembranças do passado. Mostra a importância da memória coletiva e que ela é, também, objeto de poder. Assim como os documentos, as bibliotecas e os arquivos – onde se encontram os materiais da história – são construídos socialmente e resultam de perdas, ausências e escolhas.

Paoli chama atenção para o debate sobre o passado e a história. Esclarece sobre o sentido da identidade na construção da cidadania de uma sociedade e para a importância de se reconhecer o direito ao passado. Um reconhecimento que aceita as ambigüidades das lembranças, do esquecimento e até mesmo das suas deformações. Segundo a autora, um reconhecimento que aceita riscos e “orienta-se pela produção de uma cultura que não repudie sua própria historicidade, mas que possa dar-se conta dela pela participação nos valores simbólicos da cidade, como o sentimento de ‘fazer parte’ de sua feitura múltipla.” (PAOLI, 1992, p. 27)

Uma fonte importante que também ajuda a conhecer o passado, ainda que recortado, fragmentado e até deturpado, são os periódicos que fornecem pistas sobre os acontecimentos postos em circulação. Ao se escolher o seu uso como uma das fontes de pesquisa é preciso levar em conta que se trata de um artefato inventado na sociedade moderna, e, como tal, exerce influência na sociedade e não registra apenas os seus acontecimentos. De Luca mostra que é preciso “[...] dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica em atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação” (DE LUCA, 2008, p. 140). Também há que se considerar os jornais da chamada grande imprensa com as suas estruturas organizacionais e empresariais, grande tiragem e visibilidade e os jornais da imprensa de menor porte, os identificados como imprensa alternativa ou populares. Os periódicos, tanto da grande imprensa quanto os populares ou alternativos, são carregados de intencionalidade. Segundo Cruz e Peixoto, a imprensa articula passado, presente, apontando tendências para o futuro:

Trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social atua na produção da hegemonia, a todo tempo [...] (CRUZ; PEIXOTO, 2007. p. 258, 259).

Nesta investigação de natureza histórica lançou-se mão, além da revisão bibliográfica, de documentos oficiais e normativos, periódicos da grande imprensa e da imprensa chamada alternativa, em especial os feministas, e de folhetos postos em circulação pelos movimentos sociais. Em um primeiro momento, após as primeiras orientações onde pouco se entendeu e muito se perguntou, ocorreram as primeiras rodinhas de café: reuniões informais entre colegas que se tornam amigos e que ajudaram a seguir em frente. As “pistas” foram desde ir para a biblioteca ver o que outros fizeram: das leituras de manuais ou livros “Como se faz uma tese em ciências humanas” de Umberto Eco. Depois das segundas e terceiras orientações, iniciou-se a uma fase do exercício de exploração: fazer a revisão da bibliografia, a leitura de livros, textos e artigos, documentos que só se pode excluir depois de conhecer. Chegou o período de encontrar os documentos: percorrer bibliotecas e arquivos, um pouco confuso, atrapalhado, é verdade, mas de um sabor como o bolo da Maria Pureza. Separar os papéis, os textos, as apostilas, a vontade de ler tudo o que cai às mãos, perder-se no folheto pela metade, no papel desbotado, nas anotações nas bordas das folhas, no tipo das máquinas manuais, elétricas, no carbono, mas

como na música, o tempo é inexorável e não para, e há necessidade de organizar o estudo, os materiais e de escrever o texto.

No emaranhado deste trabalho, foi de grande valia o estudo e a organização da lista dos documentos sobre creche que se encontram na biblioteca Ana Maria Poppovic, da Fundação Carlos Chagas. O preparo da lista desses documentos foi necessário para o processo da sua digitalização. O contato com os títulos, nomes, anos e autores possibilitou uma aproximação e intimidade com o material. Foram cerca de 1.500 títulos. As funcionárias da biblioteca foram facilitadoras de grande valia. No começo um pouco de timidez, mas depois a persistência tornou as coisas mais fáceis. No segundo momento, na expressão do orientador, foi o momento de “mastigar” o assunto: o acesso ao material tornou-se possível porque 1.500 recortes de periódicos estavam em arquivo digital e mais de 700 documentos também foram selecionados, classificados e digitalizados. Este produto é resultado do projeto “Fontes e Tendências Historiográficas na História da Educação Infantil”, coordenado pelo professor Moysés Kuhlmann Júnior, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Um projeto que envolveu a organização e a digitalização dos documentos para disponibilizá-los na internet, na página da História da Educação e da Infância, que está disponível no Portal da Fundação Carlos Chagas.¹ Ainda nesta biblioteca foi realizada pesquisa na coleção dos periódicos feministas: Nós Mulheres, Brasil Mulher e Mulherio, sendo que este último foi digitalizado e é de fácil acesso na página da Fundação na internet. Também se lançou mão de artigos da coleção Cadernos de Pesquisa, que se encontra na internet, salvo os suplementos que puderam ser localizados nas estantes.

O estudo de matérias jornalísticas, fonte importante da pesquisa, foi complementado em outros locais, pois os recortes da Fundação Carlos Chagas são, em sua maioria, do jornal O São Paulo, ligado à Arquidiocese da Igreja Católica e à Folha de São Paulo. A coleção do jornal Em Tempo foi localizada no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM),

¹ A biblioteca Ana Maria Poppovic, no conteúdo especial História da Educação e da Infância, disponibiliza, em seu sítio <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/jsp/educacaoInfancia/index.jsp>>, acesso aos documentos digitalizados em formato PDF (*portable document format*). Cada arquivo indexado em sua página principal é composto de um conjunto de documentos correlatos, que podem ser buscados por pesquisa textual. Neste estudo, cita-se o documento principal, seguido do documento interno que se deseja referenciar. Está disponível a consulta sobre os seguintes temas e instituições: Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (inaugurada em S. Paulo, no final do século XIX), Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (mantenedora do Asilo dos Expostos, relatórios do início do século XX), Parque Infantil da cidade de São Paulo (vários documentos, de 1938 a 1975), Creche no Brasil, até 1960 (alguns documentos), Creches no Brasil a partir de 1970 (aproximadamente 4 centenas de documentos), Creche de S. Vicente de Paulo, Porto, Portugal, livro Por amor das criancinhas, comemorativo do seu centenário. Para ter acesso aos textos dos documentos, os interessados precisam se cadastrar. A página põe à disposição, também, artigos e teses, assim como links para sítios de interesse.

que organiza material dos movimentos sociais e tem um bom atendimento, fotografando e enviando as matérias selecionadas por meio eletrônico, sem burocracias e a um custo baixo, e um caderno obtido por empréstimo do orientador. Na página do Arquivo Histórico do Estado foi possível estudar matérias do jornal MOVIMENTO, periódico alternativo importante na época estudada, e na Câmara Municipal de São Paulo localizou-se recortes de outros periódicos que ajudaram no estudo sobre o papel dos trabalhadores no processo de construção da história da creche na cidade de São Paulo.

No arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV), criado em 1973, que possui a memória de movimentos sociais da década de 70 e 80, foram localizados folhetos, cartas, periódicos alternativos, revistas, convites, filipetas dos movimentos sociais e populares, mais especificamente dos movimentos de creche, de mulheres e dos trabalhadores. O arquivo está desorganizado, encontra-se em dificuldades financeiras, e as visitas precisam ser marcadas com antecedência. Lá se estabeleceu contato com o senhor Valdo, que foi assessor de vários movimentos sociais e mantém página na internet, o “sitio polêmico”, que ajudou a esclarecer várias lacunas das questões relacionadas aos trabalhadores. Foi contatado o Centro de Referência Mario Covas, que tem página na internet onde os títulos podem ser analisados e selecionados, mas o atendimento local é restrito e não disponibiliza o ingresso direto à sua biblioteca. Um sistema de pesquisa avançado, ágil e gratuito é oferecido pelo Arquivo Digital Veja, que tem todas as edições disponibilizadas na internet, com busca de fácil acesso.

Três outros centros de documentação e biblioteca foram visitados. O Centro de Documentação, biblioteca e arquivo da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS), possui vasto material, documentos, revistas e textos, e está em fase de reorganização. Possui coleção de boletins antigos da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e outras coleções quando ainda se encadernavam os materiais para, provavelmente, preservá-los. Na biblioteca da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) há muitas caixas de documentos em fase de recuperação, pois por um tempo, que não foi possível esclarecer, o acervo ficou em um depósito por conta de uma enchente e lá se perdeu muito material. A Secretaria de Educação do Município possui dois locais separados de pesquisa: a Memória Técnica Documental e a Biblioteca Pedagógica professora Alaíde Bueno Rodrigues, que possui acervo organizado. Oferecem bom atendimento e esclarecem dúvidas por meio eletrônico. Foi ainda realizada visita ao centro de Documentação e Informação Científica da

PUC/SP (CEDIC), à biblioteca da PUC/SP e à Biblioteca Obra Social Redentorista de Pesquisas Religiosas da Congregação do Santíssimo Redentor. Além da busca nessas instituições, algumas informações e textos complementares foram localizados por meio eletrônico na internet. Os sebos foram excelentes na localização de livros que têm edição esgotada, a preços baixos.

O desenvolvimento do trabalho está composto em duas partes. Na primeira, além de abordar a questão do movimento urbano, constam os protagonistas: atores principais e secundários, mas não menos importantes. Primeiro, as mulheres e os trabalhadores, que punham a mão na massa. Depois, feministas e a Igreja, que ajudaram na organização das lutas, mas com os pés em muitas canoas. São atores sociais que empreenderam uma luta cotidiana enfrentando as autoridades municipais, momento em que o Estado brasileiro era autoritário e repressor. Foram protagonistas de um movimento social mais amplo em um período que levou grupos de intelectuais a se questionarem e a estudarem esses movimentos numa nova perspectiva. Para Maria Celia Paoli, Eder Sader e Vera da Silva Telles, a noção de sujeito teria definido essa ruptura que emergia daquela nova produção, conferindo “[...] às práticas dos trabalhadores, como dotadas de sentido, peso político e significado histórico na dinâmica da sociedade” (PAOLI; SADER; TELLES, 1984, p. 130).

Na segunda parte aborda-se a entrada da creche como política pública na prefeitura de São Paulo, sua apropriação pelo movimento social e as suas lutas. Mostra como a creche penetra na agenda política, motivando a instalação de uma Comissão Especial de Inquérito, e apresenta o movimento por creche, com suas concepções e propostas distintas: o Movimento de Luta por Creche e o Movimento de Creche Conveniada, e como se desenhou a proposta de creche para a cidade.

PARTE I – MOVIDOS PELA NECESSIDADE

O movimento por creche na cidade de São Paulo projetou-se em um cenário em que a economia andava bem, mas a população ia mal. Na cidade, o setor de serviços expandia-se em decorrência da industrialização e o poder público respondia às demandas do crescimento econômico. Rasgava a cidade em avenidas, metrô, moradias para os setores médios e segregava os trabalhadores chamados para construí-la. Uma segregação que oprimia e intensificava a pressão por demandas e desejos, fazendo com que as pessoas se organizassem e lutassem por direitos. Lutas identificadas por estudiosos como *lutas dos movimentos sociais urbanos*.

Singer (1980), Gohn (1985) e Sader (1988) estudaram os movimentos sociais urbanos dos anos 70 e contribuíram para que se entendesse o significado do movimento por creche, uma necessidade das mulheres da periferia que, pelo alto custo de vida, desejavam trabalhar fora de casa para ajudar no provimento doméstico, mas não tinham onde deixar seus filhos.

Esses movimentos lutavam por bens de consumo coletivo e se relacionavam com o Estado – no caso deste estudo, a prefeitura de São Paulo – que articulava as suas políticas em consonância com o governo federal. Para conhecer a administração pública, buscou-se a contribuição de Sposati (1988), que investigou de modo aprofundado a história da gestão municipal e as políticas públicas da área da assistência, lugar onde se projetavam as políticas da creche. Ao analisar a emergência das políticas públicas que mantinham excluídos os setores mais pauperizados da população, a autora mostra que a realidade exigia do governo respostas – ainda que parciais – e também como os discursos dos progressistas e dos conservadores aproximavam-se: “[...] neste contexto, o avanço democrático da sociedade e a opção pelos pobres aparecem como componentes necessários, tanto nos discursos mais conservadores como aos mais progressistas” (SPOSATI, 1988, p. 20). Romano, ex-frei dominicano, identificava esse mesmo processo no pacto social entre a Igreja e o Estado. A Igreja, representada por D. Luciano Mendes, e o Estado pelo governo Figueiredo. O autor reproduz trechos da entrevista de D. Luciano que mostram a sua abrangência:

Nunca haverá sucesso sem um sacrifício coletivo, atingindo em primeiro lugar aqueles que gozam de privilégios para criar condições de vida mais dignas para os necessitados. Portanto, este pacto exige reformas, a serem feitas não pela força nem pela violência [...] a receptividade do Governo se traduz pela aceitação da ideia, mas a receptividade concreta se traduzirá na operacionalização dela (MENDES, apud ROMANO, 1979, p. 250).

Cardoso (1987) identifica, nos estudos sobre os movimentos sociais, a ausência do Estado e também uma relação dúbia deste com os setores que precisam ser atendidos e o aponta “[...] como inimigo dos movimentos”, conferindo-lhe o poder de destruí-los e esclarece que, ao contrário dessas afirmativas, “[...] as periferias urbanas lutavam para serem reconhecidas pelo Estado” (CARDOSO, R., 1987, p. 1). Critica o discurso unitarista de grupos de esquerda e de intelectuais afirmando que, mesmo quando os movimentos realizaram algumas “[...] ações conjuntas, elas não têm continuidade e não criam novas organizações” (Ibidem, p. 4). Destaca ainda a necessidade de se fazer uma distinção entre “[...] os grupos democráticos e autônomos dos cooptados” (Ibidem, p. 8).

1.1 UM RETRATO DA METRÓPOLE E OS MOVIMENTOS URBANOS

Na metrópole, a polêmica frase “São Paulo deve parar”, do prefeito Figueiredo Ferraz, em pleno governo Médici, no auge do milagre econômico, causou mal estar entre as várias instâncias de poder. Mas prenunciava a situação que se instaurava em São Paulo. Os “Estudos sobre a problemática social da cidade de São Paulo”, realizado em 1975 pela Secretaria de Bem-Estar Social, mostra essa preocupação: “[...] elementos para reflexão e discussão acerca da múltipla e complexa teia de problemas que condicionam a existência de grande parcela da população desta cidade” (SEBES, 1975). A coletânea apresenta um diagnóstico da cidade e mostra um retrato das condições da metrópole e do seu crescimento vertiginoso e caótico: os autores selecionados e os temas tratados apontam as escolhas por parte da equipe que dirigia aquele órgão. Organizado pelo setor de pesquisa, os temas tratados foram “Desenvolvimento e Marginalidade”, cujos autores de referência eram Lúcio Kowarick e Aníbal Quijano, e o bloco “Trabalho e renda” ancorava-se em Manuel Berlinck e Paul Singer.

Os aspectos selecionados foram: moradia, educação, saúde e lazer, além de enfatizar as questões dos serviços urbanos e o associativismo (SEBES, 1975). Os dados sobre “O diagnóstico da situação habitacional em São Paulo” retratam que havia “121 aglomerações de favelas” em 1970 e em 1973 marcava-se “542 aglomerações” e as “casas precárias de periferia” totalizavam “352.047” ocupadas por famílias, em locais desprovidos de serviços urbanos (SEBES, 1975, p. 52). A população havia aumentado duas vezes e meia no período, indo de 3.709 (milhões habitantes) em 1960, para 8.493 (milhões habitantes), em 1980 (SADER, 1988, p. 67). Essas informações sobre a população dão uma dimensão da dinâmica da cidade representada nos estudos que norteavam os trabalhos da Secretaria. Cabe ressaltar que o interesse social da

moradia não estava no horizonte e a especulação imobiliária agia de modo perverso e sem regulação. Organizava os loteamentos com intervalos de terra vazia. Deixava imensas áreas vazias entre um loteamento e outro e fixava os trabalhadores em regiões afastadas dos locais de trabalho que eram “verdadeiros acampamentos desprovidos de infra-estrutura” (CAMARGO, 1976, p.30). Nesse cenário surgiu o que se designou periferia: “aglomerados, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde vai residir a mão de obra necessária para o crescimento da produção” (Ibidem, p. 25). Além de designar os bairros afastados, “[...] tornou-se sinônima, em certos meios, da noção de marginalização ou de exclusão social” (Ibidem, p. 23). Mais do que as distâncias passou a significar a falta de serviços e assistência. Serviços esses que deveriam ser providos pelo Estado, diretamente ou por meio de contrato de concessão e cobrança de taxas. A sua expansão era cara e nem sempre supria a demanda, mas não era o caso de São Paulo onde o problema era como as prioridades eram selecionadas e para quem se construía a cidade (SINGER, 1980, p.84).

O prefeito Prestes Maia, no período de 1961 a 1965, rasgou a cidade com grandes obras viárias para atender a indústria e na sua gestão as empreiteiras importavam mão de obra barata do migrante (SPOSATI, 1988, p. 186, 209). Estimulava a vinda de grandes contingente populacionais sem a contrapartida de direitos sociais básicos. Essa segunda onda de migração expande os loteamentos clandestinos sem oferecer nenhuma condição de viver na cidade que, contraditoriamente, era a mais rica do país. Uma riqueza construída pelas mãos desses trabalhadores e trabalhadoras ocultados e largados, que moravam nas casas de periferia, aglomerações e nos cortiços.

Em 1972 o Tribunal de Justiça encomendou uma pesquisa para conhecer o problema da criança e do adolescente, que, à época, era designado como “menor”.² A pesquisa “Estudo sociológico sobre a marginalidade e a reintegração sociais do menor na cidade de São Paulo”, realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, indica os lugares de nascimento dos imigrantes vindos para a capital de São Paulo que ajudavam na composição de “um grande exército de reserva” para a indústria: do interior do Estado de São Paulo eram 45,4%; do exterior eram 25%; de Minas Gerais, 9,6%, da Bahia, 4,9% e de outros lugares, 7,3% (SEADS, 1972, p.21).

² A expressão “menor carente” era utilizada em vários textos estudados, baseada na concepção da marginalização cultural.

Vivia-se a expectativa do bolo que crescia, mas não se repartia, o que, segundo Draibe, levou Médici a afirmar que “[...] a economia vai bem, mas o povo vai mal”. Isso teria levado o governo a desencadear iniciativas no campo das políticas sociais e, segundo a autora, em que pese essas políticas não ocuparem posição central na agenda dos governos militares, “foi sob o regime militar que se consolidou e expandiu o sistema brasileiro de proteção social” (DRAIBE, 1994, p. 272). Mostra ainda o alto grau de concentração da renda e a opção em conceder benefícios com base em uma regulamentação excludente: “[...] estar empregado, ter renda, contribuir e, além disso, ter ‘voz’ e algum reconhecimento como interlocutor válido” (Ibidem, p. 298).

Em São Paulo não foi diferente: o processo de seleção aos serviços coletivos discriminava a inclusão dos mais pobres por meio de políticas excludentes e aprofundava as desigualdades sociais. A cidade demandava e as camadas desfavorecidas exerciam mais pressão na prefeitura em busca da solução para os seus problemas e não no governo estadual, indicando que os interesses e direitos ultrapassavam o legal e buscavam o que era legítimo. Os embates entre as esferas de governo estadual e municipal chegaram a ser frequentes devido às competências e responsabilidades sobre as políticas públicas: ao município cabia a responsabilidade pela infraestrutura e ao nível estadual os encargos sociais. (SPOSATI, 1988, p.136, 233). O Executivo municipal dependia em grande medida dos recursos das outras esferas de governo e, durante o milagre econômico, pouco usufruiu da distribuição do bolo. Com a explosão da crise e do arrocho, era no chão do município que a população empobrecida fazia suas manifestações, pressionando por creches e outros serviços urbanos, mas também sabiam que era na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) que se tomavam as decisões, inclusive sobre os recursos municipais. Tanto que as mães da zona sul se reuniam desde 1973 para reivindicar “os direitos da comunidade” e no primeiro semestre de 1976 fizeram ampla manifestação na ALESP, pressionando por escolas: exigiam o cumprimento da lei que garantia o ensino público e gratuito de sete a 14 anos (BRASIL MULHER, n. 3, 1976, p. 12). É nessa toada, de porta em porta, de abaixo-assinados, de cartas às autoridades, de encontros e manifestações que se avolumaram as ações da desobediência, nas palavras de Brant:

A conquista da liberdade de manifestação pública resultou em grande medida da decisão de desobediência às proibições, legais ou extralegis [...] por parte dos movimentos e instituições que expressavam autonomia da sociedade diante do Estado (BRANT, 1980, p. 24).

Observa-se que o município exercia a competência de aprovar as suas leis pontuais desde que não infringisse a lei estadual 9.205 de 28 de dezembro de 1965. Tratava-se da “Lei Orgânica dos Municípios”, que regulava as questões municipais, sendo alterada em 1969 quando foi destinado um capítulo específico para a capital. A lei concedia amplo poder ao Estado, assim os acordos e negociações entre os poderes eram decorrentes das normas aprovadas pelo poder legislativo estadual (CMSP, Coleção das Leis e Decretos, 1965). Somente com a constituição de 1988 ocorreu a partição das responsabilidades e a autonomia dos municípios.

Em razão da complexidade do tema “movimentos sociais urbanos”, não será possível explicitar, ainda que de modo resumido, as suas diferentes concepções e abordagens, já que não é essa a intenção deste trabalho. Procurou-se trazer à tona processos de dois modos distintos de mobilização que deram suporte ao movimento por creche em São Paulo: as associações de moradores e o movimento do custo de vida.

No estudo efetuado pela SEBES, já mencionado anteriormente, um dos textos denominado “Associações Voluntárias”, aponta como os autores compreendiam a participação das pessoas das camadas populares nas associações voluntárias de caráter formal, como um partido, sindicato, clubes: “[...] enfim, as organizações que reúnem pessoas em torno de interesse comum”, referenciando-se nos estudos de Manuel Berlinck (SEBES, 1975, p. 91). Também se pautavam nos estudos de Octavio Ianni, com o intuito de entender as mudanças que estavam ocorrendo no modo de fazer política (Ibidem, p. 98). Para os autores, apesar das mudanças que ocorriam na esfera política, as associações formais não davam conta de responder às demandas coletivas localizadas, e nas relações sociais prevaleciam o conhecimento pessoal, a troca dos favores e perduravam práticas paternalistas que “[...] supõe regras de lealdade que submetem aquele que recebe o benefício” (Ibidem, p. 97), o que seria uma tentativa de manter relações de dependência. Era desse modo que percebiam a participação popular. O texto faz ainda referência à pesquisa realizada em 1970 por Rosa Krausz informando que, à época, havia 172 entidades, em sua maioria Sociedades Amigos de Bairro, e atendiam predominantemente às pessoas que chegavam de fora (Ibidem, p. 102). Outros estudos mencionam que chegavam a 500 entidades formais. As SABs, em maior ou menor grau, eram legitimadas e faziam a interlocução entre bairro, região e o Estado. Sua história remonta a 1934. Por volta de 1950, as Sociedades Amigos da Cidade foram substituídas pelas Sociedades Amigos de Bairro, que têm uma existência de longa duração (SINGER, 1980; SPOSATI, 1988).

Embora reconhecida como vínculo importante para acesso aos diversos canais institucionais, segundo o estudo, elas apareciam como “algo alheio e independente da clientela”: uma população em busca de oportunidade que não era oferecida pela cidade, cuja “[...] exclusão do processo produtivo constitui, sobretudo, um bloqueio para sua participação em outras áreas da vida social, impedindo-a de assumir comportamentos adequados ao estilo urbano” (SEBES, 1975, p. 102). Sader, que aborda os novos movimentos sociais, sugere que as SABs seriam o velho, quando afirma sobre a singularidade dos novos movimentos:

[...] quem pretender captar a dinâmica de movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas [...]. Irá perder, por exemplo, aquilo que diferenciou a liderança metalúrgica de São Bernardo da direção sindical dos metalúrgicos de São Paulo, ou uma comunidade de base de uma sociedade de amigos de bairro (SADER, 1988, p. 43).

Esta afirmação instigou e deu pistas para penetrar nas ações cotidianas das Sociedades Amigos de Bairro, as SABs e entender como se envolveram com as lutas relacionadas aos serviços urbanos e se houve alguma aproximação com o cotidiano do movimento por creche.

Na análise realizada pelos profissionais da prefeitura, destaca-se um ponto distinto, talvez o principal entre eles: nas SABs havia uma direção eleita pelos associados. Já nas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, havia uma coordenação, em geral indicada pela Igreja, que definia o seu agente como “organizador”. Em março de 1973, no “I Seminário Paulista de Sociedades Amigos de Bairro”, uma das recomendações aprovadas propõe “transformar a sua atividade em Movimento Comunitário”, não “para o povo”, mas “com o povo”. Deixava transparecer a relação com a administração pública ao recomendar que “[...] a destinação de uma parcela do imposto predial para que a mesma seja revertida para a ação comunitária” (Conselho Coordenador das Sociedades Amigos de Bairro, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo, 1973). Nessa época, em 23 de novembro de 1975, o jornal A Luta Pelo Direito divulgava a lista nominal de 142 das associações existentes na zona sul. Entrevista de Ermínia Maricato sobre as lutas na periferia, ao jornal Em Tempo em 1978, mostra a influência delas nas regiões. Ao reconhecer as associações como uma força real, diz:

[...] na hora que houver uma reforma partidária é provável que levemos um susto, por enquanto a coisa é fácil: ou se é contra ou a favor do governo. [...] a máquina montada em torno delas vai desde o palácio do governo até os plenários regionais, elas têm uma relação clientelista com o Estado [...]. Elas têm uma diretoria que é escolhida pelos sócios e em muitas sociedades os militantes são em número não muito além da própria diretoria (EM TEMPO, n. 42, 18/12/1978).

Na zona leste, por volta de 1972, foi na Ação Comunitária Beneficente de Burgo Paulista que se instalou uma das primeiras creches (NÓS MULHERES, n. 1, junho de 1976). Outra, provisoriamente, foi instalada no espaço da Sociedade Amigos de Bairros do Jardim São Nicolau, conforme registrou o Jornal da Tarde na matéria “Problemas da creche Jardim São Nicolau” (PROBLEMA DA CRECHE ..., 30/01/1978). Um provisório que se tornava permanente, pois não tinham para onde transferir a creche. Foi por ocasião do “Primeiro Encontro de Comunidade para Debater Problemas do Povo de São Paulo”, promovido pelas SABs, em março de 1975, que foi instalada a comissão que organizaria o evento em comemoração ao Ano Internacional da Mulher na Câmara Municipal (BRASIL MULHER, n.5, 1976, p. 12). O periódico FOLHETIM divulgou a história de várias lideranças femininas com o título “Estas mulheres fazem política”. Uma delas foi Josefina Detoni, presidenta da Sociedade Amigos de Bairro da Figueira Grande, dizia ela: “[...] tivemos aqui uma luta de cinco anos sustentando a creche, quando conseguimos o convênio com a prefeitura era tão pouco [...]” (O FOLHETIM, 22/7/1979). Enquanto em 1979 as mulheres do Jardim Miriam contavam sobre a conquista de um terreno para construir uma creche com o apoio da SABs no Jardim Klein, na matéria “Bairro vai impedir despejo de creche”, um dos moradores denunciava a tentativa de desativação por parte da prefeitura: “[...] se eles demolirem a creche construída através de um mutirão promovido pela Sociedade Amigos de Bairro, essas 52 crianças ficarão jogadas na rua [...]” (BAIRRO VAI IMPEDIR..., 19/05/1980).

Nessa época também foram propostos pelo Plano Urbanístico Básico (PUB) a criação de 1.000 centros comunitários, ideia concretizada em 1979 no governo de Reynaldo de Barros por meio do decreto 6.100/79. Essa ação foi fortemente criticada pela Igreja que se colocava como interlocutora da população, tendo criado os conselhos comunitários, inclusive prestando serviços diretos e por meio de convênios assinados com a prefeitura. Dizia que os centros comunitários não resolveriam a questão da participação porque as decisões continuariam sendo tomadas pelos técnicos, alienados do problema da população. As SABs se relacionavam com todos os governos municipais. Na gestão Mário Covas, em 1983, elas marcam presença: participavam das reuniões e eram ouvidas. No Encontro Estadual das Associações, de março de 1983, no Sindicato dos Metroviários, um dos seus coordenadores era Walter Feldman, que mais adiante seria vereador e membro da CEI da Creche na CMSP. Na pauta do I Encontro Estadual das Sociedades Amigos de Bairro foi debatido o seu I Congresso, o programa de lu-

tas e formas de participação no governo (Relatório de 1o. Encontro - SABs, 1983). Além disso, criaram-se na Secretaria da Família e do Bem-Estar Social (FABES) os Conselhos do Bem-Estar Social nos três níveis: local, regional e central. Matéria no jornal Confluência, órgão oficial da pasta, diz a respeito da participação popular e dos conselhos:

Quando os governos tiverem em mente que a prestação de serviço, embora não seja fácil de faturar politicamente, é a postura ideal de trabalho de uma democracia, a administração pública não mais será vista como inimiga do povo (CONFLUÊNCIA, n. 3, 1985).

Por que a administração pública deixaria de ser vista como inimiga dos setores mais desfavorecidos da população? Com inimigos não se dialoga, os inimigos se combatem. As SABs adentravam na institucionalidade, e já não conseguiam manter-se como único canal de representação. Era preciso encontrar outro jeito de reivindicar e chegar até onde estava o núcleo de poder, para poder participar de forma mais direta e sem intermediação. Quem respondeu por que as pessoas se moviam, em uma entrevista, foi Maria Amélia: “[...] realmente a gente é movida pela necessidade” (O FOLHETIM, 27/07/1979).³ De forma individual ou por associações, grupos se organizavam na busca de solução para as suas faltas. Singer (1980) e Sader (1988) explicam que os movimentos se organizavam por laços de solidariedade, relação de confiança e por interesses comuns.

As carências se avolumavam e a não-resposta do poder público levava setores da população desgarrada, desenraizada, a uma situação de desespero, como escreveram as mães na carta às autoridades em que descreviam, de forma concreta e sem adjetivações, as privações por que passavam no cotidiano. Di-



Figura 1 – Brasil Mulher. nº 3. 1976

³ Maria Amélia Almeida Teles foi militante do PC do B. No período da ditadura, foi presa com os dois filhos menores de idade. Amelinha, como ficou conhecida, feminista, trabalhou no jornal Brasil Mulher e participou da coordenação dos três Congressos da Mulher Paulista. Fez parte do Comitê Brasileiro de Anistia e participou do Movimento de Mulheres da Periferia e da coordenação do Movimento de Luta por Creche em 1979. Coordenou a comissão de creche do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo e foi uma das fundadoras da União de Mulheres de São Paulo. Fez parte do grupo de trabalho que elaborou a proposta da 1ª Coordenadoria Especial da Mulher na prefeitura de São Paulo. Uma das coordenadoras do projeto Promotoras Legais Populares, em 2005 foi indicada, em um conjunto de 52 brasileiras, para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz.

ziam no primeiro trecho da carta:

Somos mães de família em desespero e mais do que ninguém sentimos os preços dos alimentos, remédios, escola, roupas, sapatos, condução e aluguel de casa. Estamos cansadas dessa exploração. Há muitas crianças por aí mal alimentadas, por isso fracas, sem poder estudar, por causa da alta do custo de vida, do salário baixo e da de vagas nas escolas (BRASIL MULHER, n. 3, 1976, p. 2)

Pautadas na sua experiência cotidiana, as mães resolveram se dirigir a todas as autoridades de uma única vez para apresentar as suas necessidades. O meio escolhido por elas foi simples, fruto da sua vivência do dia-a-dia: uma carta que foi endereçada “[...] ao presidente da república, aos senadores, deputados federais e estaduais, ao governador, ao prefeito e vereadores de São Paulo, a outras autoridades” (Ibidem). Na carta reivindicavam o controle do custo de vida, melhores salários, creches e escolas (Ibidem). Gastaram meses em um trabalho paciente colhendo as 18.500 assinaturas e decidiram programar uma solenidade para entregá-la. A data da assembleia, marcada para junho de 1976, foi deliberada pela comissão que havia realizado uma pesquisa sobre o custo de vida. Mas esse não tinha sido o começo da história.

A moda da carta havia começado em uma reunião no início de 1973, no Clube de Mães da Vila Remo, da zona sul, quando se deram conta de duas questões: a primeira era que tudo se resumia ao custo de vida e a segunda, que o Estado precisava ser provocado, disputado e cobrado, uma vez que o milagre do bolo se esgotava. O grupo escreve um texto curto e tem por base o desabafo de uma mãe divulgado no jornal Movimento, sob o título “O povo contra o custo de vida”. Diz ela: “[...] o mais doido é quando a gente sabe que os filhos estão com fome e não tem o que por na panela” (MOVIMENTO, 1977, p. 6). Apesar da orientação da Igreja sobre a imagem negativa da política e o sentimento de rejeição que influenciava os clubes de mães daquela região, as mães entregaram a carta ao deputado Freitas Nobre, que se encarregou de levá-la às autoridades. Em meio à censura, a carta saiu na imprensa e foi usada na campanha eleitoral de 1974. Parece pouco, mas este início mostra o desejo da participação identificado por Singer:

[...] os movimentos sociais do povo pobre de São Paulo (assim como de outros lugares) implicam basicamente na luta por maior participação. Esta maior participação, almejada no plano econômico e social, requer, no entanto, como condição prévia, maior participação no plano político porque é neste nível que as transformações de maior alcance têm que ser decididas (SINGER, 1980, p. 214).

O tecido social se rasgava com o aperto do cinto e, sem conhecer o sabor do bolo, as lideranças dos pequenos grupos saíam às ruas e penetravam primeiro nas casas das pessoas para explicar a situação e, com isso, agregar mais gente para reivindicar. Não se tratava mais de lutar por reajuste salarial ou manutenção do emprego, mas sim de tentar viver em uma cidade que discriminava e excluía os que a construía. As pequenas ou grandes comissões ajudavam a solucionar questões do bairro, mas não solucionava o arrocho, a falta do feijão, tema que virou peça de teatro e foi manchete de muito jornal da época. Um exemplo emblemático do movimento social do período, que se estendeu pela cidade e pelo país, foi o Movimento do Custo de Vida, que mostrou o desejo da participação, o enfrentamento com o Estado e as contradições das suas lutas internas entre as forças que se aglutinavam no seu entorno.⁴

Longe da imagem de unidade que se apregoava, as divergências dificultavam os encaminhamentos: a mudança da identidade, quando passou a se chamar “Movimento contra a Carestia”, exclusão de outras bandeiras de luta; alteração do texto do manifesto, entre outras questões (MOVIMENTO, 05/02/1977). Uma diferença apontada pelo Brasil Mulher foi o debate travado sobre as posições distintas: lutar apenas contra o arrocho salarial ou ampliar e defender as liberdades democráticas? Um dos membros da coordenação, Aurélio Peres, que foi contrário à inclusão da bandeira pelas liberdades democráticas no evento de 12 de março de 1978, seria candidato a deputado federal nas eleições parlamentares daquele ano (BRASIL MULHER, n. 12, 1978). Nesse cenário se identificou e estudou os atores e organizações envolvidos com o movimento por creche em São Paulo.

1.2 MÃES E DONAS DE CASA: COSTURANDO NAS RUAS DA CIDADE

Nos anos 70, na cidade de São Paulo, as mulheres da periferia se mobilizaram para lutar por creches. Aparecida Pedra, moradora da zona leste, dizia que era preciso lutar pelas melhorias do bairro dentro da legalidade, fazer um abaixo-assinado e, então, “[...] a gente vai na Prefeitura, protocola, e toda semana vai lá ver como é que está, até eles atenderem” (EM TEMPO, Caderno: As mulheres e o Trabalho, 1983, p.69).

⁴ O Movimento do Custo de Vida (MCV) surgiu de uma carta escrita por mães de um clube da zona sul de São Paulo, em 1973, que seria entregue às autoridades. Na carta explicavam às autoridades as dificuldades de sobrevivência e pediam providências. As mães saíram às ruas pedindo que todos assinassem a carta, que virou um documento público e chegou a ser lida e publicada no Diário Oficial da União. O Movimento se ampliou e deu origem ao Movimento Nacional Contra a Carestia.

Foi esse modo de trabalhar em conjunto nas regiões e nos bairros que motivou a conhecer o que é que devia “ser bem compreendido” (O POVO CONTRA..., 05/02/1977) – usando suas próprias expressões –, para que pudessem defender os interesses e as demandas daquelas mulheres que muitas vezes demonstravam dificuldade de falar em público.

Os clubes de mães eram pequenos núcleos criados pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), que contaram com a colaboração do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), ligado às Nações Unidas e órgão precursor do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Os núcleos de mães foram muito estimulados no período de 1942 a 1960, em um trabalho de parceria entre a LBA e o Ministério da Saúde, com a finalidade de organizar serviços e orientar questões relacionadas à maternidade e à infância, pautados pelos fundamentos da Organização de Grupos do Serviço Social e Desenvolvimento da Comunidade. O Programa destinado às famílias dos setores populares foi implantado em todo o país com a justificativa de combater a mortalidade infantil, cujos índices eram elevados. Funcionariam junto aos serviços como creche, postos de puericultura, postos de saúde e outras obras assistenciais, financiados por meio de convênios. Entremendo os anos 60, dois acontecimentos influenciavam as mudanças na concepção e modo de trabalhar nos clubes de mães. A Igreja, preocupada com a perda de fiéis para outras religiões e com o avanço do debate sobre socialismo, acelerava a aplicação da sua Doutrina Social, que enfatizava o trabalho sobre o capital, inclusive na orientação para organizar sindicatos. No Brasil instalava as CEBs, programadas para atuar nas paróquias localizadas em regiões periféricas e, de modo mais restrito, a Ação Católica Operária (ACO). De outro lado, ocorria o golpe militar em 1964, que sucateava as políticas públicas da era Vargas (reforma de 1967), como no caso da LBA, e colocava os partidos na clandestinidade, fazendo com que muitos militantes de esquerda se refugiassem na Igreja Católica. Essa época marcou o deslocamento de parte dos clubes de mães da tutela do Estado para a Igreja que tinha uma relação estreita com a LBA: uma das suas vice-presidências era indicada pela Ação Social Arquidiocesana, conforme consta no expediente das suas publicações.

Em São Paulo, duas formas de organização das mulheres na periferia se fortaleciam, ainda que a raiz fosse a mesma: a Igreja Católica. As CEBs davam suporte aos clubes de mães e a ACO apoiava as associações de donas de casa, situadas principalmente nas zonas leste e norte da cidade. Essas mulheres, premidas pelo arrocho salarial, saíam em busca de soluções

para complementar os proventos dos maridos e enfrentavam, então, um problema: com quem deixar os filhos?

Obrigadas pela escassez de bens e serviços, perdiam o medo e passavam a exigir um lugar responsável pela educação dos filhos pequenos, que viabilizasse a sua saída em busca de um trabalho remunerado. A emergência da situação colocava em cena a creche, que deveria ser a da prefeitura.

Corte e costura não era tudo, mas no final das contas isso ajudava a pagar as contas do final do mês. As mulheres dos clubes e das associações costuravam em casa, de noite, de dia, em um intervalo entre o trabalho doméstico, a Igreja ou os serviços do próprio clube, segundo informava uma das mães em entrevista concedida ao “Cadernos do CEAS”, publicação bimestral fundada pelos jesuítas e cadastrada sob o registro de ‘censura nº 1.079, p. 209/73’ durante o regime militar. Dizia a mãe: “Bom, eu trabalho assim, não registrada num lugar fixo. Mas, eu trabalho dentro de casa, eu trago o serviço da fábrica e costuro” (CEAS, 1978, p. 22). Ao que parece, o ensino da costura não era tão espontâneo e de livre escolha. Muito citado nas matérias de jornais e nos estudos realizados à época, verifica-se que era comum as mulheres costurarem em casa para fábricas de roupas, automóveis e outras similares, utilizando máquinas cedidas pelas próprias empresas e sem nenhum reconhecimento dos direitos sociais.

A presença dos clubes de mães nas lutas por creche é mencionada em vários estudos, daí o interesse em procurar conhecer e compreender a sua história: como eram esses clubes? O que faziam nesses espaços? De que modo funcionavam? Como as mães se juntavam? No que implicava essa participação? Fazer essa investigação pode lançar luz sobre a história do movimento por creche, que ocorreu nos anos 70, já que as mães que freqüentavam os clubes ou associações foram suas principais protagonistas.

Uma matéria publicada na Folha de São Paulo, em setembro de 1979, com o título “Mães, a organização na periferia”, sobre a pesquisa realizada nos clubes de mães pelas sociólogas Jany Chiriac e Solange Padilha, conta um ponto dessa história. As pesquisadoras frequentaram por seis meses os clubes do Jardim Santo Antonio e de Vila Iolanda, de Osasco. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo apresentaram aspectos dos resultados obtidos, que posteriormente, seriam publicados nos Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas. A matéria informava:

Há cerca de dez anos as donas de casa com poucas opções além de passar, lavar e cuidar dos filhos começaram a se reunir nas Igrejas para discutir seus

problemas e aprender um novo ponto de tricô. Assim nasciam os Clubes de Mães, que aos poucos foram reunindo mais e mais mulheres [...] (MÃES, A ORGANIZAÇÃO..., 20/09/1979).

Chiriac mostra o papel contraditório da Igreja na entrevista: ajudava as mulheres a sair do recinto doméstico ao mesmo tempo em que reforçava a família no sentido tradicional. De um lado era progressista, ao auxiliar a conscientizar sobre as questões da igualdade entre os homens e as mulheres, e estimulava a participar da vida comunitária. De outro lado, condenava o divórcio, aborto, relações sexuais antes do casamento e controle da natalidade.

Os temas como as relações sexuais, contracepção e virgindade, considerados tabus, eram debatidos. Porém, pela sua própria natureza, difíceis de serem encarados. Era grande a dificuldade de compreender a opressão de sexo e de classe. As expectativas não eram animadoras e as pesquisadoras destacavam um ponto que lhes teria chamado a atenção: no período investigado, o Brasil atravessava um momento conturbado de agitação política com eleições e greves, e esses temas não faziam parte das rodas de conversas das mães. As lideranças politizadas abandonavam os clubes e procuravam outras formas de participação política. Esse movimento só se reverteria, na opinião delas, se os clubes:

[...] crescessem e acabassem incorporando o trabalho da Igreja. Neste caso seria fundamental que houvesse lideranças de mulheres dos próprios bairros, capaz de orientar o trabalho dos grupos, para que chegasse a uma conscientização mais profunda. Pena que as lideranças ainda sejam mínimas (Ibidem).

Os clubes, formados por cerca de 20 mulheres casadas que se encontravam em reuniões semanais, eram coordenados por uma freira. Havia a parte da leitura da bíblia e dos trabalhos manuais.

Para muitas delas era o único espaço que possibilitava estabelecer relações sociais fora das quatro paredes da solidão do ambiente doméstico. Nas rodas de conversas, entre um tricô e pintura, aquelas mães se davam conta que tinham histórias semelhantes: condições gerais de moradia ruins, falta de acesso aos bens e serviços, problemas específicos da mulher, como amamentar e educar filhos, e a necessidade de trabalhar fora porque era preciso “dar uma ajuda” no provimento da casa (NÓS MULHERES, n. 1, 1976). Gohn identificou que em muitos clubes as mulheres não trabalhavam fora de casa, mas este não era o caso da periferia de São Paulo, onde elas, forçadas pela situação de desemprego, foram obrigadas a trabalhar fora de casa acarretando a necessidade de resolver a guarda dos filhos (GOHN, 1985, p. 109).

O emprego doméstico era uma prática bastante comum: as mulheres pobres trabalhavam nas casas das famílias, na maioria das vezes dormindo na casa da patroa, como era comum se dizer, em uma relação de controle e exploração do trabalho, talvez resquícios do período escravista. Era uma prática tão estendida que o jornal *Nós Mulheres*, na matéria intitulada “Registro”, de 1976, informava a existência da “Associação Profissional dos Empregados Domésticos de São Paulo”, criada havia 14 anos e que travava uma luta no Congresso Nacional para que o projeto de lei de garantia dos seus direitos sociais fosse aprovado (*NÓS MULHERES*, n. 2, 1976).

Questão também identificada por Campos na pesquisa “A expansão da rede de creches no município de São Paulo durante a década de 70” ao explicar sobre o funcionamento dos clubes de mães:

As coordenadoras de Clubes de Mães, num primeiro momento, foram as que deram menos força à questão da creche. [...] eram mulheres bem diferenciadas nos bairros [...] eram mulheres de operários, donas de casa, não trabalhavam fora, tinham padrão de vida muito melhor do que as outras [...] tinham assim uma espécie de empregada (CAMPOS, 1988, p. 65).

Os interesses não eram homogêneos, a construção das pautas das atividades não era uma situação tranquila e as disputas de poder deveriam exigir muita negociação no cotidiano das lutas.

1.2.1 Quem Sabe Ensina, Quem Não Sabe Aprende

Vários autores investigaram sobre o modo de trabalhar das mães nos clubes, que pode ser representado pela descrição que uma liderança fez ao jornal *MOVIMENTO*, em 1977. Dizia o depoimento:

Os clubes fazem reuniões semanais, divididas em duas partes. Uma para trabalhos manuais: tricô, crochê, corte e costura, bordado, pintura. Quem sabe ensina. Outra parte é dedicada a problemas gerais: orientação dos filhos, reivindicações do bairro, preços dos gêneros [...]. Cada grupo de cinco ou seis clubes forma uma mini-coordenação que se reúne mensalmente. Como a coordenação geral que congrega de 20 a 21 clubes (*MOVIMENTO*, 05/02/1977, recorte 0157).

Cada tema era discutido entre todas as mães em cada clube, composto de 15 a 20 mulheres, antes de ser encaminhado à coordenação, em idas e vindas, até que tudo ficasse bem compreendido. Afirmava que era falso o argumento de não poder participar dos clubes, pois era lá que se discutia como fazer para resolver onde educar os filhos e que de nada adiantava ficar presa em casa entre as quatro paredes. Essa liderança deixava claro que a escola era o lu-

gar onde ocorria o processo de aprendizagem, de modo orgânico e sistematizado, e a participação fundamental para a conquista do que entendia ser de direito (Ibidem).

Na entrevista ao CEAS, já mencionada, que não cita as lideranças pelo nome, observa-se que nos clubes de mães não havia processo de escolha da direção, por meio de eleições. Assumia o comando dos clubes quem tinha mais tempo disponível e mais vontade de participar. Para saber como se iniciara o longo aprendizado desse jeito de trabalhar em núcleos pequenos e disciplinados, o Cadernos do CEAS perguntou a uma das mães: “Quando foi, mais ou menos, que começou o Movimento de Clubes de Mães?” A mãe singelamente respondeu: “Eu não sei ao certo, mas no nosso bairro acho que tudo começou em 70. Antes disso, já existiam Clubes de Mães aqui, mas a gente não estava a par da coisa” (CEAS, 1978, p.20). O diálogo revela um fio contínuo que ajuda a compreender um sobre a história dos clubes de mães e avançam em alguns traços sobre a dinâmica da sua constituição.

Singer procura entender o sentido dos núcleos organizados e a contribuição dos clubes de mães junto aos movimentos. Insere os clubes no que denomina movimentos de bairro e populares: pequenos grupos de pessoas que se articulam em torno de interesses comuns com base nas relações de confiança. Esse modo de atuar seria resultado do golpe de 1964, que montou um sistema de vigilância para impedir a organização dos setores populares (SINGER, 1980, p. 13). Para ele, nas cidades capitalistas, a escassez dos serviços urbanos básicos faz com que a população, pressionada pela própria privação a que é submetida, se organize para reivindicar junto ao poder público aumento da parcela de investimento para atender suas demandas. Neste contexto se encontravam as mães da periferia de São Paulo, que tiveram um papel fundamental nas lutas dos movimentos, no sentido de exigir que os poderes públicos atendessem às suas demandas, por meio dos clubes de mães, que criou uma rede de solidariedade entre as famílias e grupos com posições de natureza distinta (Ibidem, p. 83).

Aponta ainda dois aspectos importantes relacionados aos clubes de mães: a iniciativa do envio de carta do Clube de Mães da Paróquia de Vila Remo, da zona sul, dirigida às autoridades, em 1973, que deu origem ao Movimento do Custo de Vida (MCV) e os debates promovidos pelo Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), nos clubes de mães, quando traduziam os resultados de pesquisas realizadas pelo Centro, sobre educação, saúde materna, entre outros (Ibidem, p. 120).

As ações do CDMB, em apoio aos clubes de mães sobre a questão da creche, foram divulgadas pelo jornal Brasil Mulher na matéria “Com quem ficam nossos filhos quando a gente sai para trabalhar”:

Frente a esta realidade, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, setor São Paulo, tomou a iniciativa de dar andamento a uma das reivindicações da ‘Carta proposta’, resultado final do ‘Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista’ [...] todas as mulheres, os representantes das Sociedades Amigos de Bairro, Sindicatos, Clubes de mães e interessados em geral, desenvolvam juntos um programa que venha a resolver o problema de creches na cidade de São Paulo (BRASIL MULHER, n. 5, 1976).

Em cada bairro, em cada rua deveria haver uma reunião e um levantamento da demanda. Desse modo, surgiam e proliferavam as pesquisas e os abaixo-assinados que se espalharam pelos quatro cantos da cidade. Na investigação sobre os movimentos sociais Brant chama atenção à emergência das classes populares, por liberdades e acesso aos bens e produtos produzidos socialmente, mas alertava que:

[...] a exigência de democracia ‘de baixo para cima’ não se coloca apenas nas formas alternativas de organização surgidas do período de resistência. Ela constitui também um projeto de participação ‘de base’ em organizações propriamente de massas, como os sindicatos e partidos políticos (BRANT, 1980, p. 19).

Um aprendizado demora a se consolidar e os clubes, que apresentavam um trabalho estruturado, também chamaram a atenção de Sader. O autor esclarece que percebeu contradições quanto às suas origens, ainda que não as tenha identificado: teriam surgido por volta de 1970, mais especificamente em 1972 e, pelos registros, o começo da história teria ocorrido no final dos anos 50, sob o manto da prefeitura, associações benevolentes da Igreja e Lions Clube. Para entender esse movimento dos “de baixo”, localizou três motivos para as mães frequentarem os clubes: ser um lugar de encontro para conversar; um lugar alternativo para sair da rotina do lar e, por último, as atividades e os cursos, o que de algum modo criava um vínculo entre elas (SADER, 1988, p. 206).

Em seus estudos sobre os clubes da periferia sul e análise de depoimentos de mulheres para a pesquisa do Instituto de Planejamento Regional e Urbano da PUC/SP, o autor afirma que o período dos anos 70 pode ser considerado um novo começo e menciona os aspectos que o levam a concordar com elas:

[...] existem três aspectos desse relato que estão indicando os fatores que lhe permitiam falar de um ‘novo começo’ na história dos clubes de mães: 1) a ‘organização por elas mesmas’, 2) a constituição de uma coordenação de

clubes de mães, 3) A valorização da luta contra a injustiça no lugar do assistencialismo caritativo (Ibidem, p. 202).

E como tudo começou? Essas informações nos instigaram a procurar outros documentos que pudessem clarear o processo de organização desses clubes e o que faziam. Uma retrospectiva que levou à leitura de periódicos da década de 70 do século passado e aos boletins da LBA, criada em 1942 no governo de Getúlio Vargas. Os vestígios que apontaram para a LBA ajudaram a elucidar algumas lacunas sobre o modo como as mães se organizaram em clubes. Os boletins da LBA foram localizados na biblioteca da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, encadernados em capa dura, e levaram à leitura da publicação “Clube de Mães da Campanha Educativa”, de 1960, do Ministério da Saúde, no mesmo local.

As atividades executadas pela LBA eram desenvolvidas em conjunto com o Ministério da Saúde e articuladas com o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), de onde vinham recursos, doações e orientação política. Nos idos de 1951, a entidade fez análise de todas as constituições dos estados brasileiros, com o intuito de verificar quais assumiam a proteção à maternidade e à infância, exigência que, possivelmente, condicionava o repasse dos recursos financeiros por meio de convênios, já que esta era uma das principais formas de vinculação com aquele órgão (LBA, Boletim n. 65, março de 1951).

Pautava-se pela linha da Organização da Comunidade, tema central do encontro de Porto Alegre, conforme a matéria “União Pan-Americana, Nações Unidas e LBA”, publicada no Boletim número 66, sobre o III Seminário Regional de Assuntos Sociais, que congregou cinco países da América Latina e deslocou o eixo da sua ação para o Desenvolvimento da Comunidade, seguindo as orientações mais gerais dos organismos internacionais (LBA, Boletim n. 66, junho de 1951). Nessa perspectiva, nas metas da LBA, chegava-se à comunidade e na sua agenda se colocava a saúde da criança:

[...] Clubes de Mães que estamos estimulando a criação desde 1950 (programa em cooperação com a FISI das Nações Unidas, a LBA e o DNCr), o problema da amamentação é assunto dominante [...] (LBA, Boletim n. 93, dezembro de 1958).

Para superar as dificuldades enfrentadas na mobilização das mães, transmitia as orientações sobre os procedimentos de como motivá-las a participar na campanha de amamentação, devendo:

[...] intensificar a divulgação nos clubes de mães e na Campanha Educativa, que se realizam nas maternidades e nos P.P. (postos de puericultura), promovendo periodicamente sessões de estudos, reuniões, e distribuindo atrati-

vos às mães e às famílias no sentido de participarem do movimento (Ibidem).

Entre as ações se descrevem cursos, treinamentos, palestras para as mães e campanhas difundidas pelo rádio. Vale lembrar que os Boletins da LBA, trimestrais e de circulação nacional, eram distribuídos gratuitamente a todas as entidades conveniadas e órgãos públicos com os quais tinha convênio. Essa produção perdurou até 1971, quando foram substituídos por uma publicação em formato de revista. Por desenvolver suas ações integradas à LBA, o Ministério da Saúde, por meio do Departamento Nacional da Criança (DNcr), para atingir aos seus objetivos, difundiu orientações sobre como envolver a comunidade. Na publicação que produziu, “Clubes de Mães da Campanha Educativa”, de orientação normativa, percebe-se o enraizamento da presença do Estado na instalação dos clubes de mães.

O caderno da campanha, de 40 páginas, chega a detalhes ao escrever modelos de atas da fundação, até modelo de como deveriam ser as reuniões semanais. A proposta contou com a colaboração do FISI, e se fundamentava na filosofia do Serviço Social da Comunidade. Descreve os objetivos de um clube de mães, as condições para a sua criação e como deveria o seu funcionamento. Entre os vários objetivos, expressa a necessidade de despertar nas mães e a sua responsabilidade social, em decorrência do seu papel de esposa e mãe e que a elas caberia planejar as atividades que levassem a comunidade ao desenvolvimento. Orienta que:

o clube de mães é o instrumento básico da campanha educativa [...]. Não constitui uma entidade particular. É parte integrante destas obras e nela funciona, dentro do programa total, tomando a si maior cota de responsabilidade educativa que lhe é própria. (Clubes de Mães da Campanha Educativa, Coleção DNcr n. 161, 1960, p. 8).

De natureza aberta e plural, com pelo menos oito associadas, deveria aceitar mães de todos os credos ou condição social e para que a proposta tivesse êxito era importante que as mães percebessem o clube como algo que seria delas e não para elas, o que demonstra uma visão sobre o sentido do pertencimento. A eleição não era critério de escolha de coordenação e quando ocorresse, para evitar problemas e dissensos, sugeria incorporar na direção as participantes que tivessem perdido a disputa. Além dos recursos financeiros despendidos pelo DNcr a colaboração da comunidade era importante: contribuições e donativos, sinal de participação, eram imprescindíveis. Nesse sentido, organizar as comissões patrocinadoras era etapa fundamental, já que seus membros pertenciam à sociedade local, que “[...] no desejo de se verem ligados a uma realização elogiável, projetam o nome do Clube na comunidade, promovendo

festas, angariando recursos [...]” (Ibidem, p. 18). Para a organização dos clubes era preciso realizar conferências obedecendo a rituais formais e deveria ser sempre presidida por uma autoridade local ou líder. Aborda ainda o relacionamento com a Igreja:

A Igreja constitui o centro de interesse do lugar e as atividades religiosas resumem a vida da cidade, cujo progresso parece ter paralisado há dezenas de anos. Seus habitantes [...] estão prontos a colaborar com o padre [...] (Ibidem, p. 22).

Amann, que estudou sobre o Desenvolvimento da comunidade, escreve sobre o papel dos intelectuais na área da assistência, o tipo de participação que se coloca em cena e como se incentiva as comunidades a executar responsabilidades do Estado. Florestan Fernandes, que prefaciou sua obra, diz:

[...] a importância do balanço está no desmascaramento do passado – a devastação de recursos materiais e humanos sem proveito nenhum para a Nação como um todo e na clarificação dos novos caminhos a seguir – a vinculação do Desenvolvimento de Comunidade às funções que ele pode e deve desempenhar como uma técnica social de aplicação racional do poder popular (FERNANDES, F. Prefácio. ____ in AMMANN, 1980, p. 14).

A autora mostra o modo como o Desenvolvimento da Comunidade no Brasil se organizou sob as orientações dos Estados Unidos, das Nações Unidas, da Igreja Católica e dos setores dominantes.

O problema principal, para Florestan, é de que lado os intelectuais do Desenvolvimento da Comunidade se colocam, já que a “[...] retórica dita democrática tem sido uma fonte de falsificação do posicionamento prático desses intelectuais” (AMMANN, 1980, p. 15).

Singer relacionou as atividades dos clubes de mães às CEBs. Em apenas uma nota de rodapé, informa que os clubes de mães eram anteriores e independentes das CEBs e que o tempo livre das donas de casa, segundo ele, tenderia “[...] a ser aproveitado pela CEBs para reunir mulheres que não trabalham fora de casa nos chamados Clubes de Mães” (SINGER, 1980, p. 110). Gohn também identifica o processo de trabalho das lutas do cotidiano desenvolvido pelos clubes de mães, vinculados às CEBs, desde a sua criação:

Entre os Centros Comunitários da Igreja destacou-se a forma de organização desenvolvida por grupos de mulheres e que passou a denominar-se Clube de Mães. São grupos formados principalmente por ‘donas de casa’, categoria genérica atribuída a mulheres que não trabalham fora do lar. Porém, nos clubes da periferia de São Paulo, grande parte das mães trabalha fora [...] (GOHN, 1985, p. 106).

Sader (1988) e Campos (1988) apresentam os clubes de mães sob o manto da Igreja, mas suas pesquisas apresentam uma abordagem distinta das anteriores. Sader observou como

se estabelecem as relações de poder entre clubes de mães da periferia e os agentes da Igreja Católica. Segundo o autor, no Clube de Mães da Vila Remo, da zona sul, a presença do padre foi determinante mostrando que “[...] em boa medida foram agentes pastorais que propuseram novos padrões para os clubes de mães” (SADER, 1988, p.204). Esse modo de trabalhar é semelhante ao da LBA, que sai de cena enquanto entra a Igreja representada pelo padre da CEBs que:

[...] chegou para as benévolas e disse-lhes que não precisariam mais voltar, porque as mulheres da própria vila tinham capacidade de fazer tudo aquilo por elas mesmas. As pobres senhoras ricas ficaram naturalmente desarvoradas [...]. Mas o interessante a anotar é que mesmo entre as mulheres da vila nem todas entenderam o gesto do padre, ‘para umas pessoas foi bom e para outras péssimo’. A decisão tinha sido iniciativa do padre (Ibidem, p.202).

É daí o sentido do novo começo anteriormente mencionado. Ao analisar seu estudo, Marilena Chauí, que prefaciou o livro de Sader, afirma ter sido possível perceber distinções entre os movimentos que tinham as bênçãos da Igreja e os que mantinham algum distanciamento:

Nestes últimos, como no caso das comissões de saúde da zona leste de São Paulo, que rumaram para a formação de conselhos populares de saúde e para o início da prática da auto-gestão, a politização é mais clara, o confronto com o Estado mais nítido, a defesa da autonomia mais acentuada do que naquelas em que a presença da Igreja é mais forte (CHAUÍ. Prefácio. ____ in SADER, 1988, p. 14).

Além de mostrar que os “Clubes de Mães adquirem vida própria”, Campos, mostra como, em algumas regiões da cidade, as mulheres se articularam sob a denominação de “Associação de Donas de Casa” e não “Clube de Mães”. Aponta que uma das associações existia desde 1963 e que o trabalho delas tinha ligação com a Ação Católica Operária (ACO), onde participavam mais homens, e daí teria surgido o interesse de se constituir um espaço específico de encontro de e para as mulheres. Segundo um dos depoimentos citados em seu estudo havia padres franceses “[...] muito bons, muito liberais, inclusive eles trabalhavam fora, nessa época em que eles chegaram, 60, um padre (trabalhar na) metalúrgica [...] foi um Deus nos acuda entendeu?”(CAMPOS, 1988, p. 41,77).⁵

⁵ A Ação Católica Operária (ACO) foi instituída no Brasil em 1962, no rastro da Juventude Católica Operária. Segue as orientações da Doutrina Social da Igreja, que defende a linha nem capitalismo nem comunismo e se fundamenta na conciliação entre as classes sociais. Em seu início havia muitos padres europeus que, durante o golpe militar, ajudaram os trabalhadores a se organizar por meio dos círculos católicos.

O Jornal Brasil Mulher também faz menção ao vínculo das mulheres do Burgo Paulista, da zona leste, à Ação Operária Católica:

[...] a Associação das Donas de Casa do Burgo Paulista é parte de uma associação maior, que reúne mulheres de todos os bairros da Zona Leste de São Paulo. Essa associação existe desde 1963 e foi formada, inicialmente, por mulheres que trabalhavam na Ação Católica Operária (ACO) (BRASIL MULHER, n. 12, 1978).

Em meio à criação de uma associação ou de um clube de mães, nesse segundo momento, sempre há um padre. Esses vestígios são significativos, já que não deveria ser comum que os padres saíssem do recinto da santa madre Igreja para trabalhar no chão da fábrica.

1.2.2 Quem Eram Essas Mulheres?

Para contar sobre quais mulheres participavam dos clubes, dizia uma delas, na entrevista ao “Cadernos do CEAS”, em 1978:

Acho que a maior parte é mulher de operário, mesmo. No nosso, por exemplo, não tem uma que não seja mulher de operário. Porque isso é mais para mulher de operário, porque as outras têm tudo na vida, para que elas vão se enfiar num Clube de Mães? Acho que esse Clube de Mães é para aquelas mulheres mais humildes e que têm vontade de fazer alguma coisa também (CEAS, 1978, p. 21).

Sua resposta não deixa dúvida na percepção de grupo social a que se filia, conforme explica Hobsbawm sobre a questão de filiação a uma classe social: “[...] um grupo de pessoas de fato consideradas como pertencentes em conjunto à consciência de seu próprio grupo ou de algum outro, ou de ambos” (HOBSBAWM, 1998, p. 99). Na revista Proposta: Experiências em Educação Popular, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o artigo “Clubes de mães e grupos de mulheres: resultados de uma pesquisa – avaliação”⁶ apresenta os números de clubes e associações das regiões da cidade. A pesquisa, que contou com o apoio das próprias mulheres da periferia para fazer o cadastramento, informa que:

[...] na zona sul foram preenchidas 36 fichas. Na zona leste, 94. Por isso fizemos, por enquanto, só um caderno de resultados: o da zona leste. Para fazer o da zona sul, necessitaríamos efetuar o levantamento de clubes de cada setor. (Revista Proposta, n. 41, 1989, p. 45).

O estudo indica que na região de Pirituba existiam 24 clubes. Segundo as informações do jornal Movimento, de fevereiro de 1977, com base na entrevista com uma das lideranças da

⁶ Segundo a revista: “Este texto foi extraído da dissertação de mestrado ‘O Problema não está na Mulher’, apresentada em março de 1989, por Moema Viezzer [...]”. (Revista Proposta, n. 41, 1989, p. 41).

zona sul, a senhora Maria Clara, funcionavam 70 clubes de mães (MOVIMENTO, 05/02/1977).

Campos, Rosemberg e Cavasin (1988), que realizaram sua investigação por meio de depoimentos orais de lideranças e análise de documentos do MCV, dão conta da existência de cerca de 70 clubes na zona sul, que percorreram as ruas coletando as assinaturas para a carta do MCV, dados que se aproximam das informações do jornal MOVIMENTO (CAMPOS, 1988, p. 67). Em seu estudo, Viezzer aponta que embora não se saiba precisar o número de clubes de mães, é possível supor que existissem cerca de 50 mil clubes, principalmente nas áreas urbanas. (VIEZZER, 1989. p. 65).

Em 1958, a LBA informava que os clubes se espalhavam pelo país. O relato sobre a experiência dos clubes de mães da Gávea, no Rio de Janeiro, dá uma dimensão da imagem das mulheres difundida pela Instituição:

Com efeito, trata-se de grupo constituído de mulheres do povo, de baixo nível cultural e econômico (para não dizermos pobres e ignorantes) não susceptíveis, portanto, de serem levadas por meras exortações teóricas e concluir pela necessidade, conveniências ou vantagens de se abalarem dos barracões [...] descerem e subirem morros enfrentando sol e longas caminhadas, para fatigadas, ouvirem preleções formalísticas sobre assuntos que quase sempre totalmente desconhecem [...]. E essa motivação foi justamente encontrada na confecção dos enxovaizinhos para os seus próprios filhos [...] (LBA, Boletim n. 90, 1958).

Da situação de aprender de fazer um “enxovalzinho” as mulheres avançavam e percebiam as transformações que acometem e penetram a sua vida diária. Segundo depoimento de uma das lideranças na entrevista ao Caderno do CEAS, conforme o tempo passava e se acumulavam as experiências, as mulheres mudavam e o processo de trabalho se expandia a um ponto que no clube de mães:

Tem a comissão da creche, tem comissão para o custo de vida, tem comissão para o problema da água, da saúde. A gente tem muito trabalho pela frente [...] tem tanto trabalho que a gente às vezes se perde no meio de tanto. Por exemplo: o das escolas continua. [...] (CEAS, 1978, p. 20, 24).

Um trabalho que não se resumia às horas das reuniões. As mães aprendiam a noção de outro tempo no trabalho: o tempo do relógio, árduo, repetitivo e exigente de disciplina. Para falar das questões relacionadas aos movimentos operários e populares e como o feminismo interferia nesse processo, o jornal Em Tempo, em junho de 1978, publicou uma matéria sob o título “Como organizar as mulheres?” e as lideranças feministas dos periódicos Nós Mulheres e Brasil Mulher, entrevistadas na ocasião, expõem a complexidade de levar a luta das feminis-

tas e a sua visão do movimento de mulheres da periferia (EM TEMPO, n. 4, jun 1978). Para a representante do jornal Nós Mulheres, os grupos feministas haviam se organizado no meio de intelectuais da pequena burguesia, mas as mulheres, com condições objetivas de fazer avançar o movimento feminista, seriam as mulheres trabalhadoras que exerciam a dupla jornada de trabalho e eram exploradas e oprimidas na fábrica e em casa. Esclarecem que o trabalho do jornal voltava-se mais aos clubes de mães e aos movimentos da periferia e, por isso, a relação era mais difícil devido à despolitização das mulheres: “se você parte da periferia, você trabalha principalmente com as mulheres donas de casa, que é um nível de consciência mais baixo ainda” (Ibidem). Para a representante do jornal Brasil Mulher, no contato com as operárias participantes do I Congresso da Mulher Metalúrgica, foi possível identificar o potencial da mulher trabalhadora, que sente na carne a dupla jornada de trabalho “[...] situação essa que não é vivida pelas donas de casa, pelos clubes de mães [...]. Num clube de mãe você fica sem uma perspectiva feminista clara, você fica eternamente nas lutas gerais” (Ibidem).

Em 1977 o jornal Nós Mulheres publicou uma matéria em que denunciava as péssimas condições de vida da população da zona leste de São Paulo e as reivindicações da Associação de Donas de Casa, que entre outras questões lutavam por creche. Segundo o jornal, “outro problema que as mães do bairro se queixam é a falta de creches: ‘elas não são suficientes, sendo que a maioria das mães tem 4 ou 5 filhos e precisam trabalhar fora’”. (NÓS MULHERES, n. 5, 1977). No ano seguinte, em maio de 1978, o jornal Brasil Mulher também publicou matéria sobre os problemas da mesma região e realizou entrevista com as lideranças da Associação. A matéria indica que se tratava de uma entrevista coletiva:

[...] na Capela os bancos afastados formando uma roda, nove mulheres estão reunidas. O altar é simples: uma mesa com toalha branca, o crucifixo ao fundo, na parede. [...] Elas são dirigentes da equipe da Associação das Donas de Casa do Burgo Paulista. (BRASIL MULHER, n. 12, 1978).

Na entrevista refletiam sobre as lutas do cotidiano, o modo de se organizarem e se relacionarem, inclusive sobre o relacionamento com os maridos. Sob o lema “Amizade, Formação, Ação” as mulheres se articulavam com as dos outros bairros e formavam-se pela prática do que identificavam de “educação libertadora”. Nos debates e trocas de experiências falavam sobre nutrição, higiene, infraestrutura para o bairro e ainda questões relacionadas à sexualidade.

A publicação gerou reação e protestos das lideranças, com o envio de uma carta à redação do jornal. Intitulada “Burgo paulista esclarece”, o jornal publica a carta. Para elas, lide-

rança não era um cargo profissionalizado e o artigo, como havia sido publicado, causaria a impressão de que se tratava de:

[...] algumas alegres senhoras falando um pouco de tudo e ao final não dizendo nada, como se a gente estivesse interessada em seguir a corrente dos que usam os jornais para se promover [...]. Quando falamos ao jornal ou a qualquer pessoa sobre o nosso trabalho fazemos com a intenção de mostrar para outras mulheres do que serão capazes se descobrirem o seu valor, seja operária, esposa ou mãe, porque acima disto são criaturas pensantes, e como tal com sua parcela de responsabilidade na construção do mundo[...] (BRASIL MULHER, n. 13, 1978).

O diálogo travado entre o jornal e as lideranças da associação parece indicar que o grupo de mulheres tinha consciência do seu lugar, tinham lado e sabiam o que queriam. A grande imprensa também noticiava a ação dos clubes de mães que saíam do ambiente doméstico, embora com dificuldades para enfrentar situações as quais não estavam acostumadas. Segundo a matéria do Jornal da Tarde, publicada em outubro de 1979, uma das reivindicações era a luta por creche. Entrevistada pelo jornal, Therezinha Fram, dirigente da Coordenadoria do Bem-Estar Social da prefeitura de São Paulo, afirmava que as mães haviam encontrado nos clubes um canal de interlocução: “[...] a mulher que trabalha fora de casa está encontrando um canal para levar às autoridades as suas reivindicações que, entretanto, já é antiga” (JORNAL DA TARDE, 21/10/1979). Era o Estado reconhecendo e legitimando a ação dos clubes como núcleos representativos de negociação e portadores dos anseios das mulheres da periferia sobre a demanda da creche. Na trama entre diversos estudos, como dizia Morelli, ao analisar uma tela:

[...] é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros [...]. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciáveis pelas características da escola a que o pintor pertencia [...] (GINZBURG, 1989, p.144).

Essa orientação ajudou a desvelar o sentido de alguns sinais na pesquisa – ação realizada por Viezzer (1989), que se distingue dos demais estudos devido ao método de investigação utilizado.

No capítulo I, “Auto-retrato de mulheres da classe popular”, a autora apresenta diálogos de lideranças da zona leste e é dessa fonte que se pode entender que elas têm algo a dizer. Com o mimeógrafo rodavam folhetinhos e passavam “musiquinhas” para cantar nas inúmeras manifestações, que afinal não pareciam ser tristes e, segundo uma delas, “[...] deu o sinal, as

mulheres se juntam e lá estão marcando presença” (VIEZZER, 1989, p. 29) e assim se apropriavam do uso da tecnologia em um tempo de mimeógrafo e telefone fixo.

Sobre a autonomia, questão controversa, elas abordam o tema pelo avesso, já que todos os estudos apontam que os clubes de mães não possuíam autonomia. Para saírem e trabalhar fora, participarem de ações externas ou mesmo para usufruírem momentos de lazer, admitiam que “[...] a casa já não é tanto problema, não é? O que a gente não consegue de manhã, faz à tarde. O problema é criança mesmo” (Ibidem, p. 41), indicando a dubiedade da escolha construída por toda a sociedade, como se lhe fosse exigido escolher entre ser mãe ou mulher.

A respeito das ajudas externas, foram selecionadas duas manifestações que expressam os seus sentimentos. Um deles é sobre as outras mulheres:

[...] é possível ter um trabalho e uma luta conjunta com as mulheres da classe média desde que elas também tenham consciência de classe sabe? A que classe ela pertence e o papel que essa classe está desempenhando na nossa sociedade. [...] Não devem direcionar. É uma troca de informações, de engajamentos, na luta da mulher. Para nós está claro isso (Ibidem, p. 54).

Referiam-se às mulheres dos Lions Clube e às assistentes sociais da LBA como as mulheres com tipo característico de mulheres que usavam laquê, eram muito arrumadinhas, com cheiro de naftalina (Ibidem, p. 26). O outro sentimento era sobre a Igreja, que lhes estendia o manto de proteção, mas que também tentava controlar os seus atos:

[...] como se sentissem medo da gente. [...] não querem abrir brecha para a mulher trabalhar livremente, entende como é? As coisas ainda vêm de cima. [...] Então este é o problema: a Igreja quis levar a gente até certo ponto, mas, a uma certa altura, parece que a passagem fica impedida[...] (Ibidem, p. 44, 45).

A história das mães nos clubes se mescla com a inauguração da política de Getúlio Vargas e aos acordos assinados com organismos internacionais e os Estados Unidos, após a Segunda Guerra, como demonstraram os documentos, os estudos de Ammann e Viezzer, ainda que a maior parte dos estudiosos credite a sua instituição às Comunidades Eclesiais de Base.

Duas instituições fortes procuraram dominar os clubes de mães e sua autonomia: as mães nos clubes seriam grupos dependentes, primeiro das damas de laquê ou senhoras “benevolentes”, representantes do Estado, que pelas mãos da LBA procuravam forjar uma consciência nacional com base na tradição e na família. Depois, por freiras e mais especificamente pelos padres, que eram os que tomavam as decisões no âmbito da igreja. O jogo da Igreja era mais sutil: apoiava e dava suporte às lutas por melhores condições de vida, sem rupturas. E ao mesmo tempo defendia a indissolubilidade do santo sacramento do matrimônio, condenava o

controle da natalidade, defendia a virgindade e abençoava as coletas de dinheiro para a construção das paróquias.

A visão da atuação das mães nos clubes foi marcada por posições distintas desde a LBA: eram grupos de mulheres com “baixo nível cultural”, “despolitizadas” ou ficavam nas “questões gerais”. Os trabalhos manuais aparecem impregnados em todos os registros e o trabalho das lutas mais diluído, mas deixaram marcas que indicam que elas, mães e mulheres das camadas populares, foram protagonistas centrais nas lutas contra a alta do custo de vida e por creche. Quando elas falam, percebem-se mudanças nos hábitos, nas atitudes, nos valores das mulheres, que saíram do ambiente doméstico de um jeito autorizado e partiram para outros trabalhos sem pedir licença, até mesmo para retornar para casa. Percebiam-se não iguais, mas admitiam que pudesse haver trocas de apoio, desde que sem tutela e que houvesse consciência de classe. Depois de certo ponto, não seria possível “haver partilha total” (VIEZZER, 1989, p.55).

1.3 TRABALHADORES DA CRECHE: ENTRE MILAGRES E BOLOS

Era 1979. No ano anterior haviam ocorrido várias greves no país, principalmente de professores da rede pública, estadual e municipal. Uma professora do comando de greve declarava ao jornal Movimento: “isso é que nem capim seco”. Referia-se ao movimento que havia se alastrado como um incêndio por muitos estados e municípios (A GREVE DOS..., 28/08/1978). Os trabalhadores⁷ se organizavam e não se importavam mais nem com as prisões nem com a repressão. Professores, médicos, operários, foram muitas as categorias profissionais que cruzaram os braços. A motivação era o aperto do cinto, que de tanto apertar havia estourado a fivela e, como o milagre brasileiro não parava de tirar a comida da mesa do trabalhador, dessa vez quem parava eram os lixeiros, enquanto o lixo se amontoava e tomava conta da cidade. Uma paralisação de efeito dominó na prefeitura de São Paulo. Os “de baixo” alertavam que não dava mais. Depois vieram os motoristas de ônibus, de táxi, os profissionais da saúde, os operários e outros. Uma vez mais o país ficava paralisado. A revista Veja, em maio de 1979, entre ironia e desaprovação, constatava: “[...] decididamente, a greve está no rigor da

⁷ Trabalhadores: este estudo considera o termo trabalhadores em seu sentido amplo. São sujeitos sociais que se expressam e vivenciam práticas plurais e próprias. Baseia-se no conceito de Paoli, Sader e Telles que afirmam: "(...) são sobretudo sujeitos de práticas diversas que recobrem os vários campos de sua experiência, que se constituem na luta contra opressões específicas [...], sujeitos múltiplos que não se subordinam a uma figuração única, para ganhar visibilidade que confira significado político às suas práticas" (PAOLI; SADER; TELLES, 1984, p.149).

moda neste outono – basta convocar-se uma assembleia de qualquer categoria profissional para que pipoquem propostas de paralisação do trabalho” (VEJA, n. 556, p. 20, mai.1979).

Depois da repressão extremada, os trabalhadores iam às ruas e não dava para ser diferente. Os trabalhadores percebiam a queda do poder aquisitivo. A revista Veja retratava o sentimento que se generalizava e o modo como as pessoas se juntavam, ao ilustrar a matéria com uma foto do lixo que se empilhava pela cidade, com uma legenda que dizia “o lixo nas ruas: quase uma aliança” (Ibidem, p. 24). Em meio ao clima da proibição da ditadura aconteciam seminários e os debates cruzavam as fronteiras das profissões. Caía o discurso da harmonia e entrava o da luta de classes e o discurso marxista era incorporado, ainda que muitos não o tivessem lido (IGNARRA, 1985, p. 50). Para Ignarra: “Foi o encontro das mulheres de classe média com os lixeiros na madrugada”, todos um pouco assustados, de olhos arregalados, “com tremor nas pernas”, que enfrentavam a repressão em um momento em que o movimento dos lixeiros começava a se retrair. Grupos de assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, advogados, foram às garagens para que os motoristas de caminhão de lixo não saíssem às ruas. (Ibidem, 1985, p.76). O movimento de fissura que se expandia pela sociedade havia chegado à prefeitura e “a moça boazinha que o governo paga para ter dó dos pobres” (Ibidem, p. 71) estava enterrada. Foi um período que, segundo Nogueira:

O movimento tinha que inventar um sistema de relação de trabalho para ter efetividade. Como não havia nenhuma regulamentação, o Estado só respondia aos trabalhadores do setor público de acordo com o grau de pressão e conveniência política. Quando a pressão era efetiva, e atingia a materialidade do sistema econômico e político, o Estado se apressava na resposta, caso contrário ‘cozinhava o milho’ (NOGUEIRA, 2000, p. 11).

A recessão sufocava os trabalhadores e os desempregados atendidos pela COBES era uma população segregada socialmente pela elite que, ao discriminar e focalizar a ação governamental no extrato da camada mais empobrecida, colocava em cena uma pobreza que desejava ocultar (SPOSATI, 1988, p. 41). Com os lixeiros, “as moças boazinhas” aprendiam que o ideal da neutralidade era um escudo e que as relações eram marcadas por posicionamentos. Passavam a questionar seu próprio trabalho. Este dilema foi levantado por Ammann ao analisar o papel do intelectual do Desenvolvimento da Comunidade (AMMANN, 1989, p. 25, 26), e por Teixeira (1983) em estudo sobre a política do Desenvolvimento da Comunidade na área da assistência social na prefeitura de São Paulo.

Teixeira esclarece que o debate sobre como operar os programas oficiais gerava dúvidas nos próprios trabalhadores: de um lado, eles questionavam como os serviços levavam a preservar o papel do Estado e a reproduzir os interesses do governo central. De outro, era preciso entender o ponto de vista dos interesses da população e procuravam perceber a realidade social (TEIXEIRA, M., 1983, p.339). Um questionamento que distanciava os trabalhadores das propostas do governo, com base nos princípios da política do Desenvolvimento da Comunidade, e exigia mudanças na percepção nas relações com a população. Na prefeitura, a greve e os seus efeitos possibilitaram unir e superar os temores e resistências, ocorridos no transcurso do embate da descentralização administrativa e do rebaixamento do nível de secretaria para coordenadoria. Foi um período de ebulição e radicalização de posições. Os trabalhadores, ainda que se denominassem técnicos, funcionários, operacionais, se juntavam e encaminhavam as decisões deliberadas nas assembleias e reuniões: ir às passeatas, fazer filipetas, informar, criar comissões para fluir rápido as informações, boletins, panfletos. Quem não participava era completamente discriminado. A greve de 1979 provocava sentimentos ambivalentes: de solidariedade, mas também sentimentos de sectarismo, distanciamento e de isolamento (IGNARRA, 1985, p. 79).

Os trabalhadores construíam a sua história marcada por ameaças: ora de demissão ou remanejamento dos trabalhadores, ora transformação, alteração ou extinção do órgão. Nesse bolo não tinha cereja. Segundo Sposati, a primeira rebelião havia ocorrido no período de 1957 a 1960, entre os trabalhadores e a direção do Conselho Técnico Consultivo (CTC) da Divisão de Serviço Social (DSS), quando eles entregaram um memorial de denúncias que ocorria na Divisão. A crise envolvia os “de cima” e Helena Iracy Junqueira⁸ foi acusada de criar o confronto por haver sido preterida na nomeação do concurso público, embora tivesse sido aprovada em primeiro lugar. Disputas das correntes das escolas de serviço social foram levadas à prefeitura e alcançaram a administração de Faria Lima, que, em 1966, criou a Secretaria de Bem-Estar Social (SEBES) e descentralizou alguns serviços junto às administrações regionais, entre eles a Unidade do Desenvolvimento da Comunidade (UDC). Esses eventos ocasionaram fissuras nas relações entre os trabalhadores, na reforma administrativa promovida na gestão de O-

⁸ Helena Iracy Junqueira foi diretora da escola de Serviço Social (PUC-SP) e esteve à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo no período da gestão Jânio Quadros, em 1953. Nessa época, elaborou o projeto de lei que deu origem à Divisão de Serviço Social (DSS), que substituiu a Comissão de Assistência Social do Município (CASMU), assumindo a sua chefia no período de 1960 a 1966. Foi vereadora na Câmara Municipal de São Paulo no período de 1956 a 1959 (SPOSATI, 1988, pp. 252, 253, 259), (CAMPOS, 1988, p. 249).

lavo Setubal em 1977. Os embates eram constantes: de um lado os trabalhadores do gabinete de SEBES eram acusados de teóricos, teriam discurso avançado e eram mais preparados e os das UDCs eram fechados, voluntaristas e práticos (SPOSATI, 1988, p. 259, 268, 269). O namoro só virou casamento no momento do confronto e na circunstância em que se deu a greve política. As dificuldades não eram apenas internas. No início dos anos 70, fortalecia-se o movimento de educação de base e o governo federal iniciara o programa de alfabetização de adultos, que se popularizou pela sigla MOBREAL, programa a ser executado pelos municípios. Em São Paulo, conforme aponta Sposati:

[...] o órgão responsável pela política municipal de educação (SME) não o recebeu no interior da sua burocracia. Mais do que isso, resistia a ceder salas de aula para o funcionamento do Mobral, formado 'por alunos desordeiros e bagunceiros que alteravam a disciplina escolar'. Restou, diante disso, a trajetória do Mobral na burocracia da assistência social (Ibidem, 1988, p. 285).

O mesmo embate, entre COBES e SME, se repetiria, mais tarde, na questão relacionada à creche. Além da alfabetização, o envolvimento do setor com a formação rápida de mão de obra, paradoxalmente, possibilitou a primeira aproximação dos profissionais da pasta com as mulheres da periferia que pressionavam por creche.

Forçadas pela necessidade de ajudar no provimento doméstico, as mulheres das camadas populares colocavam em confronto os programas da Secretaria. Nos cursos de formação de mão de obra, o número de alunas mulheres ultrapassava o de homens. Instalaram cursos de alimentação, costura ou de artesanato. Na formação das mulheres se enfatizava a produção e circulação do material produzido, o que levava o programa a se reaproximar das entidades sociais da ação comunitária (Ibidem, p.286).

A costura estava em alta, os empresários colocavam as máquinas nas casas das mulheres e havia a exploração do trabalho informal. Os profissionais da prefeitura se aproximavam de dois segmentos diretamente envolvidos com as creches: mulheres e crianças. A mistura estava pronta e o bolo batido: arrocho, greve, unidade, mulher e criança. O milagre se acabava, o tecido social se rompia e no andar de baixo as inquietações aumentavam. A mistura iria provocar novos conflitos com o gabinete do prefeito, já na gestão de Reynaldo de Barros. Em 1978 e 1979, com a eclosão dos movimentos sociais, os trabalhadores acreditaram que poderiam colocar as mangas de fora. Teixeira resume o ambiente que reinava então em São Paulo. Diz ela;

[...] havia toda uma mudança que estava ocorrendo na sociedade civil, com a população exigindo maior participação em assuntos de seu interesse e muitas vezes questionando o próprio papel do Estado através de movimentos de base de caráter reivindicatório, de articulação política, de interesses de categorias profissionais, como era o caso dos iniciados pelos Sindicatos e Associações Profissionais ou outros (TEIXEIRA, M., 1983, p. 356).

O executivo organizava os programas que eram conhecidos como os “PRÓS” e os setores populares organizavam os movimentos da carestia, do favelado, da creche, entre outros, mas para o governo a aliança entre os trabalhadores e setores populares precisava ter um fim. Boletins, folhetos, comunicados e relatórios escritos pelos trabalhadores da COBES e pelo secretário da instituição, o tenente-coronel José Ávila da Rocha, que havia assumido a pasta em 1982 (DECRETO DO PREFEITO..., 17/06/1982), mostram pistas sobre as relações entre os vários atores que conformaram a ampliação das creches na cidade de São Paulo.⁹

1.3.1 Direito de Representação, Pra Quê?

Os idos de 1946, depois do retorno à democracia, marcam as primeiras iniciativas de organização dos trabalhadores municipais de São Paulo.¹⁰ Do período que vai da segunda metade dos anos 40 até os anos 60, surgiram associações municipais estruturadas por categorias profissionais. Eram associações que, em sua maioria, ainda existem e, no final dos anos 80, constituíram a Federação das Associações Sindicais e Profissionais da Prefeitura de São Paulo (FASP). Nesse período foi criada, em 1955, a Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo (APASSP).

A maioria das entidades colocava-se como apolítica e em defesa das questões corporativas dos servidores públicos municipais, articulando seus interesses por meio do contato direto com as autoridades. Uma matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, em 12 de abril de 1979, dá uma dimensão do distanciamento que havia entre os próprios servidores. Intitulada “Funcionário público um ‘status’ que acabou”, descrevia que “durante muitos anos, os calceteiros [operário que coloca paralelepípedos nas ruas] foram proibidos de erguer a cabeça quando passava um engenheiro municipal, os que desafiavam essa exigência eram suspensos”

⁹ Ao lado do nome “José Ávila da Rocha” consta “EB R/1” – indicando pertencer ao Exército Brasileiro – na relação dos que foram Comandantes da Guarda Civil Metropolitana da PMSP (Portal da Prefeitura de São Paulo, acesso em 6/7/2010). A escolha de um militar do exército para o comando da SEBES mostra a violência da repressão durante o regime militar, na tentativa de calar os trabalhadores que se articulavam e lutavam por direitos.

¹⁰ Cumpre observar que, na análise de cerca de 50 folhetos produzidos pelos trabalhadores, os termos usados para se referir a “trabalhador” eram variados: funcionários, técnicos, servidores, colegas, companheiros, trabalhadores, mas que adquiriam um sentido de pertencimento sobre a sua situação e de onde falavam.

(FUNCIONÁRIO PÚBLICO..., 12/04/1979). Informava que o critério para ingressar na prefeitura, nas funções de nível universitário, era ser amigo do prefeito e, de preferência, frequentar festas promovidas pela elite da cidade, não sendo preciso pressionar por melhorias salariais ou condições de trabalho. Ironicamente, em 1979, época do arrocho, eram os “de baixo” que saíam às ruas para enfrentar o poder e mostrar que a situação havia se tornado insuportável.

O gestor municipal dava os primeiros sinais da necessidade de profissionalizar o serviço público desde 1935, definindo a formalização do vínculo de trabalho e política salarial, além da estabilidade após dez anos de efetivo exercício (SPOSATI, 1988, p. 124). Não havia, no entanto, preocupação com a forma de ingresso do servidor por meio de concurso público, reforçando a contradição do apadrinhamento e da estabilidade no emprego. Questão que só foi enfrentada e modificada por pressão dos trabalhadores na Constituição de 1988. Com os ventos da redemocratização, a APASSP retoma o debate e questiona a atuação dos profissionais do serviço social. Em seu Boletim n. 1 de maio de 1978, mimeografado, informava sobre a importância de “[...] não esquecer do momento que vivemos hoje, onde várias categorias se levantam [...] para manifestar suas insatisfações e reivindicar direitos [...]” (APASSP, 1978). Os trabalhadores municipais percebiam que haviam saído de uma greve sem resultados concretos e que a sua organização, vinculada a uma entidade nacional, era insuficiente. Eles se articulavam por meio de grupos locais denominados de núcleos, e se vinculavam à União Nacional dos Funcionários Públicos. Em 1981, conforme se observa no “Boletim Informativo do Núcleo da UNSP em COBES” na sua oitava edição, denunciavam a transferência de trabalhadores da COBES para outras secretarias como punição às tentativas dos que lutavam por liberdade e melhores condições de trabalho (NUCOBES, 1981, CPV).

O Núcleo da União Nacional dos Funcionários Públicos (NUCOBES) mostrava-se insuficiente para dar respostas. Era preciso organizações locais e descentralizadas. No período de 1978 a 1982 cruzaram-se dois movimentos de organização dos trabalhadores: um mais localizado, dos trabalhadores da COBES, estimulados pela experiência da APASSP; outro movimento que articulava os trabalhadores para organizar uma entidade representando todos os servidores municipais, já que as antigas associações por categoria não respondiam às novas expectativas.

A luta pela organização própria ganhava força e na carta dirigida ao “Companheiro Servidor Público Municipal”, era defendido o direito de organização sindical “como perspec-

tiva a nossa livre organização, onde só nós decidimos quais os caminhos a seguir, tão importantes para nós” (Companheiro servidor público municipal, s.d., CPV). A carta divulgava ainda a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, que ocorreria de 21 a 23 de agosto de 1981.¹¹ As novas práticas organizativas burlavam as chefias e percorriam os corredores das salas de trabalho da COBES: a comunicação ocorria por meio dos telefonemas, dos boletins mimeografados, dos folhetos, do boca a boca na hora da saída do serviço, da circulação dos pequenos comunicados conhecidos como “os mosquitinhos”.

A idéia da entidade por ramo de atividade, conforme relato de Blay, se concretiza:

A origem da Associação dos Funcionários da FABES (ASSFABES) encontra-se na greve do funcionalismo de 1979, quando era prefeito Olavo Setúbal e a então COBES contava com menos de dez creches diretas. [...] Da experiência, restou um grande salto organizativo, surgindo novas entidades do funcionalismo (BLAY, 1992, p. 105).

No folheto que divulgou o Iº Congresso para a criação da Associação, lê-se:

Desde a greve de 1978, os funcionários de FABES sentem a necessidade de se organizar. Várias tentativas de se criar uma Associação já ocorreram, sempre ligadas às lutas concretas que desenvolvemos a cada momento (Folheto: Congresso dos Funcionários de FABES, agosto de 1983, p. 7).

Foi um processo de mobilização demorado e inicialmente a estruturação se deu por meio de Grupos de Representantes. A cada reivindicação se instauravam comissões específicas com a finalidade de negociar as questões relacionadas aos interesses dos trabalhadores até as eleições da ASSFABES, que ocorreu no final de



Figura 2 - Jornal da APASSP. 1979.

¹¹ Folheto: Carta ao Servidor Municipal, Assembléia dos Servidores Públicos Municipais, s.d., CPV. Sobre o CONCLAT, informa o sítio da Força Sindical: “O sindicalismo, que havia sido dizimado pelo golpe militar brasileiro iniciado em 1964, começa a ser retomado ainda sob as barbas dos militares, no fim da década de 1970 [...]. O movimento que crescia precisava de direção e, logo em janeiro de 1980, a Comissão Nacional da Unidade Sindical, representando sindicalistas de todo o Brasil, reuniu-se no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e decidiu que os trabalhadores deveriam lutar por um salário mínimo real e unificado, garantia no emprego, reforma agrária e combate à carestia. Para isso, foram programados o 1º de Maio nacional unificado e a realização do 1º Congresso das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) — que se realizaria em 21 de agosto de 1981, com a denominação de Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras.” Acesso em 31/7/2010. Disponível em <http://www.fsindical.org.br/fs/index.php?option=com_content&task=view&id=1173&Itemid=90>

1983. Só mais tarde ocorreria a fundação do Sindicato dos Servidores Municipais, quando ainda era proibida a sindicalização dos servidores públicos. O folheto de convocatória para o I Encontro dos Servidores Municipais é datado de 1984 e assinado por 24 associações (CONVOCATÓRIA, 1984) e em 1987 ocorreria a sua criação no Primeiro Congresso dos Servidores Municipais, com a unificação da maioria das associações após quatro encontros anuais (BLAY, 1992, p. 107).

Outro resultado da greve de 1979, ainda que, paradoxalmente, vários trabalhadores tenham sido punidos e um dos artigos da lei trate da proibição de greve para os servidores públicos, é o Estatuto do Servidor Público, Lei nº 8.989/79, ainda em vigor. A lei disciplinou as normas que regem o servidor público. Foram aprovados, entre outros pontos, a estabilidade, a promoção por tempo de serviço, os processos de julgamento e punição, direitos e deveres, indo do processo de ingresso até a aposentadoria. Cumpre destacar que, no item VI do capítulo VI, onde são tratados benefícios a serem concedidos aos funcionários, dentro das possibilidades de recursos, a creche foi prevista como um benefício do trabalhador: “colônia de férias, creches, centros de educação física e cultural, para recreio [...]” (PMSP, Lei nº 8.989 de 29/10/1979).

Lei específica aprovou o Instituto da Previdência Municipal (IPREM) e, em 1980, foi instituída a regulação para os servidores admitidos, pois muitos não possuíam sequer contrato escrito e normas mínimas de relações de trabalho. A lei 9.160/80 estabeleceu várias normas de deveres e direitos, mas manteve a porta aberta para o ingresso no serviço público e as cartinhas de vereadores continuaram passaporte para o emprego, além de manter a instabilidade. Em 1981 novos benefícios eram conquistados: contagem recíproca do tempo de serviço prestado para aposentadoria. Na FABES, os 1.500 monitores do MOBREAL conquistavam o enquadramento como servidores municipais (21 MENSAGENS..., 26/10/1981). Teixeira aponta que, em dezembro de 1979, o quadro de pessoal da COBES era composto de 612 servidores de nível universitário, 376 com formação de nível médio e 366 com nível primário, perfazendo um total de 1.345 servidores, incluídos aí uns poucos trabalhadores de creche, uma vez que a maioria da gestão das creches era terceirizada (TEIXEIRA, M., 1983, p. 320).

Como quem põe também dispõe, os trabalhadores poderiam ser demitidos a qualquer momento, sem nenhuma causa. Em 1983 já eram cerca de “30 mil servidores regidos pela lei 9.160/80”, conforme divulgação feita no Boletim Informativo da Comissão de Mobilização

dos Servidores Admitidos (Boletim Informativo da Comissão de Mobilização dos Servidores Admitidos, 1983, CPV).

Pouco antes, em maio de 1979, a APASSP havia lançado um jornal tablóide que circulou com a manchete “Ombro a ombro nas lutas de todos os trabalhadores”. Os profissionais transitavam entre as instituições e circulavam em diversos lugares. Grande parte das assistentes sociais da Associação integrava o quadro de pessoal da COBES, cuja coordenadora era Therezinha Fram, uma pedagoga vinda dos quadros de pessoal da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo: em contraste, Helena Junqueira era assistente social e havia exercido o cargo de secretária municipal de educação de São Paulo. Conhecer de onde as pessoas falam ajuda a entender de que forma se estabelecem as relações de poder no cotidiano do trabalho e como as suas ideias influenciam os projetos e as ações realizadas, no caso em pauta, como se deu a ampliação das creches em São Paulo. Alguns pontos localizados no editorial do jornal da APASSP refletem o clima do país e as posições daqueles trabalhadores:

O momento que vivemos tem se caracterizado pela luta das classes trabalhadoras em defesa de seus direitos [...] porque queremos conduzir a construção de nossa realidade [...]. Hoje, operários, profissionais liberais, funcionários públicos e intelectuais se unem contra a política do arrocho [...] ela se fez representar [...] no Comando Geral de Greve do Funcionalismo Municipal (APASSP, 1979).

Destaca ainda a prática dos governos de indicar ao DEOPS¹² quais as lideranças deveriam ser chamadas a depor devido à sua atuação no movimento de greve. A matéria intitulada “Assistente Social: mulher e trabalhadora” dava a linha política. Alguns trechos extraídos do texto fornecem pistas das relações que se estabeleciam entre as trabalhadoras da COBES e as mulheres das camadas populares que desejavam usufruir dos serviços prestados pela prefeitura:

[...] o trabalho da mulher, especificamente, é ainda mais explorado, porque sempre recebe menores salários por seu trabalho [...]. No Brasil, as mulheres já iniciaram esta luta [...] acrescentando suas reivindicações específicas: salários iguais, creches, respeito a sua condição de mulher [...] (APASSP, 1979).

No final do texto, duas questões são pontuadas: a primeira dizia que a maioria da categoria era composta por mulheres e, por isso, as lutas por creche e salários deveriam ser encampadas por todas elas. A segunda aponta que “é necessário refletir sobre como devemos a-

¹² O Departamento Estadual de Ordem Política (DEOPS) foi criado em 30 de dezembro de 1924 e extinto em 4 de março de 1983. Sua finalidade era a prevenção e repressão às ações de ordem política e social consideradas contrárias ao Estado (Arquivo Público do Estado de São Paulo, <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/permanente/deops.php>>).

tuar junto aos setores populares, que tipo de orientação, que tipo de compromisso”. As questões foram produzidas em negrito e serviriam, provavelmente, para reforçar a sua posição nos locais de trabalho (Ibidem).

O sociólogo Valderi Ruviano, com vasta experiência na assessoria do movimento sindical, fala sobre a situação do servidor público no período dos anos 70 e início dos anos 80:

A lei era muito mais severa para o servidor público. Era proibido organizar sindicato e fazer qualquer tipo de manifestação como paralisação, assembleias, greve, até abaixo assinado poderia levar a demissão. O Estado exercia controle rígido e até na distribuição de ‘mosquitinhos’ o trabalhador podia ser preso. À época havia uma forte rede de solidariedade e trabalhadores de outros sindicatos iam aos locais da prefeitura para entregar folhetos para fazer circular as notícias. A ‘rádio peão’ funcionava mesmo. Por outro lado havia muitas associações ‘pelegas’, que costumavam negociar nos gabinetes e isso levou os trabalhadores, apesar da repressão a organizarem manifestações mesmo sem ter uma entidade que os representasse. Aquela situação exigiu criatividade dos servidores que encontraram outras formas de se articularem e surgiram as Comissões de Trabalhadores: Comissão de Mobilização, Conselho de Representantes, entre outras formas de organização.¹³

Depois de um intervalo de avaliação e fim de gestão, ainda em 1979, com a chegada da nova coordenadora, os trabalhadores elaboram e colocam em andamento uma política pública municipal para a área social, que Sposati identificou como “consentida” (SPOSATI, 1988, p. 308). O acordo apontava a possibilidade de construir uma proposta coletiva, fortalecendo a unidade entre os trabalhadores, e permitia a reorganização da força de trabalho que, no entanto, contrariava as políticas definidas pelo nível central. A força de trabalho pode emperrear ou levar adiante os projetos e ações de uma instituição, principalmente as de prestação de serviço. Nas relações de poder que se estabelecem, podem ocorrer momentos de ruptura ou de acomodação, o que não significa, necessariamente, adesão ao projeto. A habilidade de negociar por parte dos atores, chefias e trabalhadores possibilitou conformar um projeto que reconfigurava a pasta. Mas também foi um período recheado de conflitos que Ignarra associou a uma “[...] briga e dança, guerra e encontro [...]” (IGNARRA, 1985, p. 36). Os trabalhadores apren-

¹³ Depoimento de Valderi Antão Ruviano, (mais conhecido como Valdo), sociólogo, graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de Ijuí – RS e pós-graduado (incompleto) em Sociologia pela USP. Foi assessor da Articulação Nacional dos Movimentos populares e Sindicais (ANAMPOS) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Entre outras atividades, se dedicou a duas questões que sempre fez com paixão: educação popular e construção de acervo sobre os movimentos populares e sindicais. Ao longo da sua trajetória construiu um acervo com cerca de 300 mil páginas/imagens. São documentos produzidos e divulgados pelo movimento popular, sindical, partidos de esquerda e administrações populares. Abrangem basicamente os anos de 1970 a 2000. Esse acervo foi doado ao Arquivo Nacional, ao CEDEM da UNESP, AEL/UNICAMP e ao AMORJ/UFRJ. A entrevista foi realizada em 26/11/2009.

diam a negociar e levaram para o cotidiano do trabalho os saberes que tinham aprendido no processo da greve, inclusive os erros.

Na mesa de negociação das greves de 1979 dois pontos faziam parte da pauta: a não punição dos trabalhadores e o pagamento dos dias parados, conforme carta aberta dirigida à população. O Diário Popular, publicou a matéria “Anistia a funcionários municipais punidos por participarem da greve”, divulgando que a CMSP havia aprovado projeto de lei concedendo anistia aos trabalhadores, vetado pelo Executivo, que decidiu pelo não-desconto do pagamento (ANISTIA A FUNCIONÁRIOS ..., 21/06/1979). Os embates entre trabalhadores e o gabinete do prefeito se tornavam cada vez mais frequentes, levando à destituição da coordenadora com a nomeação de uma chefia que garantisse a aplicação das suas decisões.

A disputa política que ocorria entre trabalhadores e governo e os conflitos nas relações entre os próprios trabalhadores se tornavam cada vez mais acirrada. Instaurou-se uma guerra de posições: o prefeito propunha a criação de centros comunitários e as chefias de COBES instalaram um colegiado nas supervisões regionais, com a participação de lideranças populares, composto por trabalhadores da prefeitura e representantes da população (IGNARRA, 1985, p. 169, 73). Na linha adotada de se colocarem a serviço da população, alguns episódios merecem destaque: a definição de critérios e a seleção de pessoal com a participação do colegiado ocorreram na zona sul nas primeiras sete creches. Em resposta, o gabinete do prefeito centralizava a seleção de pessoal e tentava alterar a lista de classificação dos aprovados, o que foi denunciado na imprensa. O processo seletivo passa, então, para a Funda-

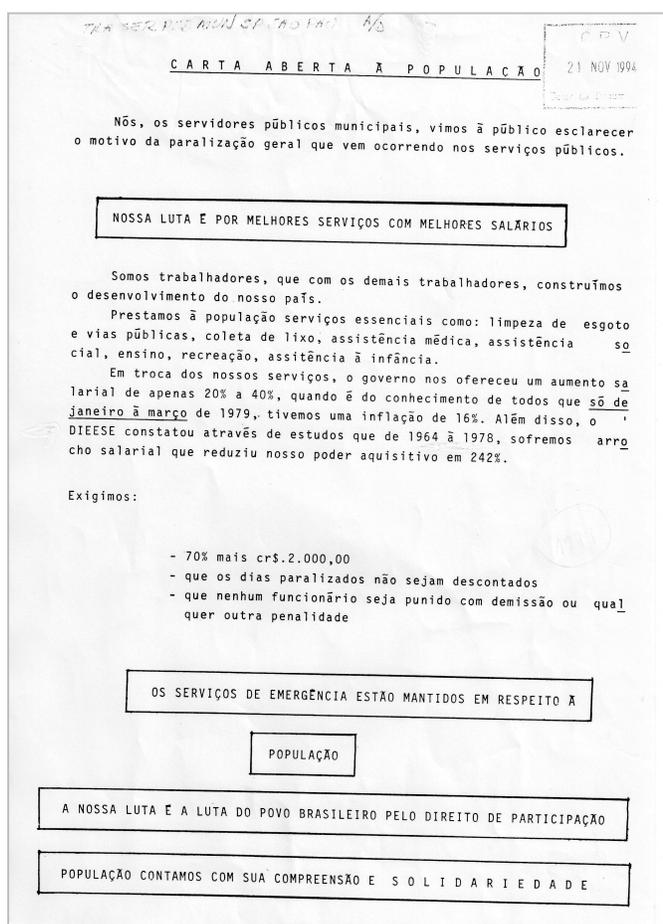


Figura 3 - Carta Aberta à População. CPV. 1979

ção do prefeito centralizava a seleção de pessoal e tentava alterar a lista de classificação dos aprovados, o que foi denunciado na imprensa. O processo seletivo passa, então, para a Funda-

ção Carlos Chagas conforme matéria publicada na Folha de São Paulo, intitulada “Inscritos às creches farão exame em agosto”. A matéria informava que:

Os 42 mil candidatos que concorrem às duas mil e duzentas vagas em creches da Prefeitura realizarão o concurso no próximo dia 23 de agosto em locais a serem divulgados pela Fundação Carlos Chagas e que se incumbirá da elaboração das provas e seleção final [...] as vagas existentes deverão suprir 203 creches que deverão ser construídas, na capital, até o final do ano e os aprovados que não forem inicialmente colocados ficarão cadastrados para posterior aproveitamento (INSCRITOS ÀS CRECHES..., 24/07/1981).

No processo da construção do espaço físico, além de selecionar terrenos próximos aos córregos e encostas, o tipo do material usado refletia a visão sobre o direito das crianças e das camadas populares. O ríspido diálogo travado entre os trabalhadores e o prefeito sobre a escolha do piso que seria usado no chão da creche, exemplifica o tratamento dispensado à população, que precisava da prestação do serviço público. A opção da prefeitura foi pelo cimento queimado no chão e a telha de amianto no teto de muitas creches. Segundo Ignarra, os ânimos esquentavam e em uma festa na periferia o prefeito era recebido pela população com um enorme bolo confeitado, onde estava escrito: “[...] precisamos de creche para nossas crianças” (IGNARRA, 1985, p. 125).

Os profissionais não se apercebiam que o coro das reclamações contra a equipe engrossava: ia do descontentamento de trabalhadores preteridos nos processos eleitorais de escolha das supervisões, até vereadores e líderes comunitários que não conseguiam mais praticar suas políticas clientelistas. O novo coordenador, o “jovial Wilson Quintella” entre a sedução e a ameaça, articulou todos os descontentes, derrubou um a um os supervisores eleitos e tentou isolar as lideranças dos trabalhadores. Com a saída do prefeito para concorrer ao cargo de governador do Estado de São Paulo e o terreno preparado na COBES, assume um novo secretário, o tenente-coronel da reserva do exército José Ávila da Rocha, na agora Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES), e as ameaças passam à execução (IGNARRA, 1985, p. 143). Segundo declaração à Folha de São Paulo, em novembro de 1982, o secretário acusava as assistentes sociais de “agentes revolucionárias, que estão utilizando a população como massa de manobra para atingir interesses político-ideológicos” (ÁVILA ACUSA ASSISTENTES, 14/11/1982). Ignarra publica, como anexo ao seu estudo, um documento intitulado “Documento distribuído pelo secretário José Ávila da Rocha aos supervisores regionais, no segundo semestre de 1982”, que mostra o ambiente instaurado na FABES. O material escrito pelo secretário criticava a filosofia dos trabalhos da COBES, afirmando que ela se referenciava “no mo-

vimento de ‘reconceituação’ do serviço social, especialmente com a adoção da dialética materialista, de Carlos Marx e Frederico Engels, para a concepção da realidade”. Sobre a participação popular, dizia o Coronel se tratar de uma: “idéia risível, posto que estariam feridos, inclusive, os princípios que regem o sigilo nas atividades públicas” e apresentando-se como de origem militar, dizia manter-se firme na “preservação de suas prerrogativas e no respeito ao Império da Lei” (IGNARRA, 1985, p. 186, 187). Sob essa justificativa, puniu diversos servidores que, segundo ele, criavam clima de agitação e, por isso, os advertia com base no Estatuto do Funcionalismo e “[...] também, de outros textos legais, como a Lei de Segurança Nacional, onde todos poderiam sofrer ações penais” (Ibidem, p. 185). Os processos administrativos instaurados sem base legal e as penalidades foram anulados pela nova gestão, que se iniciou em 1983, na gestão de Mário Covas. Segundo a imprensa, em março de 1983, foi dado parecer favorável à anulação dos processos instaurados na administração anterior, após negociações com os trabalhadores. (PUNIÇÃO DE FUNCIONÁRIOS..., 23/03/1983).

1.3.2 Trabalhadores da Creche: Atitude Corporativa?

O ano de 1983 começou com expectativas e ansiedades. De todos os lados: os trabalhadores desejavam ver as suas reivindicações atendidas, a população queria a ampliação das vagas de creche e o poder executivo exigia paciência de todos os atores. A população não votava em prefeito, mas havia votado no governador do Estado que indicava o prefeito. Depois de anos de ditadura, crise econômica e repressão, os trabalhadores esperavam que os problemas tivessem solução e as perguntas, respostas. Depois das creches conveniadas, da falta de treinamentos, dos processos e punições, do Coronel vinculado ao exército, os trabalhadores municipais, em especial os da FABES, acumulavam expectativas de democracia. Depois de tantos *depois*, o efeito seria a instalação da Comissão Especial de Inquérito (CEI) na Câmara Municipal de São Paulo para investigar a questão do repasse das creches da prefeitura por meio de convênios. As questões da CEI serão vistas mais adiante, destacando-se neste espaço os aspectos que envolveram os trabalhadores.

A nona sessão da CEI na CMSP, de 26 de março de 1984, tratou especificamente das questões relacionadas aos profissionais de creche. Foram 107 páginas transcritas sem revisão, com sete depoentes apresentando as suas idéias, convicções e propostas sobre a questão do trabalhador e a creche. A sessão partiu de um roteiro previamente distribuído aos membros convidados, distinto das outras sessões em que especialistas discorriam sobre temas encomen-

dados para depois abrir a palavra aos presentes. Solicitava-se que as manifestações versassem sobre vantagens e desvantagens da creche direta, considerando a qualidade e os custos delas, bem como quais os empecilhos e possibilidades de alterar as propostas em andamento, se necessário. Apesar de abordar questões sobre a qualidade, o roteiro focalizou que a creche direta tinha um custo elevado ao destacar as seguintes informações:

[...] (b) Uma análise da relação adulto/criança indica as seguintes proporções: 1 funcionário para 2,2 crianças; um docente (pajem+ professor) para 4,9 crianças; 1 pajem para 5,3 crianças; (c) [...] custos diretos indicam que o quadro de pessoal é responsável por 50 % da despesa de uma criança na creche [...] (CEI/DOSSIÊ I, v.9, p.1).

Partia da premissa que as despesas de pessoal eram custosas porque a proporção da relação adulto/criança seria de 2,2 profissionais (número de 138 crianças por 45 adultos), e entendia o pagamento de pessoal como despesa e não investimento. Sem levar em conta a finalidade da creche, a formação, a especificidade das funções, as atribuições distintas dos profissionais e a relação do tempo em que a instituição permanecia aberta. Matéria publicada na Folha de São Paulo, em julho de 1981, intitulada “Inscritos às creches farão exames em agosto”, informava que a jornada de trabalho para os operacionais, pajens incluídas, era de 48 horas semanais. Dizia o texto: “As funções de nível operacional, como pajem, cozinheiro, auxiliar de cozinha, serviçal 1, serviçal 2 e zelador terão jornada de 48 horas semanais [...]” (INSCRITOS ÀS CRECHES..., 24/07/1981). Em 1982 foi aprovada a jornada semanal de 30h: 36min para pajens e a jornada de 40 horas para os servidores operacionais, o que exigiu revisão da tabela de lotação de pessoal, não apenas da COBES, mas de toda a prefeitura. A rigor, a creche funcionaria em dois turnos, sendo 12 pajens por período. De um total de 45 profissionais, menos as 26 pajens, restavam 19 trabalhadores para as atividades técnicas, de direção, administrativas, de limpeza, da lavanderia e de vigilância, com jornada de 40 horas semanais ou oito horas diárias. Para a cobertura de serviço prestado de 12 horas, 19 trabalhadores equivaleriam o trabalho de 13 servidores, pois eles tinham uma jornada de 40 horas, e não de 60 horas semanais. O horário de funcionamento da creche era de 12 horas contínuas e, por isso, seria importante relacionar o custo com a finalidade da prestação de serviço ofertado. À época, os profissionais da creche tinham acesso à alimentação gratuita como benefício indireto, questão também mencionada como motivo de aumento dos custos.¹⁴

¹⁴ Em 1976 o governo federal implantou o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), aprovado pela Lei 6.321/76 com a finalidade de incentivar que as organizações fornecessem alimentação ao trabalhador da iniciativa privada

Apesar de o roteiro caracterizar o item pessoal como despesa, os depoimentos contrariam esta convicção ao abordarem as condições de trabalho, questões sobre a jornada de trabalho, o salário ruim, a formação e a precarização das relações contratuais de trabalho com base na lei 9.160/80, que possibilitava demissão a qualquer tempo, entre outras questões. A situação das relações de trabalho foi exposta por uma servidora de FABES, ao apresentar o estudo para a carreira dos profissionais de creche: “[...] este projeto surgiu de uma série de reivindicações do Iº Encontro de Profissionais de Creche” (CEI/DOSSIÊ I, v.9, p. 7). Acrescentava que o grupo de trabalho com representação da categoria, tratava da carreira para todas as funções, e que, ao final do trabalho, ter-se-ia o quadro de pessoal com “[...] perfil ideal dos funcionários de uma instituição de educação, que no caso é a creche” (Ibidem, p. 10).

A presidenta da CEI defendeu que seria necessário estudar outros modelos de creche, pois os custos elevados da creche direta eram um dos empecilhos para a continuidade da expansão desses equipamentos. Também afirmou que não havia harmonia entre o que os funcionários queriam e os desejos da população e que esses interesses seriam divergentes. Contraditoriamente, também disse que havia uma mistura de reivindicações induzindo a uma interpretação de que o movimento estava “[...] extremamente vinculado a organização dos funcionários [...]” (Ibidem, p. 79). Argumento contestado pelo presidente da ASSFABES, que disse acreditar na solidariedade entre os movimentos que se organizavam em espaços bem definidos.

Porque a organização dos funcionários se dá dentro da Associação em cima das reivindicações próprias, uma coisa é solidariedade dos servidores nas lutas do movimento popular. Entendemos que o movimento popular tem que se organizar de forma autônoma, independente do próprio Estado. (Ibidem, p. 79).

Informou ainda, o presidente, que os trabalhadores não abririam mão de três pautas: estabilidade, alimentação e jornada de trabalho. Com relação ao cargo de direção da creche, houve consenso de que deveria ser servidor efetivo aprovado em concurso público, ainda que a administração e o parlamento não tenham adotado providências neste sentido. Este item se tornou objeto de preocupação dos servidores que, em 1981, chamavam a atenção para a questão:

(www.planalto.gov.br). No início de 1980 este tema passa a constar das reivindicações dos servidores públicos. Em 1982 os servidores municipais conseguiram incluir o vale-refeição na sua pauta de negociação. (Comunicado “Colegas Funcionários de COBES, CPV).

[...] está em tramitação na Câmara Municipal, o Projeto de Lei n. 73/81, do Sr. Prefeito propondo a criação de 300 cargos em Comissão de Diretor de Creche, referencia DA-9 A, por livre provimento. [...] Por que não se garante o acesso a este cargo por concurso público? (NUCOBES, 1981, p. 7, CPV).

Cumprе lembrar que, conforme publicação de matéria na Folha da Tarde, em 1981 ocorreu o reconhecimento funcional dos cerca de 1.500 monitores do MOBREAL (21 MENSAGENS, 26/10/1981), que até então não tinham reconhecido nenhum direito funcional. Em 1982, era a categoria profissional que colocava mais fortemente na agenda política as suas reivindicações e esse dado é importante para se observar que o quadro de pessoal da pasta já comportava um grande número de servidores. Em 1983, começa a chegada dos profissionais das creches: os que haviam ingressado e os que pressionavam pelo ingresso. O documento “Creches diretas e indiretas”, de 1984, que compôs o dossiê enviado à Comissão Especial de Inquérito pela secretária de Fabes, explicava que havia trabalhadores selecionadas que deveriam ser contratadas: “[...] a administração anterior legou à atual administração 68 creches em fase final de construção ou apenas inauguradas. Deixou também cerca de 2.000 pessoas selecionadas [...]” (FABES, Creches diretas e indiretas, item 4, SMADS).

Alguns documentos localizados no Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, sobre o I e o II Encontro dos Funcionários das Creches em São Paulo, ajudam a elucidar o processo de organização dos trabalhadores, as suas pautas e posições. O texto do “I Encontro dos Funcionários das Creches de São Paulo”, que ocorreu em maio de 1983, resume-se a uma página e foi datilografado precariamente, com erros e aparente desorganização. No documento há várias anotações manuscritas e entre elas se destaca a observação “pajem/educadora infantil/nível médio”, indicando preocupação com a qualificação e qual era o papel da pajem na creche. Na apresentação havia um esclarecimento: somente as sugestões aprovadas seriam entregues ao governo. As propostas podem ser assim sintetizadas: reivindicações salariais, jornada de trabalho, efetivação dos admitidos, melhorias nas condições de trabalho, formação e formas de organização dos trabalhadores.

A maioria dos pontos da pauta referentes às questões salariais constava do movimento mais geral dos trabalhadores municipais, conforme se observa em dois comunicados que tratam da campanha salarial que envolvia o conjunto dos trabalhadores municipais. Os dois documentos, localizados no CPV, se assemelham na identificação: “Colegas funcionários da COBES”, convoca a reunião para o dia 18/05/1982; e o segundo, “Colega, funcionário de COBES”, relata a reunião ocorrida. No segundo, em letra manuscrita, se lê a frase “Distribuir

para as lideranças dos bairros” e da pauta constava, entre outros pontos: reajuste semestral, abertura de concursos, aumento da tabela de lotação de pessoal, descentralização do atendimento do hospital municipal, vale-refeição, além de chamar para o Congresso do Funcionalismo. Serão destacados apenas os pontos que de algum modo interessavam diretamente aos profissionais das creches: na questão salarial constava a gratificação de nível universitário; mudança na referência e a substituição da denominação de “serviçal 1” e “serviçal 2”, funções dos trabalhadores operacionais, que possivelmente ainda refletiam resquícios da servidão. Com relação à jornada de trabalho, não aceitavam a jornada de 40 horas ainda que estivesse vinculada a uma gratificação¹⁵. O ponto central, embrião da organização de quadro de pessoal, foi justamente a carreira e formação: os trabalhadores exigiam quadro de carreira, efetivação dos aprovados no processo seletivo da Fundação Carlos Chagas e para os trabalhadores que tivessem dois anos de efetivo exercício. Sobre as condições de trabalho abordavam as questões de infraestrutura e de material, colocação de parque nas creches (*playground*), treinamentos e maior contato entre supervisão e creches (Iº Encontro dos Funcionários das Creches de São Paulo, s.d., CPV).

Ainda em 1983, em fins do mês de julho, ocorria o IIº Encontro dos Funcionários de Creche e a abertura da nova campanha salarial, que caminhavam em paralelo. Os trabalhadores cruzavam os dois espaços: as reivindicações gerais envolvendo o conjunto dos servidores da prefeitura e o debate específico da creche. Participaram de uma greve geral que, segundo a avaliação do comando dos servidores, havia sido derrotada, como se constata no “Boletim da Comissão de Mobilização do Funcionalismo”, distribuído aos trabalhadores:

[...] apesar do descontentamento com a mensagem do prefeito e a disposição de luta por parte da categoria, a greve não se amplia para outros setores devido à debilidade de nossa organização (Boletim da Comissão de Mobilização do Funcionalismo Municipal, 1983, CPV).

Na creche as coisas não estavam muito diferentes. No “II Encontro dos Funcionários das Creches de São Paulo”, foram debatidos assuntos específicos. O Boletim Informativo, que circulou com o resumo das conclusões do Encontro, apontava sobre as refeições dos servidores, a efetivação dos admitidos e do quadro de carreira e também tratava das creches conveni-

¹⁵ No final do seu governo, Reynaldo de Barros reestruturou as carreiras de algumas categorias profissionais e instituiu a jornada básica de 33 horas semanais para os trabalhadores da prefeitura. Em paralelo, implantou uma gratificação específica para os trabalhadores que optassem pela jornada de 40 horas semanais. Era uma forma de não reajustar os salários. Aos trabalhadores operacionais foi negado o direito de escolha pela jornada básica e obrigado o cumprimento da jornada em tempo integral.

adas, informando sobre o protesto realizado pelo Movimento de Luta por Creche contra a entrega das creches para entidades particulares:

[...] nós funcionários preocupados com a queda da qualidade de atendimento, com as famílias que terão que pagar essas creches e com a ameaça de desemprego, decidimos apoiar o Movimento de Luta por Creche [...] (Boletim Informativo. n. 02. II Encontro dos Funcionários de Creche, 02/07/1983, CPV).

Em julho do mesmo ano os trabalhadores divulgaram uma carta aberta à população expressando a sua posição em favor das creches diretas: a creche pública era uma conquista da população, sendo a única forma de “atender a população mais pobre, por poder ser totalmente gratuita”; as entidades pagavam pouco aos funcionários e a entrega das creches não era um ato isolado, indicando uma política de terceirização dos serviços. O ano de 1983, após a realização do CONCLAT, foi profícuo na organização dos trabalhadores públicos municipais. Alguns eventos merecem ser citados: o Iº Encontro de Técnicos da FABES lança um manifesto denunciando irregularidades no concurso para as categorias de nível universitário e em defesa da creche direta e pública; o Iº Congresso dos Funcionários Públicos defende a liberdade e a autonomia sindical; Iº e IIº Encontro dos Funcionários de Creche; o Iº Encontro de Monitores e Técnicos do MOBREAL defende uma proposta autônoma para a alfabetização de adultos e o rompimento do convênio da prefeitura com a Fundação MOBREAL; e a eleição e posse da direção da ASSFABES e do Conselho dos Representantes. Duas chapas haviam disputado o processo eleitoral, sendo eleita a chapa denominada “3 de Setembro”. Entre as suas principais bandeiras de lutas constavam: organização dos conselhos de representantes, autonomia sindical, filiação à Central Única dos Trabalhadores, plano de cargos e de carreira, concurso público, revogação da lei 9.160/80, programa municipal de Alfabetização, creche direta como direito da população, entre outros pontos.

O enfrentamento entre governo e trabalhadores se radicalizava com as propostas que surgiam para as creches, cujo debate estava focalizado nos custos elevados, mas que ninguém sabia quais eram (Carta Aberta à População, 1983, CPV). O governo apresenta à população propostas alternativas e de menor custo. O Boletim da ASSFABES, de julho de 1985, indica na matéria “Campanha salarial: servidores construindo sua história” que os trabalhadores, além das reivindicações salariais e melhores condições de trabalho, questionavam a proposta

sobre a implantação das creches-polos¹⁶. Segundo o documento, o governo “[...] implanta creches-polos que comprometem as condições materiais e pedagógicas de atendimento aos filhos dos trabalhadores” (ASSFABES, 1985).

Na busca de saídas o Executivo elabora projeto de lei para criar um Fundo de Assistência ao Menor (FUNAM¹⁷), por sugestão da Pastoral do Menor, que teria sido acatada pela Secretaria, conforme matéria divulgada na Folha de São Paulo sob o título “FABES debate funcionamento de creches”:

Assim, acatando sugestão da pastoral do menor, ela propôs ao prefeito a criação do fundo, para que as empresas destinem recursos para a instalação de novas creches (FABES DEBATE..., 21/07/1983).

Este tema polemizou as atenções, semeando dúvidas sobre a proposta: seria um fundo ou uma fundação, já que o projeto criava cargos de livre provimento em comissão. Em agosto do mesmo ano foi articulado um encontro entre a secretária Marta Teresinha Godinho e os trabalhadores responsáveis pelas supervisões dos programas que atendiam o menor na prefeitura de São Paulo. O encontro, divulgado pela imprensa com manchete onde se lia “Técnicos são contra creches conveniadas”, aprofundou ainda mais o estranhamento das posições entre governo e trabalhadores. Já não eram apenas *os peões* – como popularmente se conhece os trabalhadores de menor cargo – que se manifestavam contrários, mas os intelectuais da Secretaria.

No encontro realizado em território externo, na PUC de São Paulo, os profissionais entregaram um documento à secretária em que defendem a rede direta de creches, denunciam a gestão anterior e consideram equivocada a avaliação de que o atendimento pelas entidades particulares teria os custos barateados, sem ferir a qualidade das atividades. Segundo a matéria, as lideranças do Movimento de Luta por Creche consideraram os convênios como a criação de mais uma “indústria de creches em São Paulo”. A última frase havia sido a manchete

¹⁶ A creche-polo foi uma modalidade de atendimento à criança pequena proposta pela FABES em 1985. Previa a destinação de recursos às mães que cuidavam de crianças dos vizinhos que trabalhassem fora do lar. Essas mães receberiam uma remuneração mensal e os gastos de luz, água, e gás seriam ressarcidos pela prefeitura, que também forneceria a alimentação. Este atendimento domiciliar, identificado como creche-satélite, receberia orientação e seria acompanhada pelos profissionais da creche direta mais próxima identificada como creche-polo. (CRECHE-POLO..., 20/04/1985). Segundo Rosemberg, Campos e Haddad as “[...] experiências de modelos de emergência – como as creches domiciliares ou a versão da prefeitura de São Paulo denominada creche-polo/satélite – foram poucas e esporádicas” (ROSEMBERG; CAMPOS; HADDAD, 1991, p.2).

¹⁷ O FUNAM (Fundo de Assistência ao Menor) seria criado por lei, com a finalidade de dar suporte financeiro aos programas e projetos de atendimento ao menor, na faixa etária de zero a seis anos. Os recursos viriam, em sua maioria, dos empresários. Propunha ainda a criação de estrutura organizacional, com cargos e atribuições definidas. Foi uma proposta apresentada pela Pastoral do Menor ao governo municipal que não prosperou (DOSSIÊ de FABES, 1983).

interna da Folha de São Paulo dois dias antes (PREFEITURA CRIA UMA..., 14/08/1983).

Segundo a reportagem, depois de ouvir a leitura em silêncio, a secretária interveio, dizendo-se:

[...] estar aberta a participação, pois isto está incluído no programa do PMDB, mas não aceito a ditadura das bases. Nunca aceitarei como secretária da Fabes, o papel de apenas revalidar o que as bases aprovam. Vocês podem esquecer isso (TÉCNICOS SÃO CONTRA..., 16/08/1983).

Quando uma das trabalhadoras interveio dizendo que a creche direta representava “a aspiração do povo”, rebateu as críticas:

o povo não se faz representar e nem ouvir apenas pelos técnicos. Eu recebo vários segmentos todos os dias na minha sala e muitos deles me pedem creches conveniadas. É preciso tomar cuidado [...], pois o povo é saco de gato que contém muitos miados (Ibidem).

Os canais de interlocução entre as autoridades e os trabalhadores se fechavam e o diálogo parecia ter terminado antes de começar. As palavras democracia e eleições estavam na boca do povo e não era diferente no ambiente de trabalho na prefeitura de São Paulo. Na FABES os trabalhadores, contaminados pelo clima das liberdades democráticas, manifestavam o desejo de escolher quem seria o titular da secretaria por eleições diretas, conforme ofício enviado em março de 1983 ao presidente da CMSP: “[...] Que vossa excelência apóie e respeite o procedimento interno da eleição direta para indicação do secretário da FABES [...]” (Comissão Eleitoral, 07/03/1983, CPV). Após a nomeação da nova secretária expressaram o seu descontentamento no que entendiam ser um desrespeito aos funcionários (Comissão Eleitoral, 09/03/1983, CPV). Esse fato, analisado depois de tanto tempo, parece banal e mostra a ingenuidade dos servidores, mas à época

A convocatória é um documento impresso com o título "CONVOCATÓRIA" centralizado. No canto superior direito, há um selo do "Centro de Pastoral Varqueno" datado de "No. 26.11.84" e rotulado "BIBLIOTECA". O texto principal informa sobre um encontro no dia 24 de novembro, das 13:00 às 18:00 horas, no Auditório do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. O objetivo é discutir a necessidade de intensificação da discussão e aprimoramento da organização dos servidores municipais. O tema abordado inclui: 1. Campanha salarial - pauta de reivindicações, calendário e encaminhamento; 2. Situação dos servidores admitidos - valorização do curso público; 3. IPREM e Hospital do Servidor Público Municipal. O documento afirma que a participação é aberta a todos os servidores municipais e que o atendimento de suas reivindicações será uma consequência da organização e mobilização do funcionalismo. Há uma frase destacada: "PORTANTO, SUA PRESENÇA É IMPORTANTE!". Abaixo, um retângulo contém as informações de local e horário: "TODO APOIO AO ENCONTRO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DIA 24.11.84 DAS 13:00 ÀS 18:00 HORAS NO AUDITÓRIO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE S. PAULO - RUA GALVÃO BUENO, 780". Na base, há uma lista de entidades convocadas, incluindo associações de inspetores fiscais, pensionistas, escrivães, tesoureiros, técnicos em contabilidade, eletrotécnicos, motoristas da PMSP, advogados, contadores, bibliotecários, servidores de abastecimento da PMSP, Hospital Menino Jesus, funcionários da Câmara Municipal SP, professores e especialistas de educação do Ensino Municipal, funcionários do Hospital Pirituba, trabalhadores unidos do HSPM, funcionários do Hospital Menino Jesus, servidores municipais SP, trabalhadores do Hospital Artur Ribeiro Sabóia, médicos do Hospital Jabaquara, servidores da Fabes, servidores da Secretaria Municipal da Administração, Sociedade de Engenheiros e Arquitetos, USIPREM.

CONVOCATÓRIA

NO DIA 24 DE NOVEMBRO, DAS 13:00 às 18:00 HORAS, SERÁ REALIZADO O ENCONTRO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

FRENTE À NECESSIDADE INADIÁVEL DE INTENSIFICAÇÃO DA DISCUSSÃO E APRIMORAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, DEFINIU-SE O SEGUINTE TEMÁRIO:

1. CAMPANHA SALARIAL - PAUTA DE REIVINDICAÇÕES, CALENDÁRIO E ENCAMINHAMENTO;
2. SITUAÇÃO DOS SERVIDORES ADMITIDOS - VALORIZAÇÃO DO CURSO PÚBLICO;
3. IPREM E HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL;

A PARTICIPAÇÃO NO ENCONTRO É ABERTA A TODOS OS SERVIDORES MUNICIPAIS. DEVEMOS FAZER COM ANTECEDÊNCIA, REUNIÕES PREPARATÓRIAS NOS DIVERSOS LOCAIS DE TRABALHO, NAS DIVERSAS SECRETARIAS E EM TODAS AS ASSOCIAÇÕES.

O ATENDIMENTO DE NOSSAS REIVINDICAÇÕES SERÁ UMA CONSEQUÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DO FUNCIONALISMO.

PORTANTO, SUA PRESENÇA É IMPORTANTE!

TODO APOIO AO ENCONTRO
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
DIA 24.11.84 DAS 13:00 ÀS 18:00 HORAS
NO AUDITÓRIO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE
S. PAULO - RUA GALVÃO BUENO, 780

ENTIDADES QUE CONVOCAM: Associações: Inspetores Fiscais, Pensionistas, Escrivães, Tesoureiros, Técnicos em Contabilidade, Eletrotécnicos do Município, Motoristas da PMSP, Advogados, Contadores, Bibliotecários, Servidores de Abastecimento da PMSP, Hospital Menino Jesus, Funcionários da Câmara Municipal SP, Professores e Especialistas de Educação do Ensino Municipal, Funcionários do Hospital Pirituba, Trabalhadores Unidos do HSPM, Funcionários do Hospital Menino Jesus, Servidores Municipais SP, Trabalhadores do Hospital Artur Ribeiro Sabóia, Médicos do Hospital Jabaquara, Servidores de Fabes, Servidores da Secretaria Municipal da Administração, Sociedade de Engenheiros e Arquitetos, USIPREM;

Figura 4 - Convocatória. 1984.

do depois de tanto tempo, parece banal e mostra a ingenuidade dos servidores, mas à época

marcou o distanciamento que atravessaria toda a gestão. Em 1983 cerca de 20 novas associações dos trabalhadores se somavam às já existentes, com concepção e jeito de atuar completamente distintos: o velho e o novo se cruzavam nos corredores, com as antigas indo a reuniões fechadas e as novas se manifestando nas ruas. Os trabalhadores se organizavam de forma fragmentária, multiplicando entidades por categoria funcional, por local de trabalho, por setor, entre outros, e mesmo com a pluralidade de idéias, concepções e propostas, juntavam-se nas campanhas mais gerais, sem deixar de lado as questões específicas (CONVOCATÓRIA, 1984, CPV). Nos folhetos de caráter geral por reivindicação e organização dos trabalhadores costumavam listar as entidades associativas que endossavam os folhetos. Em um deles mostra a relação das entidades começando com a Associação dos Contadores Municipais de São Paulo, criada em 1938¹⁸, chegando à Associação dos Servidores de FABES, que se encontrava em fase embrionária de organização, conforme consta no folheto “Colegas Funcionários de COBES”, finalizado com a frase “A LUTA CONTINUA – Vamos construir nosso organismo de representação” (Folheto. I Encontro dos Funcionários, 1982, CPV). Na FABES, em 1983, os embates se davam em torno da jornada de trabalho, gratificação de nível superior e cargos de pajem.

No embate da jornada de trabalho os trabalhadores operacionais insistiam na redução da jornada. Eles fizeram paralisação de longa duração, mas foram derrotados já que era obrigatório cumprir a jornada das 40 horas semanais. O embate da gratificação de nível universitário perdurou cerca de um ano e, embora envolvesse todos os profissionais da Prefeitura, os trabalhadores da FABES tiveram um papel fundamental na conquista desse direito, apesar da irritação evidenciada na matéria da Folha de São Paulo, de 13 de abril de 1984. O prefeito foi interpelado sobre os sucessivos atrasos na resolução do problema:

[...] outro representante pediu a Mario Covas que entendesse a situação dos servidores e negociasse democraticamente. ‘Ninguém vai me contar como se faz negociação democraticamente’ – interveio Covas, já nervoso (COVAS DARÁ..., 13/04/1984).

Na análise dos cargos, logo após a primeira conquista com a aprovação do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, por meio do decreto 20.208 de 04/10/1984, adveio uma

¹⁸ Informação do sitio da Associação dos Contadores Municipais de São Paulo. Acesso em 23/11/2010. <<http://www.acmsp.org.br/index.jsp?conteudo=1>>

derrota, apesar do boletim da ASSFABES apontar que as negociações caminhavam de modo positivo. A matéria intitulada “Análise de cargo” trazia a seguinte informação:

[...] encontra-se em discussão a análise de cargo de pajens, que deverá ser aprovado em definitivo em 29/02 [...] as pajens devem escolher a nova denominação que terá a função, entre 4 denominações que a Comissão de Técnicos está propondo (ASSFABES, 1984).

Após a publicação da legislação as pajens não foram contempladas com a transformação de cargo, frustrando as expectativas criadas e aumentando as distorções de direitos e salários para a mesma atividade.

O mais forte embate do período, no entanto, foi o uso da lei 9.160/80, aplicada rotineiramente pelos governos, tanto para admitir como para demitir o trabalhador. O governo exercia o controle pela ameaça da perda do trabalho. O emprego continuava uma moeda de troca: não se permitia questionamentos ou manifestação contrária à ordem pública. Os trabalhadores também eram ameaçados de demissão massiva quando o governante pretendia deslocar o recurso financeiro para outras finalidades. O Boletim número 2, de 26 de maio de 1983, divulgado pela Comissão de Mobilização dos Servidores Admitidos, trazia o respectivo informe:

Embora tenha sido publicado em Diário Oficial do dia 24/05/1983, o Comunicado nº 2 [...] e tornando sem efeito as dispensas publicadas no Diário Oficial em 18 e 19/05/1983, a categoria permanece em estado de alerta pleiteando uma solução que dê garantia e segurança a todos os 30 mil servidores regidos pela Lei 9.160/80 (Boletim Informativo da Comissão de Mobilização dos Servidores Admitidos, 26/05/1983, CPV).

É importante destacar que todos os servidores das creches eram regidos pela lei referida no boletim da Comissão. Na gestão de Jânio Quadros, os jornais divulgaram a posição do governo favorável a demitir os servidores. A manchete da Folha de São Paulo trazia o anúncio: “Jânio manda demitir servidores admitidos desde 1983”. No corpo da matéria se lia:

Ainda vai perdurar por um bom tempo o verdadeiro clima de pânico que se instalou nas repartições públicas, após a publicação, na primeira página do Diário oficial do Município e São Paulo que circulou ontem, do decreto do prefeito Jânio Quadros, 68, que determina a demissão dos funcionários admitidos e contratados em 83,84 e 85 (JÂNIO MANDA DEMITIR..., 04/01/1986).

A imprensa informava que seriam demitidos os contratados na gestão Mario Covas. O ex-prefeito havia contratado 14.920 empregados durante a sua gestão (JÂNIO DIVULGA LISTA..., 22/01/1986). A disciplina e o controle do trabalhador eram assegurados pela ameaça do desemprego. Na prefeitura de São Paulo, pelo menos na FABES, aparentemente, a situação

não era diferente, o que impedia a possibilidade de profissionalizar os trabalhadores e a institucionalização de políticas de Estado.

Alguns eventos marcaram o processo de organização de trabalho da creche no período: um deles foi quando o Coronel Ávila esteve à frente da pasta e promoveu um ambiente de ameaças e perseguições. Outro se revelou na CEI, com os embates e a polarização que desgastaram e esgarçaram as relações, mas mostraram o problema e colocaram o tema da creche na agenda política. Um terceiro, que precisa ser posto em cena, foi o processo de demissão em massa dos trabalhadores, com as idas e vindas da gestão Jânio Quadros. Do clima policialesco, instaurado pelo Coronel Ávila, aos atritos dos governos posteriores, nas relações de trabalho evidencia-se o difícil exercício da democracia. Um exemplo são as fotos e relatos divulgados pela imprensa sobre o prefeito Mario Covas que recebia os trabalhadores para resolver litígios e ouvir reivindicações de forma amadora e improvisada. O tom corrente de todos eles era o da ameaça, provavelmente por achar que o sentido da democracia servia apenas para um dos lados. Nesse sentido, é importante trazer à tona as palavras de Bobbio:

[...] não quero dizer que a democracia seja um sistema fundado não sobre o consenso, mas sobre o dissenso. Quero dizer que, num regime fundado sobre o consenso não imposto de cima para baixo, uma forma qualquer de dissenso é inevitável e que apenas onde o dissenso é livre para se manifestar o consenso é real, e que apenas onde o consenso é real o sistema pode proclamar-se com justeza democrático (BOBBIO, 1997, p. 61).

Os gestores, representantes da administração, pareciam não se aperceber da necessidade de articular espaços de negociação para resolver conflitos e os caminhos para chegar ao consenso. Os trabalhadores – apesar dos processos repressivos em maior ou menor graduação, dos inquéritos aos comunicados publicados no Diário Oficial e as listas das demissões em massa – organizaram-se e instituíram suas instâncias de representação. O processo das eleições dos seus representantes, as votações das pautas, a organização dos comandos de greve, comissões de mobilização, conselhos de representantes, tudo isso possibilitou aprender a lidar com as diferenças e as dissonâncias e, possivelmente, a tornar-se um fator de resistência junto aos governos, garantindo a permanência da creche.

Esses tensionamentos merecem reflexão, por expor as relações de trabalho, à medida que o homem somente se realiza pelo trabalho. Segundo Antunes “[...] é a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas” (ANTUNES, 1992, p. 177). O estudo mostra a difícil construção de profissionalizar

os serviços públicos e a aplicação das normas aprovadas em lei, que sintetizam a regulação do modo de funcionar desses serviços. O caso dos trabalhadores das creches é emblemático a esse respeito: eles, na sua totalidade, eram contratados por meio de serviços extranumerários e, logo a seguir, por meio da Lei 9.160/80, quando os prefeitos de São Paulo radicalizaram ao limite da perversidade no seu uso. Os periódicos da época são profícuos no registro dessa atitude por parte dos governos, que mantinham apenas a aparência da igualdade de oportunidade com relação ao acesso ao trabalho, em que pese o Estatuto do Servidor preconizar o concurso público.

1.4 FILHOS DE DEUS: UM REINO PARA OS BATIZADOS

Para entender como as propostas penetraram no cotidiano dos movimentos populares, o movimento de creche entre eles, tornou-se necessário conhecer como germinou e ocorreu o processo de organização das Comunidades Eclesiais de Base e da Ação Católica Operária nas cidades brasileiras, em especial na cidade de São Paulo.

Entre as organizações que deram suporte e acolheram as mulheres da periferia da cidade encontram-se setores da Igreja Católica e, apesar de se tratar da mesma raiz, elas se estruturaram de forma distinta: em clubes de mães e associações de donas de casa. Os clubes de mães organizaram-se sob a orientação do Estado e nos anos 70 as CEBs se aproximam das mães nos clubes e parte deles se desloca para os seus espaços. Já as associações das donas de casa tiveram sua origem na Ação Católica Operária.

Sob o manto da santa madre Igreja, o movimento encontrou suporte para lutar por creche. Para localizar como as coisas dos “de baixo” sofrem influência dos “de cima” e como se relacionam, já que fazem parte da mesma sociedade, é preciso lembrar a Doutrina Social da Igreja e as deliberações do Concílio Vaticano II. A Igreja sofria duas ameaças: de um lado, o crescimento de outras religiões e a falta de padre e de outro, era preciso enfrentar os socialistas que prometiam melhorar a vida dos pobres. A presença de Cuba era muito próxima. Não foi diferente no Brasil, onde suas experiências e projetos eram financiados com “subsídio estatal”, como o jocismo e o movimento de educação popular, iniciativas encerradas pela Igreja tão logo ameaçaram romper o controle da hierarquia.¹⁹

¹⁹ O movimento da Juventude Católica Operária (JOC) surgiu na Bélgica pela iniciativa do Padre Cardijn para atrair os operários para a religião. Tinha características marcadamente anticomunistas. No Brasil, seguia fielmente a doutrina social da Igreja. Após o golpe militar em 1964, deslocou-se para posições à esquerda. A Igreja não aceitou a quebra da hierarquia e, também

Com o golpe militar, a hierarquia católica se adaptou aos novos tempos: destituiu bispos da cúpula, formalizou a extinção dos ramos especializados que formavam os seus intelectuais orgânicos e reorganizou o modo de trabalhar com a população, tendo em vista que as paróquias não estavam em condições de dar respostas exigidas pela cúpula (CAMARGO, 1980, p. 66).

Sobre as questões relacionadas à Doutrina Social Cristã, Sarti resume de modo a não deixar dúvida o pensamento da Igreja, ainda que esta mesma Igreja não pudesse prever quais os deuses que seriam os escolhidos pelos pobres:

Deus aparece como a entidade moral que comanda o mundo, restaurando a justiça numa ordem injusta (Deus provê e Deus castiga) e a igualdade num mundo desigual (somos todos filhos de Deus), seja através dos padres católicos, dos pastores, dos guias espíritas ou da umbanda ou dos orixás nos terreiros de candomblé [...] (SARTI, 2009, p. 140).

É pelo temor das escolhas dos deuses que a Igreja acelera os seus projetos: fazer reformas e atender às necessidades básicas dos trabalhadores e dos pobres. Nas suas orientações está expressa a conciliação e solidariedade entre as classes: os empresários devem prover os trabalhadores de empregos e estes têm por obrigação trabalhar direito e depois de sete dias de trabalho, no domingo todos exercem o direito do descanso.

Na entrevista à Folha de São Paulo, Jany Chiriac faz observações importantes sobre o Encontro de Puebla a respeito da mulher: “[...] deve proteger o marido e filhos, manter a casa arrumada, criar os filhos e enfim, além de ser mãe passa a ser a mãe da comunidade, resolvendo os seus problemas” (MÃES, A ORGANIZAÇÃO..., 20/09/1979). Uma Igreja que condena as “uniões ilegais”, as “desordens sexuais” e o divórcio. Reorienta as atividades das paróquias e reforça a ideia de uma família que não pode ser ameaçada, que precisa reafirmar o papel central da família cristã e que deve ser e se manter unida pelo santo sacramento do matrimônio, tema amplamente estudado por Sarti.

Já em 1978, Cláudio Perani, jesuíta italiano, no artigo “Comunidades Eclesiais de Base: alguns questionamentos”, publicado nos Cadernos do CEAS, alertava para as contradições e os riscos sobre os trabalhos junto aos leigos e agora com ênfase mais forte junto à população empobrecida. A Igreja perdia poder e precisava dar respostas rápidas para a população que

para agradar aos militares, encerrou suas atividades, largando o movimento à própria sorte. A Ação Católica Operária (ACO) surgiu no Brasil, em 1962, para abrigar os operários mais velhos, casados que trabalhavam na fábrica. Os padres que se envolveram com os trabalhadores foram trabalhar junto com os operários na produção (DIAS, 2007).

almejava entrar no reino de Deus, mas também desejava respostas aqui na terra. Daí a necessidade de ampliar os braços da Igreja e o critério para o ingresso nas bases seria o sacramento divino do batismo, que significa os que foram batizados (PERANI, 1978, p. 39, 64).

A Igreja desce do púlpito sagrado em busca do “povo”: pelas comunidades de base busca os fiéis nas casas dos setores populares e pelos cursilhos busca os fiéis nos setores médios e ricos.²⁰ Segundo Duarte, na pesquisa “Ação Educativa das Comunidades Eclesiais de Base”, realizada no Estado do Espírito Santo, “[...] os Cursilhos de Cristandade têm procurado envolver homens e mulheres, especialmente profissionais liberais, na participação mais direta e ativa, na vida da Igreja” (DUARTE, 1986, p. 40). Já as Comunidades de Base buscavam não homens e mulheres, mas o pobre, o migrante, o desempregado. Perani levantou a dubiedade do sentido sobre o que seria o povo: “é sempre necessário determinar melhor a palavra ‘povo’. De quem se trata em concreto?” Indica duas tendências sobre como a questão havia sido simplificada: a que sacralizava o “povo” e a que negava a capacidade de uma visão lúcida da realidade por parte do “povo” Desse modo, se há um “povo”, seria preciso distinguir também quem seria o “não-povo” (PERANI, 1978, p.41; 45). Camargo, Souza e Pierucci identificam essas comunidades como organismos voluntários da Igreja e mostram o lugar dela (Igreja) na sociedade paulistana:

[...] é toda a complexa estrutura das classes sociais paulistana e não somente a população pobre que recebe formas de atendimento, propostas ideológicas e estímulos para a organização, provenientes da Arquidiocese de São Paulo, de suas paróquias e dos inúmeros movimentos filiados à Igreja (CAMARGO, 1980, p. 59).

Tendo em vista que as questões relacionadas ao movimento de luta por creche envolveram os modos de organização encaminhados pela Igreja junto aos setores populares, não serão estudados os Cursilhos da Cristandade que articulavam os setores médios da população. Procurar-se-á conhecer aspectos das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e da Ação Católica Operária (ACO), que foram os modos como o catolicismo tentou se reaproximar e estendeu suas asas junto aos setores populares.

1.4.1 Uma Raiz que dá Ramos Diferentes

Um descuido, uma lembrança tênue, uma imagem apagada. Alguns autores, ainda que para negar, citam de passagem o movimento da Ação Católica e sua ramagem impregnada da

²⁰ Nos textos estudados é recorrente o uso do termo “povo” por setores da Igreja quando se referiam aos pobres.

juventude católica universitária e a operária, além do trabalho da educação popular de base, relacionando-as às Comunidades de Base, movimentos considerados ora elitistas, ora vanguardistas. Militantes desses movimentos se deslocaram da Igreja e se vincularam a organizações de esquerda que atuavam na clandestinidade e, paralelamente, em movimentos sociais, exercendo uma dupla militância. (SADER, 1988, p. 167).

A orientação de reaproximar a Igreja do povo mais pobre foi do Concílio Vaticano II, para disputar os setores populares e afastá-los do comunismo. No Brasil, essa corrente:

[...] mostrava um episcopado disposto a acolher com simpatia novas formas de mobilização do laicato, desta feita de caráter menos vanguardista que as experiências da Ação Católica e acolhê-las como portadoras de sua própria renovação e anunciadoras de uma nova unidade eclesial, de uma nova identidade católica, com base em novas alianças (CAMARGO, 1980, p. 65).

Era preciso buscar outros caminhos para dar continuidade à presença de leigos nos ritos sagrados com idéias menos radicais. Uma Igreja que se moderniza para combater o marxismo e apóia o golpe militar não poderia prescindir de vincular as suas ações à sociedade, mas também não poderia prever que muitos militantes se descolassem dos grupos de esquerda e se engajassem nos projetos populares em andamento nas periferias das grandes cidades, particularmente em São Paulo e região metropolitana.

Segundo Brant, os militantes de esquerda e trabalhadores impedidos de atuar nos partidos, organizações e sindicatos refugiavam-se nos trabalhos sociais de bairro, levados pela “[...] repressão extremada que criou vínculos de solidariedade entre movimentos de natureza diversa e indivíduos com posições políticas e ideológicas diferentes” (BRANT, 1980, p. 22, 23). Sader aprofunda a questão afirmando que os militantes de esquerda se desprendiam de suas organizações e permaneciam apenas nas lutas dos movimentos populares, relacionando esse deslocamento ao “desencantamento” desses militantes com os efeitos do marxismo e suas estratégias. Não negavam a sua necessidade, mas por não encontrarem respostas se engajavam nos movimentos sociais. O autor identifica um segundo ponto de ligação que se daria por meio de processos formativos, exemplificado pelos núcleos de educação popular da zona sul de São Paulo, que utilizavam o método Paulo Freire, proibido pelo regime militar.

O mesmo autor ainda esclarece:

Em 1961 é criado o Movimento de Educação de Base, no Nordeste, inspirado no método Paulo Freire, com a motivação inicial de fazer frente ao crescimento da influência esquerdista, procurando oferecer vias alternativas de mudança social (SADER, 1988, p. 150).

Um movimento com a finalidade de expandir a doutrina cristã e combater o materialismo e que, mais tarde no transcorrer do processo, segundo o autor, alterava a sua prática. Das comunidades pensadas pelos “de cima” se instituem duas ramagens: as Comunidades Eclesiais de Base que se envolvem com a população dos bairros mais periféricos e a Ação Operária Católica, que se vincula aos operários, por volta de 1965, quando foi aprovado o Plano Pastoral Conjunto.

Os estudos de Perani (1978), Singer e Brant (1980) e Duarte (1986) relacionaram os movimentos sociais às lutas do cotidiano e enfatizaram os trabalhos das CEBs. Somente Sader e Campos mencionaram, ainda que de passagem, a ACO. Para entender o seu papel, buscou-se apoio em outros autores, como Dias (2007), Mattos (2008) e Varussa (1995). O modo de organizar da Comunidade Eclesial de Base e da Ação Católica Operária tem semelhanças, ao mesmo tempo em que há distinções entre elas: por exemplo, no recrutamento das pessoas, no critério do ingresso e na sua disseminação. Perani, ao analisar os relatórios das CEBs, faz a seguinte ponderação:

[...] de inúmeros relatórios das comunidades, descrevendo sua história, seu começo, sua evolução, dificuldades, descobertas, realizações, etc. É um material vivo, preocupado em contar o que de fato acontece, de maneira simples e descritiva, elaborado na maioria das vezes por agente pastoral, mas também por membros das comunidades, até em verso (PERANI, 1978, p.37).

Perani (1978) e Duarte (1986) explicam que os grupos de reflexão se formavam a partir de relações de vizinhança, território ou interesses comuns, estabelecendo laços de confiança e criavam uma identidade, reunindo-se de vez em quando, para rezar ou conversar, procurar juntos, soluções para os seus problemas. Eram grupos assessorados por comissões técnicas ligadas à Arquidiocese. Camargo, Souza e Pierucci (1980), dizendo ser difícil caracterizar uma comunidade de base, mostram o seu lugar na estrutura da Igreja: as comunidades seriam a base que se articularia com os setores, regiões e com a Arquidiocese que, no caso de São Paulo, criou comissões de acompanhamento dos projetos, provavelmente por não confiar no clero local, considerado atrasado e inoperante.

Para esses autores, diferentemente de outras estruturas da Igreja, são organizações que agem de acordo com a realidade local, mantendo em comum “[...] uma trama de relações humanas e fraternas” (CAMARGO, 1980, p. 69). Posição distinta de Perani que questionava a atuação das CEBs por correrem em paralelo às ações dos padres das paróquias, lideranças comunitárias da Igreja, gerando constantes tensões entre elas e advertia que poderiam se tornar

seitas, com atividades internistas, com aparecimento de feudos e cristalização de poderes. E perguntava “Por meio das comunidades, a Igreja deveria prestar serviços e substituir o Estado?” (PERANI, 1978, p. 37; 39). Perani aponta que seria necessário “reconhecer a consciência crítica do povo e favorecer ações de reivindicação que façam crescer a solidariedade de classe”, estimulando a participação política das pessoas nas associações, sindicatos, partidos ou outras formas de organismos “sem receio de perder a freguesia” (PERANI, 1978, p. 37,48). Conflitos confirmados por Duarte, que comprovou em seus estudos que as CEBs eram minoria, porque grande parte dos padres das paróquias não aceitava a ideia e não facilitava o trabalho de uma minoria consciente. (DUARTE, 1986, p.31). A autora evidencia que o movimento não era espontâneo e fornece detalhes sobre o modo de trabalhar: em cada comunidade havia uma coordenação, agente pastoral, padres ou freiras indicados pelos órgãos superiores. Organizavam-se em duas partes: o agente pastoral animava as reuniões fazendo a reflexão bíblica e na segunda parte se relacionava o texto lido aos fatos vividos pelos presentes, com base em roteiro de perguntas previamente definido. (DUARTE, 1986, p. 56; 57; 60). Para Sader as esferas de participação da população seriam quatro: um grupo pequeno que coordenava as atividades a serem executadas; os grupos responsáveis pelos eventos, como os cultos, festas e novenas; os grupos maiores eram de pessoas que circulavam nos eventos e, por último, as pessoas atingidas por folhetos, boletins e outros impressos distribuídos na comunidade (SADER, 1988, p.156). As reuniões periódicas pautavam-se pela orientação do ver, julgar e agir, cuja origem vem do trabalho junto aos operários proposto pelo padre belga Leon Joseph Cardijn (MATTOS, 2008, p. 104 -118). Na prática pedagógica as orientações reflexivas levariam as pessoas a desenvolver ações para alcançar o reino da justiça vindo de Deus e para isso se lançou mão de materiais de apoio, tendo em vista que a linguagem da Igreja é difícil de entender, com muitas parábolas e abstrata (DUARTE, 1986, p. 67). Foram produzidos e postos em circulação boletins, cartilhas e manuais, além de outros materiais usando a metodologia do diálogo “Conversas de comadres”, na estrutura de pequenas histórias e por meio de perguntas e respostas. Segundo depoimento do senhor Valderi Ruviaro, parte importante do financiamento de pesquisas, publicações, material audiovisual, bem como cursos de formação e assessoria, entre outras iniciativas, era feita por entidades ligadas à Igreja. Uma das mais importantes, a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), de abrangência nacional, criada no período do governo Jango Goulart por um padre americano, foi uma das entida-

des que mais teria recebido recursos do exterior na década de 1970. Sobre o período do estudo, diz ele:

A FASE passou por dois momentos: a primeira foi marcada pelo assistencialismo. Iniciou a sua atividade na zona rural através de um Programa chamado ‘Motorização do Clero’ que distribuiu jipes aos religiosos e alimentos e outros itens para a população mais pobre. Os recursos vinham dos EUA por meio do Programa ‘Aliança para o Progresso’ que se relacionava com países da América Latina, pelas igrejas. Por volta de 1967/68, a FASE se desloca para uma posição progressista e passa a ter como foco principal a educação popular dando suporte aos movimentos populares, com recursos e financiamentos que recebe de diversas fontes de países europeus. É possível que tenha sido a entidade que mais tenha recebido recursos na época. (Informação verbal).²¹

Baseado em Janice Perlman, Singer afirma que os agentes pastorais seriam “organizadores” e imprimiriam uma nova prática social na sua relação com os grupos de reflexão (SINGER, 1980, p. 225). Duarte, em sua investigação ao perguntar sobre a questão do risco de manipulação das pessoas, obteve como resposta de um dos animadores:

se existe manipulação ou não, não interessa; porque a manipulação do sistema capitalista é opressora e discriminadora. Se o trabalho pastoral é manipulador, pelo menos é libertador, porque o critério é o evangelho (DUARTE, 1986, p.55).

As lideranças leigas, além de participar dos movimentos reivindicatórios, ajudavam nas tarefas: visita aos doentes, auxílio na leitura da bíblia, distribuição da hóstia consagrada, limpeza e arrumação da Igreja. Perani, para quem é a Igreja que precisa dos leigos, afirmava que o problema central residia na ideia da democratização e que, muitas vezes, a mudança seria aparente e a participação apenas formal:

[...] é fácil, apesar de certos mecanismos novos e aparentemente democráticos, que os leigos entrem no esquema do padre, ficando este sempre o dono da bola. No cumprimento das novas funções procura-se imitar o modelo do padre, verificando-se o fenômeno dos ‘mini-padres’ (PERANI, 1978, p.40).

Ao relatar o episódio da transferência de um membro da Arquidiocese do Espírito Santo, Duarte traz à tona uma das questões mais significativas da diferença entre o que se ensina e se praticava. A população não aceitou e tentou reivindicar, mas não adiantou. A mão forte da santa madre não admitia questionamentos a não ser o permitido e dentro da ordem, mantendo o modelo autoritário do poder vertical que a caracterizava (DUARTE, 1986, p. 88,89).

²¹ Valderi Antão Ruviaro, entrevistado em 26/11/2009.

Distinta das CEBs, que procuravam envolver as pessoas desempregadas, trabalhadores do mercado informal e os migrantes, a ACO articulava os trabalhadores da produção, não exigia a comprovação do santo sacramento do batizado e não se espalhou por vários recantos do país. No Brasil sua ação foi marcada pelo projeto “Melhorar de Vida”, que procurava orientar os jovens para enfrentar o mercado de trabalho para superar as péssimas condições de vida e possibilitar ascensão social. Sarti demonstra como o projeto Melhorar de Vida ficou impregnado no seio da família, cuja formulação se inicia por intermédio do casamento:

[...] em que a ideia de ‘melhorar de vida’ está sempre presente, são formulados como projetos familiares. Melhorar de vida é ver a família ‘progredir’. O trabalho concebido dentro dessa lógica familiar, constituindo o instrumento que viabiliza o projeto familiar e não individual, embora essa atividade seja realizada individualmente (SARTI, 2009, p. 185).

Aspecto também investigado por Mattos, que identificou a luta pelo progresso social (MATTOS, 2008, p. 107, 118), deslocando-se para uma visão contestatária por conta do arrocho salarial imposto pela ditadura. Segundo o autor, a ACO, de caráter popular, tomou posição em favor dos “de baixo”, pressionando os “de cima”, mostrando que os trabalhadores “tinham algo a ensinar” (MATTOS, 2008, p.114), sendo emblemática a greve política contra o regime militar em uma fábrica situada no município de Osasco em 1968. Por meio da sua revista “Missão Operária”, orientava os trabalhadores e articulava as comissões nas fábricas, até que foi extinta por decisão da cúpula da Igreja em 1969. A Igreja mostrava o seu peso ao descontinuar suas organizações laicas, mantendo a direção nas mãos do pastor.

1.4.2 Em São Paulo: Contentar-se com Pouco Não é Pecado

Na zona leste, um grupo de padres franceses, entre eles Pedro e Xavier (não se localizou os sobrenomes, provavelmente se trata de nomes definidos pela igreja), ensinavam os trabalhadores a se organizarem, mas nas conversas só se discutiam problemas relacionados à produção e aos salários. Por esse motivo, as mulheres resolveram criar a Associação de Donas de Casa do Burgo Paulista, que se agregou à Associação das Donas de Casa de São Paulo, para discutir as questões de interesse delas. Segundo declararam ao jornal Brasil Mulher, a organização “[...] existe desde 1963 e foi formada, inicialmente, por mulheres que trabalhavam na Ação Operária Católica” (BRASIL MULHER, n. 12, 1978). Em uma capela pequena rodeada pelo mato, padres autorizaram as mulheres a abrir uma creche comunitária.

Para o cristianismo controlar e afastar as camadas populares do perigo comunista, por meio da ideia de comunidade, possibilitaria ao homem criar raízes pelo vínculo com a Igreja: por serem pessoas com os mesmos problemas, desejar o reino dos céus e se contentar, segundo Sader “[...] com a passagem da miséria para a posse do necessário [...]”, conforme trecho do documento de Medellín (SADER, 1988, p.152). Seria o contrato social ideal e não seria cometido nenhum pecado. É em São Paulo que a proposta se radicaliza e setores da Igreja apoiam entidades não-confessionais, sindicatos e oposições sindicais, movimentos de reivindicação urbana e o Movimento Contra a Alta do Custo de Vida. O Desenvolvimento Comunitário, política implantada pelo Estado brasileiro e identificada por Gohn, apresentou traços semelhantes às políticas sociais realizadas na cidade de São Paulo pelo apostolado católico.

Segundo Gohn, o Estado “[...] reveste-se de uma universalidade protetora dos cidadãos e busca a institucionalização dos conflitos através de novos contratos sociais. A participação comunitária é um desses contratos sociais” (GOHN, 1985, p. 97). Ammann ajuda a entender a extensão da filosofia do Desenvolvimento da Comunidade e seu caráter conservador:

A mudança é assim representada pela passagem de um a outro estado de equilíbrio, como movimento unilinear, interno, gradual e unívoco, sem a presença de conflitos relevantes ou permanentes. Em tal postura não sobra lugar para o problema das contradições e antagonismos, abordando-se, pois, a comunidade como um todo regido pelo consenso, com problemas e interesses comuns. (AMMANN, 1980, p.85).

A Arquidiocese, para fazer aliança com a população empobrecida, vendeu um palácio e comprou terrenos para construir centros comunitários parecidos com a estrutura das associações de bairros, da época de Getúlio Vargas, cujas lideranças haviam sido cooptadas e sobre os quais a Igreja não tinha controle (CAMARGO, 1980, p. 70). Gohn informa que existiam em São Paulo 180 Centros Comunitários vinculados a Igreja e mais 245 se encontravam em obras (GOHN, 1985, p. 106). A participação comunitária se dava por meio de trabalho coletivo por meio de mutirões e os recursos vinham das rifas, bazares e outras modalidades de eventos que eram realizados para arrecadação de fundos, que reverteriam em benefício da comunidade (SADER, 1988, p.162). Uma aliança que aumentou consideravelmente o patrimônio da Igreja.

No documento “URB. MOV-SP”, que sugere a abreviatura de “movimento urbano em São Paulo”, localizado na biblioteca do CPV, percebe-se como a Igreja penetrava nos bairros em busca de fiéis e disciplinava os núcleos que sustentava na periferia da cidade. O relatório

de dez páginas, sem cabeçalho e sem data, analisa o trabalho realizado em 1973 “até meados de 76, quando houve a Assembleia do Custo de Vida na Região Sul” (FASE - Análise interna, s.d., CPV), focaliza a entrada da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) no bairro, as atividades locais e os cursos de adultos, inclusive profissionalizante, e deixa entrever como se davam as relações de poder. No subtítulo “O formalismo e burocratismo de certas coordenações” descreve que no bairro, não denominado, havia duas coordenações: da paróquia e do centro comunitário. Aponta também que “no segundo semestre de 73 por uma manobra cupulista, juntou-se as duas coordenações. Ou seja, esta discussão não foi precedida de uma discussão para determinar a qualidade e vantagens deste fato” (Ibidem, p. 2).

Havia uma “tensão latente” entre as equipes de trabalho e a coordenação, conforme se constata na sequência do relatório sobre o modo como teria ocorrido a unificação:

[...] a descrição acima não deixa dúvidas sobre o caráter formal e burocrático de como se davam as coisas. No entanto ‘**democracia, representação**’ [grifos do documento] e coisas do gênero era a linguagem sagrada e corrente da época (Ibidem. p. 9).

Entre outros embates, merece destaque o problema relacionado à linha de orientação política a ser adotada: um grupo ligado à FASE defendia a continuidade de trabalho de caráter fechado para pequenos núcleos, como cursos de educação de adultos, profissionalizantes, creches. Outro, ligado à cúpula da Igreja, defendia um trabalho mais amplo, de massa. Quem decidiu sobre a linha política foi diretamente o bispo proibindo a continuação dos trabalhos dos cursos (Ibidem, p. 9; 10). Os setores da Igreja que se envolviam com atividades na Operação Periferia mantinham rigoroso controle das ações e, ao invés de estimular a organização livre das pessoas, no caso de São Paulo, sob aparência da liberdade, determinavam as regras e substituíam o Estado. Sobre o assunto, Camargo, Souza e Pierucci, em 1980, assim se pronunciaram: “o que importa indagar não é se a Igreja pode ou deve continuar esta tarefa ‘supletiva’, apoiando e, por vezes, substituindo instituições” (CAMARGO, 1980, p. 62). Perani, em 1978, já havia alertado da perspectiva paternalista e criticado a posição de substituir o Estado (PERANI, 1978, p. 47). Sader afirma que as classes subalternas, de forma autônoma, teriam se libertado de discursos elitistas conformados e institucionalizados em agências que lhe eram exteriores. Nas suas considerações finais sobre em que esfera se daria a luta pela democracia, afirmou que os movimentos sociais:

[...] apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações nos bairros (SADER, 2001, p. 313).

O autor parece excluir do debate o papel do Estado e restringir o sentido da democracia a espaços de reivindicações pontuais e fragmentadas.

Para procurar entender um pouco mais a representação do sentido de liberdade, buscou-se conhecer alguns aspectos de uma das grandes mobilizações ocorridas no período, cuja direção era dada pelas CEBs: o Movimento do Custo de Vida (MCV), já mencionado anteriormente. Depoimentos colhidos pelo periódico Brasil Mulher, junto às lideranças de movimentos, possibilitam que se tenha uma dimensão dos embates travados a respeito do tema. Na matéria denominada “Perspectiva”, de maio de 1978, as lideranças expuseram suas idéias a partir do lugar em que se encontravam. No centro do debate estava justamente o sentido da democracia representada na faixa levada pelos estudantes a uma manifestação do MCV, onde estava inscrito “Por liberdades democráticas”. Para o representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE), o MCV precisava encontrar:

[...] outras formas de luta, não podendo limitar-se ao encaminhamento de abaixo-assinados. [...] Nós estudantes assumimos a luta por liberdades democráticas e julgamos que o próprio povo, na medida em que luta por seus direitos está exigindo liberdade para fazê-lo (BRASIL MULHER, n. 12, 1978).

Uma mulher, identificada como “mãe do setor Cupece”, que demonstra preocupação com a necessidade deles respeitarem o movimento popular, exprime sua opinião sobre o movimento estudantil:

[...] gostei muito do depoimento deles. Alguns deles levaram a faixa das Liberdades Democráticas. Pensando bem, é isso que o povo precisa [...]. Eu sou a favor das liberdades democráticas e acho que o povo também sabe o que são liberdades democráticas (Ibidem).

Dois outros depoimentos são significativos pelo papel de liderança e vínculos estabelecidos. Um deles trata de um trecho do depoimento de um dos coordenadores do MCV ligado à direção das CEBs, que se manifestou sobre o assunto:

Na fase atual, ele não pode abranger estas bandeiras porque na medida que o fizer se restringe a pequenas massas. [...] Liberdades Democráticas é um chavão, como Abaixo a Ditadura. Liberdades Democráticas da pequena burguesia não diz nada para a classe operária. Liberdades Democráticas para o operário é ele ter liberdade dentro da fábrica. Então não podemos misturar as coisas (Ibidem).

Já o candidato da oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo pela chapa 3, apoiado pela ACO, afirmava o seguinte sobre o mesmo movimento:

É necessário que o MCV se defina como um movimento de oposição à política econômica do governo que tanto vem prejudicando os trabalhadores [...]. O ato do dia 12 deixou claro para todos a sua limitação política e a forma burocrática de condução dos trabalhos, a ponto de impedir a participação mais efetiva de setores representativos que não faziam parte da coordenação (Ibidem).

Uma proclamação que desvela de certa forma a sacralização da autonomia e da participação. Questão com que parece concordar Viezzer quando estudou os clubes de mães e observou a influência das CEBs. Para a pesquisadora, “os Clubes de Mães ligados às Comunidades Eclesiais de Base nunca chegaram a ter uma autonomia de atuação e pensamento, enquanto movimento de mulheres” (VIEZZER, 1989, p. 67). Segundo a autora, as reflexões religiosas, trazidas para o lugar da organização das mulheres, tiveram um efeito negativo na luta pelos direitos e libertação da mulher. Nos setores de bairro da periferia a Igreja voltava a sua atenção para a mulher: pela mãe, mantinha a estabilidade da família e conquistava o acesso aos trabalhadores. A garantia da família estruturada e estável possibilitava uma melhor estabilidade social, particularmente na relação entre patrão e empregado, uma estabilidade que seria também o melhor ambiente para a ampliação da sua base. Entre as tapeçarias, bazares e os abaixo-assinados, apareciam reflexões sobre o povo de Deus, o que teria levado ao afastamento de parte das mulheres. Nessas orientações se defendia a família tradicional, pilar básico da sociedade patriarcal, lugar de opressão da mulher, a indissolubilidade do casamento, a proibição dos métodos contraceptivos e o aborto como crime a ser punido (Ibidem, p. 65, 66). As posições da Igreja entravam em conflito com os interesses de muitas mulheres dos clubes, como mostra o depoimento de Ana Dias, registrado por Viezzer: “A igreja só consegue ir até um certo ponto. E essa nossa luta de liberação não tem volta” (Ibidem, p. 67).

Como Ammann já havia identificado, a respeito dos intelectuais, as lideranças expressam antagonismo de classe, interesses e projetos distintos. Os dois últimos depoimentos selecionados são emblemáticos: um deles nega o papel da liderança e do intelectual, quando condena a posição política do movimento estudantil. O outro depoimento mostra que, na prática, a teoria não se aplica, quando denuncia ao autoritarismo da coordenação do evento e defende a necessidade de disputar um projeto político não diluído com sentido de pertencimento de classe. Questão que se refletiu no modo de atuar nas lutas e no modo das mulheres se organizarem

na periferia, mencionada por Viezzer (1989), e que Duarte (1986) identificou sobre a participação na política: por longo tempo se havia criticado os políticos e mostrado uma imagem negativa da política partidária e depois se discutiria com as mesmas pessoas que era preciso votar e entender que a política faz parte do cotidiano. A sacralização do povo humilde não foi de certo modo uma tutela que aprisionou os movimentos e impediu a livre escolha de caminhos?

1.5 A CRECHE NA TRILHA DAS FEMINISTAS

Muito já se estudou sobre o movimento de mulheres e feministas no Brasil. A bibliografia extensa sobre o tema possibilita o contato com informações, opiniões e olhares distintos. Por isso, foi necessário limitar as escolhas diante da diversidade das referências bibliográficas. Este estudo pretende conhecer alguns aspectos da sua história com o intuito de compreender sua contribuição e influência na construção do movimento por creches na cidade de São Paulo. Uma primeira questão se coloca: mulheres e feministas; movimentos e organizações. Para fins do presente trabalho, a ênfase será na história dos grupos que em concreto estabeleceram relações com o movimento por creche e o discurso produzido na cidade de São Paulo.

Um segundo ponto trata das distinções entre movimento feminista e movimento de mulheres, questão assim explicitada por Rosemberg: “[...] o jargão da época caracteriza bem essa divergência: falava-se em movimento de mulheres e em movimento feminista, expressões que não se equivalem” (ROSEMBERG, 1984, p. 76). Teles, militante de organização de esquerda, feminista, presa durante o regime militar, inúmeras vezes entrevistada por pesquisadoras da academia, e que participou na zona sul da única experiência concreta com creche de militantes dos grupos feministas, explica:

A expressão ‘movimento de mulheres’ significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao ‘movimento feminista’ refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história (TELES, 1999, p. 12)

Segundo Pinto, não se poderia tratar desses movimentos de forma totalmente dissociada. O período, para ela, identificado como a segunda onda do feminismo, também se vinculou às organizações de esquerda e as tensões marcaram a sua trajetória, em particular “entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil” (PINTO, 2007, p. 43; 45). Rosemberg (1988) e Sarti (1998) indicam em seus estudos a aliança

das feministas com a Igreja. Mais do que uma aliança, parece ter havido um pacto de silêncio unilateral, por parte dos grupos feministas.

Conforme se observa em matérias divulgadas por meio do semanário O São Paulo, em 1974 a Igreja havia decretado o Ano da Família e a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé e divulgava o documento “Declaração sobre o aborto provocado”. Na matéria “Feminismo, a vida e o aborto”, denunciava que, exatamente no Dia das Mães, data sagrada para a família cristã, na França, as feministas não-cristãs, recomendavam:

[...] que as filhas de Eva observem uma greve geral total, no campo profissional, no plano doméstico e até na sua vida mais íntima, a partir daquela dia [...] as feministas de inspiração pagã advogam o uso e o abuso das drogas anticoncepcionais e até mesmo o direito de abortar [...] (FEMINISMO..., 12/04/1974).

A resenha de um livro sobre as lutas das mulheres no começo do século, publicada no jornal Em Tempo, em novembro de 1979, dá uma dimensão dos debates que transitavam em meio ao movimento feminista. A resenha assinada por A. Artens aborda a “insuficiência da análise marxista” com respeito à opressão e exploração das mulheres:

[...] a participação das mulheres no trabalho assalariado regulava de fato o conjunto dos problemas ligados à sua emancipação. Havia nisto um certo ‘economicismo’: superestimação da igualdade realizada pelo trabalho assalariado entre mulher e homem, subestimação dos efeitos da divisão sexual do trabalho (forjada na família) sobre a situação das mulheres no conjunto da sociedade (EM TEMPO, Caderno: As mulheres e o Trabalho, 1983, p. 3).

Aspecto mais tarde apontado por Sarti: “A autodenominação feminista implicava, já nos anos 70, a convicção de que os problemas específicos da mulher (não se falava em gênero na época) não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio” (SARTI, 1998, p. 6).

No caso da relação do feminismo com o movimento por creche, apesar da palavra de ordem pela reivindicação de creche “ser consensual”, Rosemberg identifica que a “participação de grupos feministas no Movimento de Luta por Creche foi, na verdade, episódico, tendo cessado logo”, apesar de ter-se tornado uma bandeira apresentada em todo ato, evento ou manifestação pública (ROSEMBERG, 1984, p. 76). Apesar das sombras as mulheres se movimentavam: na periferia as mulheres e as donas de casa se inquietavam e dialogavam sobre a necessidade de trabalhar fora para ajudar nas despesas do lar, enquanto as dos setores médios progressistas, intelectuais, vinculadas ou não às organizações de esquerda, buscavam formas de debater e refletir sobre as questões relacionadas à sua emancipação.

A Igreja, prevendo os novos tempos de mudanças de hábitos e valores, em 1967 debatia sobre o papel da mulher na sociedade moderna. No livro da série Presença - Mulher, organizado pela Pastoral da Família, informava que os melhores professores universitários haviam sido escolhidos para debater sobre o pensamento da vanguarda e do mundo moderno. Na exposição “A mulher no Brasil de hoje”, Lauro de Oliveira Lima apontava as principais questões envolvidas: igualdade, liberdade, sexo e trabalho.

O evidente ‘frenesi’ com que se discute o ‘tabu da virgindade’ nos meios universitários não pode derivar senão da compreensão de que se trata do ponto-chave que sustenta toda uma rede de dominação da mulher, nada tendo a ver, realmente, com o relaxamento dos valores fundamentais. Talvez por isso toda discussão sobre a mulher resvale para a liberdade sexual, menos porque as mulheres desejam usar essa liberdade, que pelo fato de simbolizar esta escravidão todas as demais dominações (LIMA, 1968, p. 134).

Nem tudo era sombrio. Os eventos de maio de 1968 deixavam os seus rastros: pipocavam as discotecas, a minissaia, as calças boca de sino e os colares de miçangas. Os Beatles mostravam que a indumentária e os adereços externos não tinham relação com a feminilidade e a masculinidade: a calça comprida não tirava a feminilidade nem o cabelo comprido diminuía a masculinidade (LIMA, 1968, p. 125). O advento da pílula ajudava na liberação dos costumes e as novelas coloridas explodiam na TV. Paradoxalmente, era um tempo em que se cantava a liberdade e a união livre sem o medo da ameaça e do controle do corpo por meio de doenças sexualmente transmissíveis. Moraes esclarece como a onda libertária que havia acometido milhares de jovens, mulheres, operários e negros se espalhava pelos países: “E o anti-autoritarismo enquanto bandeira do ‘movimento de maio de 68’ implicava, para a metade da humanidade, em questionar o poder doméstico/familiar. Em síntese, politizar o privado” (MORAES, 1981, p. 45).

Do outro lado da calçada, na década de 70 do século passado, Odair José, considerado “brega”, popularizava a agenda das feministas por meio das letras e músicas: com “Deixa a vergonha de lado” ajudou a divulgar as bandeiras da empregada doméstica. “Pare de tomar a pílula” foi censurada pelo governo e, por isso, talvez tenha sido cantada pelo Brasil afora (O PORTAL..., 2010). O movimento da contracultura contrariava os preceitos caros à ditadura: tradição, família e propriedade.

Em 1972 ocorreu no Rio de Janeiro o I Congresso de Mulheres organizado pelo Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, que tinha proximidade com o governo. Liderado pela advogada Romy Medeiros da Fonseca, contou com a participação de progressistas e feminis-

tas. Da coordenação participa Rose Marie Muraro, discriminada pelas feministas que a consideravam uma “estrela” (PEDRO, 2006, p. 3). O ambiente político instalado era de proibição, mas, apesar disso, elas se organizavam por meio de Grupos de Reflexão para discutir a condição feminina. Os grupos pequenos, informais e sem regulamentos se formavam sob a influência do debate internacional que ocorria principalmente da França e dos Estados Unidos. (COSTA, A., 1988; ROSEMBERG, 1988; PEDRO, 2006).

A ONU coloca na agenda a questão feminina, não sem críticas por parte das que temiam pela institucionalização do movimento, e declara o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. No Brasil tornava-se difícil para o governo fazer objeções a um órgão que defendia a conservação dos costumes com as bênçãos da Igreja. Em São Paulo, em outubro do mesmo ano, o evento denominado “Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista”, além do patrocínio da ONU, recebia o apoio da Cúria Metropolitana. Os encontros de 1975, tanto do Rio como o de São Paulo, encerraram-se sob a hegemonia do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seu principal efeito foram os grupos que se organizaram em associações.

Em 1977, dois outros acontecimentos apontavam mudanças nas questões relacionadas à condição feminina: a Comissão Parlamentar de Investigação Mista da Mulher e a aprovação da lei do divórcio, as duas ações iniciativas de Nelson Carneiro. A lei do divórcio foi demorada, conflituosa, mudou costumes, mexeu com o sentido de casamento e da família. Contrariando o senso comum foi logo usado por pessoas mais idosas (GEISEL MANTÉM ..., JORNAL DO BRASIL, 28/12/1977).

As questões vinculadas ao casamento e o trabalho fora do lar já eram motivos de preocupação desde os anos 40, como se verifica nos estudos sobre os problemas da infância e o trabalho das criadeiras, realizados pelos pediatras Vasconcelos e Sampaio. Para eles uma nova moral se esboçava começando das classes baixas para as mais altas e o país não ficaria imune a essas influências. Um dos aspectos destacados por eles era o trabalho da empregada doméstica que pernoitava na casa da patroa: “[...] pelas necessidades prementes do novo ser vindo ao mundo, exigindo novo ritmo à mãe e novos gastos à bolsa do pai”. Daí a necessidade de propostas de creches, jardins infantis, lactários e outras iniciativas, que deveriam ser do Estado, apoiadas por particulares (VASCONCELOS; SAMPAIO, 1938, p. 16,18).

1.5.1 Em São Paulo: Assinatura de Identidade

As mulheres se juntam e formam grupos, coletivos, entidades. Por volta de 1972 o primeiro grupo se formou em São Paulo (PINTO, 2007, p. 50). Por volta de 1974, outro grupo se formou e guardava semelhanças por reunir poucas mulheres e primar pela informalidade: era o grupo da Raquel, estudante universitária, irreverente, que viria a marcar sua trajetória vinculada ao movimento feminista. Na USP, debatia as questões da psicologia e do feminismo quando se deparou com um bilhete chamando para uma reunião de creche. O bilhete a aproximou do grupo que luta por creche, ocorrendo uma troca de interesses: estudantes e funcionárias passam a participar do grupo de reflexão e este se envolve com a luta por creche. Raquel redigiria mais tarde o manifesto de criação do Movimento de Luta por Creche, por ocasião da sua formalização no I Congresso da Mulher Paulista (ROSEMBERG, 1988, p. 147).

Apesar do campo hostil, as mulheres venciam o medo e, derrubando preconceitos, organizavam entidades estruturadas, não sem polêmicas e tensões. A pluralidade e a heterogeneidade das idéias se refletiam nos inúmeros grupos. O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), setor São Paulo, formalizou-se no início de 1975, cumprindo todas as exigências de uma entidade com personalidade jurídica com apoio do PCB, que já tinha o pé na Sociedade de Amigos de Bairro e na União Nacional dos Funcionários Públicos.

No mesmo período a Sociedade Brasil Mulher constituiu a sua sede na cidade de Londrina e se organizou, inicialmente, com forte apoio do ideário do Movimento Feminino pela Anistia, de militantes de organizações da esquerda clandestina (BRASIL MULHER, n. 0, 09/10/1975). E a Associação das Mulheres, que juntava o ideário de feministas radicais e de militantes de esquerda. Em 1978 a Associação cindiu: de um lado permaneceu o Grupo Nós Mulheres, que continuou com o periódico, e de outro a Associação das Mulheres (SINGER, 1980, p. 123). Essas duas organizações negavam a institucionalização e permitiam a dupla militância nos agrupamentos (VEJA, edição 602, 19/03/1980, p.79). Também na Fundação Carlos Chagas formou-se um outro grupo conhecido como “Coletivo de Pesquisas sobre Mulher da FCC” que “se caracteriza por desenvolver uma ação para fora dos limites da academia” (ROSEMBERG, 1988, p. 220, 221).

Os agrupamentos tinham por características agregar feministas que carregavam experiências e histórias vividas plurais e distintas, e conformavam novos modos de se relacionar, o que dava o tempero da diversidade. Rompiam as amarras das normas impostas nas organiza-

ções, na maioria de esquerda, comandadas pelos homens. Entravam e saíam de grupos, formavam e desmanchavam coletivos, criavam e transitavam por associações, o que de certa forma impedia a cristalização de entidades monolíticas e fechadas, parecendo demonstrar o desejo de praticar a liberdade. Bem vindas e impertinentes, a volta das exiladas se fez sentir em 1979: traziam nas malas ideias e modos de se relacionar distintos. Apesar da saudade, conheciam um clima de liberdade que não havia deste lado do Equador. As que vieram de fora salpicavam um pouco mais de tempero nas relações: “o encontro do feminismo à moda do Primeiro Mundo com a realidade brasileira daquela década promoveu situações tão complicadas quanto criativas” (PINTO, 2007, p. 65). Além das rosas, havia muitos espinhos e pedras nessa travessia, mas isso não as impediu de abrirem as asas e voar. Em São Paulo, as feministas também carregavam nas tintas. A palavra se transforma conforme a época e o lugar e reflete a posição dos sujeitos que estão em cena:

A palavra em movimento reflete a posição dos sujeitos que estão em cena e pela linguagem se materializam os embates ideológicos que expõem as contradições e os conflitos que se instauram entre os sujeitos e os grupos sociais (FERNANDES, C., 2005, p. 22).

E foi por meio da palavra que as feministas escolheram fazer transitar as suas ideias. O jornal foi o veículo escolhido para ser o portador do seu ideário e ampliar os seus espaços. Cardoso classificou a imprensa feminista como alternativa e localizou nos anos 70 e 80, no Brasil, 75 periódicos feministas organizados em dois grupos: os de primeira geração, voltados mais para as questões de classe, e os de segunda geração, para a questão de gênero (CARDOSO, E., 2004, p. 37).

As entidades de São Paulo, que se relacionaram com o movimento por creche, lançaram os seus periódicos. O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB) publicou o boletim *Maria Brasileira*, com edições esparsas. Foram três boletins isolados, sem indicação do número de exemplares nem nome das responsáveis, distribuídos gratuitamente em eventos públicos. Os boletins continham editorial, notícias nacionais e internacionais e divulgavam questões relacionadas às lutas das mulheres trabalhadoras e da periferia. O primeiro circulou por ocasião do I Congresso da Mulher Paulista. (MARIA BRASILEIRA, 1979).

Os periódicos *Nós Mulheres* e o *Brasil Mulher* guardam mais semelhanças do que diferenças. De estilo noticioso, se posicionavam contra a opressão da mulher e em defesa da sua emancipação. Editados no formato tablóide, com editorial, seções fixas e de cartas, além de utilizar com frequência o recurso da fotografia e da ilustração. Ressalvando-se algumas ilus-

trações do jornal *Nós Mulheres*, as fotos divulgadas trazem retratos de pessoas, geralmente de expressão sofredora ou triste, e os textos deixam transparecer certa romantização da pobreza. Abordavam em especial as questões relacionadas às trabalhadoras, sem deixar de lado as donas de casa da periferia, intelectuais e estudantes. A linha dos editoriais oferece indícios do pensamento e do modo de relações estabelecidas com seu público: enquanto o *Brasil Mulher* esclarecia em editorial que “cada mulher que se recuse a compreender e aceitar a verdade é uma inimiga de todas as mulheres que fazem dupla jornada [...] sabendo que poucas de nós estão preparadas” (*BRASIL MULHER*, n. 2, 1976), o *Nós Mulheres* reforçava: “achamos que nós mulheres devemos lutar para que possamos nos preparar tanto quanto os homens, para enfrentar a vida” (*NÓS MULHERES*, n. 1, 1976), indicando uma linha de orientação didática.

Com tiragem de 5.000 a 10.000 exemplares, circularam em média a cada 2 meses e eram distribuídos por meio de assinaturas, em banca de jornal e de mão em mão. Mas é preciso lembrar o boicote por parte dos jornaleiros. O *Brasil Mulher* informava a tiragem de 5.000 até a edição número 08 e depois 10.000 exemplares. A seção das cartas indica um público de leitores de setores médios e intelectualizados. O jornal *Em Tempo*, que fez uma matéria com o *Nós Mulheres* e o *Brasil Mulher* na edição no. 4, também abriu espaço para lideranças populares. Com o título “D. Cida pede a palavra”, publicou uma carta onde essa senhora manifestava as dificuldades de compreender a língua exposta pelos jornais alternativos.

[...] apesar de suas reportagens serem muito boas não são para o povo da periferia, que acha as reportagens muito complexas para a gente que não entende muito dos assuntos. Já li certos assuntos e não entendi nada. Fiquei na mesma (*EM TEMPO*, n. 4, 03/06/1978, p. 11).

A declaração dá uma dimensão das dificuldades na ligação entre elas e o movimento da periferia. Segundo Pedro, as mulheres dos setores populares tinham dificuldades na sua leitura: “lia com elas, trechos do jornal, e em seguida discutia. De acordo com ela, se não fizesse desse modo as mulheres não o leriam” (*PEDRO*, 2006, p. 4).

Rosemberg apresenta uma pergunta importante: “quem é essa mulher que as feministas procuram?” Parte de um depoimento, colhido pela autora, que diz: “a gente sentia a dramaticidade das condições de vida delas, mas a gente não sabia como ela chamava, como ela morava, o que ela fazia, o que ela sentia, então, como chegar nela?” Ao se referir sobre as distâncias entre elas e se envolverem com as questões sociais, termina com outra pergunta: “Onde estavam as mulheres em nome das quais a gente falava?” (*ROSEMBERG*, 1988, p. 138).

Invertendo o questionamento pergunta-se: quem eram essas feministas que procuravam as outras mulheres? As dirigentes dos periódicos eram de setores da classe média, intelectuais, muitas com escolaridade de nível superior, exerciam atividades laborais e parte delas havia tido algum vínculo com organizações ou idéias de esquerda. Pelo CDMB circularam mulheres de muitos matizes, mas em sua maioria vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro, entre elas Zuleika Alembert, deputada que participou do Conselho da Condição Feminina do Estado de São Paulo; Marise Egger, que participou do primeiro concurso sobre as questões da mulher, organizado pela Fundação Carlos Chagas; a médica Albertina Duarte e muitas outras. No expediente do Nós Mulheres, nas suas primeiras edições, entre outros fizeram parte nomes como Jany Raschkovsky Chiriack e Solange Padilha, que, com apoio da Fundação Carlos Chagas, pesquisaram o clube de mães na cidade de Osasco; Rachel Moreno, que depois participou do Brasil Mulher e assessorou o I Congresso das Metalúrgicas do ABC e se tornou conhecida por sua militância; Cyntia Sarti, que se dedicou aos estudos do feminismo e escreveu a obra “A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres”; Ciça Fittipaldi, conhecida por suas ilustrações. Ainda nomes como Maria Moraes, Bia Kfoury, Lia Zatz e Maria Inês Castilho. A lista de colaboradores e colaboradoras é extensa e alguns aparecem com o primeiro nome que viraram a sua marca: como os humoristas Laerte, Henfil, Angeli; além da menção ao clube de mães da zona sul.

O Brasil Mulher inicia com menor número de apoiadoras e consta do expediente, entre outros: Joana Lopes, jornalista que deixa o jornal na sua sexta edição; Therezinha Godoy Zerbini, do Movimento Feminino pela Anistia, Elizabeth Lorenzotti, jornalista, autora do livro “Suplemento Literário – que falta faz!”, resenhado por Branca Ferrari, jornalista que fez parte do Brasil Mulher (FERRARI, 2010), Maria Amélia Teles, que escreveu “Breve história do feminismo no Brasil” e faz parte da direção da União de Mulheres de São Paulo, criada em 1981. No expediente havia outros nomes, como Rosalina Santa Cruz, Beatriz Bargieri, Iara Prado, Ciça e Conceição Cahu, que havia participado do jornal Nós Mulheres. De Paris, Linda Bulik, Lena Lavinias, Beth Lobo, entre outras colaboradoras.

Em 1981 chega o Mulherio, jornal institucionalizado vinculado ao coletivo da Fundação Carlos Chagas, financiado pela Fundação Ford. Profissional, estruturado, apresenta-se com número experimental e do conselho editorial fazem parte pesquisadoras e acadêmicas. O Conselho decide que o jornal não apresentará “uma posição pré-estabelecida sobre este ou a-

quele assunto”. Esse mesmo conselho editorial decidia a pauta e aprovava ou excluía os artigos a serem publicados (MULHERIO, n. 0, abr/1981). Também utilizava ilustrações e fotos, quando retratavam matérias sobre questões sociais. Na edição número 14, indica-se o risco do fechamento do jornal devido ao encerramento do projeto com a Fundação Ford e em uma das últimas edições informa-se que a tiragem era de 12.000 exemplares. Na primeira fase fizeram parte do conselho editorial as pesquisadoras Carmem Barroso, Carmem da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Lobo, Eva Blay, Fúlvia Rosemberg, Helieth Safioti, Célia Gonzalez, Maria Carneiro da Cunha, Maria Moraes, Maria Malta Campos, Maria Rita Kehl, Maria Valeria Pena, Marília de Andrade, Marisa Correa e Ruth Cardoso.

O jornal *Em Tempo* não se dedicava especificamente à questão da mulher, mas criou uma editoria de mulheres e publicou o caderno “As mulheres e o trabalho”, elaborado e distribuído por ocasião do dia primeiro de maio de 1983. Trata-se de uma coletânea de artigos e notícias selecionados que já haviam sido publicados. O pequeno trecho da apresentação: “uma história quase sempre esquecida e expulsa dos livros”, ajudou na decisão de trazer à tona alguns aspectos dessa publicação que aborda questões da mulher trabalhadora (EM TEMPO, Caderno: As mulheres e o trabalho, 1983, p.1). No final da coletânea publicou uma entrevista com Aparecida, presidente da Associação das Donas de Casa da zona leste, que congregava mais de 500 associadas, que mostra a complexidade das lutas que eram travadas. Conta que em 1975 já haviam realizado o I Congresso das Donas de Casa e fala do I e do II Congresso da Mulher Paulista, diz ela:

[...] reunia todo mundo para comemorar o Dia Internacional da Mulher. De qualquer forma o 1º Congresso da Mulher foi importante pela aproximação com grupos feministas [...]. O pessoal gostou muito do I Congresso porque os temas eram temas que a Associação já vinha desenvolvendo [...]. O 2º Congresso, apesar da participação de 4.000 mulheres não teve tantos avanços quanto o primeiro. O pessoal se desiludiu de fazer congressos na cidade, estamos querendo fazer congressos regionais (Ibidem, p. 70).

O IIº Congresso, ocorrido em março de 1980, na PUC de São Paulo, foi coberto pelos periódicos alternativos e a grande imprensa que fornecem pistas sobre as dificuldades de lidar com as posições divergentes. A matéria da revista *Veja* resume as duas posições antagônicas. Uma das entrevistadas, Solange Padilha, afirma: “Achamos que a mulher, além de sua participação como feminista, deve atuar nos partidos políticos, nos sindicatos, nas comunidades e bairro”; e a outra posição, de Miriam, do grupo “Somos”, reclamava de “setores que desrespeitaram o fato de que a luta das mulheres deve-se dar de forma independente” (VEJA, n. 602,

março de 1980, p. 83, 84). Mais do que as diferenças de concepção do feminismo, os documentos que circularam no evento evidenciam que o acirramento da disputa interna do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo havia se deslocado para o Encontro. A Oposição Metalúrgica, por meio do documento “Contribuição para o II Congresso da Mulher Paulista”, destaca as suas posições: “para nós é claro que não devemos usar o congresso para organização de grupos isolados dos movimentos e lutas gerais do povo e sim integrar as mulheres nas lutas” (CONGRESSO DA MULHER PAULISTA, 1980).

Na publicação, alguns depoimentos das operárias, de setembro de 1979, são emblemáticos: em nada parecido com as situações vividas pelas mulheres dos setores médios. Denunciavam que no Hospital das Clínicas a curetagem na mulher ocorria sem anestesia, como forma de punição pelo aborto realizado; outra relatava em público como eram os exames de saúde para admissão no trabalho:

Lá tem um exame muito estranho. O médico [...] não examina um ponto essencial para quem vai trabalhar de pé quase o dia inteiro, isto é, as varizes. [...]. A gente tem que ficar quase nua, abaixando as calças [...] me submeter às apalpadelas em todo corpo e gracinhas espirituosas (EM TEMPO, Caderno: As mulheres e o trabalho, 1983, p. 33).

Fazendo um balanço dos vários congressos de mulheres operárias, as trabalhadoras químicas, em dezembro de 1979, na matéria “Os sindicatos aceitam a mulher?” avaliavam que “não nos impedem de nada, mas as cartas enviadas para as companheiras [...] são seladas com o dinheiro do nosso bolso”. Além disso, eram estimuladas para “acabar logo com o papo”, insinuando para interromperem as reuniões, porque “os rapazes queriam que a gente descesse para o baile, porque tinha poucas mulheres” (Ibidem, p. 39). Em 1978, no começo das greves, em São Bernardo do Campo uma das primeiras seções que parou foi a dos anéis da COFAP. Corajosas, ficaram conhecidas como “as meninas dos anéis”, por serem muito jovens, conforme relato no evento dos 30 anos das greves do ABC. (MILITANTES QUESTIONAM..., 11/05/2008).

Na matéria “Como organizar as mulheres?”, do jornal Em Tempo, segundo uma representante do jornal Nós Mulheres, os grupos feministas dos setores médios concluíam que “esses mesmos grupos chegaram à constatação que a vanguarda social do feminismo é necessariamente formada por mulheres trabalhadoras”. Por sua vez, o Brasil Mulher se manifestava sobre as operárias: “Elas tiveram condições de levantar uma plataforma de luta feminista sem o saberem justamente porque são operárias e vivem na carne a questão da dupla jornada, da des-

criminação salarial” (EM TEMPO, n. 4, 1978). Os textos estudados confirmam a fragmentação e a heterogeneidade com que se reveste a história de lutas do feminismo que, em certa medida, ainda traziam marcas do Iluminismo entre posições liberais e socialistas, com pouco espaço para o feminismo radical.

1.5.2 Creche: Um Ponto na Pauta

A mudança causada pelas descobertas da ciência, como a possibilidade do controle do corpo pela pílula anticoncepcional, mexia com os costumes, a saída da mulher para o mercado de trabalho assustava e os temores não eram apenas da Igreja.

Em 1968 o debate fervilhava: pais e filhos buscavam respostas distintas para as perguntas sobre trabalho, sexo, casamento, virgindade, pílulas. Governo e Igreja tinham uma concordância: combater o comunismo. A discordância estava no método. Países pobres viviam insurreições insufladas por comunistas, e uma arma para combater causas tais como a miséria seria o controle da natalidade, arma que a Igreja não aceitava. Matéria na revista *Veja* revelava as mudanças. O texto “Um ameno choque de gerações” mostra a diferença entre o pensar e o agir dos pais e filhas. Descreve a cena de um casal que havia esperado anos pelo casamento para não ter preocupações financeiras e ter os filhos “que Deus mandou”. A filha mais velha, Mariana, que estava no primeiro clássico, “acredita na independência da mulher e na pílula anticoncepcional” (VEJA, 1968, p. 22, 23). No mesmo período tramitava na Câmara Federal projeto de lei de autoria de um médico paraibano:

É permitida, em todo o território nacional, como providência médica de planejamento familiar, a limitação da natalidade, desde que esse ato decorra da livre e expressa vontade do casal ou da mulher de maior idade que assim o desejar (Ibidem, p.22, 23).

Em Minas Gerais, no município de Estrela de Jandaiá, com menos de 3.000 habitantes, em 1968, padre Nivaldo ministrava palestras no colégio estadual. Em um tempo sem celular e sem internet, o diálogo mostra como a juventude ia direto ao ponto. As perguntas: “A virgindade é necessária para o casamento? O que o senhor acha da minissaia?” O padre respondia questões sobre beijo, pecado, casamento, separação. A linha das respostas: “A virgindade é necessária, mas não essencial”; “de acordo com a evolução, dentro de 20 anos, em vez de se vestir a mulher vai simplesmente se pintar” (VEJA, n. 43, 02/07/1969, p. 23). O padre parecia dizer: *carpe diem*. Foi preso por queixa de comerciantes. Os alunos protestaram e o padre saiu escoltado da cidade.

Em 1975 o jornal Brasil Mulher, na página denominada “Ciência”, sustentado no argumento de um médico livre-docente da Faculdade de Medicina da UFRJ, publicou a matéria “Pílulas...Ora Pílulas”, esclarecendo que abordava “cientificamente o assunto”:

[...] a anticoncepção é legítima, por imperativos de ordem médica ou razões de foro íntimo da mulher, desde que sejam usados métodos realmente científicos e processos aprovados, que não colidam com os sentimentos religiosos da pessoa (BRASIL MULHER, n. 1, 1975, p. 6).

Para falar de creche é preciso falar de filhos e de crianças, dos hábitos, costumes e valores. No início da década de 70 tudo isso e mais um pouco estava em jogo. Um jogo talvez ainda não jogado, mas que começava a ser vivido. Para entender a possível influência das organizações feministas de São Paulo sobre o movimento por creches, foi importante conhecer o que publicaram a respeito da creche e suas possíveis intervenções.

O jornal Nós Mulheres teve oito edições e circulou no período de junho de 1976 a julho de 1978. Escreveu três matérias importantes sobre a questão da creche. A primeira delas, na edição número 1, publica a carta do grupo de mães do setor Interlagos e Sociedade de Amigos, São Paulo, dirigida às autoridades municipais. No texto escreve que um dos principais problemas para trabalhar fora de casa seria “com quem deixar os filhos” (NÓS MULHERES, n. 1, 1976). O texto, de estilo noticioso e formal, descreve como exemplo exitoso a experiência da USP e a luta por creche da Associação de Donas de Casa da zona leste (Ibidem). A creche da USP só viria a ser inaugurada em agosto de 1982. Na segunda edição a matéria “Com quem deixar nossos filhos” inicia informando que “esta é uma questão que cada vez mais mulheres enfrentam, no momento em que deixam o lar para trabalhar e aumentar o orçamento doméstico” (NÓS MULHERES, n. 2, 1976). Levanta o problema da legislação trabalhista e da falta de creches em São Paulo. Na sexta edição a matéria intitulada “Mais uma vez: CRECHE” indica que “a creche é desesperadamente necessária para a mulher que trabalha”, descrevendo situação precária das creches na cidade, que a creche da prefeitura tem qualidade, é pública e gratuita, mas enquanto essa creche não vem, estimula a realização de convênios. (NÓS MULHERES, n. 6, 1977).

O jornal Brasil Mulher, por sua vez, circulou no período de outubro de 1975 a abril de 1979, com dezoito edições. De forma didática ensina como as mulheres podem se organizar para conseguir creche, por meio de quadrinhos, como a história “Queremos creches!” (BRASIL MULHER, n. 7, 1977). A edição número 5, de outubro do ano anterior, circularia com a matéria “Com quem ficam nossos filhos quando a gente sai para trabalhar?”. Faz uma retros-

pectiva dos eventos ocorridos no ano anterior, concluindo pela necessidade de creches nas grandes cidades brasileiras. Reforça a necessidade da creche relacionada à questão da mulher trabalhadora. Publica diversos eventos ocorridos no ano anterior: “Primeiro Encontro de Comunidade para Debater Problemas do Povo de São Paulo”, realizado em março; “Movimento de Creche na USP”, promovido no segundo semestre; “Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista” ocorrido em outubro; e “Assembleia do Custo de Vida”, fato acontecido em junho de 1976 (BRASIL MULHER, n. 5, 1976).

Em abril de 1979, já havia ocorrido o I Congresso da Mulher Paulista e era o Ano Internacional da Criança. Com o título “1979. Se é o Ano Internacional da Criança, é o Ano da Creche”, a creche recebia ampla cobertura do jornal Brasil Mulher que dedicou duas páginas ao tema. Integrava a coordenação da Campanha por Creche formalizada no congresso e divulgava a sua primeira reunião (BRASIL MULHER, n. 15, 1979).

Merece destaque a edição do jornal Maria Brasileira, do CDMB, distribuída em 1979, durante o Iº Congresso das Mulheres. Com linguagem de fácil compreensão, apresenta as ideias em forma de perguntas e respostas. Respondendo à pergunta “E como anda a situação das vagas nas Creches e Parques Infantis públicos na nossa cidade?” conta a história e descreve a situação das creches em São Paulo desde 1970. Simples e direto, propõe que seja “criado um Movimento Reivindicativo de Creches, constituído de todas as entidades e pessoas interessadas, a partir de um programa mínimo de ação, a ser definido e aprovado durante o Congresso” (MARIA BRASILEIRA, 1979). Anteriormente, em 1976, o Brasil Mulher, havia publicado que o CDMB havia tomado a iniciativa de dar andamento a uma das reivindicações da “Carta Proposta”, aprovada no Encontro de 1975. E detalhava: as entidades e grupos deveriam colaborar e auxiliar na organização das reuniões para discutir o problema das creches e os órgãos de governo, centros de pesquisa e estudiosos que facilitassem o acesso aos dados existentes. Dizia a matéria:

O CENTRO escolhe bairros que fazem parte de um determinado distrito da cidade de São Paulo, procurando pessoas dispostas a participar deste trabalho, para marcar data e horário das reuniões a serem realizadas. Através destes encontros, o CENTRO procura obter informações sobre as necessidades dos moradores da capital paulista, em relação s creches, como por exemplo, o número de crianças de zero a seis anos de idade que moram no distrito, creches disponíveis e vagas oferecidas. Seu objetivo final é realizar um encontro de todos aqueles que participaram no levantamento da situação das creches no estado de São Paulo, por ocasião do Dia Internacional da Mulher (8 de março) (BRASIL MULHER, n. 5, 1976).

O Mulherio teve 39 edições e circulou de abril de 1981 a maio de 1988. O grupo do Mulherio fez uma reflexão sobre a necessidade de redefinição da sua linha editorial e se propôs a atingir um universo mais amplo e plural. Surge então NEXO, que sem financiamento teve apenas duas edições nos meses de junho e julho de 1988. Nas páginas do Mulherio encontram-se informações, análise e sugestões. A edição número 4 dedica oito páginas à questão da creche e traz na capa um desenho do cartunista Henfil. A mãe tem ao seu lado uma criança pequena e olha para o alto, dirige-se ao Cristo Redentor e pergunta: “o senhor toma conta dele pra mim enquanto eu vou trabalhar?”. A chamada do jornal: “Creche: o problema da guarda e proteção das crianças pequenas ainda está muito longe de uma solução”. Publicava o depoimento “da pesquisadora Maria M. Malta Campos da Fundação Carlos Chagas” que discorre sobre as várias modalidades de gestão da creche e apresenta a proposta alternativa da “autogestão da creche que seria custeada pelo Estado” com a “participação ativa da população na operação da creche”. (MULHERIO, n. 4, dezembro de 1981, p. 10, 17). Mais duas edições merecem destaque: a edição número 11 apresenta artigo assinado por Fúlvia Rosemberg e Adelia Borges, com o título “Mãe crecheira: solução miserável para um país pobre”, que aborda a problemática da creche domiciliar. A edição 16 publica a matéria “Agitação nas creches”, em que destaca a criação da CEI sobre creche instalada pela Câmara Municipal de São Paulo.

As cartas publicadas pelos jornais indicam os diálogos e os interesses trocados entre os periódicos e seus leitores. Foram lidas todas elas à procura de indícios que pudessem mostrar uma aproximação mais estreita entre os movimentos feministas e populares. Das cerca de 330 cartas analisadas, aí incluídas as publicadas pelo Mulherio, não passam de cinco as que mencionam a questão da educação da criança.

No transcorrer do percurso, a creche aparece na agenda feminista como um mantra: creche, lavanderia coletiva, refeitórios populares ou na ordem inversa. Ou então na toada da dobradinha: salários iguais e creche, dupla jornada de trabalho e creche, horário noturno e creche, custo de vida e creche, CLT e creche ou creche na CLT. No entanto, apesar desse ritmo, aparecem notas que desafinam a música. Na CPI da Mulher, em 1977, não se chegou a um acordo e a creche mereceu três linhas nas propostas finais. O tratamento, quase contemplativo, deveu-se às diferenças de concepção sobre a creche, o que fica demonstrado em trecho extraído do relatório preliminar, selecionado por Rosemberg. Localizado no volume dois, na página 1.278, o texto menciona: “acreditamos desastrosa a idéia de oficializá-las. Ninguém deseja ‘li-

vro de ponto' nas creches, que fiscalize o horário de funcionários públicos. Todos desejamos assistentes voluntárias". Na página 1.279, como proposta, sugeria apenas a necessidade de se obter junto ao empresariado apoio para o "amparo da mulher trabalhadora com filhos" (ROSEMBERG, 1988, p. 226).

No Iº Congresso da Mulher Metalúrgica, em 1978, Raquel se esforçou para colocar o tema na pauta. Na assessoria do evento participou das reuniões preparatórias com as operárias e, segundo suas palavras, "a questão da creche, a gente tinha muita vontade de puxar, mas as mulheres que trabalhavam e vinham à noite sabiam que era problema para os outros [...] para elas não" (Idem, 1988, p. 233). É possível que as metalúrgicas tivessem questões consideradas por elas mais importantes a tratar naquele momento. No 2º CONCURTO, realizado em 1986, a questão da creche também não era consenso e as propostas de lavanderias e restaurantes públicos, para avançar na socialização do trabalho doméstico, foram excluídas:

A escolha da creche como reivindicação prioritária naquele momento não foi consenso: algumas sindicalistas propunham naquele momento que se assumisse, em seu lugar, 'salário igual para trabalho igual'. Mas a creche acabou por ser considerada uma reivindicação mais fácil de ser assimilada e conquistada (DELGADO, 2006, p. 30)

Em 1979, segundo Rosemberg, o grupo 8 de Março declarava sua posição e o lugar onde situava a creche. Afirmava que um dos erros das feministas tinha sido confundir questões gerais com específicas: "pecam, contudo, ao assumir lutas gerais da comunidade (como creche, melhores condições de moradia, esgotos, água, etc.) como se fossem lutas específicas da mulher" (ROSEMBERG, 1988, p. 239). Para a autora, após o Congresso de 1979, os grupos passaram a incentivar a luta por creche quando se formalizou a coordenação geral do movimento: "este é o período em que os grupos feministas atuaram mais intensamente na luta por creche levando aos bairros a proposta unitária" (Ibidem, 1988, p. 238). A primeira reunião da coordenação ocorreu em 20 de abril daquele ano, no Sindicato dos Bancários, mas essa aproximação, já questionada no mesmo período por alguns coletivos, se fragilizou em 1980, por ocasião do segundo Congresso. As disputas internas levaram ao afastamento rápido das lideranças femininas pertencentes às camadas populares.

Mas, para além das questões pontuais, os estudos de Sarti apresentam pistas que ajudam a entender as dificuldades de alianças e interações entre interesses e setores tão distintos. Em 1981 publica no Mulherio algumas impressões da pesquisa "O cotidiano da mulher na pe-

riferia de São Paulo”, que estava em andamento, além de expor sobre as motivações da investigação:

Éramos letradas e vivíamos, no mínimo, com um conforto material razoável. Sentindo-nos culpadas, voltávamos nossa ação para outras mulheres. Mas não falávamos delas, e sim em nome delas, como se fôssemos delegadas das oprimidas. Esta ilusão durou pouco! [...] resolvi investigar quem eram, de fato, as mulheres de quem tanto falávamos e que, na verdade, eram tão distantes de nós no cotidiano. Movia-me uma curiosidade profunda em saber o que há de comum entre elas e nós, em saber enfim, como nos atinge - igual ou diferentemente - essa noção cultural da feminilidade, para além do resto que nos diferencia (MULHERIO, n. 1, 1981).

PARTE II – A LUTA POR CRECHE EM SÃO PAULO

Um ponto no conto das raízes da história da educação infantil no Brasil, na virada do século, é o fio condutor para se compreender alguns aspectos da história da creche nos anos 70. Kuhlmann mostrou que a educação assistencialista fincava uma cunha na educação, com o mínimo de provimento para os pobres, sintetizado nas palavras:

A concepção da assistência científica, formulada no início do século XX, em consonância com as propostas das instituições de educação popular difundidas nos congressos e nas exposições internacionais, já previa que o atendimento da pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos. A educação assistencialista promovia uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social. O estado não deveria gerir diretamente as instituições, repassando recursos para as entidades (KUHLMANN, 2000, p. 8).

Muitos trabalhos já abordaram o caráter preventivo da creche: na judicialização do atendimento ao menor, a criminalidade seria combatida; e no setor da saúde era vista como meio para combater a mortalidade infantil e salvar as crianças das criadeiras. Vasconcelos e Sampaio propunham a gestão da creche repartida entre governo e particulares e criticavam a Revolução Russa que havia levado a efeito uma tese sobre a qual eram contrários:

[...] os reformadores, sociólogos, mas não puericultores, proclamaram a necessidade da emancipação da mulher e por conseqüência a sua atuação fora de casa. Quem cuidaria dos filhos? A resposta veio naturalmente: - o Estado (VASCONCELOS; SAMPAIO, 1938, p. 90, 223, 231).

“Comunista come criancinha”, um dito que se espalhou e ninguém sabe quem contou nem como começou. Para que os conflitos sociais não se tornassem revoluções nos outros países, o mundo ocidental criou um organismo e regras internacionais que procuraram dar conta das conflituosas relações de trabalho em suas sociedades. Em 1919, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estava criada, anticomunista, em regime tripartite, com representação do Estado, empresários e trabalhadores. Um dos primeiros benefícios foi a questão da maternidade e da amamentação para atender a mulher, o equilíbrio da família. Além disso, a Primeira Guerra recém terminara e as mulheres foram trabalhar nas fábricas, em atenção aos interesses do mercado (PRONKO, 2010). Não se pode perder de vista como se davam as relações de trabalho no Brasil naquele período. Os empresários opinavam diretamente sobre a legislação, conforme mostra Paoli: “aos patrões a especificação do que eram ‘justas causas’ ou ‘faltas

graves’, a lei retirava dos trabalhadores a garantia que dizia conceder”, assim, tudo e um pouco mais poderia virar reclamação (PAOLI, 1989).

No Brasil, a creche, vinculada à cesta dos benefícios da trabalhadora, foi formalizada em 1932, por meio do decreto nº 21.417-A, ao lado de outros como a proibição do trabalho noturno e em locais insalubres e perigosos, normas que em 1943 seriam recepcionadas e consolidadas na legislação trabalhista.

São os primórdios de uma política temperada pela subsidiariedade que viria para ficar, com duas vertentes que ajudam a entender a concepção da creche: um benefício para a mulher trabalhadora e um favor para a criança pobre da família considerada desestruturada, que precisava ser ensinada a educar os filhos.

2.1 FELICIDADE: CRIANÇA PEQUENA PRECISA DISSO?

Uma representante da associação das Donas de Casa da Zona Leste contou, em entrevista ao jornal *Nós Mulheres*, que abrir a creche no Burgo Paulista tinha sido uma batalha difícil, porque “a prefeitura é assim: quem não começou, ela nem vai olhar. Tem que começar, tem que estar funcionando a creche”, ao explicar como tinham feito funcionar a creche para que a prefeitura reconhecesse a sua existência (NÓS MULHERES, n. 1, 1976). Ela não sabia quanto caminho teria de ser percorrido para superar tantos obstáculos. No mesmo ano, no outro lado da cidade, com o título “Para elas, a creche foi a melhor solução”, a *Folha de São Paulo* publicava matéria sobre as mães com filhos que frequentavam a creche da Vila Leopoldina. Ao responder com quem deixavam os seus filhos, ouviam a expressão: “ô coitadinho” (PARA ELAS..., 09/05/1976). Na carta do grupo de mães do Setor Interlagos e Sociedades de Amigos, da zona sul, as mulheres escreviam: “a creche é uma ‘exigência’, porque pagamos imposto na prefeitura” (NÓS MULHERES, n. 1, 1976). E tinham claro: o problema precisava ser resolvido pela raiz e não por remendos.

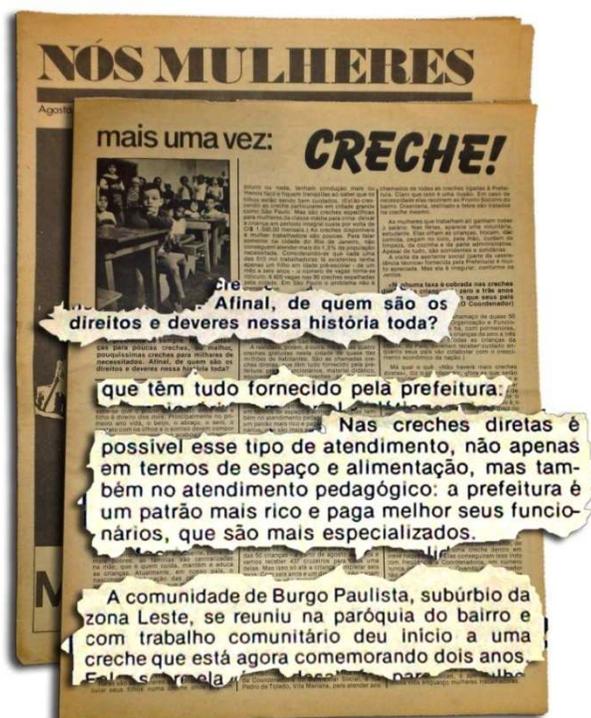


Figura 5 – Nós Mulheres. nº 6. 1977.

Como a creche penetra na prefeitura de São Paulo e como foi esse processo? Um pouco por acaso? Um encantamento com as novidades da Europa? Uma exigência da pressão da cidade excludente que, paradoxalmente, precisava dar respostas aos milhares de habitantes que, de forma corajosa, rompiam suas raízes para se aventurar e trabalhar em São Paulo? Em 1964, ano do golpe militar, Helena Junqueira, em conferência proferida no evento do UNICEF na Itália, apontava que as cidades estavam “completamente despreparadas com relação aos serviços urbanos básicos para atender ao seu crescimento vertiginoso e carecem de um plano de integração das populações imigrantes” (JUNQUEIRA, 1964, p. 17). Argumentava que uma das soluções para atender as necessidades dos centros industriais seria a construção de “uma rede de organizações como creches, parques infantis, centros de orientação vocacional, semi-internados etc., para atenderem a uma multidão de crianças” (Ibidem, p. 24). Contrariando a posição das agências internacionais, criticou as políticas emergenciais de baixo custo e sugeriu um subsídio às famílias que estivessem fora do sistema de previdência social, que chamou de “subsídio familiar”, que seria mais eficaz:

Uma avaliação sobre o custo desses serviços desarticulados e sobre a eficácia do atendimento prestado, talvez leve à convicção de que um sistema de subsídios à família, administrado através de programa de orientação familiar, seria além de mais eficiente, mais barato e, sobretudo, mais humano (Ibidem, 1964, p. 29).

Para conhecer a entrada da prefeitura na creche ou da entrada da creche na prefeitura, retrocedeu-se a 1965, um ponto de partida indicado nas anotações da reunião entre as entidades e o prefeito de São Paulo, e ao ano de 1967, quando, efetivamente, a prefeitura finca o seu pé com a construção e a inauguração da primeira creche.

Foi Helena Junqueira quem preparou a lista dos convidados para uma reunião com o prefeito Faria Lima em setembro de 1965. No cardápio da festa lia-se “creches”, conforme consta nas “anotações sobre a reunião realizada no gabinete do Sr. Prefeito, em 17 de setembro de 1965, para tratar do assunto ‘CRECHES’” (DSS, Anotações sobre..., 1965, SMADS). Das anotações constam os nomes dos participantes, resumo das questões debatidas e as primeiras medidas a serem adotadas. Participaram 17 entidades, em sua maioria, religiosas. Pela administração municipal, além do prefeito, participou o secretário da pasta da Educação e Cultura, o presidente da Comissão de Construção de Prédios Escolares e a própria Helena Junqueira. As diretrizes expostas pelo prefeito continham três pontos: convênio com entidades para o funcionamento de creches; instalação de creches em casas alugadas e construção de

creches e instalação de equipamentos, em princípio, junto aos parques infantis. O texto do relatório esclarece:

Dna Helena I. Junqueira informou que numa enquete feita junto a 12 creches, o resultado apresentado foi que todas estariam dispostas a ampliar sua capacidade de atendimento: umas – ajuda per capita; outras - ampliação ou construção de prédio (Ibidem).

No “Plano para ampliação da rede de creches na cidade de São Paulo”, datado de 25 de agosto de 1965, fica evidenciada a capacidade de articulação de Helena Junqueira. O documento, complementar a outros dois anteriores, mostra que a reunião foi preparada e organizada para aprovação de como se daria a instalação da rede de creches na prefeitura. Era a primeira vez que o município entrava na questão da creche e se apresentava como se tivesse uma rede municipal propondo a ampliação da rede de creches, além de explicitar que “os fatores que geram a necessidade de atendimento da criança em instituições tipo crèche são decorrência do grau da industrialização da cidade do crescimento explosivo da sua população [...] aspectos típicos da grande cidade [...] que exigem a presença atuante do Poder Municipal”, os mesmos argumentos proferidos por Junqueira no evento realizado pelo UNICEF (DSS, Plano para ampliação..., proc. 100.756/65, SMADS).

O plano, de apenas duas páginas, trata de seis pontos: conceito de creche, quem dela precisa, estimativa da população infantil, responsabilidade do poder municipal, a disponibilidade de recursos e a cooperação do governo com a iniciativa particular. Afirmava ser a creche uma instituição para atender crianças de zero a seis anos, durante o período de trabalho da mãe e, “como instituição auxiliar da família, reveste-se de caráter educacional e constitui-se um fator eficaz na prevenção de abandono do menor” (Ibidem). No processo 100.756/65, na folha de informação de 5 de maio de 1965, apresenta o “Plano de Assistência à criança durante o período de trabalho da mãe”: um planejamento com objetivos claros, metas, financiamento definido e plano de aplicação. De caráter preventivo, destinava-se a atender “aos menores de zero a 13 anos, cujas mães trabalham fora do lar, sem afastá-los da sua família”. Em período integral pretendia-se, em 1965, matricular 800 crianças em creches, semi-internatos ou parques infantis com ampliação para o ano seguinte. Os recursos financeiros haviam sido aprovados pela lei 6.103/62, que estabelecia:

um adicional de 2% sobre o imposto de transmissão de propriedade imobiliária ‘inter-vivos’, destinado ao amparo do menor abandonado [...]. Portanto, ser aplicado na criação de recursos para atender em regime de semi-internato, a essa faixa da população infantil em São Paulo (Ibidem).

Era 1965, o montante arrecadado por força da lei aprovada em 1962 ainda não havia sido utilizado, mostrando que o plano da prefeitura para atender a população infantil estava bastante atrasado. O que a população não sabia era que se desenhava, por meio de contratos e convênios, a distribuição do bolo, de modo a que cada convidado à mesa fosse contemplado. Mas o que não se informava era que parte da fatura da despesa da festa seria paga pela população. De preferência seriam beneficiárias da creche as mães “não registradas na previdência social” e que o “per-capita” seria de 70%, sendo que o restante seria coberto pela instituição e “pela própria mãe” (DSS, Plano para ampliação..., proc. n. 100.756/65, SMADS). No convênio o item “exigir da mãe contribuição financeira proporcional ao seu orçamento” só seria modificado na gestão de Mario Covas.

Somente o convênio de custeio sairia dos recursos municipais. Para a segunda modalidade de convênio, construção e equipamento, os recursos viriam do MEC e a sua execução seria de responsabilidade da Secretaria da Educação. Assim, a prefeitura “constrói e equipa, estabelece critérios de seleção para as matrículas e diretrizes técnicas” e as entidades particulares “administram” as creches a serem construídas junto aos parques infantis que, em 1966, totalizariam seis unidades (DSS, Plano para instalação..., s.d., SMADS). No texto “Creche” detalha-se a proposta de estrutura e funcionamento e explica-se como era o dia da criança “na casa”, a proporção adulto/criança e o espaço físico, dividindo a creche em setores: no setor 1, as crianças do berçário, de zero a um ano; no 2, de um a dois anos e no 3, crianças de três a seis anos. Entre outros profissionais, sugere médico pediatra, assistente social, enfermeira supervisora, uma auxiliar de enfermagem para o lactário, uma pajem para 10 crianças de zero a dois anos, uma para cada 20 crianças de três a seis anos e uma professora jardineira para cada 30 crianças de três a seis anos. Destaca-se a sugestão de sala de brinquedos e atividades tranquilas de jardim da infância (Ibidem).

A aprovação da lei 6.882 de 18 de maio de 1966, que criou a Secretaria do Bem-Estar Social (SEBES), estabelece as condições para uma política de creche para o município: a formalização dos convênios para o ano inteiro, que haviam sido ensaiados no segundo semestre do ano anterior; a construção e instalação das primeiras creches que seriam entregues para gestão terceirizada e o “Seminário sobre Creches”, promovido por SEBES com o apoio da Comissão de Menores do Conselho de Cooperação da Secretaria, cujo tema foi “Como as creches poderão melhor atender às exigências atuais da criança e da família nos grandes centros urba-

nos”. No seminário, ocorrido de 28 de novembro a 2 de dezembro de 1966, participaram, em grande medida, as entidades que haviam marcado presença nas reuniões de 1965. Os resultados do seminário são apresentados à prefeitura: realizar intercâmbio entre as entidades e creches, organizar sistema de informações e cadastro único, formação de pessoal, necessidade de assessoria, supervisão técnica sistemática e recursos financeiros. Duas questões indicam um estranhamento na relação entre o governo municipal e as entidades que queriam aumentar a fatia do bolo. A primeira, sobre financiamento:

[...] assistência financeira dos poderes públicos às entidades particulares, de acordo com os serviços prestados [...]. Construção e instalação pelos órgãos públicos de creches, ficando a administração dos mesmos a cargo de entidades particulares e colaboração dos órgãos públicos com as creches já existentes (SEBES, Seminário sobre Creches, 1966, SMADS).

Uma pergunta da avaliação indica o segundo problema: perguntadas se o seminário tinha melhorado o diálogo entre as entidades e o poder público, a resposta foi “não”, sendo este “considerado ausente”, e sugeriam o fortalecimento da Federação das Obras Sociais na relação com a prefeitura ou a criação de uma Federação de Obras, com a finalidade específica de acompanhar o trabalho da educação da criança em regime de semi-internato (Ibidem).

Como efeito do seminário, em 29 de dezembro de 1966 ocorria no gabinete do prefeito uma reunião com as entidades interessadas em receber as creches construídas e equipadas pela prefeitura. Novos acordos foram firmados e na reunião foram discutidos os seguintes temas: avaliação e reformulação do convênio, apresentação da planta e mobiliário das creches, entrosamento de creches e parques infantis e a programação da continuidade da construção de mais 24 creches (SEBES, Anotações da reunião com entidades... , 29/12/1966, SMADS). Em 1967 SEBES entregou as primeiras creches às entidades particulares e, em 1969, a sistematização da assessoria técnica junto a elas. Para Haddad e Oliveira o I Seminário Sobre Creches ocorrido em 1966, que procurou envolver vários setores da sociedade civil, teria sido um marco da entrada do Estado na questão da creche:

Essa preocupação em sensibilizar a sociedade civil para a qualidade do atendimento oferecido pelas creches era tão evidente que poderíamos caracterizar esse seminário como a entrada em cena do Estado, pela ação municipal, definindo as suas competências em relação ao atendimento à criança (HADDAD; OLIVEIRA, 1990, p. 110).

Em 1969, com a ascensão de Maluf como prefeito nomeado, Suzanna Frank, presidente da Federação das Obras Sociais, que participara do Seminário sobre Creches, na Liga das Senhoras Católicas, em 1966, assumiu a Secretaria de Bem-Estar Social. Em 1970, a rede mu-

nicipal de creche possuía 29 creches, em regime de convênio, sendo 16 construídas pela prefeitura. À época, baseando-se nas informações repassadas pela prefeitura, a imprensa vaticinava que a situação das creches era um assunto explosivo, conforme a matéria, noticiada pela Folha de São Paulo, “Creches: o que será em 1990?”, cujo texto trazia a seguinte informação:

[...] o anúncio é outro sintoma de um problema que a cidade terá de enfrentar logo, para não chegar à situação explosiva de 1990: neste ano, segundo o Plano Urbanístico básico – PUB, uma entre quatro crianças que nascerem precisará ser abrigada em creches [...] (CRECHES:..., 08/08/1970).

Suzanna Frank logo perceberia que o bolo repartido entre os convidados se tornava indigesto e os acordes não eram tão harmoniosos.

Em 23 de abril de 1970 a secretaria cria um Grupo de Estudos, por meio da portaria 01/70, para propor solução urgente para o problema “Creches”, que deveria ser apresentado até o final de maio do mesmo ano. Enquanto o grupo se organiza para definir e preparar os estudos que ficaram conhecidos como “Dossiê Rosa Krausz”, Maria Ignez Pinto e Marta Godinho questionavam a iniciativa, gerando tensões no interior da pasta. O dissenso se manifestou por meio de ofício, onde se lê:

[...] persiste a indagação quanto ao mérito de uma pesquisa assim formulada, pois sua contribuição seria questionável a priori, por pretender constatar o que já seria do conhecimento dos que operam no problema (SEBES, Dossiê Rosa Krausz, SMADS).

O documento final apresenta uma investigação minuciosa realizada em creches previamente selecionadas com informações e análise desde o espaço físico, estrutura e funcionamento, atividades desenvolvidas com as crianças, financiamento das entidades, e anexa os estudos anteriores, provavelmente os mencionados por Pinto em seu ofício. O dossiê revela que na gestão de Suzanna Frank a pasta se estruturava e investia em pesquisas, contratando equipes de profissionais habilitados. Após os estudos, os profissionais expunham algumas indagações:

Deve a creche limitar-se a ser um estabelecimento apenas de custódia da criança durante o período de trabalho [...] ou deverá ainda preencher as funções de escola maternal, jardim de infância ou curso pré-primário com professores especializados (Ibidem).

Avançavam na proposta da universalização da educação infantil há cerca de 40 anos, ao afirmar o que caberia à instituição:

[...] propor alterações nos próprios objetivos da creche, de tal modo que o atendimento não se verifique apenas no sentido assistencial às camadas de

mais baixo nível econômico e social, mas à totalidade da população de 0 a 3 anos (Ibidem).

Diante da dificuldade das mães de pagarem a creche, uma outra questão se colocava: como pagar os custos totais da creche. O problema do financiamento e das prioridades da gestão pública estava posto à mesa. Criança pequena não contava, tal como tanto tempo antes Molière havia afirmado (ARIÈS, 1981), mas, contrariando o núcleo central de poder, alguns profissionais da rede contavam as crianças, as mães, as creches, os profissionais e montaram um sistema de informações que levaria Campos a afirmar, em 1977, na CPI da Mulher, que no Brasil não havia um sistema de informações sobre creches, mas que na prefeitura de São Paulo os dados eram relativamente organizados e os servidores municipais municiaavam os movimentos com informações (ROSEMBERG, 1988, p. 227,228).

Os estudos indicavam que nas creches havia três problemas importantes a serem enfrentados: um problema era a ociosidade, ocasionada pela distância entre a creche, moradia e local de trabalho; o segundo era o abandono, pois a mãe deixava de levar a criança por falta de pagamento; o terceiro, o limite do ingresso das crianças que deveria ser de zero a três anos de idade, que nenhuma entidade cumpria, todas passavam dos limites estabelecidos e algumas aceitavam crianças até 12 anos. Um dos motivos era não haver parques infantis em muitos bairros e suas vagas serem restritas e ofertadas em tempo parcial, o que não resolvia o problema da família. Uma quarta questão era a crença dos profissionais de que a creche seria:

elemento desintegrador na medida em que desperta na criança necessidades que no lar não podem ser satisfeitas. [...] Por mais simples que seja o atendimento recebido pela criança na creche, ele é superior ao que recebe no próprio lar (SEBES, Dossiê Rosa Krausz, SMADS).

Sugeriu-se então a proposta de implantar um Núcleo Integrado entre creche e comunidade em uma visão que, aparentemente, indicava a necessidade de a família ser tutelada. Data do início dos anos de 1970 a primeira classificação das creches de acordo com o tipo de gestão: as creches da prefeitura eram “aquelas construídas e equipadas pela Prefeitura, cedidas a entidades particulares” que assumiam a sua gestão; as creches per capita “são creches particulares que mantêm convênio ‘per-capita’ para manutenção de número determinado de crianças” e as creches particulares, “as que não mantêm vínculo através de convenio com a prefeitura” (Ibidem). Observa-se que não havia creche administrada diretamente pela prefeitura.

A análise de alguns documentos contidos no Dossiê mostra indícios do relacionamento com as Secretarias de Educação, municipal e estadual. O primeiro documento trata da partici-

pação de profissionais da equipe de creche no “I Encontro de Parques Infantis do Estado”. O documento que trata das conclusões do grupo de trabalho, incumbido de propor soluções urgentes para as creches, ocorreu no período de 13 a 17 de abril de 1970, com a participação de 300 delegadas. Além das palestras e debates, realizaram visitas a alguns parques, quando tiveram a oportunidade de fazer a seguinte constatação:

[...] não há grandes discrepância entre o nível de atendimento e atividades desenvolvidas com as crianças de 3 a 4 anos, pelas creches e pelos parques infantis, sendo necessário, apenas algum aperfeiçoamento no que diz respeito às atividades orientadas (Ibidem).

O segundo documento diz respeito às reuniões, contatos e os estudos da Secretaria Municipal de Educação, em que a pasta se compromete “a assumir o ensino pré-primário no município” (Ibidem). Por último, no subprograma “Amparo à família e ao menor”, localiza-se o projeto “6.4.1. CRECHE” e que tem por objetivo “assegurar o bom atendimento das crianças nas creches, através da manutenção de convênios, assessoria técnica e a participação das mães numa atuação conjunta com as creches no processo educativo dos seus filhos” (Ibidem).

No texto final do estudo, encontram-se as propostas mais imediatas a serem adotadas: supervisão periódica por funcionário credenciado, regulamentação de programas educativos de dois a quatro anos, formação de pessoal, proposta de classificação para creches em dois níveis de complexidade e revisão dos termos de convênio. Os pontos de revisão seriam: ampliar o atendimento até quatro anos de idade, alterar a proporção de vagas para berçário e maternal, repassar recursos de manutenção para creches construídas pela prefeitura para melhorar o atendimento, assegurar o repasse de 75% do custo da creche e regular em 25% de um salário mínimo a cobrança da contribuição da família. Uma última informação do relatório é significativa: fica excluída do processo dos convênios a creche de Guaianases, cujo convênio tinha sido denunciado, e a creche de São Miguel Paulista. Sobre a creche de São Miguel, uma observação foi acrescentada:

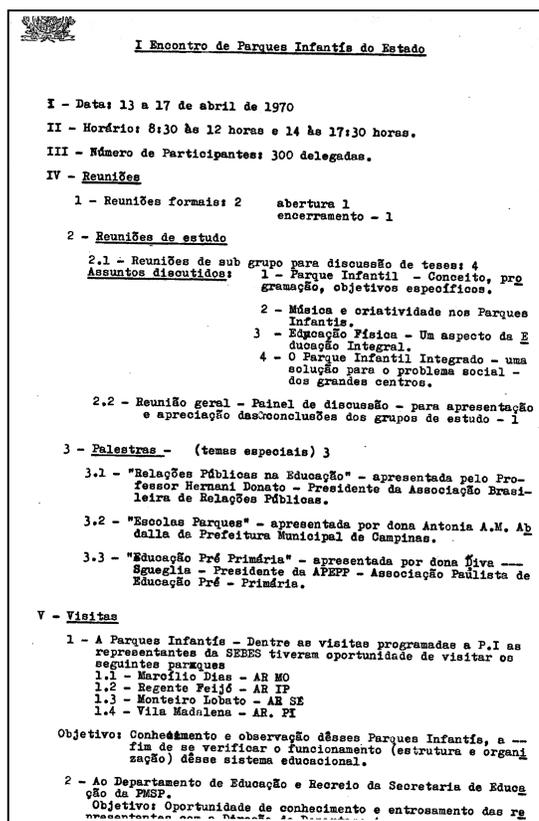


Figura 6 - I Encontro. 1970.

“iremos propor fechamento e rescisão do convênio (vide anexo 8 onde estão detalhados os motivos pelos quais propomos essa medida radical)” (Ibidem). Dava-se início à proposta de se ter creche vinculada a SEBES para que realizassem experiências e o órgão pudesse melhor orientar as demais.

Depois de uma, vieram outras em que os trabalhadores pressionavam por melhoria da qualidade de atendimento e a entidade devolvia a creche. Em 1974, já se somavam quatro creches diretas. As mulheres e mães da periferia agora tinham elementos de comparação e possibilidade de escolha sobre que tipo de creche e educação que desejavam para os seus filhos. Na imprensa, o relatório e a proposta eram vistos como segredos até que fossem entregues ao prefeito. Ainda assim, “segundo um professor, era preciso que se criasse uma creche-modelo, onde fossem estudados métodos corretos da educação e treinamentos” (CRECHES:..., 08/08/1970).

2.2 NÃO TINHA BOLO, MAS TINHA COPA

“Creches, uma necessidade para a cidade que cresce” era a chamada da Folha de São Paulo, em setembro de 1972. A matéria indicava a mudança de nome para a creche e se passava a chamar Centros Infantis. A alegação para a mudança era a “tentativa de vencer o estigma provocado pelo nome”, que lembrava, de forma negativa, as ações do juizado de menores. Mais importante do que o nome, chama atenção outro trecho da entrevista: “até a pouco, a creche era um lugar onde se deixava o filho para poder trabalhar. Agora existe o centro infantil, onde as crianças recebem um tratamento adequado” (CRECHES, UMA NECESSIDADE..., 24/09/1972).

Estudos já realizados indicam que no período se destacavam as proposições de educação infantil baseadas na teoria da privação cultural e a prontidão para alfabetização. No documento “Metas para 1972” o item identificado como projeto dos Centros Infantis propugnava: “Junto às crianças: desenvolver funções complementares à família, propiciando ambiente e condições para o desenvolvimento físico, sensorial, intelectual e social da criança” (SEBES, Metas para 1972, dez. 1971, SEBES).

Na continuação das buscas na biblioteca de SMADS, localizou-se a caixa 66, com a identificação “s241p, 10.2:26.5, SEBES”, com documentos do Departamento de Integração Social que estavam um pouco misturados. Foram selecionados alguns relatórios com impressões diagnósticas e atas de reuniões do Grupo de Trabalho encarregado de elaborar uma pro-

posta de atendimento a crianças de zero a seis anos. Uma primeira observação a ser feita é que o grupo analisou todas as pesquisas e dados anteriores evidenciando-se a capacidade de trabalhar com dados secundários e que havia uma continuidade dos estudos e das ações da política da pasta.

Na “1ª Ata da Reunião do Grupo: Atendimento a crianças de 0 a 6 anos”, ocorrida em 12/04/1971, consta nos registros que foram organizados seis subgrupos de trabalho: saúde-alimentação; Amor e Compreensão (crianças carentes); Pedagógico; Sociológico; Instituições existentes e Experiências em outros países. O Grupo de Trabalho Geral, composto por 13 profissionais, deveria responder a várias perguntas sobre questões econômicas e sociais, necessidades, critérios, tipo de atendimento, entre outras. Uma das perguntas básicas era o que o programa deveria abordar: aspectos assistenciais, pedagógicos ou preventivos? De todas as perguntas foram selecionadas três questões que parecem oferecer indícios das preocupações do grupo sobre a educação para crianças pequenas: “por que enfatizar os aspectos pedagógicos? [...] Quais as condições ideais para a felicidade da criança? [...] Como a sociedade vê a criança de 0 a 6 anos?” A par de focar o projeto na criança, era necessário considerar um trabalho na perspectiva do interesse da mulher: “um programa com o menor deverá assumir alguns papéis os quais a mulher vem desempenhando a fim de que a mesma se emancipe cada vez mais” (SEBES, Atas das reuniões, abr. 1971, SMADS).

Ainda que não abordassem a lógica privada da gestão e a manipulação das informações para receber mais recursos, a equipe mostrava como as entidades tinham dificuldades para atender às exigências legais:

[...] a despeito da orientação técnica recebida, apenas algumas delas tem podido auferir tal tipo de recursos, ainda mais que [...] alguns impedimentos estão relacionados ao tempo de existência jurídica das entidades (Ibidem).

Outro aspecto levantado dizia respeito às atividades desenvolvidas com as crianças observadas, por meio de visitas às creches:

[...] tanto a pesquisa já mencionada, como o levantamento realizado, em 1970, pela equipe do SPE, evidenciam que todas as creches desenvolvem atividades com as crianças matriculadas (desenho, pintura, modelagem, ginástica, histórias, etc.), diferindo, porém, na maneira como são orientadas as crianças para o seu desempenho (Ibidem).

Para completar a elaboração da proposta, o grupo realizou, além dos estudos, visitas a diversos locais, conforme relatórios analisados: centros de saúde, Delegacia de Ensino Elementar, Serviço de Ensino Pré-Primário estadual, SESC e centros esportivos. Na reunião de

24/04/1971, conforme registro em ata, foram definidas as linhas gerais da política de atendimento na creche: objetivos, escala de atendimento, requisitos qualitativos, estrutura necessária e recursos institucionais, de pessoal e financeiros. A seguir procedeu-se o detalhamento de alguns pontos como a meta de atendimento que ficaria “entre 90.000 e 120.000 crianças (1972: 30.000; 1973: 60.000; 1974: 90.000)”. A prioridade de atendimento seria a classe média e baixa que:

[...] representam 63,1% ou seja, cerca de 3.300.000 habitantes do Município. A faixa de 0 a 7 anos representa 16% da população. Em seguida, o pessoal discutiu as atividades a serem feitas com as crianças: atividades educacionais adequadas integradas (Ibidem).

Sobre a modalidade da gestão e com vistas à utilização dos recursos financeiros, o Grupo debateu quatro alternativas políticas possíveis:

1 – Particular: mantém a creche equipada e construída pela prefeitura; 2 – Particular: creches construídas, equipadas e recebendo subvenções da prefeitura; 3 – Prefeitura: creches equipadas, construídas e mantidas pela prefeitura; 4 – Particular: sem qualquer vínculo com a prefeitura. O grupo passou então, à elaboração da política de atendimento, detendo-se em unidades a serem construídas, equipadas e mantidas, somente pela prefeitura (Ibidem).

Seguem as deliberações das proposições e dimensionamento para a creche sob a gestão da administração direta, sem detalhamento para as demais alternativas citadas. Já existiam 130 creches em funcionamento e, até 1974, seriam necessárias 330 creches com capacidade instalada de 300 vagas em cada creche. Assim, seria preciso construir mais 200 creches, conforme estava consignado na ata do Grupo de Programação de Creche, além dos estudos, de 29 de abril de 1971. O grupo também definia como prioridade que a educação infantil na creche deveria atender a criança na faixa etária de 0 a 6 anos de idade. Ainda que à época tenha sido derrotada, ali aparentemente foram traçadas as marcas que depois conformariam a opção das mães e mulheres da periferia na escolha por creche da prefeitura.

A criança começava a entrar na pauta política. Em 1973, a Câmara Municipal de São Paulo criava um Grupo de Trabalho para elaborar propostas e tratar “de forma pioneira do menor de zero a sete anos, aquilo que nunca se fizera antes no País”. Com estas palavras o presidente daquela Casa de Leis abriria a “Semana de Debates sobre o atendimento à criança de zero a sete anos, no município de São Paulo”. Um evento por onde transitaram autoridades dos órgãos municipais, estaduais e federais e da Igreja Católica, profissionais da mídia, representantes de entidades e professoras da rede e cujos resultados, segundo a presidência, seriam enviados ao Ministro de Educação e demais autoridades públicas estaduais e municipais. No

documento final uma observação na nota de rodapé informa: “Todas as palestras e apartes constantes do presente trabalho foram apanhados taquigraficamente de gravações, portanto, sem revisão [...]”, ressalvado o relatório final que foi elaborado pelos representantes das secretarias: SEBES, SME e SHS, que haviam patrocinado tecnicamente o evento (CMSP. Semana de Debates..., 1974, p. 10).

Trinta propostas foram listadas nas recomendações e conclusões, entre elas: a criação de incentivos fiscais para as empresas abrirem creche no local de trabalho; que o Conselho Federal de Educação não permitisse gastos municipais com ensino superior enquanto os municípios não resolvessem a questão da pré-escola; a criação de órgão municipal integrado pelas três pastas presentes para coordenar programas destinados à população infantil. No item 19, sugere-se à prefeitura que “a denominação ‘pré-escola’ não é adequada para a situação atual, pressupondo-se algo anterior à escola e não como continuidade que se deseja, portanto – ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – nos parece mais adequada” (Ibidem).

Em sua palestra, “A problemática social da criança”, Maria Vitoria Fonseca, que mais tarde assumiria o cargo de secretária da SEBES, indicava as tensões entre a pasta e as entidades:

[...] a creche não deve se constituir numa unidade destinada a guardar crianças enquanto a mãe trabalha, mas sim deve ser um equipamento com uma programação que assuma juntamente com a família, a responsabilidade pelo desenvolvimento integral da criança (Ibidem, p. 14).

Em resposta, durante os debates afloram as divergências. Um representante da Federação das Obras Sociais (FOS) rebatia: “em geral a entidade pública e particular, principalmente as últimas, são postas à margem nas deliberações governamentais” e sugere a criação de uma comissão mista de entidades e poder público que teria o papel de prestar consultoria à Secretaria. Padre Ubaldo, ao falar em nome das entidades, defende a participação como dever da família “para evitar o paternalismo no sentido de que o Estado, o poder público passe tudo para a família”. Referia-se à ampliação e ao aumento dos convênios e em defesa da contribuição financeira por parte das mães (Ibidem, p. 17,18).

Para falar sobre o trabalho feito com as crianças foi chamada a pedagoga Lidia Izcson, que explicou haver na creche as “professoras” e a “auxiliar de educação, comumente conhecida como pajem”. Contou que eram trabalhadas as áreas de matemática, linguagem, artes, desenvolvimento motor, integração social e iniciação às ciências e que ocorriam reuniões periódicas de orientação com as pajens, pois “sentimos, assim, que a importância da

pajem é realmente muito grande nesse processo educacional da criança, evidentemente, com assessoria da professora toda equipe de pedagogos e orientadores musicais” (Ibidem, p. 34). Ao responder à pergunta da professora Célia, do Colégio Campos Salles, sobre o número e o tipo de creches, Maria Vitoria disse que havia seis creches administradas diretamente pela prefeitura, onze creches construídas, equipadas e com auxílio mensal per capita, que eram comandadas com entidades particulares, além das creches particulares que eram mantidas por meio de convênio (Ibidem, p. 35).

O programa de Ação Comunitária, criticado na “Semana de Debates”, seria posteriormente reformulado pela prefeitura. Em uma das seções, em meio ao debate, o coordenador pediu um aparte sobre uma questão colocada pelo senhor Aldo Fazzi, que faria a palestra no dia seguinte. Diz o coordenador que se trata de pedido de antecipação da palestra:

Mas o motivo é um só: é que tanto ele como nós temos dúvidas a respeito da classificação do Brasil, mas como de qualquer forma isso ocorreu sem dúvida nenhuma 14 horas será um horário impróprio, já que todos procurarão acompanhar o jogo do selecionado brasileiro. Daí porque eu coloco em discussão se é possível adiantar o horário: ao invés de 14 horas ser às 9 horas da manhã. Os que estiverem de acordo, por favor, levantem as mãos (Ibidem, p. 29).

O jogo da Copa estava garantido.

2.3 O MOVIMENTO POR CRECHE: POSIÇÃO E NÚMEROS EM DISPUTA

Para estudar o movimento por creche em São Paulo, além de referência bibliográfica mais geral, textos e documentos, buscaram-se estudos específicos sobre o tema. Os trabalhos mencionados não significam escolha e seleção de um em detrimento de outro, pois não é possível conhecer todos os estudos que existem sobre um assunto tão complexo. O primeiro estudo localizado, “Creche: organização popular”, apresentado como conclusão da graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Brás Cubas, por Teixeira, trata da “problemática da creche tendo como fator fundamental o Movimento de Luta por Creches e a interferência deste no planejamento urbano” (TEIXEIRA, E., 1979, s.p.). A autora focalizou seu estudo na zona sul da capital, trazendo à tona informações sobre o processo de organização do Movimento de Luta por Creche naquela região. Apresenta o balanço que as regiões realizaram sobre a luta por creche, no I Congresso da Mulher Paulista, podendo-se comprovar os ritmos e os modos dos movimentos se organizarem de cada parte da cidade. Mostra que realidades distintas exi-

giam diferentes formas de estruturação do Movimento. Os relatos foram feitos por setor: sul, leste, oeste e norte. Os setores sul e leste eram mais estruturados, mas o setor oeste já contava com “mais de 30 bairros” e aponta que já havia distinção entre creche direta, indireta e particular (TEIXEIRA, E., 1979). Uma segunda investigação importante é a obra de Maria da Glória Marcondes Gohn: “A força da periferia: a luta das mulheres por creche em São Paulo”, publicada em 1985. Gohn informa como foi realizada sua pesquisa, compreendendo o período de 1979 a 1982:

[...] realizada junto ao Movimento de Luta por Creches na zona sul de São Paulo demonstrou-nos tratar-se de um movimento de base social predominantemente popular, porém sua militância é restrita a poucos elementos, onde existe a atuação de elementos dos bairros periféricos e de camadas médias, estes últimos pertencentes a partidos políticos, movimentos feministas ou a tecnocracia estatal (GOHN, 1985, p. 140).

A autora defende que o “Movimento por Creches” teria passado por três fases: as articulações iniciais, que identificam as lutas isoladas; o confronto com o Estado, momento em que se acirram os conflitos; e a captura pelo Estado que desenvolveria uma política para estimular a participação da comunidade (GOHN, 1985, p. 115). No prefácio encontra-se um aspecto que ajuda a entender a perspectiva do estudo:

[...] os movimentos sociais urbanos, enquanto elementos participantes dessa transição, tem se transformado continuamente. Esta pesquisa os aprendeu num momento de forte impacto face ao seu opositor imediato – o Estado (GOHN, 1985, p. 7).

A investigação “A expansão da rede de creches no município de São Paulo durante a década de 70”, da equipe da Fundação Carlos Chagas, realizada em 1988, foi, provavelmente, a de maior profundidade sobre o tema. Cavasin organizou o acervo da pesquisa. O segundo volume do relatório final da pesquisa, é composto por três capítulos: no primeiro, são apresentados os estudos sobre “A luta por creches nos bairros”, escrito por Campos; o segundo, aborda o tema “A participação das feministas”, por Rosemberg; e o terceiro apresenta “A Secretaria do Bem - Estar Social e a luta por creche” por Haddad e Oliveira. O estudo mostra que o movimento por creche teria passado por três fases distintas. Uma primeira fase teria sido a interação em nível local com políticos, movimentos de igreja e técnicos de órgãos públicos; na segunda seria a articulação entre vários grupos espalhados pela cidade e os grupos feministas e femininos; e, no jogo das negociações com a prefeitura; uma terceira fase, que seria de colaboração “quando começam a se tornar mais frequentes os contatos e as negociações com o Esta-

do – no caso a Prefeitura de São Paulo - a contribuição dos técnicos da então Coordenadoria [...] foi também extremamente significativa” (CAMPOS, 1988, p. 32).

Em 1990, Costa e Paula, em seu estudo “O movimento de luta por creche na zona norte da cidade de São Paulo”, identificaram dois períodos do movimento na década de 70. O primeiro, que vai até 1976, foi marcado pela influência da Igreja por meio das CEBs, pela desarticulação das lutas e a ausência de um discurso próprio. O segundo período teve início em 1976, com a entrada das feministas em cena, que deram “um novo perfil às reivindicações por creche”. Os autores defenderam as três fases identificadas por Gohn e acrescentam uma quarta fase, que teria começado em 1983: “aquela que seria a quarta fase do MLC começa com a ascensão da oposição ao poder estadual e municipal” e seria o período da estruturação das creches (COSTA; PAULA, 1990, p. 16)

O trabalho de Blay, “Políticas públicas e organizações populares: um estudo sobre as creches no município de São Paulo no período de 1982 a 1990”, enfoca a história da creche na cidade de São Paulo enquanto política pública em várias gestões, a relação com os movimentos de luta por creche, as divergências sobre a creche direta e a conveniada e a criação do Sindicato dos Servidores Municipais. Segundo a autora, os trabalhadores “organizavam-se através de associações por local de trabalho e secretarias. A partir dessas associações é que se garantiam os encaminhamentos das reivindicações e lutas” (BLAY, 1992, p. 104)

Em 1979, alguns eventos deixavam as suas marcas. Logo no seu início, no I Congresso da Mulher Paulista, formalizava-se o Movimento de Luta por Creche (MLC). No final do congresso, conforme noticiado na imprensa “todas leram juntas, então, as suas reivindicações. Resta saber se a unidade proclamada será sólida e duradora. Pois a maior expectativa do Congresso, a formação da Frente de Mulheres, não foi concretizada” (MULHERES PROMETEM..., 10/03/1979). A proposta da constituição da Frente de Mulheres não se realizaria: as feministas não se uniram para levar as suas lutas específicas, mas desejavam ampliar sua influência junto às sindicalistas e às mulheres da periferia. Assim, botaram o pé na canoa da creche. Marcou-se uma reunião para abril do mesmo ano, que seria realizada no Sindicato dos Bancários. O periódico Brasil Mulher fez uma extensa matéria sobre creche e o chamamento para a reunião:

O início dessa luta é geralmente igual nos vários bairros: abaixo assinados [...] comissões que vão à prefeitura [...]. No dia 20, começamos tudo de novo

juntas. Agora, no entanto, a luta por creches tem possibilidade de tomar novo impulso (BRASIL MULHER, n. 15, 1979)

O mesmo jornal Brasil Mulher explicava o que era a creche direta, construída e administrada pela prefeitura; creche indireta, construída, equipada pela prefeitura e administrada pelas entidades e as creches particulares que eram construídas pela entidade e que recebiam recursos mensais da prefeitura. Uma linguagem já conhecida dos movimentos da periferia. Um segundo evento, importante, ocorria na prefeitura: a troca de comando no governo municipal. Deixava a COBES Maria Vitória, que era contra as creches administradas pela prefeitura e favorável aos convênios (HADDAD; OLIVEIRA, 1988, p.295). Saía junto com Olavo Setúbal, o prefeito derrotado pela favela.²² Entrava Reynaldo de Barros, que convidou uma pedagoga para assumir a Coordenadoria de Bem-Estar Social²³. Enquanto isso, depois de muita preparação e reuniões, o Movimento de Luta por Creche era lançado no dia 7 de outubro, às 15 horas, no Largo São Bento. O convite, no estilo de história em quadrinhos, estava bem elaborado, animado, curto e dizia:

[...] vamos abrir a semana da criança, reivindicando os direitos de nossos filhos: creches nos locais de trabalho e moradia, totalmente financiadas pelas empresas e pelo Estado, com participação dos pais na orientação (Folheto, Convite, s.d., CPV).

Importante anotar: a manifestação teria estrutura de ônibus, creche, bolos e balas. Uma festa que prometia ser animada e colorida. Nessa época os jornais feministas Nós Mulheres e Brasil Mulher haviam deixado de circular. O último exemplar do Nós Mulheres, nº 8, foi publicado em junho/julho de 2008; o último do Brasil Mulher, nº 15, circulou em abril de 1979 e a edição nº 0 do Mulherio só iria ser posta em circulação em março/abril de 1981.

Alguns documentos gerais haviam sido distribuídos em datas significativas no transcorrer do ano e lideranças do Movimento de Luta por Creche também se apresentavam nos eventos: no dia 1º de maio circulou um folheto com o nome “Movimento de Luta pela Creche”, assinado por 46 entidades e associações. O texto, de uma página, apresentava a questão da creche:

Estamos aqui, no dia internacional do trabalho, como mulheres trabalhadoras. Trabalhadoras um pouco diferentes dos outros, e queremos explicar porque. [...] estamos aqui para dar o nosso apoio e para pedir o apoio de todos

²² “‘Minha derrota foi a favela’. O ex-prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal, confessou, ao deixar a Prefeitura, sua impotência diante das reivindicações dos favelados.” (SPOSATI, 1988, p. 297).

²³ Sob o título “Uma educadora pede passagem”, mais à frente é analisado o papel de Therezinha Fram à frente da Coordenadoria do Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo no período de 1979 a 1980.

vocês para que possamos superar as diferenças que criaram entre homens e mulheres, para que possamos construir juntos um mundo melhor, sem explorados e exploradores, sem oprimidos e sem divisões (Folheto 1º de maio, s.d., CPV).

No Dia das Mães, foi posto em circulação o folheto “Mensagem às mães”. Com linguagem mais estruturada, colocava em tela o retrato da mãe e do filho, ilustrado pelo trecho:

E por trás dessa homenagem que nunca deixa de nos comover, e que já nos ensinaram a esperar, quanto sacrifício por parte dos filhos! É que eles também já foram ensinados - pela TV, pelos cartazes de rua, pelas professoras da escola - que tem que mostrar o tamanho de seu amor pelo preço do presente que nos comprem (Folheto, Movimento de Lutas por Creche, s.d., CPV).

Um tipo de retrato determinado por quem escreveu que deveria ser muito diferente da imagem que as mães, provavelmente, tinham de si próprias. Outubro havia chegado e, com ele, os atos programados: no domingo, no Largo São Bento, e no dia 10, na segunda-feira, na prefeitura pelo grupo da zona sul. No domingo, na praça com as crianças, foi distribuída uma “Carta ao povo – do Movimento de Luta por Creches”, que trazia o enfoque sobre essa questão:

Queremos creches. Já procuramos nos bairros, já fizemos abaixo assinados, já fomos à prefeitura. Continuamos sem creches. Por isso, resolvemos sair hoje para a rua, para que todos ouçam nossa reivindicação (Carta ao Povo, s.d., CPV).

Mas o que centralizou as atenções da imprensa foi a manifestação realizada pelas mulheres da zona sul no Parque Ibirapuera, em frente ao gabinete do prefeito. Eram cerca de 200 mulheres, com crianças em vários ônibus, munidas de faixas, cartazes, fitas e folhetos, crianças, fraldas e mamadeiras. No ato de protesto, cantaram e discursaram no microfone, mas não conseguiram convencer o prefeito a sair e dialogar no parque. Segundo a matéria “Bairros da zona sul pedem mais creches”, um grupo de moradores com 30 representantes foram recebidos pelo prefeito e conseguiram entregar a sua pauta de reivindicações:

Representando 26 bairros da zona sul, os moradores se concentraram diante do pavilhão Manoel da Nóbrega, ao lado da entrada principal do prédio do Gabinete do Prefeito, acompanhados pela deputada estadual Irma Passone e pelo vereador Benedito Cintra do MDB (BAIRROS DA ZONA SUL..., 11/10/1979).

De qualquer modo, os movimentos estavam atentos e a circulação das promessas era repassada de boca em boca por meio do telefone, conforme informação das mulheres (VIEZ-ZER, 1989, p. 29). O prefeito criava sua própria armadilha. Anunciou um provável financia-

mento do Banco Nacional de Habitação (BNH), que não saiu, e assumiu o compromisso de construir 830 creches, iniciando as obras na zona sul. Esse número depois vira 1.000, 1.400 e volta depois para 300 creches. A respeito dos números, Sposati esclarece que, no plano do governo, o dimensionamento de creches, para o período compreendido entre 1979 e 1983, seria de 1.400 unidades e que a posição dos profissionais da COBES em tornar público a quantidade de creches necessárias na cidade dava argumentos para que as mulheres organizassem as suas lutas. (SPOSATI, 1988, p. 289). Teixeira, que analisa o movimento da zona sul, mostra que era um começo difícil e que Dom Paulo Evaristo Arns teria intercedido diretamente para a construção das creches na região do Campo Limpo (TEIXEIRA, E., 1979).

Enquanto nas regiões da cidade os grupos, os clubes e as associações de mulheres organizavam a luta por creches, no centro, os ventos prenunciavam outros temas e outros problemas. As mulheres sindicalistas nem bem começavam sua participação e já saíam. O debate da creche, levado ao sindicato, ganhava a mesa das negociações sindicais e, ainda que o tema caísse da pauta, possuíam estrutura para continuar reivindicando. Os processos de negociações dos sindicatos tinham ritmos e tempos diferentes dos movimentos sociais. É emblemático o exemplo dos funcionários do Banco Central: as negociações avançavam rapidamente, o que serviu de modelo para outros sindicatos, públicos e privados. A creche era mais um benefício na cesta das negociações e a opção era pela livre escolha, após ampla consulta realizada junto aos trabalhadores. No convite para “Creche: em debate”, de maio de 1980, havia a seguinte informação:

O resultado dos debates aqui em São Paulo (sistema livre-escolha), embora já decidido desde out/79, será encaminhado ao Diretor do I ENF. Portanto, já sabemos parte do que queremos: CRECHE ATÉ 6 ANOS, em regime de livre escolha (Folheto do Banco Central, 1980).

As feministas, por sua vez, se encontravam às voltas com os preparativos do II Congresso da Mulher Paulista, que anunciava tempestade no ar. Amplamente noticiado, amplificado, criticado, elogiado e combatido, o Congresso tinha se partido e a frágil frente informal se desmanchava no ar. As tensões e os estranhamentos impediam uma ajuda na continuidade das questões da creche. Na entrevista do jornal *Em Tempo*, em 11 de setembro de 1980, quando perguntada sobre a participação das feministas no Movimento, Raquel respondia:

Logo depois do II Congresso a gente fazia reuniões no centro da cidade, no sindicato dos jornalistas. Aí tava cheio de feministas. Só que para as mulheres da periferia era muito difícil. Então nós resolvemos fazer por regional, e as reuniões passaram a ser nos bairros. Aí as feministas desapareceram, e

justo no momento em que mais se precisava delas [...] (EM TEMPO, Caderno: As mulheres e o trabalho, 1983, p. 78).

Do outro lado, no Ibirapuera, o prefeito articulava os centros comunitários que havia criado, para desgosto da Igreja. O documento intitulado “CRECHES: texto simplificado para discussão nos Conselhos Comunitários”, da Coordenadoria Geral do Planejamento (COGESP), evidencia os rumos para a ampliação da política por creche na cidade. A orientação era clara e objetiva: deveria ser imperioso expandir o atendimento para crianças de zero a seis anos, em um lugar que fosse parecido com o ambiente familiar e oferecesse as condições de cobrir as deficiências que a situação de baixa renda havia criado. Não poderiam ser muito grande porque aumentaria os custos da construção e da operação. Por isso, o documento aponta a posição assumida pelo prefeito:

[...] decidiu conferir toda prioridade à instalação de creches indiretas e conveniadas. Para isso, foram definidas no plano de Governo recursos para a construção e operação de 300 creches a serem implantadas de 1980 a 1983 (COBES. Creches: texto..., 1980, SMADS).

Além de assegurar que a gratuidade seria mantida e o repasse por meio de convênio cobriria todas as despesas, a PMSP apelava para que as entidades comunitárias se habilitassem a operar as creches. (Ibidem).

Todos participavam do jogo em uma quadra que não podia ter reservas. No time dos trabalhadores da prefeitura, o jogo era o da creche direta. Uma questão que não estava resolvida no Movimento de Luta por Creche, em que a diversidade de opiniões e o liberalismo andavam soltos e sem amarração. Matéria publicada na Folha de São Paulo, “Movimento fará ato público para construção de creches” sobre a reunião do movimento por creche no final de 1979, aponta que as mães presentes afirmavam que “algumas dessas entidades ressaltam que os serviços prestados são ‘de favor’, quando, na verdade ‘eles constituem um direito do trabalhador, que paga imposto’”. Uma crítica ao autoritarismo das entidades filantrópicas e ao pagamento de mensalidades. Só que também foi citado por uma delas, a experiência da gestão democrática e o atendimento gratuito da creche Vila Dalva, como uma possibilidade de atendimento, ao que algumas mães manifestam dúvidas, indicando que se tratava de uma medida paliativa (MOVIMENTO FARÁ..., 02/10/1979). O ofício da Sociedade Amigos do Jardim Capela, de outubro de 1979, dirigido ao prefeito, em papel timbrado, assinado pela diretoria, não menciona o Movimento de Luta por Creche e denunciava a Paróquia Bom Pastor que não atendia aos interesses das mães:

[...] esta creche funciona em área da prefeitura, na qual os moradores deram início a este trabalho, em 1972, e que a entidade mencionada tornou aquela área da comunidade em propriedade privada. Somente algumas pessoas usufruem deste serviço (Sociedade Amigos do Jardim Capela, 09/10/1979, CPV)

Solicitava a Sociedade Amigos que a prefeitura resolvesse o impasse com a igreja.

2.3.1 Movimento de Luta por Creche: Um Assunto Puxa o Outro

Na Assembleia Legislativa de São Paulo, em abril de 1976, as mães da zona sul de São Paulo se reuniam com deputados para reclamar da falta de vagas para o ensino fundamental. Os meninos e as meninas não tinham escolas, apesar da legislação em vigor e, desde 1973, as mães exigiam escolas. O parlamentar Horácio Ortiz reconhecia, conforme matéria divulgada na imprensa, que as escolas na periferia da leste e da sul “são barracões imundos e podres, construídos 20 anos atrás, que ainda abrigam crianças sem água e sem sanitários” (BRASIL MULHER, n. 3, 1976). Um assunto puxa o outro: cobrar escola do Estado e creche da Prefeitura. O relatório da Sociedade Amigos do Parque Figueira Grande, do Campo limpo, em seu item II, com o título “A luta para se conseguir a escolinha”, afirma que:

[...] a luta para conseguir creches gratuitas é antiga. Começou em 1973, quando juntamente com mais 15 bairros vizinhos, fizemos um levantamento do nº de crianças em idade de creche [...]. A partir disso, fizemos um documento às autoridades competentes, reivindicando creche direta (construída, equipada e mantida pela prefeitura) para atender crianças de 0 a 6 anos (Folheto Figueira Grande, s.d.).

Teixeira, em seu estudo “Creche: organização popular”, conta que a primeira creche comunitária na zona leste, anotada nos relatos a que teve acesso, começou por volta de 1972 (TEIXEIRA, E., 1979). Porque não podiam esperar, as mulheres da periferia faziam um pouco de tudo ao mesmo tempo: campanhas para financiar e fazer funcionar uma creche, enquanto continuavam lutando para a prefeitura abrir uma escolinha, um parque infantil, pois era assim que identificavam o lugar para se educar crianças pequenas (Ibidem, 1979). Só que havia alguns critérios distintos: ser gratuita, atender desde bebê e em tempo integral.

A história da criação da creche no Burgo Paulista, na zona leste, está no folheto “Salve o dia Internacional da Mulher”. Apresenta como um dos itens da pauta a “formação ou não de creches” e o cronograma das reuniões do ano, onde se lê sublinhado “calendário da ADC: 1978”. Nas conclusões, se localiza a posição da Associação:

[...] o nosso grupo não tem condições de assumir [...]. Devemos dar apoio a grupos que tem condições de assumir financeira e administrativamente uma

creche. Mas devemos, sobretudo reivindicá-las diretamente da prefeitura e do estado e também fazer cumprir a CLT [...]. Como sugestão, poderíamos começar a pensar num abaixo assinado mais amplo por toda São Paulo (A.D.C., s.d., CPV).

Em junho de 1974, no Seminário de Debates na CMSP, o programa “Ação integrada”, que pretendia dar orientação às entidades, foi muito criticado, o que levou a equipe a flexibilizar as normas para as escolhas de entidades a serem conveniadas. A imprensa divulgava os resultados e informava que a prefeitura iria “promover a expansão progressiva da rede municipal de unidades de prestação de serviços, de forma a alcançar metas de atendimento mais significativas face às necessidades” (PREFEITURA CRIA..., 28/06/1974). De um lado, o governo não priorizava a proposta dos centros infantis e, de outro, as pressões de setores populares por creche aumentavam. Um item da “instrução de serviço nº3/74” delibera:

Propor convênios de assistência financeira ou técnica a quaisquer programas junto à infância e a família, desenvolvidos por entidade particulares, desde que, através de exames da proposta seja considerada justificável a sua execução (SEBES, Revisão..., 1977, SMADS).

O que significava ampliar o atendimento às crianças pequenas, apoiando iniciativas não apenas de entidades, que tradicionalmente atendiam creches, mas “qualquer outra programação justificável àquela realidade local” (Ibidem). Se a população não tinha entidade para efetuar o convênio, a equipe orientava como criar uma e, se não possuía terreno, localizava-se um da prefeitura para passar em forma de cessão de direitos, o que nem sempre era formalizado. Havia um problema adicional: não era permitido repassar recursos financeiros para investimento de construção. Então, se dava um jeito:

[...] por baixo do pano, a gente diz para a entidade assim: ‘você fingem que já estão atendendo crianças e [...] durante [...] os três primeiros meses, a gente paga como se fosse convênio, você pegam esse dinheiro e constroem um galpão, um puxado, qualquer coisa para atender as crianças’ (HADADD; OLIVEIRA, 1988, p. 273).

A imprensa passou a divulgar alguns exemplos da inflexão de convênios junto aos setores populares. A matéria “Favelados fundam um associação e constroem creche” informava que a creche – um barracão – estava concluída, faltando alguns detalhes. Um dos líderes, o senhor Luis Carlos Vioti, explica que haviam identificado 1.500 crianças na favela São Remo, na região do Butantã, e como se mobilizaram para construir uma creche:

[...] criamos uma associação para organizar e construir a creche [...] depois de eleita a diretoria, nós começamos a arrecadar fundos e catalogamos 500 famílias que se filiaram à associação contribuindo, mensalmente, com R\$ 20,00 cada uma (FAVELADOS FUNDAM..., 22/07/1979).

A pressão por creche aumentava na cidade, desde as regiões de Interlagos, Cupecê e Vila Mariana até Guaianazes, passando pela Favela da Vila Dalva, na zona oeste. Na revisão do projeto dos centros infantis, do final de 1976, havia sido feita uma avaliação sobre o fortalecimento das organizações populares que assumiam a gestão de uma creche, à medida que essa concepção se alterava: conveniadas, mas gratuitas e com caráter mais democrático, que chamavam de creches comunitárias. Segundo se lê no documento da prefeitura:

[...] a possibilidade de serem firmados convênios diversificados com entidades de pequeno porte que realizavam um trabalho junto à infância muitas vezes incipiente e precário representou, para estas entidades, um apoio inicial que, em muitos casos, possibilitou uma melhoria nos padrões de atendimento. (SEBES, Revisão..., 1977, p.7, SMADS).

Tornava-se, assim, possível a melhoria da qualidade das ações com a criança, desde o atendimento diário, integral, alimentação até as atividades pedagógicas. Nessa época ainda foram apresentados dois novos projetos: Mini-creches e Segundas mães. O projeto das mini-creches previa a construção de creches com capacidade para atender até 60 crianças, com até três anos de idade, em período integral, a um custo baixo. Em 19/03/1977 era anunciada a construção das primeiras oito mini-creches na região de Guaianazes (REGIÃO DE GUAIANAZES..., 19/03/1977). O projeto Segundas mães propugnava o pagamento de mães para atender algumas crianças, por meio de repasse de verbas a entidades. Era o embrião da proposta das creches domiciliares. As propostas citadas eram justificadas, entre outros motivos, pelo alto custo de construção e operação do sistema de creche e dificuldade das entidades em encontrar suporte financeiro para complementar os custos da creche.

Outras questões apontavam que o ano de 1977 adicionaria outros sabores ao cardápio das crianças: o ano da aplicação de políticas alternativas do plano de assistência à infância. Ano da modernização administrativa, em que Setúbal havia rebaixado a SEBES para COBES, iniciando um longo jogo de poder entre as autoridades das pastas envolvidas e gerava uma crise entre os trabalhadores. Ano da CPI da Mulher na Câmara Federal que, entre outras questões relacionadas à mulher, debateu a creche. Em Brasília, convidada pelos membros da CPI, Campos, prestava longo depoimento sobre o tema. Abordou a dupla jornada de trabalho, o problema de comando com órgãos dispersos, a legislação trabalhista e a necessidade de novas formas de financiamento. Também listou ainda alguns exemplos de propostas:

[...] de projetos realistas [...] o das 'creches casulos' que deverão ser implantados [...] pela LBA. É um projeto muito semelhante ao das 'mini-creches', elaborado pela ex-SEBES do Município de São Paulo, que pretendia instalar

unidades com vagas para 60 crianças cada uma, que por serem menores e menos custosas pudessem ser administradas por entidades comunitárias de bairros periféricos da cidade. Outro projeto da SEBES visava incentivar e supervisionar o funcionamento dos chamados ‘lares substitutos’, onde mulheres previamente treinadas receberiam algumas crianças da vizinhança em suas próprias casas, cuidando delas enquanto as mães trabalham (CAMPOS, Depoimento, 1977, p. 1, 3, 8).

Mencionou o que seriam alguns caminhos possíveis para atacar o problema. Uma contribuição importante que abordou trata da responsabilização pública por parte da sociedade e a questão do direito à educação infantil, segundo ela:

[...] quanto à educação de todas as crianças, não devendo ser separada dos outros serviços comunitários. Ela deve estar a serviço de todas as famílias, independentemente do fato da mãe trabalhar ou não fora de casa, constituindo-se em um suplemento das primeiras experiências que a criança recebe em casa (Ibidem).

No ano anterior, em 1976, durante a revisão do programa das atividades da assistência à infância na COBES, os profissionais mostravam a seriedade com que se encarava o desenvolvimento de políticas públicas para a criança pequena. Anotações manuscritas às margens do documento original dão pistas da pluralidade das idéias, das tensões e as dificuldades entre as propostas e seus efeitos. Ao lado do trecho “alto custo de construção e operação desse tipo de equipamento, a precariedade da expansão da rede [...] e a dificuldade de encontrar entidades” está escrito, em letras manuscritas, “necessidade de outras alternativas: 1º) Quais seriam as outras alternativas, 2º) programação em função do que foi apontado” (SEBES, Revisão..., 1977, p.11, SMADS). Sobre a experiência da favela Paraisópolis, que treinava mães para cuidar de algumas crianças, aponta “mães substitutas” e ao lado dos convênios com entidades de menor porte questionava: é a “ação integradora, uma alternativa diferente?”. Sobre as mini-creches está anotado: “continua a necessidade de novas alternativas”, indicando que a insuficiência da proposta (Ibidem, p. 12). No texto, a definição de creche:

[...] enquanto Instituição é uma unidade de prestação de Serviços organizada em torno de um interesse [a palavra “interesse” está riscada e foi anotada a palavra “necessidade”] socialmente reconhecido, em cujo ambiente a criança desenvolve e cria as atividades do seu cotidiano (Ibidem, p. 25).

Ao lado do texto, à margem esquerda, uma nota manuscrita expressa dúvidas e estranhamentos nas concepções que rondavam o debate:

Com esta definição se perde a perspectiva de ser equipamento social no qual a criança permanece enquanto a mãe permanece fora do lar. O natural seria a criança criar as atividades do seu cotidiano na sua própria casa e em escola maternal, jardim, pré ou outra (Ibidem, p. 25).

Discutia-se que o ambiente da creche poderia acelerar, inibir ou retardar o processo de aprendizagem: “da necessidade do ambiente de constituir, ele mesmo, um motivo de aprendizagem da criança” (Ibidem, p. 25). Duas anotações manuscritas se encontram ao lado do enunciado. Na margem esquerda se lê “considerada um equipamento pedagógico no qual pode ser acelerado, inibido ou retardado o processo de aprendizagem” e, do lado direito se lê, “sofisticado e contrário à realidade da criança dessa faixa de até 2.000 cruzeiros” (Ibidem, p. 7, 11, 12, 25). Para vislumbrar de que modo se publicizava e qual era o alcance do debate sobre creche, procedeu-se à leitura de alguns recortes de periódicos da grande imprensa. São recortes localizados e selecionados por ocasião da investigação sobre a “Expansão da rede de creches no município de São Paulo, na década de 70”.²⁴ Cavasin explica que o trabalho “relata a constituição de um acervo contendo documentos primários e analíticos, direta ou indiretamente relacionados à expansão da rede de creches no município de São Paulo” (CAVASIN, 1988, p. 1). Trata-se de um acervo que passou a constituir importante fonte de pesquisa para estudos sobre creche na cidade de São Paulo. As manchetes lidas, da denominada grande imprensa, são em sua maioria dos jornais Folha de São Paulo, Folha da Tarde e do O São Paulo da Igreja Católica. De outros periódicos, como O Estado de São Paulo, encontra-se um número menos expressivo de recortes.

Quando se analisa algumas manchetes dos jornais, do período que vai de 1970 a 1978, observa-se alguns indícios do processo do movimento por creche na cidade de São Paulo. Em 1970 a imprensa publicava a matéria “Creches: o que será em 1990?” que tratava do Plano Urbanístico Básico e divulgava informações oficiais sobre a cidade (CRECHES:..., 08/08/1970). O mesmo jornal publicava, em 1979, no período do I Congresso da Mulher Paulista, quando se formalizou o Movimento de Luta por Creche, o texto “Creche, uma solução que virou problema” (CRECHE, UMA..., 18/03/1979).

Entremeando o período, algumas manchetes selecionadas aleatoriamente, entre mais de 100 recortes de periódicos, podem indicar de que modo se construía, pelos meios formadores de opinião, o sentido da creche. A seleção se restringiu às manchetes da Folha de São Paulo, já que a Folha da Tarde pertencia ao mesmo grupo empresarial. Em 1971 a matéria “Creche infantil precisa de auxílio” trata do Lar Dom Orione. Em 1972: “Creche presta assistência”, “Um exemplo de filantropia”, “Creche ampara 450 órfãos”, “80 crianças pedem ajuda”.

²⁴ Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/jsp/educacaoInfancia/index.jsp>>. Acesso em 08/12/2010.

Em 1973: “No Rio Pequeno a receita da caridade”, “Prefeitura aumenta auxílios à creche”. Em 1974: “Creches em São Paulo”, “Creche precisa da ajuda de muitos”, “Jubileu de Prata da Creche Clelia Prada”. Em 1975: “Reinaugurada a creche do Jabaquara”, “Buscar uma criança, não escolhê-la”. Em 1976: “Anos em prol do menor”. Em 1978: “Crianças são o sorriso de Deus para os homens”. A cobertura do tema destaca as ações das entidades confessionais e filantrópicas tradicionais que mantinham convênio com a prefeitura. São elas que ocupam o espaço da grande mídia. A creche “Catarina Labouré”, mencionada inúmeras vezes, mostrava sua força na imprensa escrita. No receituário da imprensa, as crianças precisavam, em geral, de misericórdia.

As entidades populares, formalizadas para assumir convênios com a prefeitura, começavam a roubar a cena. De 1978 em diante, e com destaque nos anos de 1979 e 1980, a grande imprensa dava espaço às demandas da creche pelas camadas populares. Costa e Paula escrevem como a imprensa ajudou a circular as ações do Movimento e a criar um sentimento favorável na “luta por creche”. As autoras mostram que é preciso ter pessoas do outro lado que se identifiquem com a questão e citam o papel de Irede Cardoso, mulher, feminista, parlamentar e jornalista: “a responsabilidade da página para a comunidade era da Irede. Então ela via onde estavam estes movimentos e botava na pauta” (COSTA; PAULA, 1990, p. 30). De acordo com o banco de dados da Folha de São Paulo, disponível na internet, Irede Cardoso foi editora do caderno de Educação.²⁵ Citam ainda um segundo exemplo sobre um jornalista que entrou numa creche e publicou uma matéria na Folha:

Escreveu assim: ‘É creche ou campo de concentração?’ E ele ia ser mandado embora da Folha por causa desta reportagem. [...] Então a mulherada toda do movimento geral, escreveu pra Folha pra isto não acontecer (Ibidem, p. 30, 31).

Depois da polêmica sobre o espaço da creche popular do Jardim São Nicolau, em 1978, que funcionava provisoriamente na sede da Sociedade Amigos de São Nicolau, na zona leste, o grupo da Ação Comunitária – que tinha três creches sob a sua responsabilidade – não tinha se acomodado e denunciava as suas dificuldades na imprensa (PROBLEMA DA CRECHE..., 30/01/1978). Dois anos depois a Comissão de Luta por Creche Jd. São Nicolau distribuía um folheto que chamava para uma reunião com a coordenação da COBES. Dizia o folheto:

²⁵ Sítio da Folha de São Paulo. Acesso em 08/10/2010. <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u16283.shtml>>

Graças à união e luta do povo, conquistamos uma creche direta [...]. Apesar de pronta, ela ainda não está totalmente conquistada, pois não temos ainda a data de inauguração e nem saíram as inscrições e seleção para o pessoal que irá trabalhar (Folheto São Nicolau, s.d. CPV).

No Jardim São Savério e Parque Bristol, com apoio da Igreja, a Sociedade União dos Moradores de Parque Bristol e Jardim São Savério conseguia reproduzir pequenos boletins mais arrumados e organizados, mas teve maiores dificuldades para conseguir a sua creche. No Boletim Informativo da Creche nº 1, a sociedade explicava:

Como todos estão sabendo neste ano comemora-se o ano internacional da criança. E, por isso, toda a periferia de São Paulo está se mobilizando na luta por creches. Mesmo antes disso – Isso já faz seis anos – o pessoal do Parque Bristol e Jardim São Savério está nesta luta (Boletim Informativo n. 1, s.d., CPV).

Um grupo depois do outro, e depois de muitos convênios assinados, a mídia mudava o tom das matérias. As mulheres da periferia, que aprendiam a fazer pesquisas, a ir para a prefeitura, a dar entrevistas, a organizar entidade, pautavam a imprensa. Os passos eram passados de boca em boca, em bilhete de mão em mão. Uma reunião, uma assembleia, uma ata, um registro no cartório, junta tudo em um ofício e protocola o pedido da creche na prefeitura. Com protocolo na mão é acompanhar e cobrar o processo. As filipetas mostram que os convites para pedágio, feijoada, bazar, eram as fontes populares de financiamento dos movimentos, não tão locais, já que havia muito bairro envolvido. São Rafael, São Nicolau, São Savério, muitos santos com muitas mulheres santas botavam o pé na estrada e o nome no jornal. O Movimento de Luta por Creches se organizava assim: uma coordenação geral e coordenações regionais, que continuariam levando as lutas como já vinham fazendo há muito tempo. Segundo relato de Campos, da coordenação geral, participava:

[...] uma sindicalista do Sindicato dos Metalúrgicos, algumas feministas, uma representante do Sindicato dos Bancários, um representante da sociedade Amigos do Jardim da Capela, Uma as SAB da Figueira Grande, o pessoal do Nós Mulheres e Brasil Mulher, e até algumas assistentes sociais (CAMPOS, 1988, p. 95).

2.3.2 Movimento de Creche Conveniada

Um documento de 1984, identificado como “VII documento” e assinado pelo Movimento de Creches Conveniadas de São Paulo (MCC), conta um pouco da sua história. Logo no início apresenta quatro pontos: histórico do movimento, relatório das atividades de 1983 e expõe o resultado do trabalho. O texto é finalizado com um convite para que as entidades par-

ticipem das suas reuniões. No ponto 1 informa que o Movimento foi criado em 1979, por um grupo de administradores de creches, que mantinha convênios com a prefeitura:

Histórico do Movimento – nasceu em abril de 1979, como Movimento dos Administradores das Creches Conveniadas da zona sul. Objetivo inicial: reflexão da prática do trabalho em creche, reivindicações, aprimoramento técnico, troca de experiências (DOSSIÊ I, 1984, doc. VII).

Relatórios de duas reuniões ocorridas em 1980 ilustram o processo da construção e da organização do que mais adiante foi denominado e ficou conhecido como Movimento de Creche Conveniada. Os encontros eram realizados no período da tarde, nos primeiros meses eram irregulares e ocorriam em locais distintos, o que possibilitava conhecer os trabalhos desenvolvidos pelas entidades. Uma crise instaurada em 1979, por falta de recursos financeiros e que se tornou permanente, porque conferia instabilidade na manutenção dos serviços, ficou conhecida popularmente como a crise do per capita. No relato escrito sobre o encontro de agosto de 1980, que ocorreu na Creche e Parque Infantil Dom José Gaspar, foi escrito “Reunião do Movimento Per-capita”, o que dá uma dimensão da gravidade do problema do financiamento para a manutenção das creches.

A regra dos convênios era clara e, desde as primeiras reuniões no gabinete do prefeito, a partir de 1966, sempre havia negociação com as entidades sobre os critérios, modalidades e valores de repasse. No evento de 1974, na CMSP, a Igreja, representando as entidades, reclamava no microfone e exigia mudanças nas normas: percentuais e parcialidades não sustentavam mais as atividades e o financiamento deveria cobrir a totalidade dos custos, não mais só os 70%, mas deveria ser mantida a independência das ações das entidades. Enquanto ocorria a adequação de valores, políticas alternativas foram postas em andamento pela SEBES, com as mini-creches, mutirões e orientações técnicas para abertura de entidades mais populares. Com a flexibilização das regras crescem as entidades, amplia-se o atendimento – os recursos nem

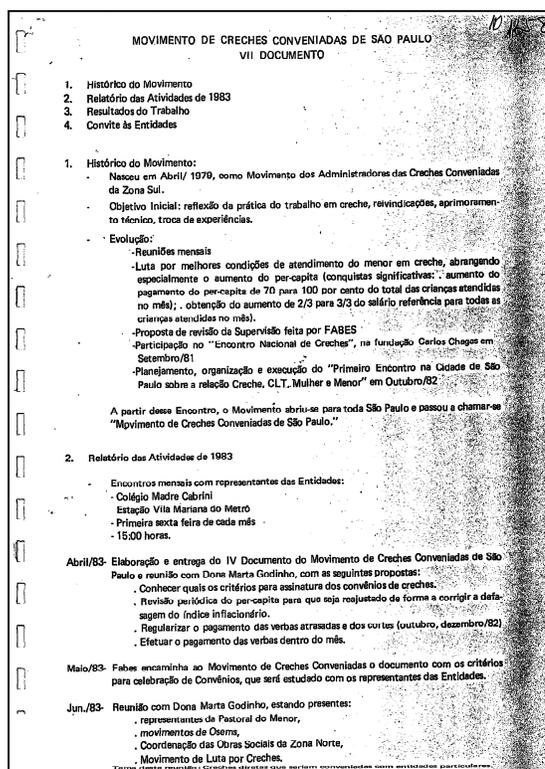


Figura 7 - Movimento Creches Conveniadas

tanto – e o cobertor fica mais curto. As entidades se apercebiam que estava na hora de melhorar a sua organização. Eram de três regiões: Vila Mariana, que puxou a necessidade de se organizar, Butantã e o Campo Limpo. Essa reunião aparenta ter sido importante para a consolidação do grupo. Na pauta constavam as questões da reunião anterior, os problemas, possibilidade de colaboração dos técnicos da COBES e propostas de resolução. Os tópicos eram questões pontuais: falta de pessoal, salário baixo, leis trabalhistas, corte do fornecimento do leite pelo INAM (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), etc. Nas propostas e encaminhamentos: pedir mais técnicos da SURS, necessidade de formação para as pajens e na área de saúde e o “Movimento ‘Per Capita’ se organizar mais, através de reuniões mensais”, além de fazer contato com outros movimentos de creche (DOSSIÊ I, 1984, doc. VII). Os participantes receberam o relatório com a data e local da próxima reunião. Em vários documentos se observa a preocupação com o repasse das informações e, mais à frente, já se informa cronograma de várias datas de encontros (Ibidem).

O relatório da reunião de novembro, em papel timbrado oficial da prefeitura, indicando “Supervisão Regional do Serviço Social de V. Mariana”, mostra que o evento foi realizado utilizando-se da estrutura do órgão público e tinha o apoio de algumas supervisões. Nessa reunião, que contou com a presença de 14 pessoas e foi coordenada por uma representante de creche da Vila Mariana, foi feita uma retrospectiva e concluiu-se que o eixo do Movimento precisaria ser retomado para se atingir os seus objetivos. Na pauta, menciona-se o estudo do per capita, que havia sido elaborado pelo pessoal do Campo Limpo, a necessidade de reivindicar melhorias para o atendimento nas creches conveniadas e a necessidade de mobilizar o pessoal para que comparecessem às reuniões.

É importante observar alguns aspectos do estudo sobre o per capita de creches conveniadas para que se possa ter uma dimensão das preocupações que perpassavam o Movimento. O documento denominado “Levantamento da situação financeira das creches zonal sul”, divulgado provavelmente em maio de 1980, esclarecia:

[...] administradores das creches da Zonal Sul em reuniões mensais, que objetivam troca de experiência e otimização dos trabalhos desenvolvidos, verificam que a verba recebida pela P.M.S.P. muitas vezes não cobre nem os gastos com o quadro de pessoal. (DOSSIÊ I, 1984, Levantamento da Situação Financeira das Creches da Zonal Sul, s.d.).

Outro ponto mencionado pelos administradores era a necessidade de aprofundar o debate entre eles sobre “como resolver a interferência das entidades na creche”, indicando que

naquele momento havia um distanciamento entre a direção das creches e a diretoria das entidades, e que eles tratavam apenas de questões pontuais. Também queriam o apoio dos técnicos da prefeitura, como se constata em um dos relatórios: “pois elas são intermediárias com a Coordenadoria e colaboram na interpretação” (Ibidem). Dessa reunião participaram representantes das creches das regiões da Vila Mariana, Butantã, Santo Amaro e Campo Limpo.

Enquanto o Movimento de Creche Conveniada conquistava espaço no governo, o Movimento de Luta por Creche perdia terreno e denunciava atos desse mesmo governo. O Boletim Informativo do Movimento de Luta por Creche da Zona Sul, de novembro de 1980, que convida a população para uma reunião no dia 28 de novembro, informava:

Nossas reivindicações continuam sendo por creches diretas para as crianças de 0 a 6 anos, com a participação do MLC [...]. O direito de participação na seleção dos funcionários nos foi tirado a partir de um decreto do prefeito de novembro de 80 [...]. Depois disto, houve a exoneração da coordenadora Terezinha Fram, que mantinha um trabalho democrático dentro da COBES [...]. Vieram depois as transferências das supervisoras [...] como a Maria Adalina (Zuza) que haviam sido escolhidas democraticamente (Boletim Informativo do Movimento de Luta por Creche, s.d., CPV).

Os indícios apontados mostram que as relações de poder no interior do governo e seu relacionamento externo se alteravam, havendo mudanças nas regras do jogo e a entrada de novos jogadores na quadra. No ano seguinte, em 1981, o mesmo grupo dos administradores protocolava no gabinete da COBES, conforme carimbo “recebido, 14 de julho de 1981”, um texto com o título “2º documento sobre o levantamento da situação financeira das creches zona sul”. O documento repetia o estudo da situação financeira do ano anterior e esclarecia ao Coronel José Ávila da Rocha, novo coordenador da pasta, que o documento já havia sido entregue para a então Coordenadora do Bem Estar Social, Therezinha Fram. (DOSSIÊ I, 1984, 2º Levantamento da Situação Financeira das Creches da Zonal Sul, jul. 1981.).

Na primavera de 1981, nos dias 21, 22 e 23 de setembro, ocorreu o “Encontro Nacional de Creche”, organizado pela Fundação Carlos Chagas, que mobilizou pessoas de todo o Brasil. Teve por finalidade conhecer e trocar experiências sobre o trabalho com crianças pequenas no sentido de “possibilitar o confronto de opiniões e pontos de vista, principalmente entre representantes de órgãos oficiais e membros de grupos locais de ação” (Projeto: O que se deve saber sobre creche, anexo 3, 1981). Durante três dias 35 participantes refletiram sobre as questões da creche e a Fundação também propiciou um debate público sobre o assunto na CMSP. Dois periódicos foram contatados para cobertura do Encontro: Folha de São Paulo e O

São Paulo. O evento foi avaliado de forma positiva pelos participantes, inclusive pela Folha, que publicava:

A responsabilidade no cuidado com as crianças não é apenas dos pais ou dos empregadores, mas da sociedade como um todo, desde o Estado, através de suas instituições, até a comunidade, conscientizada e organizada para reivindicar seus direitos (ENCONTRO SOBRE CRECHES..., 23/09/1981).

Uma voz dissonante de um dos participantes do evento deixou consignada na ficha de avaliação:

Acho que o encontro teria sido mais proveitoso se os indivíduos que participaram representassem realmente as suas instituições, colocando claramente a linha de trabalho da Instituição, ideologia, etc.[...] O fato de privilegiar a ‘fala do povo’ teve seu aspecto positivo, mas ao se expor estas pessoas e não os mediadores do sistema (técnicos dos órgãos públicos), quando muito atingiu-se o objetivo de sensibilizá-los[...] (ENCONTRO NACIONAL DE CRECHES, v. 1, 1981).

De São Paulo, três representantes expuseram as suas experiências: um diretor de creche direta, uma representante do Movimento de Luta por Creche e um do grupo dos Administradores de Creche Conveniada, cuja experiência foi citada na Folha de São Paulo:

Também o administrador Luis Ferreti, do grupo de administradores de creches conveniadas com a COBES, em São Paulo, falou sobre a experiência da Turma da Touca, em Campo Limpo, onde um intenso trabalho de reivindicação aumentou a verba “per capita” fornecida pela instituição, melhorando o atendimento (ENCONTRO SOBRE CRECHES..., 23/09/1981).

O temário do evento, instigante, teve como propósito suscitar ideias, propostas, dilemas e ambiguidades do trabalho na creche. Abordou três temas que deveriam ser debatidos nos grupos e para cada um foi relacionado uma série de pontos: o tema da implantação, da gestão e do funcionamento da creche. Aos participantes foi feita a pergunta para reflexão: “A creche é a melhor solução para a guarda da criança?” Uma pergunta que já se encontrava em cena, conforme se observa no texto do Boletim de setembro de 1981, da Associação Santo Agostinho (ASA). O artigo “Creche: a melhor solução?” informa que o tema havia sido motivo de discussão no evento realizado pelo Movimento em Defesa do Menor e apresenta a posição da entidade sobre creche: “creches só serão a melhor solução se pudermos dar continuidade no atendimento ao menor carente” (Boletim ASA, 1981). Uma das propostas apresentada no Encontro trata da criação de comissão para prestar assessoria para as entidades, mas ponderando que, por outro lado, poderia desobrigar o poder público das suas responsabilidades:

[...] o ideal seria que os movimentos de reivindicação lutassem por creches em que a manutenção (pessoal, equipamento, alimentação, dependências) se-

ria de responsabilidade do Estado; Gestão e Filosofia – de responsabilidade da comunidade, o que não implica em ausência de fiscalização, mas sempre numa linha de respeito à realidade da comunidade (ENCONTRO NACIONAL DE CRECHES, v. 1, 1981.).

Documentos dão conta que, no ano seguinte, 1982, foi realizado o “I Encontro na cidade de São Paulo”, no Colégio Boni Consilli das freiras do Sagrado Coração de Jesus, que discutiu o tema “Sobre a relação: creche, mulher, CLT e menor” (DOSSIÊ I, Folheto, abr. 1983.). O evento teve cobertura da imprensa e contou com a participação da equipe da Fundação Carlos Chagas, conforme o relatório de atividades da instituição na descrição dos subprojetos da assessoria. Consta como um dos itens “I Encontro na cidade de São Paulo sobre a relação creche, Mulher, C.L.T, menor, organizado pelo Movimento de Administradores de Creches Conveniadas da zona sul, outubro de 1982” (ROSEMBERG et al. 1982, 1984). O Movimento de Creche Conveniada, organizado inicialmente pelo grupo de administradores, sofreu alterações e indícios dão conta de mudanças de rumo na sua orientação. Os documentos do MCC eram estruturados sempre da mesma maneira, como a via sacra da Igreja Católica, que tem a primeira, a segunda e a terceira estação — os documentos do MCC eram apresentados como documento I, II, III, IV, V até o XII documento. No “IV Documento de Creches Conveniadas de São Paulo”, escrito no início de 1983, para ser remetido à FABES, o Movimento conta:

[...] um grupo de pessoas até isoladas em suas atividades se encontraram e se organizaram em um Movimento que foi denominado ‘Movimento de Administradores de Creches Conveniadas da Zona Sul’ que objetivava troca de experiências [...]. A partir deste primeiro encontro aberto à cidade de São Paulo, o movimento se expandiu e passou a contar com novos elementos pertencentes a creches conveniadas de várias regiões de São Paulo, sendo que o ‘Movimento’ evoluiu para ‘Movimento das Creches Conveniadas de São Paulo’ (DOSSIÊ I, IV Documento do Movimento de Creche Conveniada, 20/03/1983.).

Os encontros do Movimento de Creche Conveniada (MCC) passaram a se concentrar no Colégio Madre Cabrini, na Vila Mariana, conforme consta no “VII documento”, (VII documento de 1984). Extraído de um ofício, enviado pelo MCC, em uma redação formal e burocrática dirigida às diretoras de creche, o trecho a seguir mostra que não se trata mais de um grupo de diretores, e que pelo menos parte considerável dos diretores de creche não seria mais convidada para a festa:

Estamos enviando aos senhores, um modelo de levantamento das condições de atuação das creches, que tem por objetivo apresentar um perfil da realida-

de e necessidades das creches conveniadas de São Paulo [...] (DOSSIÊ I, set. 1983.)

Analisando a relação de nomes em textos assinados coletivamente ou listas de entidades, que foram divulgadas por meio da imprensa, procurou-se conhecer personalidades e entidades que participaram na construção do MCC. Foram encontradas algumas entidades mais antigas, de caráter confessional, como Creche Catarina Labouré, Santíssima Trindade, Nossa Senhora da Anunciação, Associação Santo Agostinho, Liga das Senhoras Católicas, Maria Dulce. Outras mais recentes, que se instituíram na segunda metade da década de 70 do século passado, vinculadas aos movimentos comunitários e Sociedades Amigos de Bairro: Creche da Paróquia São Mateus Apóstolo, Movimento Comunitário do Jd. São Joaquim, Associação dos Moradores da Favela São Remo, entre outras.

Cumprir destacar, pela peculiaridade das suas características, duas organizações que ajudaram a configuração o Movimento. Uma delas é a Igreja Católica, representada pela Pastoral do Menor e também pela Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, que se fazia representar pelo Padre Ubaldo Steri, que já havia representado as entidades particulares no seminário da CMSP em 1974 e que foi coordenador da Operação Periferia, desencadeada pela Igreja à época (RODRIGUES, set/ 2009). A outra organização aparece em várias situações, através da participação de Luis Antonio Ferreti, como representante da entidade Turma da Touca no Movimento de Creche Conveniada. A entidade foi criada em 1975, a partir de um movimento de professores e alunos da USP, que se deslocaram para o Campo Limpo com o intuito de levar recreação e aulas de reforço às crianças, por meio do que identificavam como “rua do lazer” (<http://www.turmadatouca.org.br>). Às vésperas da abertura da Comissão Especial de Inquérito (CEI) pela CMSP, a entidade distribuiu o folheto “A Turma da Touca informa” explicando “porque a Turma da Touca vai firmar convenio com a Prefeitura Municipal de São Paulo para administrar a Creche do Luzitânia (Mitsutani II)” (A TURMA DA TOUCA..., 06/09/1983.).

2.4 UMA EDUCADORA PEDE PASSAGEM

Esta parte do trabalho pretende examinar a reação do governo às ações reivindicatórias através da atuação de Therezinha Fram, que esteve à frente da Coordenadoria do Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo no período de 1979 a 1980. Fram era uma especialista da educação nomeada para exercer a principal função diretiva de COBES – um órgão onde predominavam profissionais da área do serviço social – em um contexto de radicalização da luta

por liberdades democráticas no país. Esteve à frente da COBES durante o período da expansão das creches na cidade de São Paulo, momento em que se consolidou a rede municipal da educação infantil e se instituiu a rede de creche direta. A sua saída da direção da COBES, nas palavras de uma das servidoras, na pesquisa “A expansão da rede de creches no município de São Paulo durante a década de 70”, da Fundação Carlos Chagas, parece ter sido polêmica:

[...] a Terezinha era pressionada, mas ela não tinha força, nem coragem, não se aliou às lideranças. Ela podia até ter caído por estar lutando com os que desenvolviam aquele processo, mas teria caído numa alta. Mas preferiu sair mais por omissão do que por vontade de assumir (HADDAD; OLIVEIRA, 1988, p. 334).

No mesmo estudo há uma menção sobre a Coordenadora com relação à sua entrada na pasta:

Aí o Reynaldo (prefeito de São Paulo) traz a Terezinha Fram, que era uma educadora tradicional [...] mas que tinha um discurso mais aberto. [...] de cara ela chega e chama todo pessoal que sente que seria a tal liderança, né? Chama para trabalhar com ela e dá cargos [...] quer dizer os grevistas todos começam a ser premiados (CAMPOS, 1988. p. 100).

Na COBES sua primeira iniciativa foi instalar um Grupo de Trabalho para a elaboração de uma proposta de política social, evidenciando, aparentemente, “jogo de cintura” na condução dos trabalhos. Marcas da sua passagem estão registradas no Documento Azul e no registro das atas relatadas de modo cuidadoso sobre o Encontro de fevereiro de 1980 (COBES, Documento Azul, 1979, SMADS). O resumo do seu currículo, disponibilizado na internet e apresentado em um programa patrocinado pela UNESCO, em 2002, na Faculdade de Saúde Pública, ajudou a reconstruir alguns aspectos da sua trajetória.²⁶ Na Câmara Municipal foi possível localizar texto não revisado de palestra proferida no início de 1970 sobre a formação e treinamento dos professores, tendo em vista a promulgação da Lei 5.692/71. No período de 1970 a 1977, Fram foi conselheira do Conselho Estadual de Educação (CEE), órgão de caráter deliberativo, responsável por traçar as normas para o sistema de ensino do Estado de São Paulo. Em 1970, participou da elaboração do Plano Estadual de Educação. Ao analisar

²⁶ No registro do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz constava o resumo: Therezinha Fram, educadora, docente e diretora de escola pública. Professora da PUC/SP, Secretária da Criança, Família e Bem-Estar do Município e do Estado de São Paulo. Membro da Academia Paulista de Psicologia, do Comitê Paulista para a Década da Cultura e de Paz e do conselho consultivo da Universidade Aberta da USP. Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana. Em 29 de junho de 2009, em consulta junto à CEDIC sobre o tema, a funcionária buscou informações com o setor de Recursos Humanos da PUC/SP, que esclareceu não haver registros em seu banco de dados sobre a contratação de Therezinha Fram no quadro efetivo da instituição. Sua participação pode ter ocorrido na modalidade de professora convidada e, por isso, não foi localizado nos apontamentos do sistema da área administrativa. Acesso em 29/06/2009 – <http://www.comitepaz.org.br/paz_a%C3%A7%C3%A3o_2.htm>.

processos em que foi relatora no CEE chamou a atenção, pela repetição, os pareceres favoráveis de Therezinha Fram sobre solicitação de pais e de escolas que pediam a antecipação de matrícula de crianças de seis anos de idade na primeira série do primeiro grau. Como exemplos, dois pareceres antigos foram selecionados. No parecer 1097/73 se lê: “[...] o menor já tem experiências educacionais. [...] domina muito bem as situações de aprendizagem [...] a análise do material indica um aluno com ótimo desenvolvimento” (CEE, indicação n. 1/72; proc. CEE n. 824/73). O segundo parecer, de número 1089/73, se relaciona ao mesmo tema e trata de pedidos de antecipação de matrícula de alguns alunos. Devido à demora na tramitação do processo, escreve Fram: “o pedido inicial que era de autorização da matrícula, transformase agora em convalidação da matrícula efetuada em 1972. Os alunos cursaram o primeiro ano e foram aprovados” (Ibidem, proc. CEE 912/72 e 1240/72).

Permaneceu no Conselho Estadual de Educação de 1967 a 1979, quando então assumiu as suas funções na Coordenadoria do Bem-Estar Social da prefeitura de São Paulo convidada em 1979 por Reynaldo Emygdio de Barros, onde permaneceu até o final de 1980.

No início da década de 70, o governo militar implantava a Lei 5.692/71 e, à luz da nova legislação, Therezinha Fram, então diretora da Divisão de Assistência Pedagógica da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, participou de seminário promovido pela CMSP ao lado de outras personalidades, para debater a reforma de ensino, proferindo palestra sobre a formação de pessoal da educação, quando se manifestou a respeito da nova lei:²⁷

O que temos visto e discutido seriamente na Secretaria da Educação analisando todas as suas implicações, é que se formos absolutamente coerentes com esta reforma que queremos implantar, temos que começar mudando a nossa atitude diante do fato educacional, diante do aluno, destas pessoas que estão à nossa frente, de todo agrupamento de aluno que nem sempre recebe o tratamento humano que merece, para não dizer em todos os problemas que vão ocorrendo no nível do professor, de diretor, em todos os escalões (FRAM, 1971, p. 16).

Também se referiu às dificuldades e resistências às mudanças no campo da educação, dizendo que “às vezes há ensaios de mudanças”, referindo-se à LDB de 1961:

[...] ocorreram sérios problemas, em termos de realização provinda de propostas, que ali estavam, e por timidez, ou por medo de enfrentar mudanças extremamente significativas, ficamos numa interpretação ainda superficial

²⁷ Consta do relatório não revisado, entre outros palestrantes, Esther de Figueiredo Ferraz, secretária de Educação do Estado de São Paulo, e os professores Maria Iracilda Robert e Carlos Correa Mascaró (este último encontra-se na galeria de fotos de educadores ilustres indicados pelo CEE). O evento foi concorrido, com 700 participantes, sendo em sua maioria representantes da rede pública de educação e de entidades de livre iniciativa filantrópicas ou não.

das explicações daquelas propostas na realidade educacional (FRAM, 1971, p.5).

À época, ainda ecoava a prisão de Maria Nilde Mascellani em São Paulo, educadora responsável pelo Serviço de Ensino Vocacional (SEV), projeto inovador que indicava os passos para as reformas do ensino secundário no Estado de São Paulo, por meio dos Colégios Vocacionais, que foram fechados pelas forças da repressão. Fram havia sido diretora e realizado inúmeras inovações no Colégio Experimental da Lapa e Maria Nilde tinha vindo das classes experimentais do município de Socorro (CHIOZZINI, 2003, p. 22, 79, 84). Possuíam, portanto, as mesmas raízes e ao mesmo tempo haviam se distanciado de um modo que ainda nos dias atuais provoca questionamentos.

Ignarra conta como Therezinha era lembrada nos encontros e quão pouco se sabia sobre ela. Somente que era pedagoga e sua experiência profissional era no serviço público. Descreve a imagem da então coordenadora:

que você coloca como missão, eu acho que ela passava muito. [...] Ela era chefe de bandeirante. Não pode esquecer isso. [...] A Marta Teresinha tem uma relação esterilizante com o órgão, é assim que eu vejo, e a Therezinha Fram uma relação fecundante (IGNARRA, 1985, p. 91).

Ao final de seu trabalho Ignarra, anexou um recorte de jornal sem identificação e sem data, com a manchete “Coordenadora confirma pedido de exoneração que prefeito desmente”. A matéria discorre sobre a saída dela da COBES e cita que uma das suas atividades era a de “Vice-presidente da Associação Mundial das bandeirantes” (IGNARRA, 1985). De outro lado, Chiozzini, no estudo a respeito dos colégios vocacionais, entrevistou profissionais que atuaram junto com Maria Nilde e descreve diversos desses depoimentos. Um deles, de Olga Bechara:

Participamos da Marcha [Marcha com Deus pela Liberdade]. A Maria Nilde quis que todos participassem. Tanto é assim que aqui em São Paulo eu fiz um pouco de resistência. Para a Marcha menos, mas para dar dinheiro para o Brasil eu não quis [...]. Aquilo não me cheirava bem, não sei porque. Plena consciência eu não tinha, mas comunismo eu também não queria (CHIOZZINI, 2003, p. 80).

Completa o autor: “Olga Bechara menciona que, além da demissão dos professores de Americana, houve retaliação a outros professores de outras unidades que se manifestaram a favor da greve. Também cita uma outra crise em 68” (Ibidem). Se Fram havia sido do movimento do bandeirantismo brasileiro, Maria Nilde havia defendido a Marcha com Deus pela Liberdade, em 1964.

Fram participou do primeiro período do SEV, junto com Joel Martins, e ambos foram demitidos por Maria Nilde. Mais tarde assumiria o lugar de Maria Nilde na Secretaria de Educação e esta iria trabalhar na PUC/SP, onde Joel Martins era professor. Em fins dos anos 80, segundo Fester, Macellani e Fram passaram a fazer parte da Comissão de Justiça e Paz, que teve entre os seus maiores expoentes Margarida Genevois e Dom Paulo Evaristo Arns.²⁸

Como dirigente da COBES nomeou, para trabalhar em seu gabinete, Aldaíza Sposati para a chefia do Núcleo Técnico Central (NTC) e Luiza Erundina para Recursos Humanos. Todas foram professoras da PUC.²⁹

Fram assumia a Coordenadoria do Bem-Estar Social em agosto de 1979, a convite de Reynaldo de Barros, prefeito nomeado que substituiu Setúbal. O prefeito Setúbal, baseado no decreto-lei federal 200/67, havia promovido a modernização da gestão municipal, com uma visão tecnicista e sem ouvir ou apresentar projeto de lei junto ao poder legislativo (TEIXEIRA, M., 1983, p. 251). Os municípios não tinham autonomia e vigorava o binômio Segurança e Desenvolvimento, com o governo federal estimulando o programa Desenvolvimento de Comunidade (TEIXEIRA, M., 1983, p. 255, 263). Em São Paulo, esse trabalho era realizado por assistentes sociais que atuavam nas Coordenadorias das Administrações Regionais. Na reforma administrativa, duas secretarias haviam sido extintas: entre elas, a Secretaria do Bem-Estar Social (SEBES), que passou a se chamar Coordenadoria do Bem-Estar Social (COBES), subordinada à Secretaria das Administrações Regionais (SAR) marcando, desde o seu início, descontentamento com o que os trabalhadores consideraram um rebaixamento do órgão. Para Sposati, a reforma de Setúbal exigiu uma percepção diferente:

A convivência numa mesma região dos diferentes setores em que a burocracia organizara os saberes institucionais era questionada. As idéias que pareciam no lugar mostravam-se fora do lugar. O novo lugar eram as necessidades locais. A descentralização constituía novos espaços de ação (SPOSATI, 1988, p. 305).

Resultado de insatisfações salariais e em um contexto em que a sociedade se organizava por melhores condições de vida e pela volta da democracia, os servidores haviam realizado

²⁸ A Comissão de Justiça e Paz é um órgão da Igreja Católica que se vincula a CNBB. É um espaço da militância laica católica, que orienta a participação de seus quadros na atuação da militância política, social e de direitos humanos. Tem abrangência internacional e, no Brasil, há a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, que se reproduz nos Estados com as comissões estaduais (FESTER, 2005).

²⁹ Luiza Erundina de Sousa foi prefeita da cidade de São Paulo no período de 1989 a 1992 e Aldaíza Sposati foi titular da pasta da Secretaria de Assistência Social (antiga COBES) entre 2000 e 2004. Therezinha Fram foi professora convidada da PUC. Luiza Erundina e Aldaíza Sposati foram professoras da Faculdade de Serviço Social da PUC de São Paulo.

uma paralisação de longa duração, unificando os vários órgãos da PMSP. Foi nessa situação de ebulição pós-greve que Therezinha Fram assumiu suas funções em um órgão agigantado, em que as chefias de nível central e local se encontravam em disputa de concepção e por espaço, chegando ao limite de competir na execução dos trabalhos. O grupo das administrações regionais era visto como tarefeiro e imediatista e o grupo do gabinete eram os planejadores, cientificamente “neutros” e legalistas. (SPOSATI, 1988, p. 305).

A chegada de Fram apresentava a primeira mudança: a COBES se desvinculava da SAR e passava a se subordinar ao gabinete do prefeito. Cinco decretos foram publicados na tentativa de organizá-la, mas o que predominou foi um modo de organização oficioso e informal. Teixeira conta sobre o modo de trabalhar instituído e descreve os processos de trabalho na região da zona norte da cidade, que se encontrava em andamento e que serviria para apoiar e ampliar as propostas aprovadas pelo Grupo de Trabalho instituído por Fram (TEIXEIRA, M., 1983. p. 321, 347). Os princípios pactuados que norteariam a política da COBES, segundo Teixeira eram: “descentralização da ação, participação, democratização das informações e garantia dos serviços enquanto direitos sociais. Direito inclusive de rejeitar esses serviços, de mudá-los ou substituí-los” (Ibidem, p. 340). No processo de organização do trabalho havia três esferas de decisão: o colegiado local, de caráter deliberativo com a participação não-obrigatória de representantes da população; a segunda esfera eram as representações zonais, plenárias de representantes dos trabalhadores, espaço de elaboração de propostas e de articulações políticas junto ao colegiado de nível central, terceira esfera decisória.³⁰

Ao propor o Grupo de Trabalho para elaborar uma nova política pública para COBES, Fram se legitimava enquanto chefia em um órgão esfacelado e fragmentado. Havia dois grupos com visões antagônicas de trabalho: o pessoal administrativo que havia perdido poder e os trabalhadores que saíam de uma greve com poucos resultados concretos, em termos de ganho real. Por esses fatores, é possível que tenha ocorrido uma aliança tácita: a chefia queria garan-

³⁰ Os trabalhadores, em todas as instâncias de colegiado, eram eleitos pelos pares. Segundo o documento, o Zonal “seria a agregação de representantes de 3 a 4 SURS [...] eleitos pelas bases e que, juntamente com os elementos da Central, sistematicamente discutiriam as questões mais gerais [...] elaborariam propostas e estratégias de implantação” fazendo uma ponte entre os níveis locais e central. Na zona norte o processo de trabalho se organizava da seguinte maneira: dois dias da semana faziam trabalho direto com a população, dois dias faziam prestação de serviços e um dia era destinado às atividades e reuniões internas. Os exemplos das ações que ocorreram na zona norte são inúmeros: feira de saúde, ações de valorização das relações de vizinhança, orientações sócio-educativas, entre outras. (São Paulo [cidade]. Subsídios para a ampliação da rede de creches no município de São Paulo. p.341.)

tir governabilidade e os trabalhadores, espaço e liberdade para colocar em prática propostas progressistas.

Em fevereiro de 1980 foi realizado na PUC o “Encontro para implantação da nova política de atuação da COBES”, que aprovou o “Plano de implantação da Nova Política da COBES, sob a responsabilidade das equipes zonais e central”.³¹ Conforme consta em relatório, Therezinha Fram abriu o Encontro dessa forma:

O resultado do GT está expresso no documento azul, o qual foi integralmente aceito. Propôs-se então a criação de um Grupo de Trabalho para a Implantação (GTI) da nova política de atuação da COBES, composto por: Luiza Erundina, Assumpção, Vicentina, Cecília Roxo, Fábio de Cápua Jr e José Olinto (COGEP) (COBES, Relatórios ..., 1980, SMADS).

No período em que Fram esteve no comando do órgão, foram produzidos estudos e documentos com pistas que permitem afirmar ter sido reconstruída a política pública da assistência social na cidade de São Paulo na sua gestão, deixando as bases para desdobramentos futuros. O primeiro documento, “Subsídios para ampliação da rede de creches” de agosto de 1979, apresenta um resumo da situação em que viviam as camadas populares. Pauta-se pelos princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança propondo a destinação de verba específica e carimbada, a exemplo da educação que já tinha verba destinada de 20% no orçamento municipal, para garantir um atendimento não só em quantidade, mas também em qualidade:

Face a essa problemática, a cada momento, o papel do Estado ganha nova dimensão. Coloca-se ao poder público, em seus diferentes níveis, a necessidade de criar e/ou ampliar o investimento social, pois cabe-lhe dispender o melhor dos seus esforços para garantir o respeito aos direitos da criança. (COBES, Subsídios ..., 1979, p. 4, SMADS).

O segundo documento, que trazia as conclusões do Grupo de Trabalho, ficou conhecido como o “Documento Azul”, e continha as propostas acordadas entre trabalhadores e direção. Ele explicitava as três finalidades do órgão:

Participar, a nível municipal, do processo de melhoria das condições de trabalho e de vida da população; assegurar que a política social do Município se oriente para o atendimento aos direitos sociais da população; assegurar con-

³¹ A primeira parte do Encontro tratou da abertura e da apresentação geral das atividades e a segunda parte discutiria a conjuntura nacional, o governo municipal, a problemática de São Paulo. Roteiro: 1. Visão estrutural e histórica da sociedade, 2. Mudança social, 3. COBES (como era, como será, antes: visão parcial – não macro e não histórica. Essa visão influenciou na sua atuação e na definição do: objeto, objetivos, forma de organização, forma de operação), 4. Agentes sociais (pressão dos movimentos, exigindo a revisão do estado, que se apresenta: tutelando ‘centralizando o poder’ e negociando ‘perdendo o poder’), 5. Emergência de novas forças gerando pressões, 6. Problemática social do município, 7. COBES – órgão do Estado respondendo ao “problema social”, 8. O órgão se repropõe como parte da sociedade como um todo.

dições para que a população expresse e faça valer seus direitos sociais, nos diferentes níveis de decisão (COBES, Política... , SMADS, 1979).

Apresentava uma nova política para COBES, mas eram ainda proposições provisórias a serem debatidas e deliberadas nas plenárias do Encontro a ser realizado em fevereiro de 1980.

O terceiro documento, denominado Proposta de Trabalho, de 32 páginas, sistematizou as propostas, resultado das deliberações do Encontro de fevereiro para a implantação da nova política de atuação da COBES. Constam desse documento os objetivos da coordenadoria, estrutura organizacional, atribuições, relação nominal das equipes de direção e assessoramento e o plano do semestre (COBES, Proposta de Trabalho, 1980, SMADS).

No encontro da PUC os trabalhos foram desenvolvidos em grupos e aprovados em plenárias. Vale ressaltar que os relatórios analisados de modo detalhado, que tratam dos registros do Encontro, não se confundem com os três documentos antes mencionados e poderiam ser considerados como um quarto documento, embora incompleto. Sua narrativa descreve o momento em que o debate ocorria e, possivelmente por isso, talvez seja o documento mais importante. Descreve o processo interno no calor do acontecimento, apresenta a pauta política, a organização dos Zonais por região, indica o número de participantes e o modo de avaliação do próprio evento. Após análise dos registros que eram diários, algumas intervenções dos participantes foram selecionadas.

Sobre a política da COBES:

“Fomos muito tímidos no passado. Precisamos ser vanguarda no social e enquanto servidor público. E isso será benéfico para toda a sociedade”; “[...] atuar junto à população em nome do poder político e ir contra o poder político. Temos de saber qual é o nosso poder de estímulo e saber até onde podemos responder”; “precisamos estar com a população [...]”; “nossa visão irá se clareando durante a ação”; “tenho medo de crescermos muito [...]”; “[...] saber o que a população quer e não o que a gente pensa que ela quer” (COBES, Relatórios ..., 1980, SMADS).

Sobre a informação:

“há coisas que você sabe enquanto poder público, mas não pode veicular”; “a informação é um direito social do cidadão. Por que só determinadas camadas da população têm direito a ela?”; “a informação, embora não esteja totalmente completa, deve ser veiculada e trabalhada com a população”; “informações de processos são indispensáveis para a população”. (Ibidem)

A intervenção de um trabalhador apresenta dúvidas sobre a implantação da própria proposta e o modo de se organizar:

[...] coloca-se também quantos (funcionários) estariam topando a proposta. O órgão não irá recuar? Colocamos a proposta fora de nós. Quando não precisamos mais do 'Livro Azul', a proposta estará encarnada. [...] A história é contraditória. Daqui um ano a realidade será outra. A proposta não é definitiva, é ponto de partida"; "nós pregamos organização e participação, mas não nos treinamos através de uma participação organizada em nossos órgãos de classe. Quando você se faz voz através de um órgão profissional é diferente de quando você fala isoladamente (Ibidem).

O tema da creche foi ponto de pauta, embora não estivesse nas prioridades apresentadas pelo prefeito na posse: as competências da Secretaria de Educação e COBES; a creche como responsabilidade dos dois órgãos; a população batendo no gabinete do prefeito pedindo creche e o papel da COBES no atendimento dessa demanda. No debate interno expunham as dificuldades e tensões com a Secretaria de Educação, que não aceitava assumir a educação infantil e a COBES não estava preparada para lidar com essa demanda. Uma das intervenções do relatório do dia 7 de fevereiro mostra indícios do debate que se travava naquele momento:

A Secretaria de Educação não tem condições de atender a criança durante 12 horas. [...] não consegue cobrir a demanda da escolarização formal. A EMEI propõe que COBES fique com a criança 8 horas. Do ponto de vista mais global há um perigo: COBES não tem rede física de equipamentos. Em Campo Limpo e Santo Amaro temos 4 equipamentos próprios e a EMEI tem 14. A EMEI não aceita deslocar seu pessoal para creches que atendem a criança de 3 a 6 anos para fazer a pré-escolarização. O prioritário é que a população deixa de ser atendida [...]. Por outro lado, há uma linha pedagógica que não aceita pré-escolarização na faixa dos 3 a 6 anos. Esta faixa causa problema para a mãe que tem que se deslocar várias vezes: para a creche e para EMEI (COBES, Relatórios ..., 1980, SMADS).

Com relação à educação infantil, as ambiguidades e atritos com a pasta da educação são percebidos pelos indícios de que não conseguiriam atender à demanda formal, ou não queriam atender 8 horas e, de outro lado, a preocupação da COBES que não possuía estrutura para prestar serviço à população de creche, ao mesmo tempo que desejavam dar respostas às suas demandas.

É muito cômodo para a Secretaria de Educação transferir para COBES o atendimento [...] a população reivindica a permanência da criança na creche das 7 às 19 horas. Essa população já chegou até o prefeito. A Secretaria de Educação está regredindo. Não podemos tapar buracos de outros órgãos (Ibidem).

Embora não tenha sido possível aprofundar estudos entre as intenções propostas e o realizado, pode-se afirmar que a integração dos serviços (COBES e UDC de SAR) e a implantação da nova política efetivamente ocorreram, ainda que não se possa dizer em que medida e de que forma, como foi dito em uma das intervenções do Encontro que vale a pena relembrar:

“A história é contraditória. Daqui um ano a realidade será outra. A proposta não é definitiva, é ponto de partida” (Ibidem).

Para compreender de que modo os processos e embates ocorriam e como as questões da creche eram difundidas, se lançou mão de notícias dos jornais da época. Em novembro de 1979 o jornal Folha da Tarde divulgava matéria sob o título “Mães da Zona Norte pedem creches”. Informava que as mães foram recebidas pela Coordenadora e que chegaram cantando uma paródia da música “Terezinha de Jesus”. Ela teria solicitado que as mães ajudassem a fazer um levantamento do número de crianças de zero a três anos, cujas mães trabalhassem fora, e ouviu como resposta: “a prefeitura tem funcionários pagos para esse trabalho [...] se a prefeitura quisesse construir creches já teria feito, pois ela sabe perfeitamente cobrar impostos da população” (MÃES DA ZONA NORTE..., 21/11/1979). Em resposta, segundo matéria da imprensa, Therezinha Fram realizou visita à comunidade da Zona Norte em 16 de dezembro, quando se reuniu com cerca de 100 mães na Igreja do Carmo e estas indicaram os locais onde deveriam ser construídas as creches. As donas de casa tinham voz e se faziam ouvir diretamente (COBES CONSTRUIRÁ..., 17/12/1979).

Em 2 de dezembro de 1979 o jornal O Estado de São Paulo, de circulação nacional, fez uma longa matéria sob o título “É preciso atender um milhão de crianças”. Na entrevista Fram informava sobre a demanda de creche: eram 112 equipamentos existentes, sendo quatro creches diretas, 18 indiretas e 90 conveniadas e que era necessário abrir vagas para 1.099.328 crianças na faixa etária de zero a seis anos. Para isso seria preciso construir 842 creches. (É PRECISO..., 02/12/1979).

Com relação a sua saída da COBES, consta no relatório da pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas: “Após quase um ano e meio de gestão, Therezinha Fram deixa a Coordenadoria. Em seu depoimento, justificou que a sua permanência era incompatível com a plataforma eleitoral do prefeito Reynaldo de Barros a governador de São Paulo” (HADDAD; OLIVEIRA, 1988, p. 332). Na mesma obra se apontam outros fatores: rigidez do grupo por não permitir ingerência do gabinete do prefeito no órgão e falta de coragem por parte da Coordenadora em enfrentar as pressões do gabinete (HADDAD; OLIVEIRA, 1988, p. 333, 334).

Segundo Gohn, em meados de 1980, a cúpula da COBES foi substituída sumariamente:

A crise não ocorria isoladamente, foi gerada dentro de uma estratégia política que a prefeitura de São Paulo passou a implementar, de substituição de

seus técnicos por ‘políticos e homens’ de confiança nos cargos-chaves dos diferentes órgãos da administração. Os objetivos desta estratégia, segundo os comentaristas políticos da imprensa, eram as eleições de 1982 e o autolancamento do Sr. Prefeito como candidato ao governo do estado de São Paulo (GOHN, 1985, p. 125).

2.5 EI, E NÓS? AS CRIANÇAS QUEREM UM LUGAR

“Ei, e nós?” As crianças não calam na charge de Paiva que, entre pinceladas e traços, deixa as marcas do confronto apaixonado das posições que foram postas à mesa e que, de certa forma, interditarão o diálogo. Por de trás, uma concepção de Estado e o lugar da educação infantil na agenda política, senão do país, pelo menos na cidade de São Paulo. Na outra cena, no centro da imagem, duas mulheres, duas posições. Uma deseja “CRECHES DIRETAS!!” e outra “CONVENIADAS!!”. Paiva ilustra, com humor, a dificuldade do diálogo e a dubiedade das políticas públicas para as crianças pequenas. Com o título “Creches diretas e conveniadas”, a matéria mostra que todos reconheciam e queriam creche, começando aí o dissenso quando então expõem as divergências que no frigidar dos avos deixava a criança de lado:



Figura 8 - O São Paulo, 05/12/1983

O Movimento de Luta por Creches, que existe desde 1979, e cuja principal bandeira é a creche direta, mantida pelo Estado [...]. Partidários do Movimento de Creches Conveniadas [...] criticam a massificação da educação e o caráter do Estado brasileiro que entendem ser eminentemente paternalista e assistencialista (CRECHES DIRETAS..., 05/12/1983).

A profusão dos documentos, das passeatas, das manifestações atravessava 1982 e invadia o ano seguinte. O natal de 1983 estava chegando, mas a largada já tinha sido dada em dezembro do ano anterior. Após as eleições o Coronel José Ávila da Rocha, secretário da FABES de um governo que se encerrava, anunciava a privatização das creches, em reportagem de

O Estado de São Paulo, por meio da matéria intitulada “Crítico o plano de Salim Curiati para privatizar as creches”. Na entrevista o Coronel afirma que as creches da prefeitura eram luxuosas e que as comunitárias eram mais modestas: “elas agridem, provocam um verdadeiro choque cultural ao criar uma situação irreal nessas áreas carentes. Ao passo que as creches comunitárias são mais modestas” (CRITICADO PLANO..., 22/11/1982). Sob os protestos do Movimento de Luta por Creches e da ampla maioria dos seus trabalhadores, o gabinete de FABES iniciava o processo de entrega das creches às entidades. É dessa época o documento protocolado pelo Movimento do Per Capita, já citado anteriormente, junto ao gabinete da pasta, quando então o Coronel se comprometia a montar uma comissão para estudar o assunto.

Havia uma esperança no horizonte: Montoro ganhara as eleições e a situação não haveria de perdurar. Em fevereiro de 1983 o MLC realizou uma assembleia na CMSP e resumiu sua posição em uma carta aberta dirigida ao novo governo. A carta fazia críticas sobre a qualidade da construção das creches, ao problema de pessoal, à proibição da participação popular, à entrega das creches às entidades particulares e às novas propostas desenhadas, como era o caso da “mãe crecheira”. No final da carta relacionam 11 propostas: entre elas queriam que o movimento fosse legitimado, a extinção do decreto de livre nomeação dos diretores pelo prefeito, reforma e construção de creches, questão pedagógica e a garantia de que as creches prontas funcionassem como diretas (Carta Aberta do MLC, s.d.).

Foram lidas 53 notícias que circularam por meio dos periódicos no primeiro semestre de 1983, das agências Folha e Estado, e o jornal Diário Popular. Ressalta-se que estes eram os principais jornais da considerada grande imprensa. Pesquisou-se também o jornal da Igreja Católica O São Paulo. Pela impossibilidade de trabalhar com a extensa documentação e diante da polêmica – que colocava de um lado os que defendiam a creche como responsabilidade direta do Estado e de outro os que defendiam que a gestão da creche deveria ser realizada, pelas entidades, por meio de convênios –, foram selecionadas algumas questões que ajudam a esclarecer o que motivou a abertura da Comissão Especial de Inquérito na CMSP.

O MLC, além de querer reverter os convênios, exigia que as 68 creches já prontas e as demais em obras e planejadas com os recursos do FAS, deixadas pelo governo anterior, fossem administradas como creches diretas e exigia a expansão da rede. No folheto “O Direito da Criança”, distribuído em agosto de 1983 pelo MLC, se lê:

[...] nós, mães, queremos creches diretas e gratuitas, que são um direito da criança de zero a seis anos e onze meses. O Governador Franco Montoro,

prometeu, quando candidato, que construiria mais creches diretas e gratuitas (O DIREITO DA CRIANÇA, 1983).

Questão admitida por Marta Godinho, em audiência com as lideranças dos movimentos, em outubro de 1983, mês da instalação da CEI na CMSP e divulgada na imprensa:

Marta Godinho lembrou aos manifestantes que a Fabes pretendia construir até o final do governo Montoro 1.400 creches na Capital, mas soube através de um encontro com o prefeito Mário Covas, que devido a crise que atravessa o País, as verbas para a sua secretaria serão reduzidas [...], e por isso mesmo a Fabes deverá manter o sistema de creches conveniadas (MANUTENÇÃO DE CRECHES..., 13/09/1983).

As mudanças não aconteciam e ampliaram-se para as denúncias da entrega das creches, das que se encontravam fechadas, das cobranças de taxas. Depois virou caso de perseguição partidária: de um lado, as lideranças diziam sentir-se traídas e, de outro, o governo e conveniadas acusavam ser coisa do PT, partido político recém-nascido e pequeno. A CMSP era composta por 33 vereadores e as forças políticas estavam representadas por cinco partidos políticos: Partido Popular, Partido Democrático Social, Partido dos Trabalhadores, Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro que elegeu 16 das 33 cadeiras. O PMDB elege para a mesa diretora Altino Lima para a presidência e Brasil Vita para a primeira vice-presidência, ambos do PTB. Em 1979, o bipartidarismo consentido havia se encerrado, mesmo assim as eleições de 1982, com o voto vinculado, foram plebiscitárias e o PMDB havia saído vitorioso das urnas de forma consagrada.³² O poder Executivo não ficava de fora da disputa: abria guerra com o governo anterior com auditorias e cancelamento de contratos entre outras ações. A própria FABES, conforme se lê na nota da assessoria de imprensa do gabinete “FABES redimensiona recursos para manutenção de creches”, informava sobre a não-renovação dos contratos de manutenção das creches. Com o argumento da otimização dos recursos disponíveis, a secretaria não havia renovado os contratos “assinados na gestão passada, economizando cerca de 20 milhões de cruzeiros” (FABES, Redimensionamento..., 20/07/1983, SMADS).

Os movimentos sociais, que haviam aprendido a ir às ruas quando não tinham respostas às suas demandas, acreditavam que o povo participaria da festa da redemocratização. No final do semestre o Movimento de Luta por Creche distribuía uma carta aberta ao prefeito, cobrando promessas e atitudes sobre a questão da creche:

³² Banco de Dados Folha de São Paulo – Acervo de jornais – <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_14nov1980.htm> acesso em 09/10/2010.

Após quatro meses de governo o que vemos é que essa promessa não está sendo cumprida, pois o que foi dito pelo prefeito é que a prioridade no momento é pavimentação. De onde foi tirada esta prioridade? (Carta Aberta ao Prefeito, s.d., CPV).

O Movimento de Creches Conveniadas também fazia suas cobranças e entregava na FABES um ofício, onde consta:

[...] como é do nosso conhecimento que neste momento encontra-se em discussão o orçamento para as atividades desta pasta para o próximo ano, o 'Movimento', em vista disto, tem as seguintes reivindicações (DOSSIÊ I, V Documento..., 27/06/1983).

E o governo pressionado ia a público prestar esclarecimentos. Dizia a nota divulgada por FABES: “Presumindo-se que a maior parte das objeções e polêmicas suscitadas em torno do assunto creche provenha da falta de informações, elencamos alguns esclarecimentos [...]” (FABES, Creches diretas e indiretas, jul/1983). Informava não ser verdade que a criação de creches diretas estivesse suspensa, além de explicar que as novas cláusulas do convênio não permitiriam que as famílias continuassem pagando mensalidades. Explicava sobre o sentido do Fundo de Assistência ao Menor (FUNAM) e completava: “Enfim, as bandeiras de luta dos movimentos populares serão preservadas em todas as formas de atendimento: participação, gratuidade, qualidade. Ao que parece, estas bandeiras é que importam” (Ibidem).

Trecho da matéria intitulada “Creches: um protesto nas ruas contra a prefeitura” ilustra as desconfianças e a radicalização das posições. A notícia descreve uma manifestação do MCL:

Mulheres simples, mal-vestidas, maltratadas, muitas aparentando muito mais do que a sua idade. Algumas carregando bebês no colo ou ‘arrastando crianças ainda bem pequenas [...]. Queriam impedir que hoje a tarde sejam assinados 31 contratos com entidades particulares [...]. Acham que todas as creches municipais devem ser de competência e responsabilidade do governo municipal (CRECHES: UM PROTESTO..., 12/08/1983).

As mães se dirigiam à Câmara Municipal, palco de encontros, desde 1974 e cada manifestante dava suas impressões e opiniões sobre as creches conveniadas. Má alimentação, pouco cuidado pedagógico, cobrança de mensalidade e discordância sobre as diferenças de custos alegados, entre as modalidades de gestão: direta e conveniada. Uma liderança da Associação das Donas de Casa da Zona Norte, declarava à imprensa: “na creche direta uma criança custa 40 mil cruzeiros; na conveniada mais de 34 mil cruzeiros, um salário mínimo” (CRECHES: UM PROTESTO..., 12/08/1983). Mas foi na Câmara que se desnudou um pouco dos bastidores conforme se observa em outro trecho da matéria:

[...] na Câmara Municipal, houve uma briga entre o líder da bancada do PTB, Gabriel Ortega e dona Lourdes do Movimento. Ela o acusa de ser um dos 'proveitadores' das creches conveniadas. Ele se irritou e começaram um curto, mas acalorado bate boca. Depois, Ortega explicou que faz parte da Associação Evangélica Brasileira, AEB, que cuida atualmente de nove creches e que receberá mais duas hoje (Ibidem).

Um vereador admitia de público a cobrança justificando que era simbólica no valor de Cr\$ 500,00 de cada criança. Diante do emaranhado de denúncias e em meio a tantas intervenções apaixonadas, instala-se a Comissão Especial de Inquérito. Um momento em que os movimentos param para se olhar e refletir sobre sua própria atuação.

2.5.1 A Creche Sob os Holofotes

O processo de investigação instaurado em 1983, pela Câmara Municipal de São Paulo, acumulou muitos volumes de documentos, além do relatório final. Foram realizadas 13 sessões que trataram de grandes temas: História da creche, Qualidade de atendimento à criança, Construção e manutenção, Papel do Estado, Alimentação, Situação e propostas da SME para crianças de 4 a 6 anos e 11 meses, Convênios, Profissionais de creche, Aspectos pedagógicos, Participação da comunidade, Experiências e propostas de órgãos estaduais e Política para a gestão municipal. Foram estudados dois documentos que estão arquivados na Biblioteca da Fundação Carlos Chagas.

O documento 1615, Dossiê I, com 11 volumes, trata do processo da CEI já revisado e com os assuntos selecionados pela equipe assessora da CEI.³³ A sua organização, provavelmente, destinava-se à elaboração do relatório final, que é justamente o volume 11 do documento, com um resumo, conclusões e as propostas finais. Constam desse documento alguns depoimentos. Regina Pahim, que trata dos requisitos necessários para que as entidades sociais particulares pudessem conseguir convênios, uma demanda que havia surgido no Encontro Nacional de Creche, ocorrido na Fundação em 1981. Fúlvia Rosemberg trata do atendimento às crianças de zero a seis anos, no Município de São Paulo, abordando aspectos históricos mais gerais. Maria Malta Campos, representante do Conselho Estadual da Condição Feminina, entregou por escrito as sugestões: necessidade de examinar a estrutura da FABES, definir a creche enquanto prioridade, carreira dos funcionários; repasse de verbas para entidades particulares e revisão do repasse de prédios próprios da prefeitura às entidades. Os volumes 4 e 5 tra-

³³ SÃO PAULO (Cidade). Câmara dos Vereadores. **Comissão Especial de Inquérito sobre Creches. CEI/Dossiê I**. vols. 01-13. 1983. Fundação Carlos Chagas. Biblioteca Ana Maria Poppovic. História da Educação e da Infância.

tam, respectivamente, da relação dos convidados pela CEI e uma síntese de dados quantitativos. Os volumes 9 e 10 tratam dos depoimentos revisados e da organização das perguntas e das respostas que ocorreram durante o transcurso da CEI. No volume 10, encontram-se listados os endereços das entidades do Movimento de Creche Conveniada.

O documento 1616 está organizado em 13 volumes e trata das transcrições das fitas gravadas da Câmara, sem revisão e datilografadas pelos servidores que prestaram serviço à CEI. Para entender o debate e o processo da consolidação de política de creche na cidade de São Paulo, priorizou-se o segundo documento.³⁴

A Comissão Especial de Inquérito da Câmara Municipal de São Paulo iniciou os seus trabalhos em outubro de 1983 e encerrou em maio de 1984. Tinha por finalidade investigar o problema do repasse das creches construídas pela prefeitura para entidades, por meio de convênio. Na sessão inaugural a presidenta da CEI informa o motivo da sua criação:

[...] a atual discussão sobre creche se situa num plano que me parece perigoso. Atualmente, a questão de creches está colocada entre aqueles que defendem a creche direta e aqueles que defendem os convênios (CEI, v.1, p. 1).

Ida Maria, que presidiu a CEI, fez parte da diretoria da organização social Associação Comunitária Tebaida, da zona sul, que mantinha convênio com a prefeitura. Na sessão que tra-

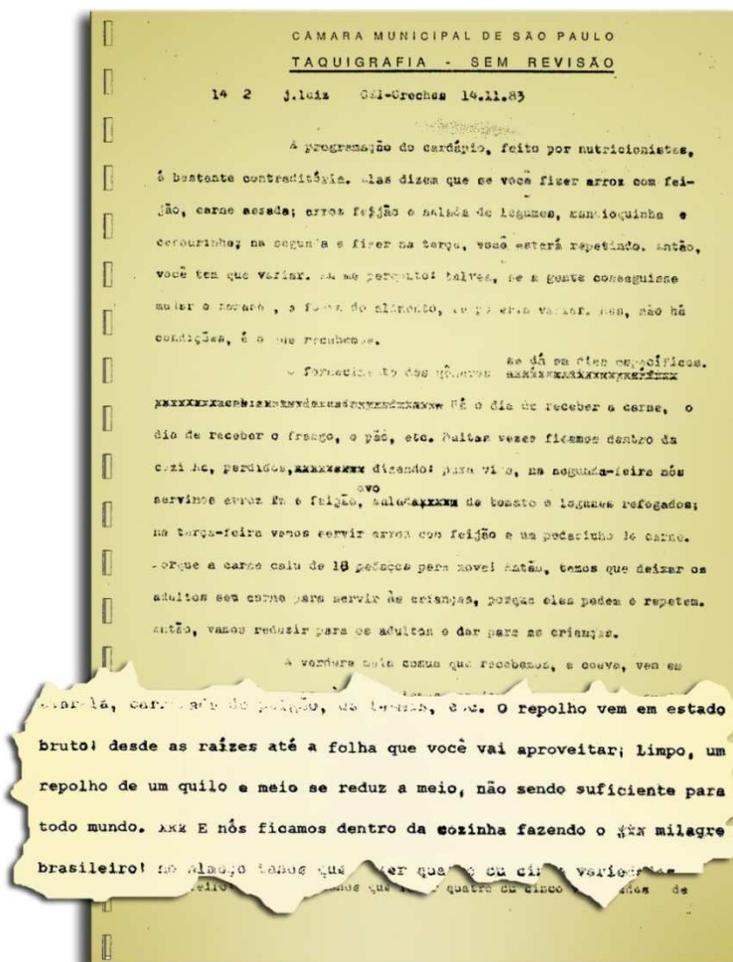


Figura 9 - CMSP/CEI. Taquigrafia s/ revisão. 1983.

³⁴ Para facilitar a notação referente às sucessivas citações que serão feitas a esse documento da Fundação Carlos Chagas, Departamento de Pesquisas Educacionais, ele será referenciado como CEI. Disponível no sítio da FCC em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/jsp/educacaoInfancia/index.jsp>>, nos itens COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO SOBRE CRECHE (CMSP).

tou dos convênios Ida Maria não compareceu, o que foi lamentado por um de seus representantes:

[...] sinto muito a falta de Ida Maria, aqui hoje, porque ela faz parte do Conselho da Associação Comunitária. Ela poderia dizer como o funcionamento é de qualidade e não como estão falando por aí, sobre creche conveniada (CEI, v.7, p. 56).

Na primeira sessão as convidadas Iara Prado, Maria Helena Patto e Fúlvia Rosemberg falaram sobre a história da creche e seus problemas. Prado, que trabalhava em Osasco, informou que naquele município haviam priorizado a creche direta como política de educação infantil e lembra o Movimento do Custo de Vida de 1977, quando as mães distribuíram a carta das mulheres da periferia. Diz ela: “a mesa era composta só por mulheres, a tarefa da resistência era uma tarefa tão difícil e era permitido às mulheres o direito de ousar porque, afinal elas eram um pouco mais indefesas (CEI, v.1, p. 3). Referia-se à carta das mães que, em desespero, exigiam melhores condições de vida e colocavam como uma das prioridades a creche. Nessa sessão o vereador Walter Feldman, médico e líder do governo na Câmara, disse que faria uma provocação:

Queria provocar um pouco a FABs, saber qual é a opinião de vocês, que têm um estudo teórico sobre a questão [...] de creches ligadas à Secretaria da família e do Bem-Estar. Alguns colocam que a Secretaria da Educação seria o setor mais apropriado para tratar um problema complexo como é a creche (CEI, v.1, p. 67,68).

Uma reflexão que não foi cogitada como possibilidade em nenhum momento do transcorrer da investigação. Em referência à fala de Feldman, localizou-se uma observação sem indicar a autoria de que a questão “não é saber o local administrativo” (CEI, v.1, p. 68). Ao contrário, Guiomar Namó de Mello, secretária de Educação, em sessão específica que tratou das EMEIs, afirmou que apenas o ensino fundamental de 7 a 14 anos era obrigatório para o Estado:

Parece que a conquista da escola pública e obrigatória é uma conquista de séculos; nós jamais poderemos abrir mão dela. A iniciativa particular deve ter a liberdade de agir e a família liberdade de escolher a escola para seus filhos; mas sempre que a criança não quiser ir para uma escola particular, o Estado é obrigado a garantir a essa criança uma vaga no ensino público [...]. No que se refere ao atendimento de zero a seis anos, que é ainda muito recente [...] vejo a iniciativa particular como alguma coisa possível, desde que ela possa ter assistência e coordenação técnica (CEI, v.6, p. 69).

Sobre a posição do governo com relação à política da educação infantil para as crianças pequenas por meio das creches, Marta Godinho, em seu depoimento, deixava claro que

“nós defendemos que é papel do Estado dar amplo atendimento ao problema do menor. [...] Se cabe a ele operar diretamente ou custear para que seja operado através de outros, é um detalhe” (CEI, v.4, p. 97). Maria Helena Patto ajuda a fazer a distinção das posições colocadas em cena no desenrolar dos debates da CEI. Na sessão inaugural havia abordado o assunto, afirmando:

[...] as respostas que o Estado geralmente dá às necessidades e reivindicações populares, por mais fortes e organizadas que sejam essas reivindicações, estas respostas, via de regra, são insatisfatórias, distorcidas, tendem ao faz-de-conta e são demagógicas [...] (CEI, v.1, p. 25).

Durante o debate, em resposta sobre o direito das famílias, Maria Helena Patto mais uma vez esclarecia: “mãe da classe mais alta tem o direito de escolher se ela quer por o filho numa creche ou não [...]; sendo que nas famílias exploradas, das classes trabalhadoras, esse direito não existe” (CEI, v.1, p. 82).

A educação da criança pequena, ao fim e ao cabo, parecia ser o pivô do encarecimento do gasto público, um argumento não digerido por um dos vereadores, que questionou Marta Godinho:

Sra. secretária tivemos aqui [...] uma situação deveras curiosa. Devido ao problema do preço da batatinha estar muito alto, foi substituído por um tal de inhame. A criança repeliu assustadoramente o sabor do inhame [...]. Não foi inhame. Foi cará. A criançada não aceitou de maneira nenhuma. No entanto, aquilo que parecia barato ficou mais caro, porque foram devolvidas (CEI, v.4, p. 91).

Os volumes 3, 5 e 9 trataram de questões relacionadas à creche no município de São Paulo: a construção e a manutenção das creches da prefeitura, que seriam uma herança de péssima qualidade do governo anterior; a questão do pessoal que era encarada enquanto despesa, e não como investimento; e a alimentação, situação relatada pelo pessoal que trabalhava na cozinha das creches e que precisavam fazer o milagre da multiplicação dos pães. Segundo depoimento não identificado, na cozinha impediam a feitura de um bolo caseiro, mas é aí que ocorria “uma coisa paradoxal” porque, de outro lado, as crianças ficavam “enjoadas de tanto comer biscoitos” do tipo champanhe (CEI, v.5, p. 30). Os documentos oficiais que a CEI havia recebido da FABES davam conta de que a diferença de custos entre o atendimento por meio da modalidade da gestão da creche direta e indireta (conveniada) não eram tão diferentes. Dizia a presidenta da CEI, “a diferença de quarenta para trinta e quatro (mil), a diferença é pequena” (CEI, v.4, p. 78). Uma diferença pequena quando se verifica que os trabalhadores da prefeitura recebiam salários melhores, as pajens tinham jornada de seis horas e 30 minutos e

recebiam o benefício da refeição no local de trabalho. Na creche conveniada muitos profissionais sequer tinham o registro em carteira, os salários eram menores, com jornada de oito horas e sem direito à alimentação. O argumento do alto custo da creche direta, que era calculado somando-se todas as despesas da FABES e dividindo-se o resultado pelo número de crianças atendidas – o custo *per capita* – já havia sido denunciado na imprensa por Maria de Lourdes, liderança do movimento da zona norte, com o apoio do gabinete da Vereadora Iredé Cardoso.

“Creche é caro, mesmo”, dizia Ana Maria de Faria, para quem a questão central seria a definição de quais prioridades deveriam ser estabelecidas pelo poder público. Era seguida por Ana Maria Seches, que atuava na Secretaria de Educação e já havia trabalhado na FABES: “creche não é considerada pelo poder público como equipamento especial [...] importante” (CEI, v.9, p. 52). Essa posição seria reforçada pelo senhor José Batista, liderança popular da zona leste:

Sou morador do Parque Santa Rita e lutador pelo Movimento de Creches do Itaim Paulista [...]. Temos no bairro do Itaim o problema das creches que se encontram em má situação. Isso porque quando o ex-prefeito construiu as creches, o fez a base do grito. [...] esses problemas não acontecem por acaso. Acontece que no início da gestão da Sra. Marta Godinho, Secretária da Família e do Bem - Estar entrou-se com uma política de conveniar creches, com o objetivo claro de se desincompatibilizar da responsabilidade de manter a assistência à população em todos os níveis (CEI, v.7, p. 72, 94).

Essa questão que ficou mais explícita na sessão que apresentou a experiência de Santa Catarina, em que se tratou do tema da Participação. Um programa governamental que se pautava na aplicação de propostas alternativas de baixo custo envolvendo, principalmente, a proposta das creches domiciliares. As posições adquiriam contornos mais nítidos e mostravam que a questão do custo seria apenas um dos elementos e, talvez, nem tenha sido o principal deles. Na sessão sobre os Convênios Luiz Antônio Ferretti, do Movimento de Creche Conveniada, disse:

Nós do Movimento de Creches Conveniadas de São Paulo, achamos fundamental dividir a guarda das crianças com o Estado, para uma diversificação de cultura, não permitindo uma uniformidade de formação que favoreça a manipulação dominante. O Estado brasileiro é extremamente paternalista e assistencialista e os convênios são uma alternativa de criar canais de participação popular (CEI, v.7, p. 21,22).

Posição reforçada por Leila Lazzetta, também representante do Movimento de Creche Conveniada:

[...] quando tudo é atendido pelo Estado, quando a gente fez um depoimento [...] fizemos a mesma colocação e é uma coisa que a gente levanta como

uma guerra nossa, de que se tudo for atendido pela máquina estatal, acaba havendo uma uniformidade de pensamento, de formação, de direcionamento e até mesmo de condicionamento (CEI, v.11, p. 49).

Tânia, liderança do Movimento de Luta por Creche, criticou a desarticulação do próprio Movimento e rebateu com a pergunta: “Será que é a questão do atendimento particular, que vai acabar com a massificação do ensino na educação?” Segundo sua visão o “movimento de creche conveniada cria um espaço em cima de uma oposição de movimento de luta por creche” (CEI, v.11, p. 84, 89). Sobre a questão da participação, deixou claro que existiam comissões de creche em vários bairros e que o Movimento de Luta por Creche havia encaminhado à FABES uma proposta de participação organizada, sem que tivessem obtido qualquer resposta: “foi encaminhada à FABES no ano passado [...]. Eram comissões que deveriam ser formadas, inicialmente, em regiões de São Paulo, para futuramente existirem em cada creche” (CEI, v.11, p. 42).

As comissões seriam formadas por dois funcionários e dois pais de cada creche, por área, dois representantes do Movimento de Luta por Creche e dois representantes de cada entidade de bairro ou movimento popular. Talvez por isso Maria Carmem, liderança do movimento da zona leste, tenha feito uma declaração um tanto áspera quando explicou porque o movimento de A. E. Carvalho havia decidido lutar por creches diretas:

[...] continuam os mesmos problemas, os projetos são engavetados, os profissionais se esforçam para levar avante e não tem respaldo, sentimos isso como comissão de creche. Se amanhã o poder público quiser saber quais são os representantes dessa comissão nós informaremos (CEI, v.11, p. 61).

Para Tânia o poder público instituído teria dificuldade em lidar com as diferenças e com as reivindicações populares que pareciam ser sentidas como hostilidade, frustrando a expectativa de participação que se esboçava:

[...] as comissões que se propuseram se esvaziaram, na medida em que FABES durante o tempo todo fechou efetivamente, delimitando temas, quer dizer, fechou a possibilidade de discussão real dos temas propostos pelo Movimento de luta por Creche (CEI, v.1, p. 71).

No embate entre os dois movimentos, Leila do MCC, lembrou-se de uma reunião conjunta, que teria ocorrido na FABES, da proposta feita pelo Movimento de Creche Conveniada e do encontro do MCC com o prefeito:

Foi uma proposta feita em agosto, reforçada em dezembro e reforçada, ainda mais, no encontro que tivemos com o prefeito no dia 22 de março e ainda estamos esperando condições de trabalhar em cima dessa proposta (CEI, v.11, p. 93).

A declaração é uma demonstração da proximidade do MCC com as autoridades instituídas. Desde a primeira sessão, lideranças do Movimento de Luta por Creche defendiam a necessidade de garantir o direito das crianças à educação infantil por meio de creches públicas e diretas, registrada na fala de Tânia:

Acho que os próprios parlamentares deviam pensar [...] em possibilidade de mudança na legislação, onde parlamentares exercem papel decisivo. Não existe na legislação nada que garanta a educação da criança de zero a seis anos. Esse papel fundamental, que a meu ver cabe aos parlamentares (CEI, v.11, p. 89).

A Comissão Especial de Inquérito (CEI) parece ter chegado ao auge do seu prestígio quando o prefeito compareceu para apresentar a política de creche para o município de São Paulo. São as primeiras palavras de Covas na abertura do seu discurso:

A educação gratuita é um direito da população e dever do Estado. O município é obrigado a prover a educação gratuita nos ensino de primeiro e segundo graus. Formalmente caberia a ele arcar com a política de atendimento à criança (CEI, v.13, p. 8).

Em seguida argumentava com números e dados do orçamento sobre a impossibilidade de atender à demanda da educação infantil. Como Guiomar, secretária de Educação, já havia mencionado, só o ensino fundamental de sete a 14 anos era obrigatório.

Mário Covas, engenheiro, trabalhava com números, o que lhe permitia analisar as informações de forma mais objetiva: em 1978 havia três creches diretas, 20 indiretas e 90 conveniadas (CEI, v.13, p. 8). No período de 1979 a 1982 eram 129 creches diretas, 23 indiretas e 145 conveniadas (CEI, v.13, p. 10). Na página 16 das notas taquigráficas se encontra a seguinte informação: “entre 1979 e 1984, inclusive, o número de creches diretas aumentou de quatro para 196, o número de indiretas de 21 para 42 e os convênios com entidades particulares de 95 para 172” (CEI, v.13, p. 16).

Ano	Direta	Indireta	Conveniada
1978	3	20	90
1979 a1982	129	23	145
1979 → 1984	4 → 196	21 → 42	95 → 172

Fonte: Quadro das informações obtidas sobre a evolução do número de creches

Explicou que existiam recursos financeiros para novas 35 creches. Destas, sete creches sairiam do orçamento municipal e as demais programadas seriam construídas com recursos que haviam sido conseguidos por meio de projetos junto ao governo federal, com recursos da Caixa Econômica Federal. Eram os recursos liberados pelo FAS, cujo financiamento havia sido conseguido por Reynaldo de Barros (CEI, v.13, p. 27, 51). Criticou ainda o imediatismo do governo anterior na busca de soluções:

[...] ao assumir os objetivos dos movimentos de luta por creches, o município, no período considerado, agiu no sentido de perceber o atendimento à criança como elemento da política de bem-estar social nos moldes da sociedade desenvolvida (CEI, v.13, p. 12).

Apontava os erros cometidos: supervalorização da qualidade do equipamento e superdimensionamento do quadro de pessoal e os impasses que seriam “o incremento incessante da demanda e possibilidade reduzida de atendimento face ao elevado valor do investimento e custeio nos padrões definidos” (CEI, v.13, p. 10). Para Covas, o eixo da questão era que a população precisava de creche e não se era creche direta, indireta ou conveniada. Era preciso considerar a limitação de recursos, a morosidade para construção e instalação de uma creche, alternativas de atendimento. Deveria ser levado também em conta:

[...] o potencial de atendimento representado pelas iniciativas da comunidade que já prestam serviços nesse setor ou que poderiam vir a fazê-lo, mediante incentivos, supervisão técnica, subvenções oferecidas pelo Poder Público Municipal (CEI, v.13, p. 18).

O prefeito indicava uma política de creche que, na realidade, já estava sendo aplicada em paralelo à CEI: a ampliação dos convênios e a locação de imóveis que seriam adaptados para atender as crianças pequenas.

Em seu relatório final a CEI faz cinco recomendações. Na primeira propôs que o poder executivo municipal assumisse uma política integrada de creche, criando um Conselho para garantir essa política, penetrando em esferas do governo estadual e federal, fora do âmbito de sua competência.

Pelas recomendações II e III, legitimou as duas redes de creche e para cada uma traçou sugestões. Para a creche direta listou cinco aspectos operacionais: controle de custos; revisão do projeto de construção; padronização do material; melhoria da manutenção; e, por fim, sobre a alimentação, sugeriu descentralizar a distribuição dos alimentos e a compra dos produtos perecíveis, além da revisão do fornecimento gratuito de alimentação para os funcionários. Propôs a regulamentação da carreira de pessoal e formação, questão em andamento, resultado de ne-

gociação sindical. Nos aspectos pedagógicos, além de fornecer material, defendeu o modelo de mini-creches e definição de uma proposta pedagógica que permeasse todas as atividades nas creches. Para as creches indiretas e conveniadas apresentou dois pontos: o primeiro tratou do retorno das creches indiretas e, por isso, reivindicou que “não se realize mais nenhum repasse de creches públicas para a administração de entidades particulares” (CMSP/CEI, Relatório Final, 1985, p.28). O segundo ponto considerou “imprescindível” a contribuição da sociedade por meio da manutenção das creches conveniadas, sugerindo que a prefeitura garantisse “uma orientação de trabalho” nas mesmas condições “daquela seguida pela rede direta” (CMSP/CEI, Relatório Final, 1985, p.28).

A recomendação IV tratou de questões relacionadas à creche no local de trabalho, que envolviam relações entre trabalhadores e empresariado, de responsabilidade do governo federal. A recomendação V, a mais importante, reconhecia a creche como “direito da criança, uma extensão do direito universal à educação, um direito dos pais e um dever da sociedade” (CMSP/CEI, Relatório Final, 1985, p.28). Como consequência, propõe alteração apenas na Constituição Federal, sem apresentar nenhuma proposta concreta de mudança na legislação municipal, remetendo as recomendações ao Executivo.

A Comissão Especial de Inquérito realizou inúmeras e longas sessões: um debate estendido, demorado, abarcando muitos aspectos da creche e não apenas as questões para o qual foi instalada. Abordou a história da creche; as várias experiências e propostas dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal, além de experiências do exterior. Debateu também as questões relacionadas às modalidades de gestão, aos aspectos pedagógicos, à legislação nacional, à relação da creche entre patrões e empregados, entre outros. Ao se estudar as notas taquigráficas têm-se a impressão de um mergulho na leitura de um longo cardápio, em que os ingredientes vão sendo adicionados à mesa e não se sabe bem como fazer a mistura, nem qual será o sabor. Uma imersão que pareceu querer abraçar a questão da creche em todas as suas dimensões, diluindo o foco que motivava a investigação: a entrega de creches construídas pelo poder público municipal para entidades particulares por meio de convênios.

Em seu estudo sobre as creches na cidade de São Paulo no período de 1982 a 1990, Blay ajuda a compreender algumas fissuras que se desenhavam no interior do movimento: no início do governo Montoro ocorreu uma audiência com o governador para tratar da sua institucionalização. Segundo a autora, foi “realizada uma visita ao Governador com o intuito de

oficializar o movimento, porém parte acreditava que o mesmo não deveria ser institucionalizado. Tinha que ser um movimento do povo” (BLAY 1992, p. 39). A questão, que dividia o Movimento, aprofundou-se quando Ruth Escobar, durante a reunião e de modo precipitado, apresentou ao Governador uma liderança que seria a Coordenadora do Movimento de Luta por Creche. Só que não havia ocorrido nenhuma indicação por parte do Movimento, nem processo de eleição para a escolha da coordenação, já que não havia consenso sobre o tema (BLAY, 1992).

Em 1984, com a CEI já no seu final, FABES retomava as ações da pasta e, com base no diagnóstico realizado no ano anterior, definia a política de “Atendimento à criança de 0 a 6 anos através da rede de creches”, conforme se observa no documento que circulou internamente em maio de 1984 (FABES, Atendimento..., 1984, SMADS). Esse documento realiza uma análise e avaliação política mais geral e recupera a história da creche na cidade de São Paulo, colocando em cena a posição da direção da secretaria com relação aos projetos políticos anteriores referentes à creche. Apresenta a história da creche em três períodos: o primeiro seria o do governo Faria Lima, que teve o mérito de instituir a creche no âmbito da prefeitura. Delimita o segundo período entre 1973 e 1980, em que a gestão pública não teria dado ênfase à construção de creche para atendimento direto pela municipalidade:

A política então adotada assentava-se no estabelecimento de convênios com Entidades Sociais, representativas na comunidade, as quais prestavam o atendimento necessário ao MENOR de 0 – 6 anos, mediante a concessão por parte da prefeitura, de assistência técnica e financeira [...] (Ibidem).

Enfatiza que a participação da sociedade civil, por meio de convênios, teria favorecido gradualmente a expansão do atendimento ao menor, daí terem aparecido “um número expressivo de ‘creches particulares’ que surgiram para colaborarem no atendimento ao menor” (Ibidem). Identifica o terceiro período na administração de Reynaldo de Barros: “diferentemente da anterior, foi conferida grande ênfase ao atendimento ao menor através da expansão da rede de creches construídas e administradas pela prefeitura, consagrando, então, uma política de creches diretas” (Ibidem). Depois de proceder ao relato sobre os períodos anteriores, apresenta a posição que embasaria a política da gestão de Marta Godinho, esclarecendo sobre a necessidade de se rever as políticas de atendimento à infância e que a administração da creche direta seria apenas uma das alternativas válidas; por fim, critica a “adoção da política expansionista e equipamentista” (Ibidem).

A rede direta tinha se tornado um aparelho reprodutor dos vícios do Estado brasileiro e seria um modelo que se revelava “ainda dependente de uma política expansionista-clientelista tendo se transformado muito mais em cabides de empregos do que em equipamento prestador de serviços” (Ibidem). Não se furtou também de analisar o “Movimento de Luta por Creches Diretas” que “ganhou força e expressão influenciando grandemente aquela política expansionista, quantitativamente, da rede de creches diretas adotadas pela administração anterior” (Ibidem). Uma das sessões da CEI havia tratado especificamente sobre a participação da população, questão sobre a qual se encontra a opinião do governo no documento interno:

No quadro social desafiante, hoje existente, a organização da população para participar com o governo na solução dos problemas não pode deixar de ser considerada. Entretanto, ao lado dos movimentos populares reivindicatórios, abertos ao diálogo [...] encontramos grupos radicais, com fortes componentes políticos – ideológicos de expressão manipuladora, que obstaculizam as soluções encontradas, impedindo a concretização de ações indispensáveis (Ibidem).

Apresenta, ainda, as diretrizes do trabalho que deveria ser desenvolvido pela pasta e expõe a concepção que deveria embasar a atuação da Secretaria:

A criança e o adolescente das camadas de baixa renda - o MENOR – não são vistos como excluídos de todos os serviços de consumo coletivo aos quais tem direito por pertencerem à categoria social criança-adolescente. Mas são vistos como a causa de desordens, de distúrbios (Ibidem).

O debate interno menciona a necessidade da alteração e redefinição do papel do Estado, que deveria atender as necessidades da população e não apenas de grupos minoritários e sempre privilegiados. Diante de uma cidade tão complexa como São Paulo, seriam necessárias várias alternativas de atendimento. Nesse novo desenho, seria preciso deixar “de lado a noção de Estado autoritário” e preconizar “a ideia da ajuda mútua, cooperativismo, associação Estado-sociedade civil, união de esforços de toda a população para prover os serviços para toda a coletividade, independentemente da lei do mercado e do poder do Estado” (Ibidem).

IMPRESSÕES FINAIS

No transcorrer do período entre 1964 e 1969, a creche passa a fazer parte das políticas públicas da prefeitura de São Paulo. Os registros das reuniões das entidades com o prefeito, entre os meses de setembro a dezembro de 1965, mostram que o processo da sua implantação sempre foi negociado e acordado com as entidades, que eram em sua maioria confessionais. A iniciativa de colocar a creche na agenda política, como parte das propostas da assistência à infância, foi de Helena Junqueira, que já no evento do UNICEF em 1964, apontava a questão da creche. Foi dela a iniciativa de articular e definir as propostas com as entidades para que assumissem as creches por meio de convênios. Era uma necessidade latente detectada pelo governo, implantada de cima para baixo, cuja execução marchava a passos lentos, pois os recursos para a assistência à infância já estavam aprovados e constavam do orçamento desde antes de 1965. Era a ideia da creche como emergência para atender aos que dela mais necessitavam.

Por volta de 1973, a população da cidade de São Paulo apercebe-se da creche como uma demanda importante para atender às suas necessidades, por conta de duas causas básicas. De um lado, a segunda onda da migração provocada pelas grandes obras, que jogaram as pessoas para a periferia, onde não havia serviços públicos de atenção à saúde ou educação. Não tinha luz, água, ruas ou escolas, eram “os sem-nada”. De outro, a segunda questão: o aperto do cinto com a política do arrocho. Era o tempo do milagre brasileiro. A creche aparece, assim, como necessidade objetiva das mães e mulheres da periferia que precisavam de um local para educar crianças, enquanto as mães saíam para trabalhar e ajudar no provimento da casa. Os desejos se expressavam pela comparação das experiências que conheciam: queriam escolas, parques infantis e creches como as da prefeitura, porque eram as melhores.

Em 1976, a creche vem a público e passa a ser uma reivindicação coletiva na assembleia do Movimento do Custo de Vida, no seu começo coordenado pelas mulheres da periferia. Os movimentos se espalhavam pela cidade, como disse uma mãe: “uma coisa leva a outra”. Neste estudo identificaram-se protagonistas e parceiros na luta por creche: as mães e mulheres da periferia, cuja necessidade estava encarnada na sua vida diária, e os trabalhadores que questionavam o Estado, desobedeciam e burlavam as normas, criando situações de conflitos e tensões. As mães queriam as creches, e os trabalhadores, condições de trabalho, autonomia e profissionalização dos serviços.

Dois parceiros ajudaram nessa luta: as organizações feministas capturaram o sentido da creche e a levaram para as mulheres trabalhadoras, que continuaram percebendo a creche como parte da cesta de benefícios e cuja opção parece ter sido a livre escolha. A troca de interesse – do apoio à luta por creche e a expansão das questões feministas junto às mulheres da periferia – foi tênue e de curta duração. É possível que este afastamento tenha se dado pelo desinteresse das trabalhadoras que se articulavam diretamente nos sindicatos. Já a Igreja – o segundo parceiro – ofereceu apoio em troca da fidelização dos cristãos. Nessa troca de interesses a Igreja incorporou ao seu patrimônio os centros comunitários construídos por meio de campanhas da população. Mas cedo, ainda em 1978, recolhia-se às rezas enquanto avançava nas negociações com o regime militar pela redemocratização do país, deixando de fora os setores populares. Os entrelaçamentos das relações do movimento por creche se deram com estruturas de duas correntes de movimentos: as associações de moradores, que emprestavam sua estrutura e espaço físico, e o Movimento do Custo de Vida, mostrando, pela experiência vivida, como o velho e o novo se misturavam e que havia um fio de continuidade naquela linha do tempo.

Olhando pelo avesso, nos idos de 1976 e 1977, os trabalhadores da prefeitura transgrediam as normas, orientavam a abertura de entidades, repassavam recursos financeiros para fazer puxadinhos para o funcionamento de creches e assinavam convênios, o que permitiu a ampliação de entidades que depois se agregaram ao Movimento de Creche Conveniada. Entre 1978 e 1979 os trabalhadores da prefeitura davam uma guinada e enfrentavam a cúpula do governo. Colocaram para dentro, nos colegiados, lideranças populares e encamparam a proposta das creches públicas, gratuitas e diretas – proposta defendida pelo Movimento de Luta por Creche. Nessa virada, que durou pouco tempo, a creche foi sacralizada como direito da mulher, mas também da criança, e uma política estruturante de educação infantil se desenhava, ainda que seus contornos estivessem pouco nítidos. Já os profissionais das creches eram vistos de forma sagrada e profana ao mesmo tempo: de um lado eram incriminados por não terem conhecimento – e não se levava em conta os seus saberes práticos – e de outro, uma visão romântica e mágica sustentava que bastaria lhes dar formação para resolver os problemas das creches.

Na luta por creche – no interior do próprio movimento – havia opiniões distintas que aparentemente não se conflitavam. A reivindicação era por creche como as da prefeitura. Mas

deveriam ser da prefeitura? Afinal, a prefeitura era o Estado. Essa ambiguidade do movimento por creche se escancara em 1979, justamente no ano que o movimento de luta por creche se formaliza. E o que estava junto, se separa. No mesmo ano formalizam-se dois movimentos: o Movimento de Luta por Creche (MLC) e o Movimento de Creche Conveniada (MCC), que expressam concepções de Estado diferentes. O MLC queria a creche direta e de qualidade gerida pela lógica pública do Estado, e o MCC queria a creche financiada totalmente pelo Estado e gerida pela lógica particular das entidades. A disputa entre os movimentos se aprofunda quando Mário Covas assume a prefeitura de São Paulo, em 1983. De um lado havia no ar, por parte do MLC, a expectativa de que as creches novas, entregues às entidades particulares no final do governo anterior, fossem retomadas pela prefeitura. De outro lado o MCC detinha a expectativa da melhoria dos convênios e a continuação do repasse das creches. A Comissão Especial de Inquérito, que deveria investigar a entrega das creches, desvia-se da sua finalidade e realiza infundáveis debates sobre a creche. Uma investigação longa que, como outras, levariam a gestão à paralisia e que, de certo modo, deslocou do foco central do Movimento de Luta por Creche, que era o fortalecimento da proposta de creche como política de Estado. O próprio prefeito se posiciona na CEI afirmando que a creche atenderia aos mais desfavorecidos, não importava exatamente de que modo, consolidando a creche como uma política de emergência.

Este estudo apontou ainda que, na cidade de São Paulo, o setor da educação resistiu ao debate e não aceitou a creche sob o seu comando por duas vezes: na primeira, em 1979, quando COBES reconhecia que não tinha estrutura e lamentava o recuo da pasta da Educação nas questões da creche; em 1983, durante a CEI, quando a Secretaria da Educação deixa clara sua posição contrária à creche sob sua pasta naquele momento, e todos desconsideraram o questionamento de Walter Feldman sobre se o lugar da creche não seria justamente na Educação. Uma terceira vez foi na gestão Jânio Quadros, em 1986, que, por meio do decreto 21.862/86, transferiu as creches para a educação, conforme relato que se encontra no sítio do Sindicato da Educação Infantil (SEDIN): “Ainda no governo Jânio, conseguimos em menos de um mês, através de um decreto do secretário Paulo Zing, termos as creches transferidas para a educação”.³⁵ Coincidentemente, no mesmo ano, Campos relatava os resultados da reunião do grupo de Trabalho de Educação Pré-Escolar da ANPED, sobre as propostas que deveriam ser incor-

³⁵ Sítio do Sindicato da Educação Infantil, SEDIN. História SEDIN. Acesso em 21/11/2010. <http://sedin.com.br/novo/index.php?id_pagina=108>

poradas à nova constituição. Mostrava que a plenária havia aprovado o ensino pré-escolar para todas as crianças de 4 a 6 anos, mas sobre a creche consta no trecho da carta circular: “Esperamos que a questão da creche seja incluída na Constituição através da pressão dos grupos de mulheres, pois no meio educacional ainda não existe clima favorável para isto; se a proposta fosse definida para a faixa de 0 a 6 anos, provavelmente não passaria” (CAMPOS, Carta circular, 06/06/1986). Como se observa, a creche não estava no horizonte de muitos dos intelectuais da educação e a legislação ainda em vigor, provavelmente, é reflexo do consenso possível por ocasião do debate da constituinte.

Ao finalizar este trabalho, gostaria de expressar algumas surpresas e sentimentos que surgiram no transcorrer dos estudos. Aprendi nesta investigação que a organização dos grupos de interesse é legítima e que até os dias atuais a política pública da creche, no município de São Paulo, só se implanta por pressão da população. No estudo das referências teóricas, duas questões fizeram aflorar um sentimento de inquietude e de incompreensão. Os estudos de Sader passaram uma percepção de que o Estado não seria necessário, ao mesmo tempo em que supervalorizam os novos movimentos e diminuíram a importância dos movimentos sociais anteriores à década de 70. O que era novo era bom e o que era velho era ruim.

Outro aspecto trata da questão da unidade encontrada em várias referências. A creche teria sido um ponto de encontro exemplar. Mesmo no interior dos movimentos regionais que lutavam por creche, havia muitas contradições, ramagens coloridas com diversidade de ideias, modos de trabalhar distintos; enfim, tudo muito plural. O que não dizer dos movimentos e organizações diferentes com tantos outros interesses? As incompreensões aumentavam, tornando difícil a apreensão do conjunto. Os estudos de Raymond Williams sobre as formações no modo de vida moderno contribuíram para lançar luz no modo como as pessoas se organizam e nos processos das relações sociais. As pesquisas de Ruth Cardoso ajudaram na compreensão do sentido do Estado. Cardoso alertava para o risco de avaliações apressadas, mostrando que as pessoas reivindicavam o apoio e a presença do Estado, e não necessariamente o combatiam. Chamou atenção para a pluralidade e criticou o discurso da unidade que as histórias de vida e as ações concretas desmentem, além de destacar o fio da continuidade e do risco da negação do passado.

Ao longo do trajeto aconteceram algumas surpresas: comungava do senso comum de que a maioria da população que se arriscava nos loteamentos clandestinos e distantes, teria

vindo do nordeste. Imaginava que a creche pública, gratuita e direta havia se expandido no governo Covas, decantado como o primeiro governo progressista e de esquerda. Mas no contato com os documentos, a cada dia o desencanto em admitir que a expansão, ou melhor, a criação de uma rede pública de creches, gratuita e direta, definida pelas mães como de boa qualidade, tenha sido realizada por um governante identificado como de direita. Inicialmente acreditava ser a questão da creche uma demanda que havia se deslocado de uma necessidade das mães da periferia para uma necessidade das mulheres trabalhadoras. Uma interpretação equivocada. Só mais tarde percebi que as organizações feministas capturaram a questão da creche e a incluíram na sua pauta, além da troca de interesses que estava implícita naquelas relações. Ainda relacionada às feministas, e tão bem colocada por Sarti, fica um ponto pouco claro: a questão da maternidade – o sentido de ser mãe e de educar. Por que as crianças muito pequenas precisam ser institucionalizadas? Por que para um bebê de três, seis meses a creche é fundamental? A resistência da pasta da Educação à creche, por tanto tempo, ainda resulta em surpresa e é de difícil compreensão.

Por fim, acredito que parte dessa história possa ajudar a explicar por que até os dias atuais ainda é preciso o apoio do Ministério Público para garantir os direitos da criança muito pequena à educação infantil e por que demorou mais de 30 anos, de 1965 a 2001, para migrarmos de uma política de emergência, para o reconhecimento de uma política de direitos, em uma transição ainda inacabada. Ajuda a explicar algumas outras questões, entre elas a existência de várias redes municipais, a partição da idade das crianças e o funcionamento da educação infantil. De um lado as crianças até três anos e 11 meses nos CEIs e, de outro, as crianças de quatro a cinco anos e 11 meses nas EMEIs.

A creche em São Paulo ainda não foi incorporada como uma política pública. Não está naturalizada, assim como os ditos: “está claro como água ou macarrão com queijo”. A educação da criança muito pequena é ainda, depois de tanto tempo, adjetivada com explicações sobre a sua significação. A necessidade de reafirmar constantemente esse direito evidencia sua fragilidade. O seu regramento está em constante alteração: Pré-escola? Creche? Período integral? Parcial? Faixas etárias? Uso de denominações como berçário, minigrupo – que não se sabe o que significa –, primeiro estágio – que não se sabe de quê. As ambiguidades e dilemas sobre as muitas redes, o financiamento, a gestão, se é direta, indireta, conveniada, estas são questões que refle-

tem a dificuldade de consolidar a educação infantil como uma política pública decorrente do direito básico da criança.

Diante disso, uma nova pergunta se apresenta: o que se fazia, e como eram as práticas educativas no interior da creche? A figura 7 mostra uma fotografia de crianças perfiladas fazendo pose para o registro de um ato solene. A fotografia congela e materializa o registro de uma formatura – rito de passagem – que simboliza e retrata uma cultura escolar. Uma cena que ilustra parte da realidade que foi estudada.



Figura 10 - Primeiro grupo de crianças saídas da Creche Jardim Klein, 1982.

Esta investigação, ao expor algumas das ambigüidades e contradições no interior do movimento por creche em São Paulo, e nas políticas públicas adotadas, aponta para a necessidade de realizar estudos que possam mostrar quais eram as orientações contidas nos manuais e o seu uso efetivo pelos trabalhadores da educação na cidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. M. Maternidade e cidadania: uma encruzilhada para as primeiras feministas. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 9., 1985. **Anais...** GT: Mulher e Política.
- AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora. 1980.
- ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista - as greves de 1978/80**. 2. Ed. Campinas: editora da Unicamp. 1992.
- ANTUNES, R. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Editora Brasil Urgente. 1991.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.
- BLAY, D. **Políticas públicas e organizações populares: um estudo sobre as creches no município de São Paulo no período de 1982 a 1990**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 6. Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1997.
- BONTEMPI Jr., B. R. L. de B.: um intelectual? In: NEPOMUCENO, M.A.; TIBALLI, E.F.A. (Orgs.). **A educação e seus sujeitos na história**. Belo Horizonte: ARGV-MENTVM. 2007.
- BRANT, V. C. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. (Orgs). **São Paulo: o povo em movimento**. São Paulo: CEBRAP, Petrópolis: Vozes. 1980. p. 9-27.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Clubes de mães da campanha educativa**. Coleção DNCr. São Paulo: Editora Ougarit S.A. n. 161. 1960.
- CAMARGO, C. P. F. de, *et. al.* **São Paulo 1975 crescimento e pobreza**. 4. Ed. São Paulo. Edições Loyola. 1976.
- CAMARGO, C. P. F.; SOUZA, B. M.; PIERUCCI, A. F. O. Comunidades Eclesiais de Base. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. (Orgs). **São Paulo: o povo em movimento**. São Paulo: CEBRAP, Petrópolis: Vozes. 1980. p. 59-84.
- CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. *et al.* **A expansão da rede de creches no município de São Paulo durante a década de 70**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1988.

CARDOSO, E. Imprensa Feminista Pós-1974. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1., n. especial, p. 37-55, set-dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

CARDOSO, R. C. L. **Movimentos sociais na América Latina**. ANPOC. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_02.htm>. 1987. Acesso em: 27 jul. 2010.

CAVASIN, S. Constituição do Acervo. In: CAMPOS, M.M.; ROSEMBERG, F. *et al.* **A expansão da rede de creches no município de São Paulo durante a década de 70**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1988.

CHARTIER, R. **A História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1990.

CHIOZZINI, D. F. **Os ginásios vocacionais: a (DES) construção da história de uma experiência educacional transformadora (1961 – 1969)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

CHIRIAC, J.; PADILHA, S. Características e limites das organizações de base feminina. In: BRUSCHINI, M.C.; ROSEMBERG, F. (Orgs). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Brasiliense. 1982.

COSTA, A. A. A. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. **Revista Estudos Feministas**. Dez. 2009.

COSTA, A. O. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo, 1970. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 66, p. 63-69, ago. 1988.

COSTA, C. R. Z; PAULA, E. M. A. **O movimento de luta por creche na zona norte da cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUSP. 1990.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, n. 35. PUC-SP. Julho/Dezembro. 2007.

DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C.B. (Org.). **Fontes Históricas**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Contexto. 2008.

DELGADO, D. G. *et al.* 20 anos de política de gênero da CUT. In: LIMA, M.E.B. Mulheres na CUT: **história de muitas faces**. São Paulo: CUT Brasil. 2006

DIAS, R. B. Da esquerda católica à esquerda revolucionária: a ação popular na história do catolicismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Ano I, n. 1 - Dossiê Identidades Religiosas e História. 2007. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/17%20Reginaldo%20Benedito%20Dias>>. Acesso em: 27 jul. 2010

DRAIBE, S. M. As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84. In: D'ARAÚJO, M.C.; PAZZIANOTTO, A.P. (Orgs). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1994. p. 271-309.

DUARTE, L. M. S. **Isto não se aprende na escola**: a educação do povo nas CEBs. Petrópolis: Vozes. 3ª Edição. 1986.

EM TEMPO. **Caderno**: as mulheres e o trabalho. São Paulo: 1983. Ed. Aparte Ltda.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Editora Bandeirante Ltda. 2005.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. v. 1. São Paulo: Editora Globo. 5ª Edição, 2008.

FERRARI, B. **Que falta ela faz!** Disponível em:
<<http://www.cronopios.com.br/site/resenhas.asp?id=3582>>. Acesso em: 27 jul. 2010

FESTER, A. C. R. **Justiça e paz: memórias da comissão de São Paulo**. Edições Loyola: São Paulo. 2005.

FRAM, T. **A formação e o treinamento de professores e especialistas de ensino de primeiro grau**. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo. Sessão Especial. 1971.

_____. **Em busca da equidade no mundo contemporâneo**. Centro de Estudos Filosóficos. Palas Athena. 1997.

_____. **Garantindo eficácia e coerência no trabalho de construção da paz**. Comitê Paulista para a Década da Cultura da Paz. 2002. Disponível em: <<http://www.comitepaz.org.br>>. Acesso em 27 jul. 2010.

FRAM, T. Posição da mulher no mundo de hoje, sua integração na sociedade e sua responsabilidade. In: _____. **Mulher presença I**. Petrópolis: Vozes. 1968. (Coleção Pastoral Familiar).

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Creche**. Suplemento dos Cadernos de Pesquisa. n. 43. Nov. 1982.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução: Federico Carrotti. São Paulo: Companhia das Letras. 2ª Edição. 1989.

_____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

GOHN, M. G. M. **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis: Vozes. 1985.

HADDAD, L; OLIVEIRA, E. C. **A Secretaria do Bem-Estar Social e a luta por creche.** In: CAMPOS, M. M. (Org). A expansão da rede de creches no município de São Paulo durante a década de 70. v. II. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1988.

HADDAD, L; OLIVEIRA, E. C. A Secretaria do Bem-Estar Social e a Creche: dos primórdios a 1970. In: **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo. v. 11. n. 34. p. 90-118. Dez. 1990.

HOBBSAWM, E. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

IGNARRA, R.M. **História da vida de um grupo:** análise micropolítica num órgão público. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

JUNQUEIRA, H.I. **Conseqüências sociais da urbanização para a criança.** Itália, 1964.

KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940).** São Paulo: Edições Loyola. 1988.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** São Paulo: Cortez Editora. 2006.

KUHLMANN Jr, M. Histórias da educação infantil brasileira. **ANPED: Revista Brasileira de Educação.** n. 14, mai-ago/2000.

KUHLMANN Jr, M. **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação. 1998.

KUHLMANN Jr, M. Os intelectuais na educação da infância. p. 109-119. In: NEPOMUCENO, M.A.; TIBALLI, E.F.A. (Orgs.). **A educação e seus sujeitos na história.** Belo Horizonte: ARGUMENTVM. 2007.

_____. **Educação infantil - segmento que deve ser valorizado.** Revista Difusão de Idéias. Fundação Carlos Chagas. Out. 2007.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP. 2003.

LIMA, L. O. **A mulher no Brasil de hoje.** In: COSTA, L.G. (Org). Mulher Presença I. Petrópolis: Vozes Ltda. 1968. (Coleção pastoral familiar 7).

MARINHO, H. **Vida e educação no jardim de infância.** 3ª Edição. Rio de Janeiro: Conquista. 1967.

MATTOS, R. C. O. A juventude operária católica: visão de uma utopia. **Saber Digital: Revista Eletrônica do CESVA,** Valença, v. 1, mar-ago. 2008. Disponível em: <http://www.faa.edu.br/revista/v1_n1_art06.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2010.

MORAES, M. Q. Família e feminismo. **Caderno de Pesquisas,** São Paulo, n. 37, mai. 1981.

NOGUEIRA, A. M. **Perspectivas do trabalho e do sindicalismo no Brasil**. 2000. Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs00/gt18/00gt1821.doc. Acesso em: 24 jun. 2010.

PAOLI, M. C. Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 3, n. 7, set/dez. 1989. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 fev. 2010.

PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V.S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. In: **Revista Brasileira de História**. À luta, trabalhadores! n. 6. Editora Marco Zero. São Paulo. 1984.

PAOLI, M. C. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: SÃO PAULO (Cidade). **Direito a memória: patrimônio histórico e cidadania**. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. 1992.

PEDRO, J. M. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970 – 1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 26, n. 52, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 24 jun. 2010.

PERANI, C. Comunidades eclesiais de base: alguns questionamentos. **Cadernos do CEAS**. n. 56, jul-ago/1978.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2007.

PRONKO, M. A. **Primórdios da institucionalização do ensino técnico - profissional**. v. 29. n. 1. Abr. 2003. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/291/boltec291d.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

RODRIGUES, C. R. D. Paulo Evaristo Arns e a dimensão político-religiosa de suas iniciativas pastorais. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH. Ano II, n. 5. Set. 2009. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

ROMANO, R. **Brasil, igreja contra Estado: crítica ao populismo católico**. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

ROSEMBERG, F. (Org.). **Creche**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Cortez Editora. 1989.

ROSEMBERG, F. A LBA. O projeto casulo e a doutrina de segurança nacional. In: FREITAS, M. C. (Org). **Infância no Brasil**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Cortez. 2001.

ROSEMBERG, F. **As feministas e a luta por creches**. In: CAMPOS, M. M. (Org). **A Expansão da rede de creches no município de São Paulo durante a década de 70**. v. II. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1988.

_____. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**, n. 51, Nov. 1984. p. 73 - 79.

ROSEMBERG, F.; CAMPOS, M. M. HADDAD, L. **A rede de creches do município de São Paulo**. São Paulo: DPE/FCC. 1991.

ROSEMBERG, F.; GOLDENSTEIN, M.; GROSBAUM, M.W; PINTO, R. P.; CAVASIN, S. **O que se deve saber sobre creches**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1982/1984.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970 – 1980)**. 4ª. Edição. São Paulo: Paz e Terra. 1988.

SARTI, C. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez. 5ª Edição. 2009.

SARTI, C. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido**. Mimeo. Universidade de São Paulo. 1998.

SINGER, P.; BRANT, V. C. (Orgs). **São Paulo: o povo em movimento**. São Paulo: CEBRAP, Petrópolis: Vozes. 1980.

SINGER, P. **Movimentos de bairro**. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. (Orgs). São Paulo: o povo em movimento. São Paulo: CEBRAP, Petrópolis: Vozes. 1980. p. 83-107.

_____. Movimentos sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. (Orgs). **São Paulo: o povo em movimento**. São Paulo: CEBRAP, Petrópolis: Vozes. 1980. p. 207 – 230.

_____. O feminino e o feminismo. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. (Orgs). **São Paulo: o povo em movimento**. São Paulo: CEBRAP, Petrópolis: Vozes. 1980. p. 109-142.

SOARES, G. A. D.; D'ARAUJO, M. C. (Orgs.) **21 Anos de regime militar**. Balanços e Perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 1994.

SOUZA, G. L. D. **Educação matemática na CENP: um estudo histórico sobre condições institucionais de produção cultural por parte de uma comunidade de prática**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

SPOSATI, A. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez. 1988.

TEIXEIRA, E. **Creche – organização popular**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Braz Cubas. Trabalho de Graduação. 1979.

TEIXEIRA, M. A. C. **Subsídios a uma análise histórica do setor de desenvolvimento de comunidade no órgão público municipal de bem estar social da prefeitura de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1983.

TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1999.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** In: NEGRO, A.L., SILVA, S. (Orgs.). Campinas: Editora da UNICAMP. 2001.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores:** a origem da lei negra. Tradução: Denise Bottmann. Coleção Volumes da História - v.7. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

UNICEF. **A infância dos países em desenvolvimento:** um relatório do UNICEF. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Edições GRD. Rio de Janeiro. 1964.

VARUSSA, R.J. **Igreja católica e movimentos católicos operários na constituição da pastoral operária na arquidiocese de São Paulo (1970-1975).** Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/guestb196c/igreja-catolica-e-movimentos-catolicos-operarios-presentation>>. Acesso em: 24 jun. 2010.

VASCONCELOS, J. F.; SAMPAIO, S. **Problemas médico-sociais da infância: o comércio das criadeiras.** Rio de Janeiro: Editora Odeon. 1938.

VIEZZER, M. **O problema não está na mulher.** São Paulo: Cortez Editora. 1989.

WILLIAMS, R. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

Documentos

Brasil

Brasil. **Decreto Federal** n. 200 de 25 de fevereiro de 1967.

ME. Ministerio da Educação. **Atendimento ao pré-escolar**. v. 1. 1977.

MS. Ministerio da Saúde. **Clube de mães da campanha educativa**. Coleção DNcr. n. 161. São Paulo: Editora Ougarit S.A. 1960.

Estado de São Paulo

Ato n. 3 de 30/01/2003. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. 2003

CEE - Conselho Estadual de Educação. **Plano Estadual de Educação**. 1970.

____. Unidade de Serviço de documentação. **Indicação n. 1/72; Processos: CEE n. 912/72, 1240/72 e 824/73**.

____. **Indicação 151/75**. Publicada no D.O.E.S.P. em 16/01/1976. p. 32 e 33.

____. **Conselho Estadual de Educação: 40 anos 1963 - 2003**. 2003.

Decretos estaduais nº 39.059 de 16/08/1994; nº 52.460 de 06/06/1970; nº52. 508 de 20/07/1970; nº 7.510 de 29/02/1976.

SCFBES. Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social. **Contagem de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo**. 2ª Edição. 1994.

____. **Modelo técnico-operacional da SCFBES**. São Paulo: SCFBES. 1994.

SEADS - Centro de Documentação, Biblioteca e Arquivo SEADS. Coleção dos **Boletins da LBA**. n. 65, 66, 71, 73, 81, 89, 90, 91, 93, 101 do período de 1951 a 1971.

____. Revista **LBA faz aniversário**. Rio de Janeiro: n. 2, abr. 1972.

____. **Problema do menor em São Paulo e marginalização social**. Relatório. Secretaria Estadual de Assistência Social. 1972.

____. **Relatório anual**. 1994.

SEESP - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Ensino de 1º e 2º Graus: Planejamento Prévio**. 1971.

____. **Ensino de 1º e 2º graus: plano estadual de implantação**. v. III. 1972.

____. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Modelo pedagógico para educação pré-escolar**, por Marieta Lúcia Machado Nicolau e outros. São Paulo, SE/CENP. 1977.

____. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Modelo pedagógico para educação pré-escolar**. São Paulo, SE/CENP/FLE. 1979.

Município de São Paulo

Decreto 21.862 de 15/01/1986. **Reorganiza a estrutura da atual Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.**

SME - Secretaria Municipal de Educação. **PLANEDI** - Plano de Educação Infantil. São Paulo. 1976.

____. **Programação compensatória para a educação infantil.** 1980.

SEBES - Secretaria de Bem Estar Social. **Estudos sobre a problemática social da cidade de São Paulo.** São Paulo. 1975.

SMADS – Documentos do acervo – Prefeitura

Creches diretas e indiretas. 1984.

DSS. Divisão de Serviço Social. **Plano para ampliação** das redes de creches na Cidade de São Paulo. Processo 100.765/65. s.d. caixa 66. S241p.

____. **Plano para instalação** de creche e ampliação da capacidade das já existentes. s.d. caixa 66. s241p.

____. **Creche.** 1965. Caixa 66. s241p.

____. **Anotações sobre a reunião realizada** no Gabinete do Sr. Prefeito, em 17 de Setembro de 1965, para tratar do assunto “CRECHES”. caixa 66. s241p.

SEBES. Secretaria de Bem-Estar Social. **Anotações da reunião com entidades** interessadas na administração das creches anexas aos parques infantis. 29/12/1966. caixa 66. s241p.

____. **Seminário sobre creches.** 1966. caixa 68. s241s.

____. **Conclusões do grupo de estudos** formado pela resolução 01/70 da SEBES. caixa 42. s241.cg. s.d.

____. Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Projeto implantação de centros infantis a partir da rede atual de creches.** 1971. caixa 68. s241p.

____. **Atas das reuniões** de 12, 19, 22 e 29 de abril de 1971. caixa 66. s241p 10.2.:26.5.

____. **Metas para 1972.** dez. 1971. Caixa 178. s 241 m

____. **Análise de um programa da SEBES da PMSP.** 1974.

____. **Revisão do projeto centros infantis.** Departamento de Integração Social. Atividade de Assistência à Infância. São Paulo, 1977. Cx 67. Pasta 10.2. s241r

____. **Dossiê Rosa Krausz.** caixa 42, pasta 10.2, s241cg. s.d.

COBES. Projetos centros infantis. Prefeitura Municipal de São Paulo. 1978.

- ____. **Programação psicopedagógico** - Projeto Centros Infantis. 1978.
- ____. Política de atuação e estrutura organizacional. [**Documento Azul**]. São Paulo: Coordenadoria do Bem-Estar Social. 1979.
- ____. **Subsídios para a ampliação da rede de creches no município de São Paulo**. Coordenadoria do Bem-Estar Social. 1979.
- ____. Creches. **Texto simplificado para discussão nos Conselhos Comunitários**. 1980.
- ____. **Creches**: programação básica. São Paulo. 1979 e 1980.
- ____. **Relatório de atividades**. 1980. caixa 383.
- ____. **Relatórios de encontro sobre política de COBES**. 1980. Caixa 225, 26.10 - s241 - E.
- ____. **Proposta de trabalho**. 1980. caixa 225.
- FABES. Secretaria da Família e do Bem-Estar Social. **Creches diretas e indiretas**. 1983. Caixa 67. s241c.
- ____. **Creche**: direta, conveniada, custos de creches, particulares e OSEMS, convênios e aditamentos. 1983. caixa 67. s241c.
- ____. **Redimensionamento de recursos para manutenção de creches**, 20/07/1983.
- ____. **Atendimento à criança de 0 a 6 anos através da rede de creches**. 1984. caixa 40. s241at.
- ____. **Jornal Confluência – Jornal da Família e Bem Estar**. “Participação x Burocracia”. n. 3. Julho de 1985
- ____. **Proposta de reprogramação de creche**. 1985. caixa 67. s241c.
- CMSP. **Legislação do Estado de São Paulo. 1965-1975**. Câmara Municipal de São Paulo. Coleção das leis e decretos do Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 1965.
- ____. **Semana de debates sobre o atendimento à criança de zero a sete anos, no município de São Paulo**. Junho de 1974. Texto não revisado.
- ____. **Relatório programa mães-monitoras na pré-escola**. 1978.
- CMSP/CEI. Comissão Especial de Inquérito. Câmara Municipal de São Paulo. **Creches: Relatório final**. 1985.
- Folheto**: Congresso dos Funcionários de FABES, agosto de 1983.

Bibliotecas e Arquivos

FCC. Fundação Carlos Chagas. Departamento de Pesquisas Educacionais. Biblioteca Ana Maria Poppovic. História da educação e da infância.

ASSOCIAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE ENTIDADES SOCIAIS CONVENIADAS (AMESC). Dossiê. s.l, s.d. (764 KB). **A Turma da touca informa**. 06/09/1983.

ASSOCIAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE ENTIDADES SOCIAIS CONVENIADAS. Assembléia geral permanente das entidades sociais conveniadas. **Contraproposta ao documento “Política de convênios”**. São Paulo: SEBES, 1990. (1,006 KB)

ASSOCIAÇÃO SANTO AGOSTINHO. Boletim da ASA. **Creche: a melhor solução?** São Paulo, set. 1981. (126 KB)

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Grupo de Creche DESPA - SP. **Folheto do Banco Central**. Trabalho sobre creches. São Paulo: Banco Central do Brasil, 1979. (1 MB)

CAMPOS, Maria Malta. **A creche e a constituinte**. São Paulo, 1986. (213 KB)

CAMPOS, Maria Malta. A creche e a constituinte. São Paulo, 1986. (213 KB). Circular do Grupo de Trabalho de Educação Pré-Escolar. **Carta Circular**. ANPED. 09/06/1986

COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO SOBRE CRECHE (CMSP). **CMSP/CEL. Transcrição não revisada**. vols. 01-13. 1983.

CONGRESSO DA MULHER PAULISTA, 2., 08-09 mar. 1980, São Paulo. Dossiê (769 KB). **Oposição metalúrgica**: contribuição para o IIº Congresso da Mulher Paulista.

CONSELHO COORDENADOR DAS SOCIEDADES AMIGOS DE BAIROS, VILAS E CIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO (SABs). Circular n. 5/73 (Proposta de Diretrizes). São Paulo, 1973. (321 KB)

ENCONTRO ESTADUAL DE SOCIEDADES AMIGOS DE BAIROS (SABs), 1., 20 mar. 1983, São Paulo. **Relatório**. São Paulo. (187 KB)

ENCONTRO NACIONAL DE CRECHES, 1., 21-22 set. 1981, São Paulo **Relatório**. v. 1. (4 MB)

MARIA BRASILEIRA. Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Creches. São Paulo, 1979. (1 MB)

MOVIMENTO DE CRECHES CONVENIADAS DE SÃO PAULO. **DOSSIÊ I** (3 MB)

MOVIMENTO DE CRECHES CONVENIADAS DE SÃO PAULO. Encontros. **DOSSIÊ II** (3 MB)

MOVIMENTO DE CRECHES CONVENIADAS DE SÃO PAULO. Levantamento das condições de atuação das creches. **Ofício à direção da creche**. São Paulo, 1983. (Questionário) (615 KB)

MOVIMENTO DE LUTA POR CRECHES. **MLC Dossiê 1973-1983**. Documentos de reivindicações MLC. São Paulo, s.d. (3 MB)

MOVIMENTO DE LUTA POR CRECHES. **MLC Folhetos**. Boletim n. 1. MLC. Santo André, 1983 (?) (1 MB)

MOVIMENTO DE LUTA POR CRECHES. **MLC-ZONA LESTE. Dossiê** (556 KB)

MOVIMENTO DE LUTA POR CRECHES. **MLC-ZONA NORTE. Dossiê** (736 KB)

MOVIMENTO DE LUTA POR CRECHES. **MLC-ZONA SUL. Dossiê** (1 MB). **Folheto Figueira Grande**. Item 10. 1980.

ROSEMBERG, Fúlvia; GOLDENSTEIN, Marlene; GROSBAUM, Marta Wolak; PINTO, Regina Pahim; CAVASIN, Sylvia. FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **O que se deve saber sobre creches**. São Paulo: FCC, 1982/1984. 4v. [Conteúdo: v.1- Projeto; v.2- Relatório Parcial n.1; v.3- Relatório] (2 MB)

SÃO PAULO (Cidade). Câmara dos Vereadores. Comissão Especial de Inquérito sobre Creches. **CEI/DOSSIÊ I**.

SÃO PAULO (Cidade). Coordenadoria do Bem-Estar Social. **Documento sobre levantamento da situação financeira das creches zona sul, 2º**. São Paulo, 1981. (108 KB)

SÃO PAULO (cidade). Secretaria da Família e Bem-estar social. Propostas alternativas para expansão da rede de creches no Município/FABES período 83 a 87. São Paulo, 1983. (**DOSSIÊ de FABES**) (1 MB).

CPV. Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro

Pasta: CRECHES - CRE - MOV

A.D.C. Associação das Donas de Casa. s.d.

Boletim Informativo do Movimento de Luta por Creche. s.d.

Carta aberta à população. Movimento de Luta por Creche. 1981.

Carta aberta ao prefeito, s.d.

Carta ao povo, s.d.

Convite. Encontro Largo São Bento. Movimento de luta por creche. s.d.

Encontro para o diagnóstico da mulher paulista. mimeo. s.d.

Folheto São Nicolau, s.d.

Folheto. Os filhos são só da mãe?. 1979.

O direito da criança. 11/08/1983.

Sociedade Amigos do Jardim Capela. Folheto. Ofício s.n., 09/10/1979.

Pasta: MULHER

Folheto 1º de Maio. Movimento de luta por creche. s.d.

Pasta: URB – MOV – EST – SP - SÃO PAU

FASE - Análise interna. s.d.

Pastas: TRA - SER - PUB, SP (estado) e TRA - SER - MUN, SP (município)

I Encontro dos Funcionários das Creches de São Paulo. s.d.

Boletim Informativo da Comissão de Mobilização dos Servidores Admitidos. n. 2, 26/05/1983.

Carta aberta à população. Servidores municipais. 1979.

Carta aberta à população. Julho/1983.

Colega, funcionário de COBES. mai. 1982.

Colegas funcionários da COBES. mai. 1982.

Comissão de Funcionários de Creche. **Boletim Informativo. n. 02. II Encontro dos Funcionários de Creche.** jul.1983.

Companheiro Servidor Público Municipal. Folheto. Assembléia dos Servidores Públicos Municipais. s.d.

Boletim da Comissão de Mobilização do Funcionalismo Municipal. jun. 1983.

Comissão Eleitoral. **Ofício** de 07/03/1983.

Comissão Eleitoral. **Boletim Informativo. N. 1.** 9 de mar. 1983.

Convocatória de Encontro dos Servidores Municipais. Assinado por 24 Associações Municipais. 1984.

Coordenação Geral do Movimento dos Servidores Municipais de S. Paulo. Organizando a luta. **Boletim.** n. 1. jul. 1985.

NUCOBES. **Boletim Informativo do Núcleo da UNSP em COBES.** n. 8. mai. 1981.

União Nacional dos Servidores Públicos Civil do Brasil (UNSP). **Colega servidor público:** municipais, estaduais e federais. fev. 1979.

APASSP. Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo. **Boletim informativo.** n. 1. mai. 1978.

APASSP. **O jornal da APASSP:** A APASSP nas greves. mai. 1979.

ASSFABES. **Boletim.** s/n. ASSFABES: entidade de luta dos servidores da Fabes. fev. 1984.

ASSFABES. **Campanha salarial:** servidores construindo sua história. Jul. 1985.

Periódicos

Câmara Municipal de São Paulo. Departamento de Documentação e Informática. Pastas B-316 e B-117-2.

- 21 MENSAGENS beneficiarão municipais. **Folha da Tarde**. 26/10/1981.
- ANISTIA A FUNCIONÁRIOS municipais punidos por participarem de greve. **Diário Popular**. 21/06/1979.
- ÁVILA ACUSA ASSISTENTES. **Folha de São Paulo**. 14/11/1982.
- COBES CONSTRUIRÁ seis creches na zona norte. **Folha da Tarde**. 17/12/1979.
- COVAS DARÁ ainda este mês 12,5% a servidor de nível universitário. **Folha de São Paulo**. 13/04/1984.
- CRECHE-POLO, alternativa para atender os carentes. **Folha da Tarde**. 20/04/1985.
- CRECHES: UM PROTESTO nas ruas contra a prefeitura. **Jornal da Tarde**. 12/08/1983.
- CRITICADO PLANO de Salim Curiati para privatizar as creches. **O Estado de São Paulo**. 22/11/1982.
- DECRETO DO PREFEITO cria Secretaria da Família e Bem Estar Social. **Diário Popular**. 17/06/1982.
- DENUNCIADO O ABANDONO das creches municipais. **O Estado de São Paulo**. 10/02/1983.
- EM DEBATE A direção das creches. **Folha de São Paulo**. 24/10/1982.
- ENTIDADES REBATEM acusações do Movimento por creches. **Folha de São Paulo**. 17/09/1983.
- FAVELADOS FUNDAM uma associação e constroem creche. **Folha da Tarde**. 22/07/1979.
- FUNCIONÁRIO PÚBLICO, um “status” que acabou. **O Estado de São Paulo**. 12/04/1979.
- INSCRITOS ÀS CRECHES farão exame em agosto. **Folha de São Paulo**. 24/07/1981.
- JÂNIO DIVULGA LISTA de demissões com 2.760 nomes. **Folha de São Paulo**. 22/01/1986.
- JÂNIO MANDA DIMITIR servidores admitidos desde 1983. **Folha de São Paulo**. 04/01/1986.
- MÃES DA ZONA NORTE pedem creche. **Folha da Tarde**. 21/11/1979.
- MÃES INFLUIRÃO em creche municipal. **O Estado de São Paulo**. 26/03/1983.
- DECRETO DO PREFEITO cria Secretaria da Família e Bem Estar Social. **Diário Popular**. 17/06/1982.

DENUNCIADO O ABANDONO das creches municipais. **O Estado de São Paulo.** 10/02/1983.

EM DEBATE A direção das creches. **Folha de São Paulo.** 24/10/1982.

ENTIDADES REBATEM acusações do Movimento por creches. **Folha de São Paulo.** 17/09/1983.

FAVELADOS FUNDAM uma associação e constroem creche. **Folha da Tarde.** 22/07/1979.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO, um “status” que acabou. **O Estado de São Paulo.** 12/04/1979.

INSCRITOS ÀS CRECHES farão exame em agosto. **Folha de São Paulo.** 24/07/1981.

JÂNIO DIVULGA LISTA de demissões com 2.760 nomes. **Folha de São Paulo.** 22/01/1986.

JÂNIO MANDA DEMITIR servidores admitidos desde 1983. **Folha de São Paulo.** 04/01/1986.

MÃES DA ZONA NORTE pedem creche. **Folha da Tarde.** 21/11/1979.

MÃES INFLUIRÃO em creche municipal. **O Estado de São Paulo.** 26/03/1983.

MANUTENÇÃO DE CRECHES da Zona Sul provoca tumultos e confusões. **Diário Popular.** 13/09/1983.

MOVIMENTO NÃO ACEITA creches indiretas e faz acusações. **Folha de São Paulo.** 19/09/1983.

PREFEITO ASSINA projetos que beneficiam servidores. **Folha de São Paulo.** 30/10/1980.

PREFEITO READMITE cinco funcionários afastados. **Folha de São Paulo.** 30/01/1986.

PREFEITURA CRIA órgão para menor. **Folha de São Paulo.** 28/06/1974

PREFEITURA CRIA UMA “Indústria da criança”, denunciam mães. **Folha de São Paulo.** 14/08/1983.

PUNIÇÃO DE FUNCIONÁRIOS será anulada. **Diário Popular.** 23/03/1983.

SETÚBAL ENVIA à Câmara o estatuto do funcionário. **O Estado de São Paulo.** 20/06/1979.

UMA CHANCE DE estabilidade para os servidores municipais. **Jornal da Tarde.** 23/06/1983.

Centro de Documentação e Memória, CEDEM, UNESP, São Paulo.

EM TEMPO. Coleção Jornal Em Tempo. n. 1,2, 4, 5, 6, 11, 25, 42, 53.

Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

CEAS. A luta das mães por um Brasil melhor. **Cadernos do CEAS.** Salvador. n. 58. dez.1978.

FASE. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Clubes de mães e grupos de mulheres: resultado de uma pesquisa-avaliação. **FASE: Revista Proposta.** n. 41. 1989.

Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

Coleção Brasil Mulher. n. 5, 9, 12, 13, 14 e Edição Especial.

Coleção Mulherio. n. 1, 4, 11, 16, 21 e 36.

Coleção Nós Mulheres. n. 1, 2, 5 e 6.

“DEMOCRATIZAÇÃO” DA COBES ameaçada por clientelismo. **Folha de São Paulo.** 05/07/1981. Recorte: 0935

A GREVE DOS 100 mil. **Jornal Movimento.** 28/08/1978. Recorte: 0280

A IGREJA E OS problemas humanos: declaração sobre o aborto provocado. **O São Paulo.** 07/01/1975. Recorte: 0061

ANO INTERNACIONAL DA Mulher. **O São Paulo.** 20/04/1975. Recorte: 0054

BAIRRO VAI IMPEDIR despejo da creche. **Folha de São Paulo.** 19/05/1980.

Coleção Brasil Mulher. n. 5, 9, 12, 13, 14 e Edição Especial.

Coleção Mulherio. n. 1, 4, 11, 16, 21 e 36.

Coleção Nós Mulheres. n. 1, 2, 5 e 6.

“DEMOCRATIZAÇÃO” DA COBES ameaçada por clientelismo. **Folha de São Paulo.** 05/07/1981. Recorte: 0935

A GREVE DOS 100 mil. **Jornal Movimento.** 28/08/1978. Recorte: 0280

A IGREJA E OS problemas humanos: declaração sobre o aborto provocado. **O São Paulo.** 07/01/1975. Recorte: 0061

ANO INTERNACIONAL DA Mulher. **O São Paulo.** 20/04/1975. Recorte: 0054

BAIRRO VAI IMPEDIR despejo da creche. **Folha de São Paulo.** 19/05/1980.

FEMINISMO, a vida e o aborto. **O São Paulo.** 12/04/1974. Recorte: 0053

MÃES, A ORGANIZAÇÃO na periferia. **Folha de São Paulo.** 20/09/1979. Recorte: 0426

MOVIMENTO FARÁ ato público para construção de creches. **Folha de São Paulo.** 02/10/1979. Recorte 0436.

MULHERES PROMETEM mais luta. **Folha de São Paulo.** 10/03/1979. Recorte: 0355.

O POVO CONTRA o custo de vida. **Jornal Movimento.** Ed. 05/02/1977. Recorte: 0158.1

PARA ELAS, a creche foi a melhor solução. **Folha de São Paulo**. 09/05/1976. Recorte: 0112

PROBLEMA DA CRECHE Jardim São Nicolau. **Jornal da Tarde**. 30/01/1978. Recorte: 0226

REGIÃO DE GUAIANAZES terá oito mini-creches. **Folha de São Paulo**. 10/03/1977.

RELAÇÃO DAS CRECHES da prefeitura. **Shopping News**. 08/06/1977. Recorte: 0180.

TÉCNICOS SÃO CONTRA creches conveniadas. **Folha de São Paulo**. 16/08/1983. Recorte: 1483

VEJA – Arquivo Digital – Editora Abril.

Crescer e Multiplicar, dividir como? n. 8. 1968. p. 20-26

O país agüenta isso? n. 556 de 02/05/1979. p. 20-25

Internet.

GEISEL MANTÉM artigo que só permite o divórcio uma vez. **Jornal do Brasil**. 27/12/197. Disponível em <<http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=6484>> Acesso em: 20 ago. 2010.

GRUPO ESCOLAR Experimental Dr. Edmundo De Carvalho. **Boletim número 2 “Dinossauros do Experimental”**. Disponível em: <<http://www.gegedec.com.br/youtube>>. Acesso em: 27 jul.2010.

LIBANEO, J. C. Entrevista. Disponível em: <<http://www.cortezeditora.com.br/entrevista>>. Acesso em: 27 jul.2010.

MILITANTES QUESTIONAM os rumos do sindicalismo 30 anos após greve de 78. **Folha de São Paulo**. 11/05/2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1105200813.htm>>. Acesso em: 20 out. 2010.

MISSÃO E MUNDO. CEB: comunidade eclesial de base. (história) Disponível em: <<http://www.pime.org.br/mundoemissao/igrejacebs.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2010

O PORTAL da Música Jovem. **Entrevista: Odair José volta ao disco**. Disponível em: <<http://www.jovemguarda.com.br/entrevista-odair-jose.php>>. Acesso em: 24 abr. 2010.

SEDIN – Sindicato da Educação Infantil. História do SEDIN. Disponível em <http://sedin.com.br/novo/index.php?id_pagina=108>. Acesso em: 24 out.2010.

TURMA DA TOUCA. **Nossa História**. 2010. Disponível em: <<http://www.turmadatouca.org.br>>. Acesso em 27 jul. 2010.